

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

JOSÉ CARLOS FAIM BEZZON

**O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM CIDADES "GLOCAIS" BRASILEIRAS: em
direção ao novo *modus operandi* de gestão e
produção da cidade.**

São Carlos
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ CARLOS FAIM BEZZON

**O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
CIDADES "GLOCAIS" BRASILEIRAS: em direção ao novo
modus operandi de gestão e produção da cidade.**

São Carlos
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

B574p Bezzon, José Carlos Faim
O planejamento para o desenvolvimento local em
cidades "glocais" brasileiras : em direção ao novo modus
operandi de gestão e produção da cidade / José Carlos
Faim Bezzon ; Azael Rangel Camargo. -- São Carlos, 2008.

Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2008.

1. Planejamento urbano e regional. 2. Gestão pública.
3. Desenvolvimento local. 4. Política urbana.
5. Tecnologias informação e comunicação. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

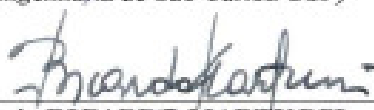
Candidato: Arquiteto **JOSÉ CARLOS FAIM BEZZON**

Tese defendida e julgada em 13/10/2008 perante a Comissão Julgadora:



Prof. Associado **AZAEEL RANGEL CAMARGO (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovado




Prof. Associado **RICARDO MARTUCCI**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovado



Prof. Titular **CELSO MONTEIRO LAMPARELLI**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

Aprovado



Prof. Associada **SARAH FELDMAN**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovado



Prof. Associado **LUIZ ANTONIO NIGRO FALCOSKI**
(Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Aprovado



Prof. Titular **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo



Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

JOSÉ CARLOS FAIM BEZZON

**O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
CIDADES "GLOCAIS" BRASILEIRAS: em direção ao novo
modus operandi de gestão e produção da cidade.**

Tese apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Professor Associado Azael Rangel Camargo.

São Carlos
2008

... ao meu pai.

aos meus filhos Rafael, Eduardo e
Marcelo, minha inspiração para
seguir.

a Márcia, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Associado Azael Rangel Camargo, pela orientação segura, estímulo constante e confiança depositada.

A Professora Dra. Sarah Feldman e ao Professor Dr. Luiz Antonio Nigro Falcoski, membros da banca de qualificação, pelas importantes contribuições que possibilitaram a conclusão desta tese.

Aos professores, Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Dra. Sarah Feldman, Dr. Manuel Antonio Lopes Rodrigues Alves, do programa de pós-graduação do departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP; e aos professores Dr. André Lucirton Costa, Dra. Cláudia Souza Passador, do programa de pós-graduação da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto - USP.

Ao Marcelo Celestini, ao Geraldo, e a todos os funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP.

Aos órgãos públicos, secretarias e autarquias consultadas das Prefeituras dos Municípios de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina.

Aos meus amigos Adailson, Carmem, César, Geraldini, Janaína, Kelly, Rodrigo, Rosimar, Varlete, e Vera, que sempre responderam por diferentes necessidades às minhas solicitações.

RESUMO

BEZZON, J. C. F. (2008). O Planejamento para o desenvolvimento local em cidades "glociais" brasileiras: em direção ao novo *modus operandi* de gestão e produção da cidade, São Carlos, 2008. Tese de Doutorado - Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo

Esta pesquisa aborda como temática a produção da cidade contemporânea, vista a partir das novas ações de planejamento e gestão para o desenvolvimento urbano, no cenário econômico de produção globalizada e informatizada. O recorte histórico é o período pós-constituente de 1988, marco da mudança do regime político do Brasil contemporâneo, momento de abertura política do país e de intensas transformações frente à revolução digital que o mundo vem incorporando.

O planejamento como instrumento para pensar o município visando seu desenvolvimento sócio-econômico é retomado como ferramenta de ação para a construção de futuro associado a novas formas de administração pública, mais transparentes e participativas utilizando de meios e recursos que ampliem em consonância com a legislação federal o acesso de vários setores da sociedade civil às decisões de governo.

Neste sentido iniciamos a abordagem a partir da institucionalização do planejamento na década de 1970 com a criação dos órgãos públicos competentes, visando incorporar os procedimentos de planejamento para os municípios e regiões na tentativa de ordenamento espacial, e de reverter o processo desenfreado de urbanização no país. Processo agravado com a crise econômica da década de 1980 e o conseqüente e necessário afastamento do Estado em função da reestruturação econômica mundial. Culminando assim na década de 1990 com a Reforma administrativa do Estado brasileiro, e a adoção pelos governos municipais de estratégias de ação e mecanismos empresariais, conformando um novo *modus operandi* que resulta num novo "modelo" de planejamento contemporâneo. Este "modelo" é verificado nas cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina, três exemplos de cidades pólos regionais de desenvolvimento, aqui reconhecidas como cidades de inserção econômica nas escalas local e global.

Palavras-chave: 1.Planejamento Urbano e Regional, 2.Gestão Pública, 3.Desenvolvimento Local, 4.Política Urbana, 5.Tecnologias Informação e Comunicação.

ABSTRACT

BEZZON, J. C. F. (2008). The planning for local development in cities "glocais" Brazil: toward the new *modus operandi* of production and management of the city, San Carlos, 2008. Doctoral Thesis of - School of Engineering of San Carlos. University of Sao Paulo

This research addresses issues such as the production of the contemporary city, seen from the actions of new management and planning for urban development in the economic scenario of global production and computerized. The cut is the historic post-constituent 1988, March of the change of political regime in contemporary Brazil, timing of opening the country's political and intense transformations front of the digital revolution that the world has been incorporating.

The planning as a tool for thinking the council seeking its socio-economic development is taken as a tool of action for the construction of future associated with new forms of public administration more transparent and participatory using the means and resources to expand in line with federal law the access of various sectors of civil society to the decisions of government.

In this sense the approach started from the institutionalization of planning in the 1970 with the creation of the public authorities, seeking to incorporate the procedures of planning for municipalities and regions in an attempt to spatial planning, and reverse the process of unbridled urbanization in the country . Case exacerbated by the economic crisis of the 1980 and the consequent removal of the State and necessary in light of global economic restructuring. Culminating well in the 1990's with the administrative reform of the Brazilian state, municipal governments and the adoption of strategies and mechanisms of action business, conforming a new *modus operandi* which results in a new "model" of contemporary planning. This "model" is found in the cities of Ribeirao Preto, Uberlândia and Londrina, three examples of cities regional centers of development, here recognized as cities of economic integration in the local and global scales.

Key words: 1.Urban and Regional Planning, 2.Public Management,3.Local Development, 4.Urban Politics, 5.Information and Communication Technologies.

Sumário

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APRESENTAÇÃO.....01

CAPÍTULO 01: O planejamento contemporâneo nas cidades glocais....15

1.1	Em direção ao novo <i>modus operandi</i> de gestão e produção da cidade.....	16
1.2	O “modelo” contemporâneo de planejamento e gestão para o desenvolvimento das cidades glocais.....	22
1.3	Exemplos em construção do modelo de planejamento e gestão contemporâneo das cidades glocais.....	27
1.3.1	- Santo André - SP.....	27
1.3.2	- Curitiba - PR.....	35
1.3.3	- Porto Alegre - RS.....	41
1.4	As cidades objeto de verificação do “modelo” em construção contemporâneo de planejamento e gestão das cidades glocais: Ribeirão Preto – SP; Uberlândia – MG e Londrina – PR - Por que estas cidades?.....	49
1.4.1	– A rede urbana Paulista e a região de influência de Ribeirão Preto - SP.....	56
1.4.2	– A rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a região de influência de Uberlândia - MG.....	64
1.4.3	– A rede urbana do Norte do Paraná e a região de influência de Londrina - PR.....	72

Capítulo 02: A política e o planejamento para o desenvolvimento urbano e regional.....85

Introdução.....86

2.1 – O período pré-constituição de 1988: a institucionalização do planejamento na década de 1970.....	87
2.1.1 – Urbanização x Industrialização.....	87
2.1.2 – A Institucionalização da Política Urbana no Brasil - a criação do CNPU e do CNDU.....	94
2.1.3 – O CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana.....	96
2.1.4 – O CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.....	99
2.2 – O período pós-constituição de 1988: O <i>modus operandi</i>	105
2.2.1 – O “novo” Estado em ação.....	105
2.2.1.1 - A Constituição Brasileira de 1988 e a institucionalização da participação social.....	106
2.2.1.2 – Do MDU ao CNDU – administração PSDB.....	110
2.2.1.3 – O Ministério das Cidades na administração PT.....	117
2.2.2 - O “modus operandi”.....	118
2.2.2.1 – Novas formas “inovadoras” de gestão pública.....	118
2.2.2.2 – Competição x Solidariedade.....	121
2.2.2.3 - As escalas de atuação regional, nacional e global.....	124
2.2.2.4 – A institucionalização dos novos padrões de ação e dos processos de negociação na formulação das políticas públicas urbanas.....	128
2.2.2.4.1 – Planejamento Estratégico.....	138
2.2.2.4.2 – Mecanismos da Gestão Administrativa eficiente: PPP – Parceria Público e Privado e Governança.....	142
2.2.2.4.3 – Infra-estrutura informacional: Rede, portal, site, interação, democratização eletrônica, navegabilidade.....	149
2.2.2.4.4 – Espaço ambiental: Edge City, gentrificação, periferização da elite, segregação e pobreza, âncoras multifuncionais.....	153

Capítulo 03: O planejamento e a gestão pública contemporânea em três cidades “glocais” brasileiras.....157

Introdução.....	158
3.1 - A ação político-institucional das cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina no período pós-constituição de 1988.....	159
3.1.1 – Ribeirão Preto - SP.....	160
3.1.1.1 - Projeto Ribeirão 2001.....	165

3.1.1.2 - Jardim Fazenda Olhos D'água.....	170
3.1.1.3 - Parque Tecnológico de Ribeirão Preto.....	173
3.1.2 – Uberlândia - MG.....	177
3.1.2.1 - Requalificação da Área Central e Fundinho.....	183
3.1.2.2 - Projeto Cluster Logístico.....	185
3.1.2.3 - A ação imobiliária na expansão da zona sul, e os novos investimentos em Uberlândia.....	189
3.1.3 – Londrina.....	192
3.1.3.1 - O APL-TI de Londrina.....	198
3.1.3.2 – Projeto ARCO NORTE.....	200
3.1.3.3 - ANEL DO EMPREGO.....	204
3.1.3.4 - Os Novos Investimentos Imobiliários.....	210
3.2 - As cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina e o modelo em construção de planejamento e gestão contemporânea para o desenvolvimento local.....	214
Conclusões.....	233
Referências Bibliográficas.....	238

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Shopping ABC Plaza.....	33
FIGURA 02: Plano Diretor Projeto Eixo Tamanduateí.....	34
FIGURA 03: Parque Birigui.....	39
FIGURA 04: Ópera de Arame.....	39
FIGURA 05: Estação Tubo - acesso.....	39
FIGURA 06: Corredor exclusivo - bi articulado.....	39
FIGURA 07: Rede Integrada de Transporte.....	40
FIGURA 08: Vista aérea de Porto Alegre.....	46
FIGURA 09: Vista do Rio Guaíba - Porto Alegre.....	46
FIGURA 10: Vista da Usina do Gasômetro - Rio Guaíba - Porto Alegre.....	46
FIGURA 11: Estratégia de Estruturação Urbana	47
FIGURA 12: Estratégia de Sistema de Planejamento - Regiões de Gestão de Planejamento.....	48
FIGURA 13: Brasil - Microrregião Geográfica.....	51
FIGURA 14: Localização das cidades glocais de estudo.....	56
FIGURA 15: Mesorregiões brasileiras.....	57
FIGURA 16: Mapa Divisão Regiões Administrativas Estado de São Paulo.....	58
FIGURA 17: Mancha Urbana - Estado São Paulo.....	59
FIGURA 18: População Total.....	60
FIGURA 19: Nível de Centralidade - Estado de São Paulo.....	62

FIGURA 20: Rede Urbana - Principais Aglomerações e Centros Urbanos SP.....	63
FIGURA 21: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.....	66
FIGURA 22: Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais.....	67
FIGURA 23: Hierarquia Urbana Minas Gerais.....	68
FIGURA 24: Participação dos Municípios no PIB TOTAL.....	69
FIGURA 25: Participação das Microrregiões Geográficas no PIB TOTAL.....	70
FIGURA 26: Massa Sócio-econômica.....	71
FIGURA 27: Localização da Mesorregião Norte Central.....	76
FIGURA 28: Microrregiões Geográficas do Estado do Paraná.....	77
FIGURA 29: Municípios segundo nível de integração na dinâmica da aglomeração.....	78
FIGURA 30: Áreas de Concentração.....	79
FIGURA 31: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - M.....	80
FIGURA 32: Participação no Total do Valor Adicionado Fiscal do Paraná - VAF.....	81
FIGURA 33: Ocupação setores predominantes – 2000.....	82
FIGURA 34: Níveis de Centralidade - Região Norte Central do Paraná.....	83
FIGURA 35: Parque Luis Roberto Jábali.....	160
FIGURA 36: Áreas de intervenção do Programa de Dinamização Urbana.....	164
FIGURA 37: Restauração do Quarteirão Paulista em 1997.....	165
FIGURA 38: Parque Pref. Luís Roberto Jábali	165
FIGURA 39: Revitalização Av. Jerônimo Gonçalves em 2000.....	165
FIGURA 40: Proposta reurbanização Av. Jerônimo Gonçalves.....	169

FIGURA 41: Projeto Vale dos Rios- implantação.....	170
FIGURA 42: Projeto Vale dos Rios.....	170
FIGURA 43: Projeto Jardim Fazenda olhos D'água.....	176
FIGURA 44: Projeto Perspectiva eixo verticalização - Jardim Fazenda olhos D'água.....	176
FIGURA 45: Vista aérea do Centro de Uberlândia.....	177
FIGURA 46: Proposta Reestruturação área central - Eixo de pedestres.....	180
FIGURA 47: Proposta Reestruturação área central - Centro de Negócios.....	180
FIGURA 48: Estações do Corredor Estrutural da Av. João Naves de Ávila.....	181
FIGURA 49: Estações do Corredor Estrutural da Av. João Naves de Ávila.....	182
FIGURA 50: Proposta Estruturação Urbana.....	182
FIGURA 51: Infra-estrutura e Logística de Uberlândia em relação aos principais Portos e Sistema Intermodal de Transportes.....	187
FIGURA 52: Localização Condomínios Fechados na Zona Sul de Uberlândia..	190
FIGURA 53: Vista aérea centro-sul de Uberlândia.....	191
FIGURA 54: Vista do Lago do Parque do Sabiá com Estádio ao Fundo.....	191
FIGURA 55: Mapa base da cidade de Uberlândia.....	191
FIGURA 56: Vista da Zona Sul, com o Lago Igapó, para o Centro da cidade de Londrina.....	192
FIGURA 57: Localização dos Cilos Industriais	197
FIGURA 58: Localização Projeto ARCO NORTE.....	203
FIGURA 59: Perspectiva Anel do Emprego.....	206
FIGURA 60: Ocupação Irregular- Ribeirão Lindóia.....	207
FIGURA 61: Fluxograma do sistema da Operação Urbana Consorciada.....	207

FIGURA 62: Reunião de discussão do projeto na região norte.....	208
FIGURA 63: Reunião de discussão do projeto na região leste.....	208
FIGURA 64: Faixa de domínio do Projeto Anel do Emprego.....	209
FIGURA 65: Principais áreas com restrições ligadas ao solo.....	209
FIGURA 66: Vista aérea da zona sul - ocupação dos Condomínios Fechados.....	211
FIGURA 67: Parque Tecnológico de Londrina.....	212
FIGURA 68: Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária - Eixo de integração 04.....	212
FIGURA 69: Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária - Eixo de integração 05.....	212
FIGURA 70: Plano Estrat. de Expansão e Adequação Viária - Perfis Transversais.....	213
FIGURA 71: Vista do Lago Igapó I	213
FIGURA 72: Verticalização margem do Lago Igapó I.....	213
FIGURA 73: Vista do Lago Igapó II.....	213
FIGURA 74: Verticalização margem do Lago Igapó II.....	213
FIGURA 75: Calçadão na área central.....	214
FIGURA 76: Catedral de Londrina.....	214

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina
ACIRP - Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
ACIUB - Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
ADDERI - Associação do Desenvolvimento do Distrito Empresarial de Ribeirão Preto
ADETEC - Associação para o Desenvolvimento Tecnológico de Londrina
ADTP - Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná
ANPUR - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
APL - Arranjo Produtivo Local
APL-TI - Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação
ARCO - Associação Regional de Cooperação Operacional
BDMG - Banco Desenvolvimento Minas Gerais
BID - Banco Interamericano Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
CELEPAR - Centro Eletrônico de Processamento de Dados
CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CETERP-RP - Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CIDEU - Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CMDUA - Conselho Municipal Desenvolvimento Urbano Ambiental
CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDU - Conselho Nacional Desenvolvimento Urbano
CNPU - Comissão Nacional Política Urbana
CODEL - Instituto de Desenvolvimento de Londrina
CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná

CODERP - Cia. de Desenvolvimento Urbano de Ribeirão Preto
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COHAPAR - Companhia Habitacional do Paraná
COMAC - Comissão do Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho
COMUR - Conselho Municipal de Urbanismo
CONAMA – Conselho Nacional Meio Ambiente
CONTUR - Conselho Municipal de Turismo
COPEL - Companhia Paranaense de Energia
CORDE – Coordenadoria de Integração para Pessoa Portadora de Deficiência
CTBC - Companhia Telefônica do Brasil Central
CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná
DI - Distrito Industrial
DNOS – Departamento Nacional Obras Saneamento
DTA - Declaração de Trânsito Aduaneiro
EADI - Estação Aduaneira Interior
EBTU - Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos
EBTU- Empresa Brasileira de Transporte para o Ministério dos Transportes.
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária
FDE - Fundo do Desenvolvimento Econômico
FEA-USP - Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIPASE - Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDEPAR -Fundação Educacional do Paraná
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE - Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IDH - índice de desenvolvimento humano

IPARDES - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC – Instituto Pesquisa Planejamento Urbano Curitiba
IPPUL – Instituto de Planejamento e Pesquisa de Londrina
LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MBES – Ministério Habitação e Bem-Estar Social
MDU - Ministério de Desenvolvimento Urbano
MTMAP - Mesorregião do Triângulo Mineiro Alto Paranaíba
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável
PDPML - Plano Diretor Participativo Município de Londrina
PEEAV – Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária
PGSL - Programa Governança Solidária Local
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Plano de Integração Nacional
PL - Projeto de Lei
PLATIN - Plataforma Londrina de Tecnologia da Informação
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR - Plano Nacional Desenvolvimento Regional
PPA - Plano Plurianual
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e Nordeste
PSDB - Partido Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
RA - Região Administrativa
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
SAGMACS - Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SAREM – Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios

SEAC – Secretaria de Ação Comunitária
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República
SEMA – Secretaria Especial Meio Ambiente
SENAM – Serviço Nacional de Municípios
SEPURB - Secretaria de Política Urbana, do Ministério de Planejamento e Orçamento
SERCOMTEL - Serviços de Comunicação Telefônica de Londrina
SERFHAU - Serviço Federal Habitação e Urbanismo
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDAM - Superintendência Desenvolvimento Amazônia
SUDENE - Superintendência Desenvolvimento Nordeste
TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras
TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná
TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO -
UNESP - Universidade Estadual São Paulo
USP - Universidade de São Paulo
VAF - Valor Adicionado Fiscal
VAT - Valor Adicionado Total

APRESENTAÇÃO

Tema da Pesquisa

As grandes cidades brasileiras, as metrópoles, assim como as cidades médias vêm apresentando nas últimas décadas uma complexidade crescente de problemas organizacionais em seus territórios municipais. Especificamente as cidades pólos de atração regional do interior dos Estados da região sudeste, devido à grande concentração de ações de desenvolvimento gerada pelo processo de industrialização brasileira, se tornaram alvo de migração populacional e opção de investidores e empreendedores visando melhores condições de vida e melhores oportunidades de negócios, respectivamente.

Estas cidades vêm sofrendo transformações em seu espaço, onde a grande maioria apresenta uma conformação caótica e desestruturada de seu crescimento e desenvolvimento, colocando o planejamento municipal sempre a reboque das ações do capital sobre o espaço.

O planejamento municipal como técnica administrativa demonstra numa perspectiva histórica, a princípio, sua ineficiência e falência, em função da falta de resultados, ou dos poucos resultados alcançados, a exemplo de ações pontuais como verificaremos mais a frente.

O período delimitado para este estudo, da década de 1970 até os nossos dias, tem como marco a Constituição de 1988 no século passado como resultado dos movimentos de reforma e da ação dos movimentos sociais em confronto com o Estado provedor autoritário, sua falência e mudança do regime político para a democracia.

Neste momento simultaneamente o mundo se reestrutura em função de um novo capitalismo, viabilizado pelos novos meios de produção, com maior velocidade de ação decorrente da revolução tecnológica com a automação dos processos. A conjuntura brasileira se agrava neste processo, em função das já tradicionais heranças segregacionistas que se perpetuaram ao longo de nosso desenvolvimento, desde o período da colonização passando pelo processo de industrialização de capitalismo tardio, e se defrontando neste momento com as mudanças sócio-econômicas mundiais. Tendo que se reestruturar política e

economicamente, a fim de garantir sua entrada nesta nova etapa do desenvolvimento mundial com o processo de globalização.

Neste sentido inicia-se no país um processo de reestruturação das políticas públicas e do planejamento municipal com novas posturas no enfrentamento dos problemas urbanos no que tange às políticas públicas implantadas pelas gestões locais, com a utilização de instrumentos de participação da sociedade, como a constituição de conselhos, consórcios, parcerias, o conceito de empreendedorismo, governança, entre outras ações possibilitando o estabelecimento de vínculos mais fortes no comprometimento de soluções que visam atender e equacionar as questões urbanas.

Assim com novos procedimentos o planejamento e a gestão municipal são colocados na pauta de discussões dos municípios, principalmente dos com mais de 20.000 habitantes, que são obrigados pela constituição federal a elaborarem seus planos diretores de desenvolvimento municipal.

Com este contexto a retomada do planejamento no momento contemporâneo aposta na incorporação destes novos instrumentos e meios, num novo "modelo" para pensar as cidades, visando através do desenvolvimento local sua inserção na economia global.

Nossa hipótese se localiza exatamente na construção deste "modelo" de planejamento que vem se estruturando a partir da utilização de alguns, ou da somatória destes instrumentos de planejamento e na construção de políticas públicas urbanas com uma nova forma de pensar e agir sobre a cidade, que deve estar associada à participação da sociedade organizada com ações consensuais, num novo *modus operandi*.

Este modelo pode ser evidenciado a partir da incorporação desses procedimentos em espaços localizados principalmente em cidades de médio e grande porte, mais vulneráveis, em função de sua economia, às adversidades da complexidade da globalização.

A forma de pensar e agir sobre a cidade no caso brasileiro, neste momento contemporâneo se difere do modelo europeu e americano devido à grande desigualdade social em nosso território. As cidades brasileiras apresentam em seu espaço uma localização social explícita de ricos e pobres, tendo assim seu território dividido em espaços qualificados e devidamente abastecidos, e espaços onde a ação do Estado é ou foi, quase inexistente, gerando áreas urbanas desprovidas de serviços públicos e equipamentos básicos necessários para garantir o mínimo de condições de habitabilidade.

O processo de urbanização brasileiro associado ao capital, e privilegiando as classes abastadas, produzirá cidades com grandes problemas urbanos de infraestrutura como, abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, determinando aos pobres a localização em áreas cada vez mais distantes e periféricas, e desabastecidas de equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer, e cultura.

Este processo de urbanização foi também predatório com relação aos aspectos ambientais com a devastação de rios, córregos, vegetação, num deslocamento da ação antrópica sobre o sítio original. Com esta somatória de questões urbanas a ser tratada a disciplina do planejamento municipal vem incorporando a partir do conceito de "empresariamento urbano estratégico"¹, uma gama de ações advindas da administração de empresas baseadas em visões estratégicas com a construção de cenários futuros.

Esta pesquisa contribuirá estabelecendo este "modelo" instrumental ou emergente utilizado como hipótese descritiva e explicativa, para análise das políticas e do planejamento do desenvolvimento municipal em cidades que são expressivas no cenário econômico na escala regional e global, as cidades "glociais".

O termo cidade "glocal" é compreendido por nós como cidades pólo de atração regional que se destacam política, econômica e culturalmente num território específico local e regional interagindo na escala global com centros econômicos

¹ Ver Compans, Rose Paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. Uma reflexão crítica. Anais do ANPUR. IPPUR – UFRJ. 2000.

mundiais, como ponto de comunicação da produção local via *commodities* ou inovações tecnológicas.

Os elementos básicos deste modelo foram apreendidos em nossa dissertação de mestrado sobre o desenvolvimento da cidade de Ribeirão Preto. A partir deste estudo foram definidos os instrumentos para análise da verificação da existência do “modelo” formatado, de planejamento e gestão urbana, que vem sendo aplicado por várias cidades brasileiras a partir da constituição federal de 1988.

Com as devidas adaptações referentes às especificidades do local onde está sendo aplicado, mesmo que apenas no discurso, de forma generalizada para alcançar melhores índices de desenvolvimento urbano com políticas públicas e de gestão urbana de cunho social, invertendo as tradicionais ações públicas, com mecanismos de inclusão e participação com maior transparência na elaboração e implantação das políticas e do planejamento municipal.

Este modelo institucionalizado pelo Estado como formulador do processo e detectado anteriormente, é resultante da formulação da legislação urbanística e da reestruturação da administração pública para formatação e execução da política urbana, já nas décadas de 1970 e 80 a partir da esfera federal, contemplando Estados e Municípios que buscavam responder à problemática urbana decorrente de um processo de urbanização desenfreado, excludente e predatório ocasionado pelo desenvolvimento do capitalismo tardio em nosso país, frente ao processo de mundialização da economia e ao desenvolvimento tecnológico com a telemática.

A esta constituição histórica se somam as ações contemporâneas estratégicas aplicadas no território urbano, fomentadas pelo empresariamento das administrações públicas, e pela transferência de ações e serviços do setor público para o setor privado, onde observamos que a coesão de forças destes setores e da sociedade organizada, amplia a possibilidade de um maior dinamismo nas soluções dos problemas urbanos diante das transformações sócio-econômicas e tecnológicas mundiais, onde cabe ao local (o município e a região) abrir novos caminhos para o desenvolvimento econômico e social.

A incorporação deste modelo, e sua institucionalização prevêem a elaboração do plano diretor aos moldes da legislação federal e a introdução do pensar a cidade em cenários futuros e viabilizá-la através de estratégias para o seu desenvolvimento. A legislação federal estabelece a função social da propriedade com a Constituição Federal, e o Estatuto da Cidade irá definir os instrumentos para a política urbana do governo municipal, garantindo o direito a cidades sustentáveis, gestão democrática, e a cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de planejamento para o desenvolvimento das cidades.

A governabilidade estará assim também alicerçada no planejamento municipal baseado num processo de construção de projeto coletivo exequível, estabelecendo o consenso, a necessidade de organização, a convergência de ideais coletivos, e a sustentabilidade do processo, "para que alcance o cenário futuro proposto com a convergência dos atores e agentes na organização das ações almejando o desenvolvimento sustentável." (Buarque, 2003)

Esta ação de planejamento então pressupõe a negociação para o consenso de decisões pelo bem comum da sociedade local entre os diversos atores e agentes envolvidos e interessados no processo de pensar a cidade. As decisões e escolhas estabelecem posições políticas claras, devendo ser explicitadas, e evidenciam o processo político do planejamento e definem sua formulação. Por outro lado, a orientação técnica é evidenciada por ser um processo ordenado e sistematizado de escolhas para a ação, de forma racional para garantir opções conscientes e pertinentes às questões debatidas pela comunidade.

Para Matus (1996) o planejamento não deve se limitar ao campo socioeconômico, através do método PES (planejamento estratégico situacional) deve ser "um planejamento da *ação humana* que integra todas as dimensões da realidade, especialmente o mundo da política com o da técnica". Matus considera "que há é um *jogo* entre *vários atores* e, em consequência, surge a pergunta: como esses vários jogadores explicam a realidade do jogo?" O autor nos esclarece com a diferença entre diagnóstico e explicação situacional, onde pelo diagnóstico os dados e informações coletados a priori são objetivos e igualmente acessíveis a todos. O que os diferencia, a explicação situacional, é o

olhar do observador e a leitura que este realiza dos dados e informações da realidade analisada. "Cada ator retira da realidade uma interpretação dos fatos, conforme as lentes com que as observa. Toda explicação é *declarada por alguém*, e esse alguém é um ser humano que tem seus valores, suas ideologias e seus interesses."

Assim a sociedade organizada deverá decidir quais ações serão mais adequadas aos interesses coletivos a partir dos parâmetros dados pela orientação técnica associado à instância política do processo, se bem podemos dividir tão exatamente para análise estas instâncias do processo de planejamento, visto que este sobrepõe e inter-relaciona estas instâncias, pois os técnicos, por exemplo, em conselhos municipais representam entidades com interesses específicos localizados. Neste sentido o processo de planejamento pode abrigar, ou esconder o conflito.

A principal questão do planejamento se localiza exatamente na clareza e na transparência dos atores sociais no processo de pensar a cidade, para garantir o consenso e a coesão das idéias e ações para o bem comum num perfeito alinhamento das dimensões técnica e política do planejamento para o desenvolvimento local. Com tal finalidade, segundo Buarque,

"o planejamento incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica. Técnico, por ser ordenado e sistemático, por utilizar instrumentos de organização, sistematização e hierarquização da realidade e das variáveis do processo e por constituir um esforço de produção e de organização de informações sobre o objeto e os instrumentos de intervenção. Política, porque a decisão e a definição de objetivos passam por interesses e negociações entre atores sociais." (BUARQUE,1990,pag.28)

Teoricamente, a estruturação do processo de planejamento com a definição de cenários futuros alternativos e desejados pode vislumbrar como caminho para equacionar os problemas urbanos a construção de um projeto coletivo debatido e referendado pela sociedade, onde os diversos setores da sociedade organizada, o governo municipal e o mercado, estejam sintonizados entorno de um pacto por melhores condições de habitabilidade e desenvolvimento econômico coletivizado.

Dessa forma o processo de planejamento proporciona e necessita ampla reflexão social, fortalecendo o processo de governabilidade, vindo garantir o projeto de futuro. Para alcançar o êxito desejado, será necessário o comprometimento da gestão pública com os anseios sociais, como ponto de equilíbrio entre dominantes e dominados.

Esta pesquisa verificou a constatação e a aplicação deste modelo de política, planejamento, e gestão do território das cidades “glocais” de Ribeirão Preto, Uberlândia, e Londrina, objetivando sua dimensão política e técnica e seu alcance social podendo induzir ou viabilizar políticas sociais negociadas, através dos instrumentos operacionais contemporâneos utilizados pelas gestões públicas.

Hipóteses

Em função do Tema da Pesquisa e da problemática onde se apresentam as questões que serão abordadas e o contexto em que se pretende desenvolvê-las, seguem-se as hipóteses desta tese.

Os parâmetros de construção do “modelo” contemporâneo de planejamento e gestão municipal, baseado no conceito de *empresariamento urbano estratégico*, são aplicáveis nas cidades brasileiras.

Este “modelo” contemporâneo de planejamento e gestão municipal está sendo aplicado, nas cidades pólos de atração de desenvolvimento regional, aqui vistas como cidades glocais, numa perspectiva econômica de inserção global.

Híbrido ou dual, este “modelo” contemporâneo de planejamento e gestão nas escalas municipal e regional têm suas raízes históricas nas instâncias institucionais do planejamento brasileiro, principalmente nos governos militares.

As TIC's são reconhecidas como infra-estrutura urbana e regional necessária e premente, pelo "modelo" contemporâneo de planejamento e gestão municipal, para o desenvolvimento local.

Os reflexos espaciais e urbanísticos deste "modelo" contemporâneo de planejamento e gestão municipal acentuam os processos tradicionais de segregação e exclusão sócio-espaciais nas cidades "glocais".

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da Tese se apropriam da combinação da pesquisa empírica, da pesquisa teórica e da pesquisa histórica.

Num primeiro momento elaboramos um levantamento e posteriormente uma revisão bibliográfica para a contextualização teórica sobre o tema. Este procedimento se consolidou durante o cursar das disciplinas do programa de pós-graduação com levantamento de fontes primárias e secundárias necessárias ao processo de pesquisa.

Os conceitos teóricos que serviram de referência foram levantados e trabalhados através de pesquisas existentes, como teses, dissertações, livros, periódicos, artigos, etc.

Esta pesquisa do doutoramento é decorrente em evolução de minha trajetória de formação na pós-graduação a partir da Especialização em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela PUCCAMP e posteriormente no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela EESC-USP, onde estudando o processo de verticalização e informatização da cidade de Ribeirão preto, detectamos procedimentos do poder municipal que nos levaram a visualizar um "modelo" contemporâneo de planejamento e gestão municipal, em construção, que se aplicava "simultaneamente" em várias cidades brasileiras.

Assim iniciamos uma busca de material referente ao processo de planejamento municipal brasileiro e de gestão pública, visando elucidar a complexidade do momento atual de reestruturação das cidades em função da conjuntura política e socioeconômica, e do desenvolvimento tecnológico, frente ao processo de globalização mundial. Isto nos subsidiou uma compreensão maior da problemática.

Paralelamente realizamos o levantamento, numa perspectiva histórica do processo de institucionalização do planejamento e da gestão municipal brasileira, focando na constituição dos órgãos pelo Estado brasileiro na esfera federal. Delimitamos o período pré-constituinte de 1988, onde iniciamos no regime militar com ênfase na década de 1970, e dando seqüência verificamos o período da história pós-constituição federal de 1988 chegando ao século XXI. Este levantamento histórico conforma um quadro geral por períodos do cenário político e sócio- econômico com reflexo na configuração do desenho da cidade.

A delimitação dos períodos históricos estudados foi definida através do conhecimento do desenvolvimento histórico sobre o planejamento no Brasil estabelecendo quais acontecimentos eram mais relevantes para constatar as hipóteses.

Embora a história esteja sempre em constante processo de transformação, se faz necessária para a pesquisa a periodização histórica para que se possa caracterizar concretamente o desenvolvimento do processo de planejamento e gestão municipal, associado ao desenvolvimento local e a inserção regional.

O levantamento histórico, político e sócio-econômico nos evidenciou a delimitação de dois períodos:

O primeiro com o início da constituição do planejamento municipal fomentado pelo Estado brasileiro com a formulação de vasta legislação sobre as questões da urbanização das cidades e sua institucionalização com a criação de órgãos reguladores. Este primeiro período está delimitado do início da década de 70 do século passado com a crise do petróleo e o desenvolvimento desenfreado alicerçado no endividamento do país, a crise urbana, indo até a Constituição

federal de 1988, com inflexão na elaboração da primeira versão do estatuto da cidade conhecido como PL 775 – Lei de Desenvolvimento Urbano de 1983, a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano, e a volta ao regime democrático com a formulação da constituinte.

O segundo momento registra o período pós-constituinte a partir de 1988 com a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor Municipal e a determinação da função social da propriedade e da cidade, descritos no capítulo de política urbana do texto constituinte, com a visão modernizante e social-participativa dos novos instrumentos urbanísticos do novo Estatuto da Cidade para o planejamento e a gestão pública, que só conseguiu ser aprovado em 2001. A inflexão neste período se dará na metade da década de 1990, a partir de 1995 a 1998, com a Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, refletindo no processo de gestão municipal, e simultaneamente em 1996 a Conferência de Istambul – Habitat – ONU com a receita do planejamento estratégico de cidades, e chegando a 2003 com a criação do Ministério das Cidades, sem esquecer do paradigma ambiental, colocado pela ECO-92.

Como amálgama histórico o processo de globalização e a revolução tecnológica.

Neste sentido estabelecemos a pesquisa de campo com levantamento dos procedimentos de verificação do modelo contemporâneo (em construção) de planejamento e gestão municipal baseado no conceito de “empresariamento urbano estratégico”, para, a partir desta formulação, verificá-lo e justificá-lo em tecidos já conhecidos, evidenciando assim a conformação destas ações de planejamento e gestão podendo aplicá-las em outros territórios com outras escalas. Apresentamos assim neste contexto as cidades de Santo André, Curitiba e Porto Alegre, com um pouco de suas experiências.

Após estas etapas metodológicas da pesquisa iniciamos a escolha de três cidades pólo de atração regional para análise do processo de planejamento e gestão contemporânea, verificando a aplicação do “modelo” em construção detectado.

As cidades escolhidas foram Ribeirão Preto-SP, Uberlândia-MG e Londrina-PR. Estas cidades, vistas aqui como espaços glocais, apresentam situações semelhantes em suas características socioeconômicas e políticas, e estão inseridas na franja de expansão da concentração econômica do Estado de São Paulo.

Para análise destes tecidos verificamos a construção do processo de planejamento e gestão local e suas ações sobre o espaço. Os documentos analisados foram os planos diretores, de ações estratégicas, e projetos urbanos propostos e realizados, assim como a estruturação administrativa destes municípios, determinando as instâncias de participação nos processos decisórios. Neste sentido foram realizadas entrevistas com gestores e técnicos envolvidos no processo, assim como outros atores sociais detectados relevantes.

A observação espacial foi realizada através da percepção ambiental na localização dos empreendimentos imobiliários e comerciais de grande porte direcionados às parcelas de maior poder aquisitivo, assim como o tratamento das áreas ambientalmente frágeis, e ações localizadas na periferia pobre. As variáveis e indicadores qualitativos e quantitativos foram definidas em função dos instrumentos detectados no modelo de planejamento e gestão contemporânea: 1- ações estratégicas de planejamento; 2- instrumentos técnicos administrativos de governança, parceria pública e privada, e accountability; 3- infra-estrutura informacional com as TIC's, interação virtual com governo on line, portal, democratização eletrônica; 4- ações espaciais e ambientais com conceito de edge city, gentrificação, periferização da elite, e implantação de âncoras multifuncionais impactantes.

Finalizando utilizamos de recursos informatizados para elaboração da parte operacional de tratamento, análise e síntese das informações e conteúdos abordados resultante dos itens desenvolvidos nas etapas metodológicas.

Capítulo 01 – O planejamento contemporâneo nas cidades glocais.

Este capítulo contextualiza no momento atual a complexidade inerente ao processo de planejamento das cidades associadas às questões colocadas pelo fenômeno da globalização econômica, levando a novas posturas frente ao desenvolvimento municipal. Apresenta a estrutura introdutória contextual e conceitual da Tese, tendo como abordagem o processo de planejamento como objeto de estudo. Explicita a construção da pesquisa, suas hipóteses e sua evolução com os estudos que a geraram, apresentando os municípios que demonstram o processo em construção de um novo modelo de planejamento com procedimentos incorporados do meio empresarial, tendo como cenário o contexto global e a revolução digital. Descreve, justifica, e contextualiza as cidades de Ribeirão Preto-SP, Uberlândia-MG, e Londrina-PR, tecidos propostos para serem analisados que verificaram as hipóteses estabelecidas, e aqui consideradas cidades "glocais" que orbitam na expansão da cidade de São Paulo, cidade global.

Capítulo 02 – A política e o planejamento para o desenvolvimento urbano e regional.

Neste capítulo abordamos num viés histórico a institucionalização do planejamento no Brasil a partir da década de 1970, com a criação dos órgãos competentes e legislações pertinentes ao ordenamento territorial. Nosso foco é o período pós-constituente de 1988 onde se explicitam os novos instrumentos para o planejamento municipal, objeto desta tese, porém o capítulo inicia na década anterior elucidando o caminho de construção dos procedimentos para o planejamento municipal no Brasil, tendo como marco transitório a constituinte e dois momentos de inflexão, primeiro com as forças sociais em plena ditadura militar com a constituição do PL775 – Lei de Desenvolvimento Urbano de 1983 e a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano, e segundo na década de 1990 com a Reforma do Estado e a orientação das Agências internacionais, chegando a criação do Ministério das Cidades. Finalizando apresentamos o "modelo" de planejamento e gestão contemporânea (em construção) com suas variáveis e indicadores.

Capítulo 03 – A planejamento e gestão pública contemporânea em três cidades glocais brasileiras.

O capítulo apresenta os estudos de caso das cidades de Ribeirão Preto-SP, Uberlândia-MG e Londrina-PR, cidades glocais localizadas nos vetores viários de expansão da cidade de São Paulo, metrópole global. Primeiramente realizamos uma apresentação analítica geopolítica e econômica, justificando a escolha destes tecidos para o estudo de seus processos de planejamento e gestão no período determinado. Posteriormente historiamos o processo recente de planejamento e gestão com a verificação da estruturação de planos e da legislação urbanística para o ordenamento territorial, e a aplicação da matriz analítica. O estudo verificou quais destes instrumentos detectados foram definidos e /ou aplicados no processo de planejamento e gestão destas cidades, objetivando demonstrar a conformação do “modelo” contemporâneo de planejamento e gestão municipal baseado nos preceitos empresariais e na participação da sociedade organizada, garantindo maior governabilidade e conseqüentemente melhores condições de habitabilidade. Os instrumentos detectados são as ações estratégicas de planejamento; os mecanismos para a gestão eficiente, como a parceria pública e privada, e a governança; a infraestrutura telemática; e as ações espaciais e ambientais voltadas para o alcance de grandes lucros.

Considerações Finais

Finalizando o trabalho, apresentamos as considerações finais frente às questões colocadas e contextualizadas nas cidades analisadas, a problemática levantada, a verificação das hipóteses estabelecidas. Constatamos as possibilidades que os novos instrumentos de planejamento e gestão definidos na matriz analítica podem proporcionar aos municípios para pensar e executar cenários futuros mais justos e equilibrados social e economicamente.

Capítulo 01:
O PLANEJAMENTO CONTEMPORÂNEO NAS CIDADES GLOCAIS.

1.1 Em direção ao novo *modus operandi* de gestão e produção da cidade.

A migração campo-cidade, a partir da década de 1970, se acentuou face ao processo de industrialização desenfreado que o Brasil sofreu durante o período do milagre econômico. O desenvolvimento econômico gerado pelo processo de industrialização sempre esteve deslocado do processo de planejamento urbano das cidades brasileiras gerando o agravamento dos problemas urbanos, onde o capital teve franco acesso ao solo urbano espacializando seus interesses.

A atração para as cidades gerada pelas novas oportunidades de trabalho e conseqüentemente por melhores condições de vida frente a gama de serviços oferecidos no espaço urbano, levou ao deslocamento cada vez maior de populações para os centros mais industrializados. As cidades despreparadas para receber este afluxo de novos habitantes assim como de infra-estrutura necessária para a locação destes novos setores produtivos, desencadearam em seu processo de urbanização a construção da cidade ilegal. A causa principal desta ocorrência foi à desestruturação ou pouca estruturação da visão de planejamento urbano e da gestão das cidades. As administrações públicas por decorrência dos fatos urbanos agravados foram aos poucos incorporando ações de planejamento de seus espaços, muitas vezes em função de exigências do capital privado em consonância com as políticas públicas urbanas das esferas superiores.

O planejamento urbano no Brasil se institucionaliza ao longo de várias décadas do século passado com várias iniciativas de elaboração de planos urbanísticos, planos diretores, planos de desenvolvimento, onde poucas ações são incorporadas pelas administrações públicas, sendo na sua grande maioria abandonados. Quando muito se aplicavam e implantavam a estruturação viária destes planos, e sempre favorecendo a ação do capital assim como as classes mais abastadas.

A partir dos planos nacionais de desenvolvimento o processo de industrialização se consolidará e nossas cidades se descobriram gravemente doentes, num

processo dual de divisão sócio-espacial – a cidade legal e ilegal – resultando em vários problemas e fenômenos urbanos como: a necessidade de provisão de moradias, saneamento básico, mobilidade urbana, preservação do patrimônio ambiental e histórico, áreas degradadas e deterioradas, verticalização, periferização, novas centralidades, entre outros que pela lógica capitalista acirram a exclusão social.

Foi na mesma década de 70 do século passado, que se ampliou e se institucionalizou o planejamento no país com franca elaboração de legislações referentes às questões de organização do espaço brasileiro sejam em áreas urbanas ou rurais. O governo federal criou e ampliou a ação de órgãos competentes para organização, supervisão e fiscalização do planejamento das ações governamentais nas três escalas do poder. Já a partir da década de 50 a administração pública contava com órgãos como a SUDAM (Superintendência Desenvolvimento Amazônia), SUDENE (Superintendência Desenvolvimento Nordeste), Ministério do Planejamento, posteriormente o SERFHAU (Serviço Federal Habitação e Urbanismo, CNPU (Comissão Nacional Política Urbana), CNDU (Conselho Nacional Desenvolvimento Urbano), e o Ministério de Desenvolvimento Urbano já no final do Governo militar.²

Data de 1979 nossa Lei de Parcelamento do Solo Urbano – 6766/79, documento atualmente em revisão no congresso nacional, primeira legislação em vigor que traz princípios de ordenamento territorial. Foi em 1983 que se criou a proposta de Lei de Desenvolvimento Urbano – PL775, base do Estatuto da Cidade e um dos resultados das ações dos movimentos reivindicatórios urbanos. A Reforma Urbana já necessária com o apoio de vários setores da sociedade, como, as pastorais da igreja, associações de moradores, militantes partidários, entre outros, culminou com a abertura política do país na volta ao regime democrático com a Nova República e a construção da Constituição de 1988.

Acredita-se ainda que com o capítulo de política urbana da constituição brasileira que garante a função social da propriedade dando o tom da política urbana, os problemas urbanos seriam finalmente resolvidos, pois a

² Estes órgãos SUDAM, SUDENE, SERFHAU, CNPU, e CNDU, foram criados na década de 1960 para abranger o atendimento de regiões e municípios do território nacional.

obrigatoriedade de elaboração do plano diretor de desenvolvimento municipal colocaria em prática o planejamento enquanto disciplina visando ordenar o território e o desenvolvimento saudável das nossas cidades. Esta perspectiva do plano salvador³, paradigmática, e burocratizada, permanece até hoje nas ações do Ministério das Cidades criado pelo governo do PT, ministério este fundamental para estabelecer a política nacional de desenvolvimento municipal, entre outras ações de apoio aos municípios brasileiros.

Paralelo a estas questões de ordenamento do território brasileiro, e estruturação do seu desenvolvimento, definido como de capitalismo tardio, se da à reestruturação econômica mundial, associada à revolução digital, e sobrepondo aos governos dos países periféricos a necessidade de revisão de estratégias e procedimentos administrativos para o desenvolvimento nacional, a fim de se inserirem no processo de globalização. Este ajuste já era sentido no meio empresarial público e privado na década de 1970, e se tornou visível espacialmente nas cidades, principalmente nos grandes centros, a partir do início da década de 1980, refletindo na flexibilidade da legislação urbana com a utilização de instrumentos que disciplinem o capital, mas não o impeçam de agir sobre o solo mercadoria.

As administrações municipais no período pós-constituente de 1988, independente de suas ideologias partidárias, unificaram o discurso do planejamento elaborando planos diretores de desenvolvimento municipal seguindo a legislação federal estabelecida dentro do paradigma da carta magna com a definição de instrumentos que visam garantir maior qualidade de vida aos cidadãos e principalmente dirimirem as distâncias sociais. Esta visão uníssona dos planos diretores se mostrará claramente ineficiente, por não incorporarem instancias verdadeiramente democráticas de participação da sociedade no processo de planejamento e serem mero cumprimento de exigência legal. Porém as administrações com gestores atentos ao processo de transformação global e que incorporam inovações técnicas no processo de pensar as cidades se destacaram por apresentarem resultados mesmo que parciais, embora a continuidade da ação de planejamento seja incompatível com a visão política dos partidos no poder.

³ Ver Villça (2005) – As Ilusões do Plano Diretor em <http://www.flaviovillaca.arq.br/livros01.html> - acesso em 2006.

O planejamento incorporou a visão estratégica em sua metodologia de pensar o município e a administração pública se voltou para a gestão compartilhada, numa ação de cooperação entre Estado, mercado e terceiro setor.⁴ Este cenário é decorrente da reforma do Estado, a partir da crise do Estado social burocrático e a constituição do Estado Mínimo, levando à necessidade de inovar com instrumentos de gestão para garantir a qualidade e a eficiência na implementação de políticas públicas. Assim desponta como elemento dinâmico de ação para o planejamento e a gestão pública municipal um instrumento de operação do mundo empresarial, o planejamento estratégico (agora para os municípios) como visão de cenários futuros de desenvolvimento acompanhado de vários outros componentes técnicos empresariais que estão sendo incorporados pelos administradores públicos.

Desta forma incorporou-se frente às transformações econômicas globais, onde a volatilização do capital se reflete espacialmente nas cidades sendo necessário para fixá-lo, ampla gama de atrativos no urbano. Isto faz com que as cidades estabeleçam novos conceitos em sua forma de atuação com políticas públicas na mesma linha do *empresariamento urbano estratégico* segundo Archer (1995) in Compans (2000) e outros na mesma linha como os conceitos de *cidade-empresa*, *cidade mercadoria*, e *cidade-pátria*, segundo Castells (1996), Borja (1998), Forn (1997).

Os conceitos de cidade-empresa e cidade-mercadoria atribuem ao poder local o papel de capitalista coletivo, onde vender a cidade converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais e dos principais campos de negociação público-privado.

Para Castells (1996) a estratégia governamental para as cidades deve ser *competitividade*, *produtividade* e *tecnologia*, explorar o potencial local na formação de pólos de desenvolvimento. Estruturação local/regional como meio de competir na escala global na nova lógica do espaço de fluxos.

⁴ Entende-se por Terceiro Setor não só as organizações que juridicamente estão no âmbito do direito privado, mas não possuem finalidade lucrativa e que se tornaram elemento articulador da sociedade com reflexos na estrutura de poder e administrativa, mas também os outros segmentos sociais organizados.

Para Sassen (1998) a mobilidade do capital em nível nacional e transnacional possibilita a articulação entre diferentes áreas geográficas na economia mundial, com diferentes localizações para as transações internacionais, principalmente as zonas de processamento de exportações, e de outras atividades produtivas. Incluir as cidades na análise das atividades econômicas mundiais contribui para a compreensão dos processos da globalização a partir do local com suas especificidades e geografias particulares.

“Os processos da globalização econômica são, assim, como complexos de produção concreta, situada em lugares específicos, e que contêm uma multiplicidade de atividades e interesses, muitos dos quais desligados de processos globais. Focalizar as cidades permite-nos especificar uma geografia dos lugares estratégicos em escala global, bem como as micro-geografias e a política presentes nesses lugares.” (Sassen, 1998, pag.16)

Harvey (1996) discorre sobre o *empresariamento urbano* como produto da transformação dos meios de produção do regime fordista e keynesiano para o regime de acumulação flexível.

Para Giangregorio (2000) uma das conseqüências deste processo de empresariamento da gestão pública é “a cada vez mais preponderante intervenção de promotores privados na construção dos espaços de encontro, em parcial substituição da tradicional intervenção pública”.

Para alguns autores como Maricato (2000) e Vainer (2000) e Arantes (2000) em “*A cidade do pensamento único*”, estes conceitos direcionam a política e o planejamento urbanos para um viés essencialmente economicista se distanciando da visão social sobre a cidade. Arantes ainda alerta para a ênfase na produção de espaços culturais como reestruturadores e na busca por usuários solventes. O espaço planejado para quem pode pagar.

Não podemos deixar de evidenciar como afirma Vainer (2000) “o envolvimento direto das agências de cooperação e instituições multilaterais em sua difusão e de seus conceitos básicos” através de documentos elaborados a pedido e com o apoio do Banco Mundial, Agência Habitat, e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Neste cenário outro conceito de formulação de políticas públicas municipais (e mesmo no âmbito regional), está sendo discutido pelas cidades para o desenvolvimento local frente à dualidade global/ local, é constituído a partir do *desenvolvimento municipal integrado e sustentável*⁵, da mesma forma tem a base dos conceitos anteriores, e viabilizado a partir dos planos e projetos estratégicos.

A finalidade principal destes conceitos é garantir o desenvolvimento econômico do município, através da promoção de reestruturações do espaço urbano para sua inclusão no circuito do capital internacional, principalmente com investimentos no terciário avançado.

A visão ambientalista de sustentabilidade, a incorporação dos processos informacionais, e a necessidade de mobilidade, darão a tônica das ações de intervenção no tecido urbano em consonância com os investimentos privados. Parques tecnológicos, centros comerciais de consumo, o gosto burguês de morar fechado, redes de hotéis, equipamentos para deslocamento de alta velocidade, equipamentos para o turismo de negócios, entre outros.

Este ideário de intervenções contemporâneas no espaço urbano esta caracterizado por três tipos de intervenção:

- Ações culturais, claramente historicistas, numa tentativa de resgate dos valores afetivos da população;
- Os investimentos em infra-estrutura urbana, principalmente de saneamento e na conscientização das questões relativas ao desenvolvimento sustentável;
- A necessidade de investimentos em infra-estrutura tecnológica, para a conexão de redes e fluxos, via telemática, estruturando o processo de urbanização virtual.

Segundo Bonduki (1996) essas práticas "caracterizam essa nova postura de gestão das cidades, baseada no trinômio: participação – desenvolvimento

⁵ Desenvolvimento municipal integrado e sustentável é a compreensão da necessidade de articulação entre todos os atores que integram no âmbito local, como: os econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais e científico-tecnológicos. E atendendo às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades futuras e das gerações futuras.

sustentável – qualidade de vida e do ambiente”, e denominada de modelo *ambiental participativo*.

Assim nas últimas três décadas Estado, mercado e sociedade irão agir sobre o território municipal numa forma de ação experimental, numa aplicação inócua da legislação recentemente concebida, num processo de aprendizado e construção democrática onde infelizmente o preceito de cidadania para todos ainda está aquém de ser alcançado.

Experiências de intervenções locais articuladas entre as administrações públicas e organizações não governamentais com caráter inter-setorial, têm apresentado resultados satisfatórios quando combinam urbanizações de favelas e programas sociais, gerando emprego e renda; ou na gestão da produção de habitações, onde o poder público divide o poder e a responsabilidade pelos programas sociais, combinando a função social e não lucrativa das ações governamentais com a agilidade e eficiência que a gestão privada possibilita, garantindo melhores resultados em termos de qualidade e baixo custo.⁶

1.2 O “modelo” contemporâneo de Planejamento e Gestão para o desenvolvimento das cidades glocais.

Para maior compreensão destacamos a seguir os instrumentos analíticos a serem observados e que conformam o “modelo” de planejamento e gestão municipal a partir da detecção dos conceitos apresentados. Estes conceitos partem então de uma nova postura do poder público municipal frente à forma de pensar e agir sobre o território, baseado na *atração, acompanhamento e negociação* dos investimentos na cidade e região, e estando subordinado por “fatores externos que os responsáveis públicos não podem dominar”. (Ascher, 1995 apud Compans, 2000)

⁶ Sobre o empreendedorismo na administração pública ver – Osborne, David e Glaber, Ted.; Reinventado o Governo. Trad. Sérgio Fernandes Guarischi. Bath e Ewaldo Magalhães Jr. Brasília, MH Comunicações, 1998.

Neste sentido adotamos o conceito de glocal, definido e conceituado a partir de três vertentes para a compreensão da relação local/global com base nas proposições de Camargo (2004). Onde os fatores externos compreendem a ação sobre o território de forças produtivas na coexistência de capitais internos e externos constituindo uma nova divisão territorial do trabalho, associado ao reflexo espacial das atividades econômicas no território na abrangência das escalas urbano-regional e global.

A primeira vertente para a compreensão da relação local/global estabelecida pelas novas geografias da centralidade geradas pela globalização econômica que se referem aos grandes centros financeiros e comerciais internacionais. Centros estes que se destacam política e economicamente no cenário do capitalismo global: New York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Sydney e Hong Kong, entre outros.

Sassem (1998) inclui nesta geografia a cidade de São Paulo e a Cidade do México, e afirma o aumento de intensidade e magnitude das transações dos mercados financeiros, os investimentos e fluxos de serviços, entre estas cidades.

Crocco *et al* (2008) em seu estudo sobre as redes e polarização urbana e financeira, analisando a rede urbana brasileira e a estruturação financeira no país, constata a polarização da cidade de São Paulo e demonstra a importância de outros centros regionais, com a escala de mercados, na ofertas de produtos, na estrutura funcional e instalações, e os tipos de agentes. E constata ainda inexistência de estrutura financeira em 2403 municípios no Brasil.

A segunda vertente defronta-se com o aumento das relações entre as cidades regionais que funcionam como locais de produção e como mercados para o capital global. Atuando localmente como pólo de atração regional organizadas pela produção de mercadorias globais, via *commodities*, como o setor energético (petróleo, álcool, e bicombustíveis, etc.) e de produção de alimentos (soja - proteína vegetal, suco de laranja, carne - proteína animal, etc.). Com esta visão que analisamos as cidades objeto de estudo desta tese, como veremos mais a frente com as cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina,

idades glocais de produção agroindustrial e pólos regionais de prestação de serviços.

Paulillo (2000) verifica nas relações de poder dos complexos agroindustriais brasileiros, especificamente o citrícola e sucroalcooleiro, duas dimensões como redes políticas: "o espaço global, formado pelos fluxos, os circuitos espaciais de produção, (...) e os fixos, ou circuitos regionais de produção, que estão delimitados territorialmente pela estrutura de poder ou pela estrutura tecnológica e possuem articulações com os circuitos espaciais." ⁷

A terceira vertente se constitui nos lugares de produção de inovações para a indústria atual, as finanças e os serviços especializados às empresas. Sasse (1998) afirma que "várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais."

Segundo Guell (2000) através da análise dos modelos de desenvolvimento econômico, considerando a ação dos governos locais e das empresas privadas, define estas localidades como de desenvolvimento inovador espontâneo ou induzido, constituindo pólos de desenvolvimento de inovações tecnológicas, como o Silicon Valley (Califórnia), Route 128 (Gran Boston) nos EUA, e Sophia Antípolis (França), Silicon Glenn (Escócia), entre outros.

Isto implica para garantir um desenvolvimento que beneficie o município em sua totalidade e conseqüentemente a todos os cidadãos, primeiramente, necessário ampliar e fomentar as instâncias de participação social, e entender o planejamento como processo, com a constante alimentação e revisão das ações implantadas e previstas nos planos de desenvolvimento. Em direção a minimizar os impactos no fenômeno urbano, onde os conflitos se estabelecem na mesma velocidade do capital, e por conta deste, impactam o território agravando as desigualdades sociais.

⁷ Sobre Fluxos e Fixos ver Santos, M. - Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo. Hucitec .1996

Para tanto se faz necessário focar políticas de desenvolvimento local de inclusão produtiva, onde o município deve fomentar a auto-organização local aproveitando o capital social existente. Como afirma Dawbor (2007) desenvolver o local “é um processo de dinâmica cultural e política que transforma a vida social”.

Estas aglomerações setoriais de empresas de reconhecido sucesso de desenvolvimento econômico destacaram-se devido às questões locais, em função da relação do espaço com o conhecimento técnico-comercial, nas relações extracontratuais ou extra-comerciais das pequenas e médias empresas, ou como nos mostra Santos (1997) com o desenvolvimento do meio técnico científico informacional.⁸

Estes arranjos locais são, portanto baseados na cooperação e aperfeiçoamento do conhecimento técnico e comercial a exemplo da Terceira Itália, indo ao encontro dos movimentos de mercados e capitais cada vez mais livres na escala global, favorecendo e fixando o desenvolvimento econômico e tecnológico no local, diferentemente das políticas fiscais que favorecem o deslocamento do capital a procura de outros benefícios momentâneos, como os movimentos da guerra fiscal.

São denominadas de APL's - Arranjos Produtivos Locais, *Clusters*, ou sistemas produtivos locais, e contribuem através do seu desenvolvimento significativamente para a economia local e regional, incorporando junto aos governos locais ações de cooperação e planejamento participativo.

Neste sentido as ações devem ir além da incorporação dos mecanismos verticalizados disponibilizados pelas instancias superiores governamentais, ou pelos interesses localizados da iniciativa privada na incorporação de novos empreendimentos empresariais. Os resultados verificados das políticas de cima para baixo estão e sempre estiveram atrelados aos anseios das elites locais, econômicas e políticas, e no momento atual também aos interesses do capital

⁸ Sobre o meio técnico científico e informacional ver Santos, M. Técnica, espaço tempo- Globalização e meio técnico-científico Informacional – São Paulo. Hucitec. 1997.

internacional, gerando maior concentração de renda e não reinvestindo o excedente da produção no local, transferindo-o para a matriz.

Cabe ao município e a região estabelecer e implantar políticas de desenvolvimento de cima para baixo junto às esferas nacionais e supranacionais, que agregam valor ao local, estabelecendo diretrizes que “obriguem” reinvestir pelo menos parte do excedente no local.

Simultaneamente estes municípios e regiões devem explorar dinâmicas de desenvolvimento nas várias escalas de sua atuação, formatando “organizações plurais que se articulam para dinamizar uma região, envolvendo diversos atores”. (Dawbor 2007)

Na realidade, os municípios constituem os blocos com os quais se constrói o país. Ainda que as instâncias superiores de gestão sejam importantes, criando grandes infra-estruturas, assegurando equilíbrio macro-econômico e desenvolvendo políticas tecnológicas, todo esse empenho deve se materializar em territórios bem geridos, sendo apropriado de forma inteligente, democrática e participativa pelos atores locais. (Dawbor, 2007-pag.15)

Faz-se necessário rever a dimensão espacial do processo de desenvolvimento socioeconômico superando a visão localista da atividade econômica no espaço, e compreendendo sua dimensão no processo de reprodução da sociedade, realizado pela produção social do espaço, onde a dinâmica espacial traz como tema a urbanização incorporando neste momento os processos globais de produção. (A.F.A. Carlos, 2003)

Cabe à dimensão institucional para alcançar o desenvolvimento local, realizar mudanças na estrutura organizacional principalmente nas áreas financeira e das tecnologias, ampliando mecanismos mais democráticos nos municípios da região, pois é no local onde os problemas acontecem e a comunidade pode ser ouvida e participar concretamente. Proporcionar atuação e inserção de investimentos em seu território através da atração de capital externo e ao mesmo tempo incentivar iniciativas locais. E experimentar novas formas de gerenciamento municipal integrando setores governamentais e da sociedade organizada verticalmente e horizontalmente.

Neste sentido o “modelo” em construção de planejamento e gestão para o desenvolvimento local foi detectado a partir de alguns instrumentos e ações que sejam transformadores e flexíveis para em ação conjunta, o Estado, a Iniciativa Privada e a Sociedade Civil, de forma participativa, ajam em busca de soluções de compromisso numa coalizão social que diminua o peso do Estado e desonere a sociedade de suas ineficiências.

Os instrumentos detectados no “modelo” em construção de planejamento e gestão das cidades glocais são: o **planejamento estratégico** de cidades e as ações estratégicas, articuladas ou não, para o desenvolvimento do local; os mecanismos da **gestão administrativa eficiente**, com as parcerias públicas, privadas e sociais, a governança, e o accountability; a **infra-estrutura telemática** com as redes, portais, e o governo on line, na prestação de serviços e possibilidades de maior interação com o munícipe, e democratização eletrônica, conformando o processo de urbanização virtual; as **ações espaço-ambientais** na consolidação dos processos de periferização e verticalização com atuação do mercado imobiliário voltado para as classes dominantes com a possibilidade de grandes lucros indo ao encontro da edge city, ao processo de gentrificação, e a implantação de âncoras multifuncionais no ambiente urbano, com ações culturais, e investimentos voltados para o desenvolvimento sustentável.

1.3 Exemplos em construção do modelo de planejamento e gestão contemporâneo das cidades glocais.

Como exemplos deste modelo em construção, podemos verificar algumas ações em cidades como Santo André no ABC região metropolitana de São Paulo, Curitiba capital do Estado do Paraná, e Porto Alegre capital do Estado do Rio Grande Sul.

1.3.1 Santo André - SP

Na escala regional a região do Grande ABC tendo a frente o ex-prefeito Celso Daniel da cidade de Santo André no início da década de 1990 articulou com os municípios vizinhos ao seu, a criação do Consórcio Intermunicipal do Grande

ABC (originalmente denominado de Consórcio das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings), com objetivo de trabalharem juntos sobre os problemas comuns dos municípios da Sub-Região Sudeste da Metrópole paulistana. Estas prefeituras se associaram para equacionar, discutir e adotar medidas em conjunto, em prol do desenvolvimento local em virtude da perda de vitalidade econômica ocorrida pelo deslocamento de setores produtivos industrializados, pela desterritorialização do capital, pelo desemprego estrutural e pelos problemas decorrentes da conurbação urbana das cidades da região.

A partir da constituição do Consórcio do Grande ABC, outras iniciativas inovadoras foram sendo implantada na escala regional como a Câmara do Grande ABC com a proposta de gestão pública consensual. Integram a Câmara, o poder público nas escalas Estadual e Municipal (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e a sociedade civil, para juntos estabeleceram o planejamento estratégico com a criação do Plano Estratégico Regional do Grande ABC, buscando soluções para equacionar as problemáticas, socioeconômica, ambiental, físico-territorial, e de mobilidade regional. Outra iniciativa importante foi a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, uma ONG Mista, criada para dar suporte institucional, em conjunto com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, aos trabalhos coordenados pela Câmara do Grande ABC. Seus objetivos principais são: disponibilizar um banco de informações regionais, programarem o marketing regional e desenvolver atividades de apoio e fomento a empresas.

A cidade de Santo André – SP na gestão do prefeito Celso Daniel elaborou o projeto urbano Eixo Tamanduateí. O projeto apresenta como principal objetivo a criação de uma nova centralidade metropolitana como transformação espacial face às novas situações econômicas e tecnológicas contemporâneas, com a ocupação de vazios urbanos ocasionados pela reestruturação da produção industrial no município. Esta ação está alinhada nos programas de parcerias, com investimentos dos setores públicos e privados.

Segundo Borja consultor internacional do projeto:

“A perda da atividade industrial é o principal fenômeno experimentado por Santo André. Junto com isso ocorre também a crise do desemprego. O que importa, de agora em diante, é descobrir novas possibilidades (...) Santo André abriga importante ligação do Grande ABC com São Paulo e, também, com o principal aeroporto internacional do Estado. O que se pretende com o Eixo Tamanduateí, no fundo, é conferir dinamismo a uma via que não pode ser apenas uma passagem. Tem de ser um lugar público bonito e bem aproveitado, pois é equipamento estratégico para o planejamento da cidade”.⁹

Para Rolnik, também consultora do projeto, avalia que esta região da metrópole sempre foi visto como local de trabalho, portanto a partir desta visão a origem de todos os males da metrópole paulista.

“Em função dessa estrutura, as pessoas ficam obrigadas a deslocamento cotidiano do leste-sudeste em relação ao centro e vice-versa. (...) Além do mais, do ponto de vista da qualidade de vida, a situação é precária, pois se constituem não-cidades vinculadas a cidades. No fim ficam tudo não cidades, por causa da deterioração. A explicação é o próprio perfil do Grande ABC, um dos mercados mais potentes da RM. É importante, ainda, o fato de a região abrigar hectares e hectares de áreas subutilizadas ou ociosas. Assim o potencial de transformação de uso do Eixo Tamanduateí é imenso”.¹⁰

Segundo Lopes (1998) apud Sakata (2006) Borja recomenda que a região do ABC se estruture como uma nova centralidade iniciando um processo de descentralização da metrópole paulistana como meio de equilibrar o desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, devido “uma excessiva centralização política e econômica do Estado de São Paulo na capital”.

Sakata (2006) relata que a segunda gestão Celso Daniel de 1997 a 2002, lançou o “Projeto Santo André Cidade Futuro” e trouxe Jordi Borja para apresentar uma palestra sobre a experiência espanhola de projetos de intervenção da mesma natureza baseados no planejamento estratégico de cidades.

Ainda segundo Sakata (2006) o então prefeito Celso Daniel em sua segunda gestão reestruturou sua administração criando duas novas secretarias municipais a Secretaria de desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Relações Internacionais alinhadas às estratégias de desenvolvimento local em

⁹ Informativo Livre Mercado - impresso divulgação do projeto Eixo Tamanduateí – Santo André Cidade Futuro – 1999.

¹⁰ Idem.

consonância com o Consórcio Intermunicipal do ABC. Estas secretarias tinham “o propósito de elaboração e gestão de políticas de desenvolvimento local e de articulação com governos e instituições internacionais”.

Segundo Santoro (2005) O projeto de Santo André se contextualiza sobre três aspectos: econômico, político e da política urbana. O primeiro aspecto é **econômico** em função do processo de reestruturação industrial com o deslocamento para outras localidades em busca de maiores benefícios, pelos processos de reengenharia com a transformação das grandes plantas fabris, e também “em função das deseconomias internas à Região Metropolitana, como por exemplo o trânsito intenso gerando viagens demoradas, a má condição das estradas e dificuldade de fluxo, além do número considerável de roubo de cargas”.

No segundo aspecto colocado, o **político**, está centralizado na figura do ex-prefeito Celso Daniel principal articulador do projeto dando segurança aos empreendedores e a população, estruturando ações regionais numa visão estratégica que visava o dinamismo econômico do município com atração de novos empreendimentos do setor secundário e terciário, numa ação para maior competitividade entre as cidades. Partindo de uma estratégia regional em consonância com o Consórcio ABC para a mudança de uso das áreas industriais para o uso comercial e de serviços, dinamizando economicamente o município e a região, requalificando o espaço urbano degradado e em desuso. Por ser uma “centralidade metropolitana bem infra-estruturada”, a estratégia era estabelecer um programa de parcerias público-privadas promovendo a “valorização fundiária da região e gerassem contrapartidas que pudessem promover a inclusão social do município como um todo”.

O terceiro aspecto colocado é de discussão da **política urbana** com a função social da propriedade e da cidade a partir da constituição de 1988, e toda a repercussão do Movimento Nacional de Reforma Urbana pela discussão por novos instrumentos urbanísticos que resultou 13 anos depois na aprovação do Estatuto da Cidade. É notório o reconhecimento deste movimento no período que antecede a Constituição federal de 1988, e com esta, a formatação do discurso da política urbana. Decorrentes das lutas urbanas dos movimentos

sociais, das associações de classe, universidades, e governos comprometidos pelo ideal de uma cidade mais igualitária, na busca de um planejamento e gestão mais democrática.

Santoro destaca precisamente os quatro objetivos do projeto:

“Essa centralidade atenderia a alguns objetivos do projeto, que tinham um viés: (a) **econômico** – combater o desaquecimento econômico e o desemprego estrutural provocado pela “reestruturação industrial” que se refletia principalmente nessa região essencialmente industrial; (b) **urbanístico** – recompor a estrutura urbana, unificando as partes Norte e Sul das áreas centrais do Município, integrando-as com os outros municípios do eixo; (c) **político** – ao reforçar um eixo que também é intermunicipal, estaria procurando articular um processo político intermunicipal que operasse para além das orientações específicas de cada gestão, ao mesmo tempo em que colocava Santo André como importante centro regional; e (d) **social** – promover a inclusão sócio-territorial democratizando os acessos a benefícios produzidos pelo desenvolvimento da cidade.” (SANTORO, 2005,p.30 - grifo nosso)

Segundo a prefeitura municipal¹¹ os objetivos do projeto são:

“a construção socializante de uma dinâmica urbana que promova a **inclusão social** e a participação popular nas instancias decisórias; a instrumentalização da **transferência de valores materiais**, como propriedade e renda, e **simbólicos**, como gestão democrático e participativo e direito irrestrito à cidade, para promoção da **equidade social**; requalificação **urbana global** de toda área abrangida pelo Projeto até 2020”. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2007 - grifo nosso)

Segundo o prefeito Celso Daniel (1999) atesta a necessidade, a importância e abrangência do projeto em sua apresentação no CD-ROM produzido para divulgação do projeto afirmando que:

“a criação de uma nova centralidade metropolitana no eixo Tamanduateí é um imenso desafio que nós do governo municipal estamos assumindo com todo o vigor e temos a convicção de que a iniciativa privada, a comunidade de Santo André, da Região do Grande ABC, Metropolitana, em conjunto com o governo do estado e do governo federal e nós teremos, todos juntos, condição de colocá-la realmente em prática. Não se trata apenas de uma reformulação de grande porte. Trata-se de garantir espaço e oportunidade de geração de emprego, num terciário avançado, o que significa, portanto, algo que tenha um sentido social da mais alta importância para Santo André e para Região do Grande ABC”.

¹¹ Ver apresentação site da cidade: www.santoandre.gov.sp.br. Acesso em 2006

Quatro equipes de arquitetos e urbanistas reconhecidos internacionalmente foram convidadas para a elaboração das propostas. A partir desta elaboração, a cidade montou uma equipe local para a montagem de uma proposta final que será discutida com a população. As equipes convidadas eram dirigidas por Eduardo Leira (Espanha), Joan Busquets (Espanha), Christian de Portzamparc (França), e Candido Malta (Brasil).

Eduardo Leira trabalhou com a questão da acessibilidade ao eixo como dinamizador da área propondo um anel perimetral de acesso vindo de encontro a idéia do Rodoanel paulistano permitindo conexão com o Aeroporto Internacional de Cumbica, e com a revitalização dos meios de acesso ao eixo, a Ferrovia e a Avenida dos Estados.

Joan Busquets centra sua proposta na reabilitação da área, transformando o vale do rio Tamandateí e a Avenida dos Estados em um grande parque linear. A construção de uma nova paisagem urbana como mote para a reconversão do eixo e o fomento por novos usos.

Christian de Portzamparc irá centrar sua proposta na escala da vizinhança com o projeto da quadra aberta, numa construção de paisagem volumétrica estruturada com cheios e vazios a partir da trama de acessibilidade existente.

Candido Malta parte da idéia do corredor metropolitano como estruturador do espaço urbano, integrando as duas áreas da cidade com estudos de densidade da ocupação e criação de centros e sub-centros.

Das propostas apresentadas se elaborou um projeto síntese para implantação considerando as questões e suas devidas soluções projetadas pelas quatro equipes possíveis e prementes de serem implantadas.

Um grupo promotor plural construído por 22 representantes¹² foi criado para dar continuidade ao processo para a implantação do projeto e sua gestão, independente das gestões administrativas futuras, podendo assim alcançar

¹²Os representantes são: 04 empresários da indústria, 02 área imobiliária, 03 sociedade civil, 02 entidades, 02 imprensa, 07 administração pública, 02 consultores.

êxito se incorporado pela opinião pública a partir do debate com a sociedade. (Sakata, 2005)

Fica claramente evidenciada a utilização de parte da metodologia, ou do encaminhamento para o planejamento estratégico, incorporando o marketing urbano, a competitividade e a utilização de grifes da arquitetura e do urbanismo internacional. Plano de ação, consenso em torno do projeto com instâncias de participação da sociedade, integração regional, eficiência e autonomia em relação à gestão pública, e a fundamental liderança do ex-prefeito assassinado Celso Daniel, demonstram a incorporação e a formação de novas práticas associadas ao discurso social do planejamento brasileiro decorrente do movimento de reforma urbana.



Figura 01 - Shopping ABC Plaza - as imagens mostram (antes e depois) a implantação de Shopping Center, Hipermercado e Home - center em área antes ocupada por indústria, com ampliação e reurbanização da via e implementação do conceito de espaço privado de uso público.

Fonte: www.santoandre.sp.gov.br, 2006



Figura 02 - Plano Diretor Projeto Eixo Tamanduateí
 Fonte: www.santoandre.sp.gov.br, 2006

1.3.3 Curitiba – PR

Outro importante exemplo de políticas públicas de desenvolvimento local é a cidade de Curitiba – PR, reconhecida mundialmente como exemplo de planejamento, após quase quarenta anos de ações estrategicamente elaboradas e divulgadas com o intuito de atrair novos investimentos. Após sucessivas administrações seu maior mentor, o Ex-Governador do Paraná Jayme Leirner, através do IPPUC – Instituto Pesquisa Planejamento Urbano Curitiba, órgão planejador da cidade, implantou uma série de ações estratégicas de desenvolvimento urbano localizadas na zona norte e central da cidade, baseadas essencialmente no zoneamento, no sistema viário e de transportes.

Nestas regiões nobres localizam-se quase todos os equipamentos que conformam a nova paisagem da cidade, apresentando em sua estrutura urbana, forte influência do urbanismo americano. Caracterizada pela exclusão sócio-espacial, Curitiba constituiu uma extensa periferia pobre localizada na zona sul da cidade e abastecida apenas com infra-estrutura básica. Água, esgoto, iluminação, e equipamentos de educação e saúde, nem sempre presentes na sua totalidade.

Na gestão Taniguchi de 2001 a 2004, a Curitiba Social, como era definida por seus planejadores, investe na formação de um pólo tecnológico, alinhando seu parque industrial à concentração de centros educacionais e de pesquisas, buscando se qualificar como cidade mundial e atrair novos investimentos.

Curitiba será talvez a primeira cidade brasileira a utilizar do marketing urbano e ambiental como recurso para vender a cidade, indo de encontro aos conceitos colocados pelo “modelo” de planejamento contemporâneo como vimos. Porém há que se atentar, frente aos resultados e reconhecimentos alcançados inclusive internacionalmente, aos ganhos espaciais e sociais que esta cidade oferece a seus munícipes. Conforme atesta Faraco, a partir de seus estudos sobre o planejamento da cidade, sobre a redução que fazem ao sucesso da experiência Curitibana ao projeto de marketing.

Não há dúvidas que muitas ações, realizações e intervenções relacionadas ao planejamento urbano na capital paranaense apoiaram-se em estratégias de marketing. No entanto, não é possível revesti-las de mérito – que se sustentam por décadas e permeia diferentes segmentos da sociedade, inclusive grande parte da intelectualidade local – sem amparo algum na realidade. (FARACO, 2002 pag.292-3)

Celso Daniel coloca a necessidade do Marketing de Cidades porém o distingue em duas formas de atuação. A propaganda como resultante da construção de imagem para vender a cidade, que é pejorativa; e a divulgação das qualidades do lugar para desmistificar uma imagem equivocada do local, quando se refere à visão deteriorada que se tem de Santo André e região, resultado de seu processo de industrialização e político-sindicalista, sendo neste sentido importante para o desenvolvimento econômico local.¹³

Para Sánches (1997) o marketing urbano é uma estratégia dos governos locais para consolidar, na construção da nova paisagem da cidade a “espetacularização” dos espaços de representação urbana moldando a vida, no caso a do curitibano, com a produção de signos espaciais de consumo da cidade como os parques urbanos, os espaços culturais, entre outros.

Atesta também a autora sobre a participação fundamental dos organismos internacionais, não só no modelo curitibano, mas também para toda América Latina, como o BID (Banco Interamericano Desenvolvimento), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento), Banco Mundial e ONU (Organização das Nações Unidas), sendo estes dois últimos grandes responsáveis pela divulgação dos resultados das ações curitibanas sobre o espaço da cidade na formação do modelo com “seqüência de premiações outorgadas à Prefeitura Municipal pelas mesmas agências, além de destaques em seus relatórios anuais e numerosos artigos de difusão internacional” (SÁNCHEZ, 2001. pg.36).

Lembramos que a sociedade contemporânea esta sobre a égide do consumo e o homem pós-moderno frente ao desenvolvimento científico e tecnológico amplia sua perspectiva de vida buscando melhorar a qualidade de suas atividades e ações refletidas no espaço com a possibilidade de maior tempo livre.

¹³ Ver Seção Debate: Desenvolvimento econômico local: aliança e competição entre cidades. Edição: Sarah Feldman e Maria Cristina Silva Leme. In Espaço & Debates nº 41. ISSN 0101-5621.

Investimentos na construção de equipamentos urbanos e espaços de uso público que atendam a sociedade local e melhorem a qualidade espacial, ambiental e conseqüentemente de vida dos cidadãos são importantes ações dos governos locais. A incorporação de mecanismos da administração de empresas pela administração pública nas gestões locais vem de encontro aos anseios da sociedade em geral na busca pelo desenvolvimento.

Deve-se garantir o alcance destes benefícios a todos os segmentos sociais, minimizando as possibilidades de exclusão social e segregação espacial, o que Curitiba ainda não conseguiu, embora tenham implantado inúmeros programas sociais que atendam as faixas menos abastadas.

A história nos mostra outros momentos com outras denominações onde a elaboração de planos urbanísticos com projetos urbanos de embelezamento, ordenamento e regulamentação das cidades, como por exemplo, o City Beautiful americano que já colocava a necessidade de divulgar as ações planejadas junto a sociedade, carregadas de articulações políticas e econômicas das elites locais. Faz-se necessário a ampliação das instâncias de participação como quer Porto Alegre, mas também a formação deste novo cidadão agora participativo.

Segundo Faraco (2002) atesta sobre o processo de planejamento da cidade que o tão divulgado êxito urbanístico curitibano esta associado mais a forte atuação do IPPUC - Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, "em decorrência da concretização de idéias, diretrizes e políticas engendradas no interior do processo", do que diretamente como resultante das diretrizes estabelecidas nos planos diretores municipais.

Consta no regulamento do IPPUC entre suas finalidades "criar condições de implementação e continuidade do planejamento e estabelecer a adaptação constante dos planos setoriais ou globais às realidades dinâmicas do desenvolvimento do município." Para a criação e estruturação organizacional do IPPUC tiveram como base o trabalho "Organização para o Planejamento Municipal" de autoria do engenheiro Mattos Pereira divulgado na Revista de Administração Municipal, do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração

Municipal) em 1963, preconizando a importância da continuidade do processo de planejamento municipal devido ao dinamismo do local. Afirma ainda, o documento, que mais importante que o plano é a equipe e a estrutura local de planejamento permanentemente em constantes estudos. Indica ainda certa independência do escritório técnico de planejamento do município e os outros órgãos da prefeitura. (Faraco, 2002)

Segundo Bonametti (2000), em Curitiba o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba – está organizado em três Supervisões Técnicas: a de Informações, responsável pela produção, sistematização e análise das informações necessárias ao planejamento e à ação dos diversos órgãos da prefeitura; a de Planejamento, responsável pela definição das diretrizes de desenvolvimento do Município e pela elaboração de planos, programas e projetos; e a de Implantação, responsável pelas atividades de saída do processo de planejamento, com o acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento dos planos, programas e projetos.

As principais realizações dos governos do município de Curitiba foram realizadas com amparo do IPPUC, mas ocorreram desvinculadas do plano diretor da cidade. A CIC – Cidade Industrial de Curitiba com o incremento do setor secundário foi responsável pela inserção da economia local no mercado globalizado com aumento do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) per capita de U\$ 2.117 em 1980 para U\$ 7.827 em 1996; os vinte sete Parques Urbanos e Bosques implantados que alcançaram 52m² de área verde por habitantes; os investimentos no eficiente Transporte coletivo; a estruturação do Sistema Viário e o Zoneamento de uso e ocupação do solo; foram e são o foco do sucesso deste planejamento e desenho da cidade.

Para Falcoski (1997) Curitiba é exemplo por trabalhar seu planejamento com a “combinação integrada e tecnicamente monitorada entre Transporte, Sistema Viário e Uso do Solo como categorias estruturantes” do espaço da cidade.

Faraco (2002) credita o sucesso do planejamento da cidade de Curitiba a atuação do IPPUC como órgão representativo junto à sociedade local, e atesta

em seus estudos que os planos diretores elaborados na década de 1960 não se realizaram, tendo sido alterados e em algumas situações abandonados.

A materialização da produção coletiva do órgão gerou identificações entre população, órgão e técnicos, emprestando-lhe credibilidade e representatividade política necessárias para situá-lo enquanto condutor das mais diversas práticas por nós observadas no processo de planejamento.(FARACO, 2002.Pag.293)

Podemos concluir que o sucesso do planejamento de Curitiba é mérito do IPPUC que conseguiu aglutinar forças diversas da sociedade local, garantindo credibilidade em suas ações, equacionando as dimensões técnica e política do planejamento municipal. E investindo fortemente em soluções projetuais urbanísticas, desenhando a cidade e construindo sua paisagem num processo constante de renovação do espaço em consonância com os setores produtivos da cidade. Sua estrutura de ação permite o acompanhamento do processo desde o levantamento da problemática local, passando pela definição das propostas, planos e projetos, e implantação das proposições e para execução das obras. Porém deve-se observar o fato de Curitiba como capital de Estado, sediar o poder Estadual em seu território o que politicamente favorece, as ações para o seu desenvolvimento, as ações de planejamento, e desenho da cidade, frente a sua representatividade local, regional e nacional. Outro fator importante a ressaltar é o constante pensar sobre a cidade nestes mais de quarenta anos ininterruptos de atuação.



Figura 03 - Parque Birigui
Fonte: www.curitiba.pr.com.br, 2007



Figura 04 - Ópera de Arame
Fonte: www.curitiba.pr.gov.br, 2007



Figura 05 - Estação Tubo - acesso
Fonte: www.curitiba.pr.com.br, 2007



Figura 06 - Corredor exclusivo - bi articulado
Fonte: www.curitiba.pr.gov.br, 2007

1.3.4 Porto Alegre - RS

Outro exemplo importante a ser citado são as políticas públicas urbanas da cidade de Porto Alegre - RS, também região metropolitana, com reconhecida gestão social, uma das primeiras a instituir o orçamento participativo, e um plano de ações estratégicas, de cunho social, que conta com um parque tecnológico de desenvolvimento para pequenas e médias empresas locais; e cidade promotora do Fórum Social Mundial, espaço de discussão global do movimento antiglobalização, ou por outra forma de globalização, baseada na solidariedade e no respeito às culturas, com desenvolvimento econômico e equidade social.

A cidade elaborou o 2º PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável alinhado as diretrizes ambientais da Agenda 21 das Nações Unidas estabelecidas na conferência de ECO-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro.

O plano foi idealizado a partir do enfoque de desenvolvimento sustentável integrado, e foi pensado de forma a passar do conceito de plano como norma para o plano visto como processo, e está articulado sobre uma estratégia básica de Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, que garante a condição de processo e a permanente participação.

Segundo informativo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o PDDUA apresenta como diferencial no conceito de plano-processo o fato de “ter sido proposto como um plano estratégico e ágil, que poderá ser alterado sempre que a dinâmica urbana assim o exigir, inclusive por uma decisão da comunidade.”

O Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre é composto por 07 estratégias de desenvolvimento municipal conforme podemos verificar em seu texto:

Art. 3º - O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do Município e compõe-se de sete estratégias, quais sejam:

- I - Estratégia de Estruturação Urbana;
- II - Estratégia de Mobilidade Urbana;
- III - Estratégia de Uso do Solo Privado;
- IV - Estratégia de Qualificação Ambiental;
- V - Estratégia de Promoção Econômica;
- VI - Estratégia de Produção da Cidade;
- VII - Estratégia do Sistema de Planejamento.

Parágrafo único - Para a implementação de políticas, programas e projetos, públicos ou privados, serão adotadas as diretrizes das estratégias

Comentário da lei

Art. 3º - As estratégias são os caminhos que se deve percorrer para que a cidade atinja seus objetivos de desenvolvimento. Elas tratam de sete temas que se complementam entre si e indicam políticas, programas e projetos, públicos e privados, para que se construa uma cidade de todos e para todos. As ações da Prefeitura e dos particulares devem respeitar estas idéias. O papel da população é exigir e ajudar para que elas de fato aconteçam. (PDDUA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre - 2003)

O Plano–processo definido por Pesci¹⁴ está centrado na estratégia de responder com agilidade e precisão aos anseios da demanda social com programas de atuação e formulação de projetos que revertam os problemas apresentados se apoiando em instrumentos de controle claros e compreensíveis. Construído coletivamente é um plano *autogovernado* onde a comunidade envolvida diretamente no processo de planejamento acredita no equilíbrio dos interesses dos vários segmentos sociais concatenados, compreendendo o processo de consenso de forma realista para sua sustentabilidade alcançando as metas estabelecidas ou almejadas. Em função do mecanismo de governança o plano apresenta certa *flexibilidade* como desafio em gerar e gerir propostas reais que atendam a todos os setores da sociedade. Coloca-se claramente oposto ao planejamento tradicional concebido e gerido por um corpo técnico competente e posteriormente divulgado aos munícipes interessados. O plano-processo é uma construção contínua, dinâmica e democrática em sua formulação e aplicação, adequado ambientalmente aos conceitos de sustentabilidade, e controlado por todos os setores sociais.

Em 1993, iniciou-se um processo de discussão sobre o futuro da cidade de Porto Alegre denominado **Porto Alegre Mais- Cidade Constituinte**, logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988 com a realização do I Congresso

¹⁴ Rubens Pesci – Cidade Sustentável: Enfoque global do 2º PDDUA- www.portoalegre.gov.rs.br – acesso em 2003.

da Cidade, resultando no estabelecimento de diretrizes que se tornaram objetivos a serem alcançados para o planejamento e gestão da cidade.

As nove metas são: **1.** Cidade com gestão democrática; **2.** Cidade descentralizada; **3.** Cidade que combate as desigualdades e a exclusão social; **4.** Cidade que promove as qualidades de vida e do ambiente; **5.** Cidade culturalmente rica e diversificada; **6.** Cidade atrativa e competitiva; **7.** Cidade que articula a parceria público/privado; **8.** Cidade com estratégia para se financiar; **9.** Cidade articulada à Região Metropolitana.

Com os objetivos estabelecidos fez-se necessário rever as condicionantes e diretrizes do plano diretor vigente alavancando uma nova postura para o processo de planejamento da cidade, explicitando um elenco de questões a serem tratados que dirigiam a construção de um Plano de desenvolvimento que fosse além das questões de zoneamento e controle de uso do solo, estando alinhado às prerrogativas internacionais com as condicionantes ambientais indicadas na Agenda 21-ONU, decorrente do então recente encontro da ECO-92 ocorrido no Rio de Janeiro.

Neste sentido e por conta da constante atuação dos planejadores da cidade com tradição da participação da sociedade em seu processo de planejamento como, por exemplo, com o Orçamento Participativo com dezesseis anos de aplicação, Porto Alegre elabora o Plano Diretor do Centro Histórico financiado pelo Ministério das Cidades.

O processo contínuo de planejamento e de políticas públicas de restauração dos bens históricos de responsabilidade do poder local foi incluído no programa do orçamento participativo apresentando resultados gradativos que agregam qualidade ao processo. Em decorrência destas ações constantes se deu a inclusão de Porto Alegre no Projeto Monumenta. (Bicca, 2006)

Os constates estudos e pesquisas sobre a cidade se traduzem em propostas. Porto Alegre realizou em outubro de 2006 o 1º Encontro de Planejamento Estratégico para Centros Urbanos, reunindo palestrantes nacionais e internacionais.

Foram apresentadas experiências de reabilitação de centros históricos realizadas em Lisboa, Quito, Córdoba e Bogotá, bem como nas cidades de Belo Horizonte e Santos. O evento cumpriu uma etapa do trabalho de elaboração do Plano de Reabilitação do Centro, buscando qualificar o debate sobre as questões referentes a centros urbanos, bem como estimular o engajamento da sociedade no processo de revitalização da Área Central da Capital gaúcha.¹⁵ (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE)

As instâncias de participação social estão estruturadas a partir de uma Rede de Participação Social formada pelos seguintes instrumentos de gestão pública: Governança, Orçamento Participativo, Conselhos Municipais, Fóruns Regionais de Planejamento.

Sobre o conceito de Governança em Porto Alegre, Bussato¹⁶ define como Governança Solidária Local o meio para alcançar a democracia participativa, numa revisão do papel do Estado democrático, agindo lado a lado com a sociedade.

A Governança solidária Local aproxima e integra os órgãos governamentais à rede de participação social, constituindo novas arquiteturas públicas democráticas voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento local. Trata-se, portanto, da reconstrução democrática do Estado, como instância que é parte e está ao lado e não acima da sociedade, e em cooperação com ela está comprometido com o máximo de bem-estar social e relações solidárias e harmoniosas entre as pessoas e comunidades. Com a Governança Solidária estamos dando os primeiros passos, a partir do local onde as pessoas vivem e constroem suas esperanças, da construção de um novo poder político democrático, de um novo "Estado Rede" contemporâneo com a sociedade da informação em rede que se desenvolve espetacularmente diante de nós e que a tudo e a todos transforma. Por que não haveria de transformar o Estado verticalizado da era industrial? (BUSSATO, 2005 pag.02)

Quanto à governança Porto Alegre criou uma estrutura de participação social democrática que permite a contribuição social em várias instâncias da administração e estabeleceu o PGSL - Programa Governança Solidária Local¹⁷ que visa construir e potencializar o capital social local e gerar novas opções de construção do desenvolvimento municipal. Foram definidas em 2006 com a implantação do programa, 17 regiões de Governança Local na cidade, onde nestes espaços de debate e reflexão local somam-se o "poder público e a

¹⁵ In www2.portoalegre.rs.gov.br – acesso em 2007.

¹⁶ Secretario de Coordenação Política e Governança Local da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

¹⁷ Segundo Adriana Furtado, assistente social, técnica da equipe da Gerência de Informações Socioeconômicas da Secretaria de Coordenação Política e Governança Local, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A Gerência é a responsável técnica pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre.

sociedade nos territórios, fazendo diagnósticos de necessidades e ativos sociais, planejando e executando políticas de desenvolvimento local em rede.”

A densidade dos processos participativos em Porto Alegre resulta da “efetiva mobilização coletiva”, em grande parte por uma sociedade civil organizada “com grande autonomia”, com associações participantes fortalecendo e garantindo o processo democrático. (Fredozzi e Silva, 2006)

Gohn (2000) nos alerta sobre a verdadeira contribuição dos conselhos municipais na participação das gestões públicas em decorrência das instâncias de participação social, criadas a partir da Constituição Federal de 1988. Estes conselhos passaram a fazer parte da burocracia do Estado, atendendo as prerrogativas jurídicas, principalmente nos locais onde a sociedade não tem tradição de participação reivindicando direitos, e estando subjugados muitas vezes aos interesses do governo local, e perdendo entre outras coisas “os objetivos de controle e fiscalização dos negócios públicos.”

A cidade de Porto Alegre está dividida em oito Regiões de Gestão do Planejamento conforme designação do Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental. Em cada uma destas Regionais foi criado um Fórum Regional de Planejamento constituindo assim a instância regional de participação no processo de pensar a cidade. Os Fóruns Regionais têm assento no CMDUA – Conselho Municipal Desenvolvimento Urbano Ambiental.

Segundo Adriana Furtado, a implantação dos Fóruns aconteceu a partir do ano 2000, mas os resultados não foram muito positivos chegando a sua desmobilização por falta de acesso dos diagnósticos e propostas apresentadas pelas regionais junto à administração pública. A partir de 2005 a metodologia foi revista e são encaminhadas para o CMDUA – Conselho Municipal Desenvolvimento Urbano Ambiental que é a instância global de participação estando representados todos os interesses envolvidos no planejamento da cidade. “No ano 2006, a metodologia foi aprovada pelo CMDUA, sendo que o Regimento Interno deste Conselho está sendo revisado para incluir o fluxograma de participação da sociedade no Planejamento Urbano da cidade de Porto Alegre.”

Assim podemos verificar através das experiências de planejamento e gestão pública, com projetos e proposições destas cidades a existência da aplicação de um modelo de planejamento contemporâneo em construção, que incorpora os conceitos internacionalizados associados aos conceitos do planejamento brasileiro baseado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade. Atentamos para o fato desta talvez hibridização possível ocorrer em decorrência da flexibilização da nossa legislação e do maturado processo de mudança e aprovação desde o início da década de 1980. Ou seja, este processo já estaria sendo incorporado pelas instâncias institucionais do planejamento brasileiro durante e por conta do processo de redemocratização.



Figura 08 - Vista aérea de Porto Alegre
Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br, 2007



Figura 09 - Vista do Rio Guaíba - Porto Alegre
Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br, 2007



Figura 10 - Vista da Usina do Gasômetro junto ao Rio Guaíba - Porto Alegre
Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br, 2007

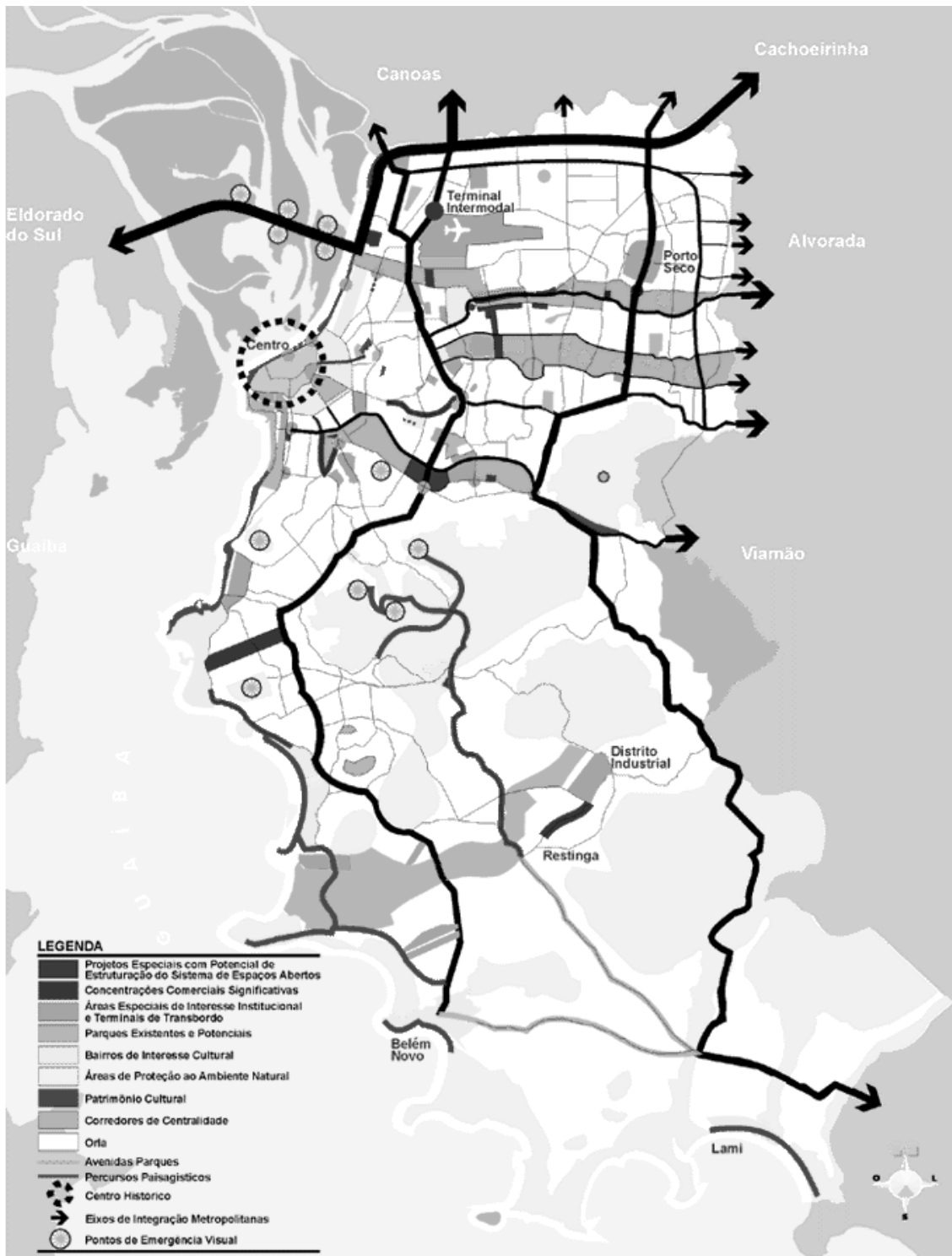


Figura 11 - Estratégia de Estruturação Urbana
Fonte: Delcimar Teodózio, 2003

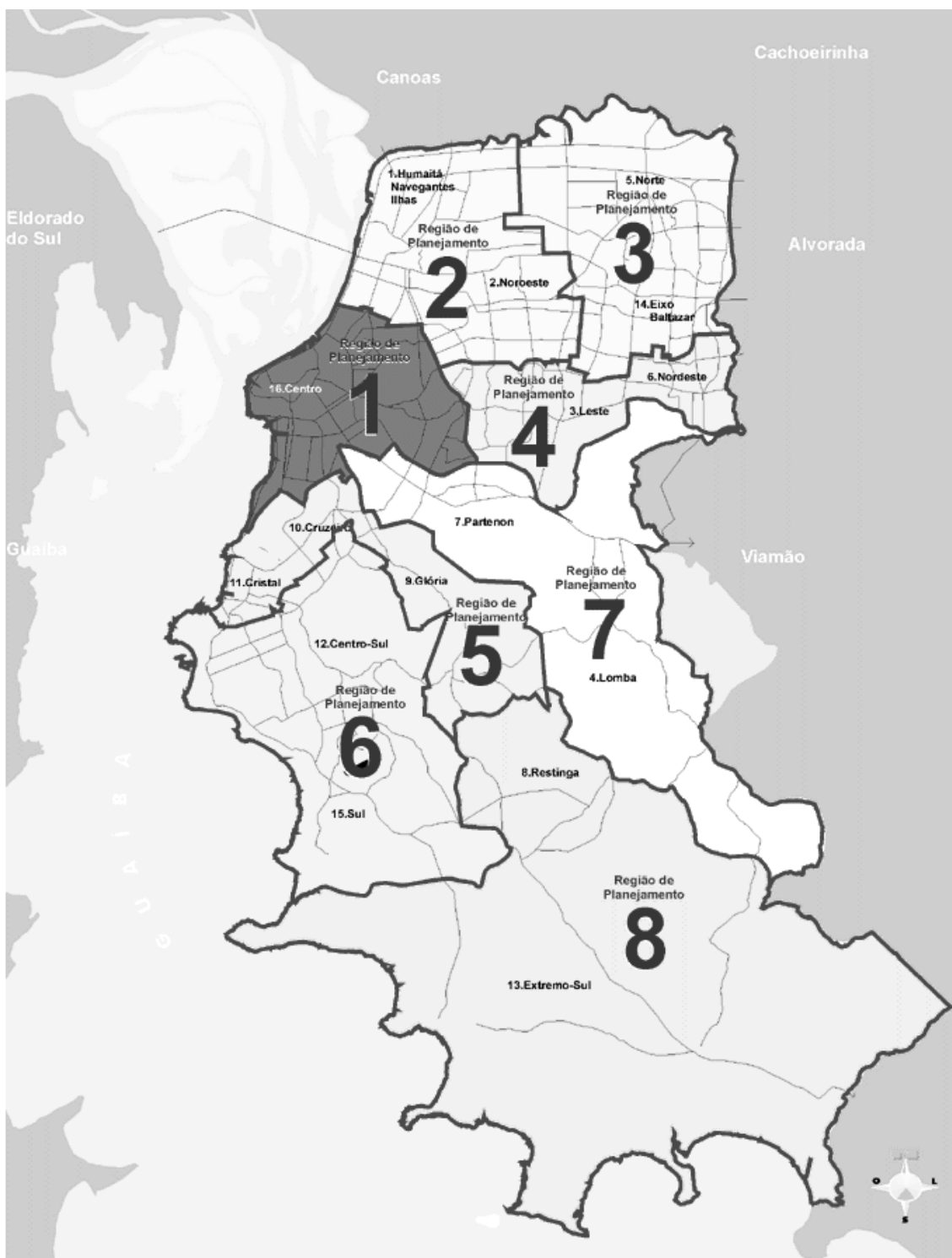


Figura 12 - Estratégia de Sistema de Planejamento - Regiões de Gestão de Planejamento
 Fonte: Delcimar Teodózio, 2003

1.4 As cidades objeto de verificação do “modelo” em construção de planejamento e gestão contemporânea das cidades glocais: RIBEIRÃO PRETO – SP; UBERLÂNDIA – MG e LONDRINA – PR

Por que estas cidades?

A necessidade de continuidade dos estudos do mestrado, onde nosso objeto de pesquisa foi Ribeirão Preto, nos levou, neste doutoramento com novo recorte no planejamento contemporâneo, a escolher esta cidade novamente, pela aproximação já realizada, e por ser uma cidade de significativa inserção regional no eixo estruturador de expansão do desenvolvimento interior do Nordeste do Estado de São Paulo, como cidade pólo de atração, e localizada junto à rodovia Anhanguera.

A cidade de Uberlândia pólo de atração na meso-região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se encontra no mesmo eixo estruturador de expansão do desenvolvimento do nordeste do Estado de São Paulo, junto à rodovia BR-050 na continuidade do eixo da rodovia Anhanguera. Este eixo de desenvolvimento era responsável pelo escoamento da produção cafeeira destas cidades e regiões.

A cidade de Londrina pólo de atração sub-metropolitano da meso-região Norte Central do Paraná, planejada pela empresa colonizadora CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, está na franja de expansão agrícola da produção cafeeira do oeste paulista. A velocidade de ocupação desta região se deu em função da malha ferroviária da Estrada de ferro São Paulo – Paraná.

Estes municípios apresentam historicamente aproximação de sua origem sócio-econômica e localização, com relação à influência da concentração econômica da região sudeste do país, via escoamento da produção pela cidade de São Paulo com acesso ao porto de Santos, a partir da estruturação da rede ferroviária de São Paulo e depois pela estruturação rodoviária nacional.

As décadas de 1970 e 80 registram momentos de inflexão simultâneos em seu desenvolvimento, com forte reflexo em sua estruturação espacial e econômica

em função da migração campo-cidade, decorrentes da mecanização do campo com a reestruturação produtiva da agroindústria.

São tecidos construídos a partir de uma produção rural elitizada, refletindo urbanisticamente numa estruturação espacial estratificada socialmente com espaços claramente identificados para ricos e pobres.

Hoje estas cidades pólos de atração regional, compreendidas como "glocais", têm sua economia baseada na agroindústria com inserção nos mercados urbanos locais e globais, se destacando politicamente no cenário regional e nacional em função deste poder econômico local, e ressaltando em função do crescente processo de urbanização, fortemente o setor terciário, alavancando o processo de desenvolvimento. Neste sentido estes espaços se desenvolveram nas últimas décadas se tornando alvo de investimentos os mais variados o que os qualificou, a princípio, por serem cidades grandes com boas condições de habitabilidade, que oferecem uma gama significativa de serviços a comunidade no mesmo nível das grandes metrópoles, porém com menores conflitos.

Isto tem despertando o interesse de novos empreendedores e aventureiros, seduzidos pelas possibilidades de amplos lucros, numa via de mão dupla – poder público e poder privado. O dinamismo natural decorrente do processo de espacialização no território, hoje está sendo alimentado pelo planejamento municipal visando ampliar o desenvolvimento local e regional. Nesta base é que estudamos o planejamento contemporâneo destes espaços.

Em seu estudo sobre a evolução da rede urbana brasileira, Geiger (1963) ao descrever a rede urbana de São Paulo estabelece um grande escalonamento hierárquico dado à grande variedade de cidades. Partindo da "gigantesca metrópole nacional" São Paulo, define como "capital regional", Ribeirão Preto como importante nó de comunicação no noroeste paulista; e como "centros regionais de primeira categoria", Londrina no norte do Paraná com desenvolvimento econômico que se assemelha ao do oeste paulista com avanço da agricultura do café e algodão, e Uberlândia como importante centro atacadista e ponto de convergência de significativa malha rodoviária do Brasil central.

Segundo o documento PNDR - Plano Nacional Desenvolvimento Regional realizado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003, as áreas brancas da Figura 13 (nível de renda versus nível de variação do PIB 90/98) não seriam o foco de atuação das políticas de desenvolvimento regional do governo federal, pois estas áreas são definidas com Mesorregiões de alta renda, concentrando diferenciado nível de desenvolvimento econômico.

As áreas de alta renda compreendem 12,6% do território brasileiro e concentram um contingente considerável de população (53,7% do total). Como resultado, caracterizam-se por um forte adensamento populacional, em torno de 85 habitantes por km², e elevado grau de urbanização, de 93,2%. Essas MRG, em conjunto, detêm 74% da renda domiciliar total e participam com 76% do PIB total do país no final dos anos 90. Os indicadores das condições socioeconômicas também refletem um distanciamento considerável com relação às demais áreas: mais de 12% da população possui 12 anos ou mais de estudo; o rendimento médio por habitante representa 139% da média registrada para o Brasil. (PNDR - Ministério Integração Nacional, 2003 - pg.47)

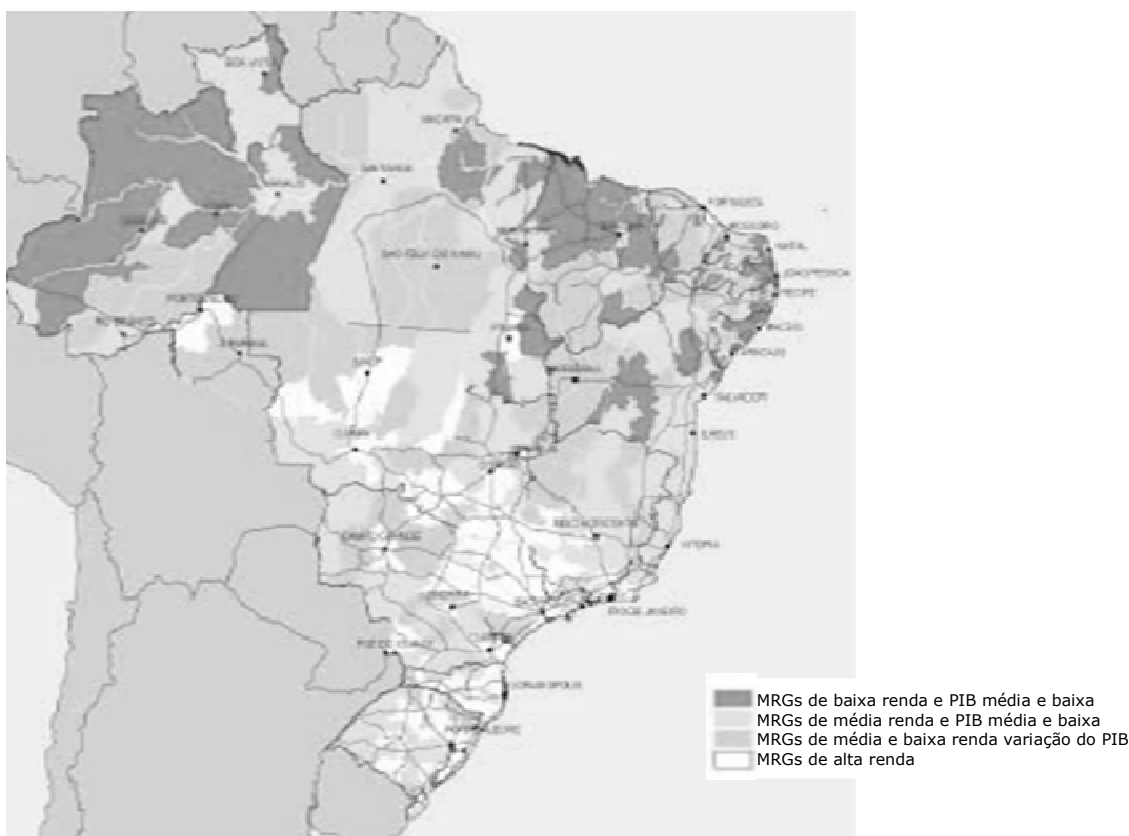


Figura 13 - Brasil - Microrregião Geográfica (cartografia 12) Tipologia Sub-regional - níveis de renda versus níveis de variação do PIB 90/98.
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 - IPEA

Bruna (1983- pg.105) em estudo sobre o planejamento regional afirma ser possível analisando a rede urbana regional destacar cidades com funções específicas, “poder de atração e de oferecer bens e serviços a uma série de outras cidades situadas numa área de abrangência, comumente chamada ‘área de influência’, podem ser consideradas pólos-regionais”. Portanto os pólos regionais são espaços que polarizam em função de seu desenvolvimento econômico, alta hierarquia de equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer, entre outros.

Pereira e Lemos (2000) com base nas Teorias de Localização analisaram as cidades médias sobre três fatores locais entre outras condicionantes espaciais para o desenvolvimento econômico: o custo dos transportes, as forças de aglomeração e as forças de desaglomeração.

Neste sentido contextualizaram a concentração industrial da Área Metropolitana de São Paulo até a década de 1970 e seu conseqüente processo inicial de “reversão da polarização” e “relativo espraiamento da produção industrial em nível nacional”.

Com base em Diniz (1993) os autores contextualizaram o segundo momento da desconcentração industrial de São Paulo, no período pós 70, para as cidades médias das regiões sul e sudeste.¹⁸

Localidades estas com significativa alocação de empreendimentos, destacando as de maior força de polarização, favorecendo economias de aglomeração sem propiciar as deseconomias de aglomerações características das metrópoles.

Analisando a dinâmica espacial da rede urbana nacional Egler (2001) verificou na região sudeste 12 (doze) *regiões de influência de cidades*, são elas: Belo Horizonte, Juiz de Fora, **Uberlândia**, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Bauru, **Ribeirão Preto**, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente; e na região sul 08 (oito) regiões de área de influência: Curitiba, **Londrina**, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo

¹⁸ Diniz (1993) defende um segundo momento de reconcentração da atividade industrial no país delimitado espacialmente num polígono definido pelas cidades Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte.

Fundo. Partindo das agregações das áreas de influência verificou os *sistemas urbanos regionais* analisando sua contigüidade espacial e dependência funcional.

Compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco – entre cidades do mesmo nível –, seja hierárquico – dos níveis superiores de polarização para os inferiores. (Egler, 2001-pg.55)

O autor identificou 12 sistemas urbano-regionais no Brasil com suas respectivas regiões de influência de cidades, a saber: de São Paulo- São Paulo, Campinas, Bauru, **Ribeirão Preto**, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e **Uberlândia**; e de Curitiba- Curitiba, **Londrina**, Maringá e Florianópolis. Especificamente quanto ao sistema urbano-regional de São Paulo, Egler afirma a preponderância sobre a Rede Urbana Nacional.

É o *hardcore* da Rede Urbana Nacional, compreendendo as REGICs de São Paulo, Bauru, Campinas, Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia (MG), além da área de influência do centro regional de Campo Grande. Apresenta um tamanho médio de cerca de 40.000 habitantes, uma área média de influência de 899 km², em grande parte devido a sua projeção além das fronteiras do estado de São Paulo. Embora apresente o mais elevado índice de urbanização do Brasil, seu indicador de primazia urbana é inferior aos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que revela uma melhor distribuição nos diversos níveis da hierarquia urbana. Seu dinamismo projeta-se sobre o território nacional, embora sua área de influência direta tenda a se reduzir pela emergência de novos centros regionais nas franjas do território por ele polarizado. (EGLER, 2001 pg.64)

Outro critério usado por Egler foi o das Estruturas urbanas que se estabelecem na dinâmica temporal espacializada num mesmo território integrado. Diferenciam-se pelo ritmo da urbanização, adensamento da rede de cidades, e pelo grau de complementariedade estabelecido entre os centros. Destaca ainda outro aspecto fundamental o IDH - índice de desenvolvimento humano - renda, alfabetização, serviços urbanos básicos.

Como resultado detectou-se a articulação e diferenciação de três estruturas urbanas constituídas pelos respectivos sistemas urbanos, são elas: Centro-Sul, Nordeste e Centro-Norte. A que nos interessa para este trabalho é a composição da estruturação urbana da Centro-Sul, que é constituída pelas

seguintes cidades: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O último critério adotado por Egler, a Rede Urbana Nacional, abrange os sistemas urbano-regionais polarizadores do território através dos fixos e fluxos.

Egler destaca a importância da estruturação urbana do Centro-Sul podendo visualizar a conformação atual e as possibilidades frente ao dinamismo da rede urbana.

O *Centro-Sul* compreende os sistemas urbano-regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, os quais se caracterizam pela concentração de sua população em cidades, refletindo elevados índices de urbanização e de metropolização. A densa rede de cidades que recobre seu território é responsável pela projeção de sua influência em âmbito nacional e supranacional, avançando no processo de integração sul-americana. O Centro-Sul corresponde ao cinturão urbano-industrial do território nacional e seus prolongamentos. Nessa região situam-se as duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro) e toda uma constelação de metrópoles consolidadas, como Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, e de metrópoles emergentes, como Florianópolis, Maringá, Londrina, Baixada Santista, Campinas e Vitória, que funcionam como centros de conexão do mercado doméstico aos circuitos internacionais da economia mundial. Seu elevado potencial de desenvolvimento deve-se a dois processos básicos: continuidade do processo de metropolização nas metrópoles emergentes e crescimento urbano das cidades de porte médio. (...) A rede urbana paulista é núcleo denso desse sistema, cujas ramificações se estendem além das fronteiras estaduais, incorporando o subsistema urbano-regional de Campo Grande (MS) e projetando sua influência sobre o Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais, onde disputa território com a área polarizada por Belo Horizonte. São Paulo apresenta uma rede de cidades com alta densidade, topologia diferenciada e uma estrutura hierárquica consolidada. (Egler, 2001 pg.57)

Conforme nos mostra Egler, o contexto espacial onde estão inseridas as três cidades objeto desta tese conforma uma complexa rede urbana polarizadora em franco processo de expansão supranacional e inserida nos seguimentos econômicos globalizados com fixos e fluxos na escala mundial.

É nítida a influência da rede urbana paulista, na formação desta rede de cidades de alcance nacional e supranacional, onde contribuíram para esta concentração a forte polarização da cidade de São Paulo, principal centro industrial do país e hoje cidade global, mas também a significativa estruturação das regiões administrativas do Estado de São Paulo realizada em 1972, proporcionando investimentos em fixos que fortaleceram o processo de

desenvolvimento e polarização exercida pelos vários centros regionais consolidados do Estado.

A estruturação dos fixos e fluxos viários, entre outros, favoreceu o alcance do desenvolvimento econômico e urbano há uma franja de expansão além das fronteiras do Estado. No sentido noroeste com o eixo viário da rodovia Anhangüera sentido Goiás e Distrito Federal o alcance do Triângulo mineiro e a região de influência da cidade de Uberlândia. E no sentido oeste junto ao eixo das rodovias Castelo Branco e Marechal Rondon, o acesso ao norte do Paraná com a região de influência da cidade de Londrina.

Relevante também destacar nesta rede de cidades da região Centro-Sul, como atesta Egler, a consolidação do processo de urbanização e metropolização na constituição de metrópoles globais, metrópoles nacionais e emergentes. A região metropolitana de Londrina criada em 1998 ainda pouco articulada é instância importante para o desenvolvimento da região de influência de Londrina, assim como Ribeirão Preto e Uberlândia apresentam características evidentes do processo de metropolização em curso.

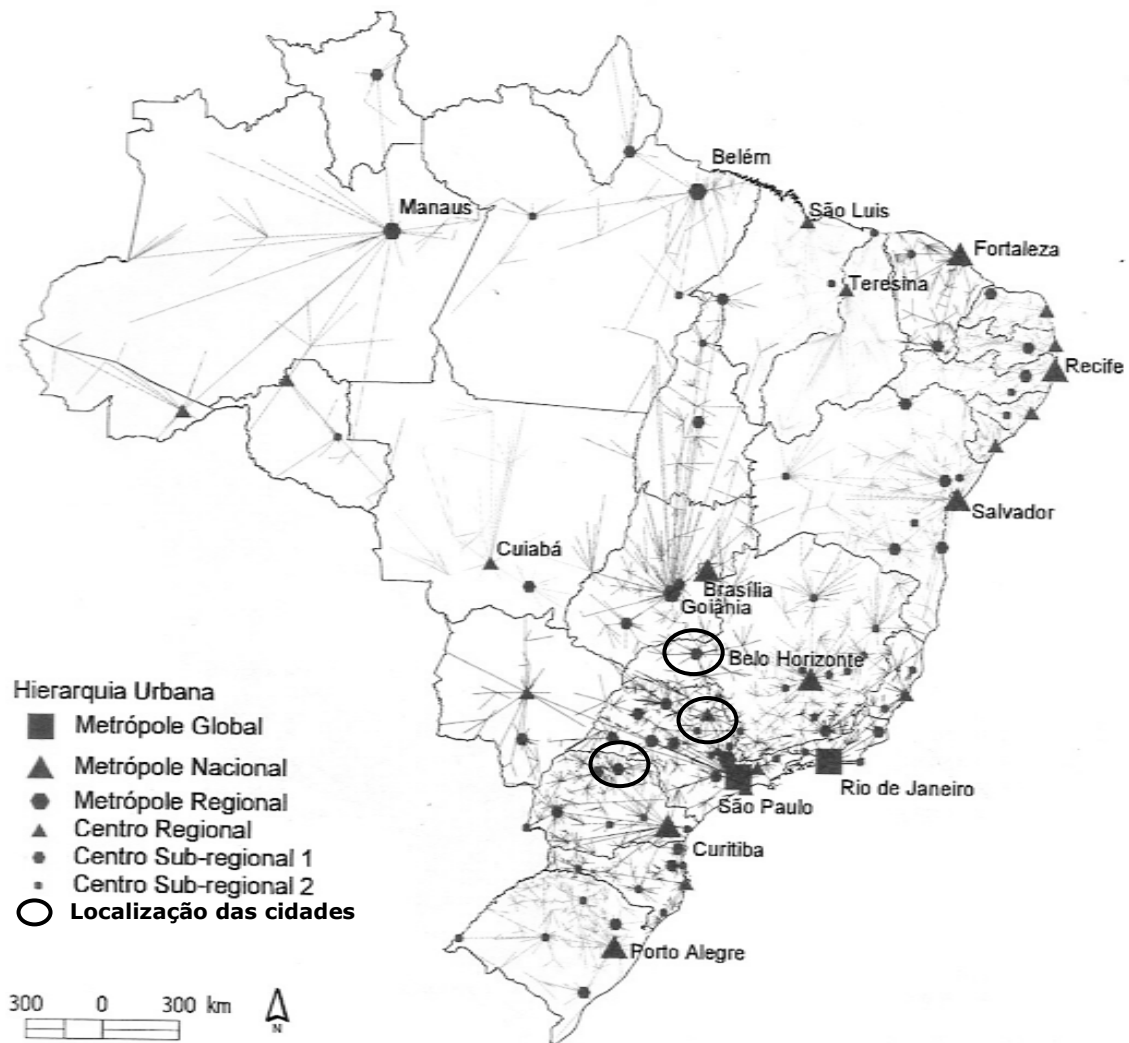


Figura 14 - Título: Localização das cidades glocais de estudo: sobre mapa do Brasil de Hierarquia e Sistemas Urbanos 1998.
 Fonte: Cláudio A G Egler (concepção) segundo IPEA/Nesur. IE. Unicamp/IBGE. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. IE. Unicamp. (Coleção Pesquisas 03) 1999 - pg. 357 a partir dos dados REGIC/IBGE.

1.5 - A rede urbana paulista e a região de influência de Ribeirão Preto- SP.

A rede urbana paulista apresenta população segundo o IBGE em 2000 de 37.032.403 habitantes representando 21,8% do total da brasileira. Para o período 2000 e 2004 as projeções da Fundação SEADE estimam uma taxa de crescimento médio anual de 1,5% perfazendo um total de 39.326.776 habitantes. Verificando períodos anteriores 1980, 1991, 2000, respectivamente 2,1%, 1,9% e 1,8% constata-se redução nos ritmos de crescimento populacional.

Considerada a mais complexa do país, a rede urbana paulista esta distribuída em 645 municípios divididos em 15 mesorregiões geográficas classificadas pelo IBGE com as seguintes denominações: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Campinas, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, Macro Metropolitana Paulista (MAMP), Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Vale do Paraíba. (Simão, 2006)

A mesorregião de Ribeirão Preto é formada pelas micro-regiões de Barretos, Franca, Batatais, Ituverava, Jaboticabal, Ribeirão Preto e São Joaquim da Barra. Conformada, portanto, por 03 RA do estado de São Paulo: Ribeirão Preto, Barretos e Franca. Apresenta população de 2.324.577 habitantes, com IDH médio 0,82 (PNUD, 2000) e PIB per capita 11.117,27 (IBGE,2003).



Figura 15 - Título: Mesorregiões brasileiras.
Fonte: IBGE, 2006

Mudanças significativas vêm sendo verificadas no crescimento populacional em direção aos centros de médio porte do interior do Estado refletindo na posição hierárquica das cidades, gerando novas centralidades e consolidando novas áreas economicamente mais dinâmicas.

Esta lógica recente de centralização e descentralização inicia-se a partir dos anos 70 do século passado, com o processo de desconcentração econômica e modernização da agropecuária. Onde a desconcentração industrial reduzirá a participação relativa da RMSP (principal pólo industrial do país) nas estruturas produtivas, sem comprometer sua centralidade no processo de acumulação produtiva. (Brandão e Macedo, 2007)



Figura 16 - Título: Mapa Divisão Regiões Administrativas Estado de São Paulo: Araçatuba, Região Metropolitana da Baixada Santista (RMB), Barretos, Bauru, Região Metropolitana de Campinas (RMC), Central (Araraquara, São Carlos), Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Sorocaba
Fonte: Fundação SEADE (1999)

Este deslocamento da produção industrial via agroindústria e indústria de transformação para o interior do estado acompanhado da desconcentração demográfica, apresenta tendência de seguir pelos principais eixos da malha viária estadual consolidando os principais pólos regionais. Os que mais cresceram no período 1991/2000 foram as Regiões Administrativas de Campinas (hoje Região Metropolitana) e Sorocaba com taxas de 2,3% e São José dos Campos e Santos com 2,1%, demonstrando no eixo São Paulo - Campinas a conformação da Metrôpole global e da metrôpole regional em aglomeração urbana, respectivamente.

As Regiões Administrativas que menos cresceram demograficamente foram Presidente Prudente, Araçatuba e Barretos com 0,8%, 1,0% e 1,1% respectivamente. Ribeirão Preto e Franca com 1,9%, Registro e a Central (São Carlos e Araraquara) com 1,8%. A RMSP apresentou crescimento de 1,64%. Quanto a PIB estadual verificamos que a participação do agronegócio aumentou nas últimas três décadas saindo 5,7% em 1970 para 7,7% em 2003. A participação do interior na indústria de transformação vem crescendo significativamente, saltando de 25,3% em 1970 para 61,7% em 2003. Assim podemos constatar frente a este processo de desconcentração econômica, urbana e demográfica um maior desenvolvimento das cidades pólos do interior em detrimento às da metrópole.

Outra constatação importante se refere ao crescimento populacional das cidades médias e grandes cidades. Em 1970 as cidades entre 100 e 500 mil habitantes abrigavam 22% da população total em 21 municípios, já em 2000 abrigavam 29,7% da população em 54 municípios.

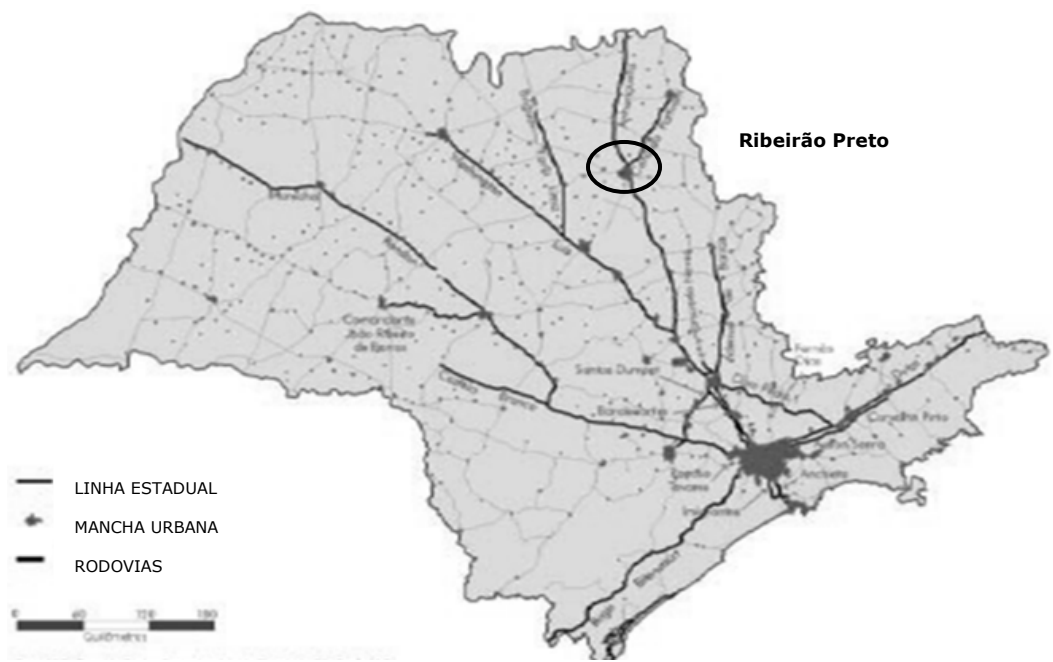


Figura 17 - Título: Mancha Urbana - Estado São Paulo
Fonte: Banco de dados Geoprocessados do Estado de São Paulo (1997)



Figura 18 - Título: População Total Região Administrativa
 Fonte: IBGE (1996)

Com relação aos municípios com até 50 mil habitantes houve um decréscimo populacional onde em 1970 estas cidades abrigavam 35,6% da população total em 525 municípios, já em 2000 abrigavam 18,1% da população total em 529 municípios. Com relação às cidades com mais de 500 mil habitantes em 1970 só havia nesta classificação, no estado, a cidade de São Paulo. Em 1980 na classe entre 500 mil a 2 milhões estas cidades abrigavam 7% da população total em 03 municípios, já em 2000 estas cidades abrigavam 13,7% da população total em 07 municípios. (Brandão e Macedo, 2007)

Em 1996, haviam seis municípios paulistas com população superior a 500 mil habitantes. Sendo que cinco deles encontravam-se localizados na RMSP e 1 na mesorregião de Campinas. Em 2000, passam a existir oito municípios com população superior a 500 mil habitantes. (...) esses novos contingentes populacionais estão localizados nas regiões de Ribeirão Preto (sendo a própria cidade de Ribeirão Preto) e Vale do Paraíba (cidade de São José dos Campos). De acordo com os dados do Censo Demográfico 2000 as três áreas metropolitanas paulistas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas) abrigam juntas 21.694.967 habitantes, isto é, 58,58% da população estadual. (Simão, 2006 - pg. 07)

Segundo Gonçalves et al. (2007) a agropecuária paulista estruturou a construção de suas cadeias produtivas no final da década de 1960 com o

avanço da industrialização setorial, e com o apoio das políticas nacionais de desenvolvimento com subsídios e financiamentos.

A partir da "internalização das agroindústrias de bens de capital e insumos agropecuários por força da implementação do II PND"; (...) "com a base no crédito rural subsidiado" (...), "no financiamento da implantação da agroindústria processadora" (...) e a "profunda transformação do varejo com o surgimento e expansão dos supermercados". (Kageyama et al., 1990; Pinto, 1980; Belik, 1994; Cyrillo; apud Gonçalves, 2007 - pg.111)

A partir da década de 1980, agricultura e agropecuária absorveram os estímulos da demanda internacional canalizando as determinações da internacionalização da economia na relevância da expansão do mercado internacional com preços crescentes para várias *commodities* favorecendo a estruturação vertical das cadeias de produção de capital transnacional (de capital estrangeiro e brasileiro) internalizando a dinâmica do setor no mercado mundial. Esta reestruturação produtiva contribui significativamente para o sucesso do desenvolvimento setorial, em incremento de renda e modernidade produtiva, fazendo parte de "uma agricultura líder mundial em competitividade para relevantes cadeias de produção". (Gonçalves, 2007)

A RA de Ribeirão Preto esta estrategicamente localizada no eixo de acesso ao centro do país distando em um raio de 200 km das principais cidades do interior do estado e também do triângulo mineiro.

A produção agroindustrial com crescente modernização, capitalização e expansão favoreceu, com ajuda dos incentivos governamentais, a multiplicação de lavouras como o café, a laranja, com a indústria de sucos e a cana-de-açúcar, as Usinas de açúcar e com o Proálcool na implantação de destilarias de álcool, hoje companhias energéticas de biomassa.

Com setor secundário diversificado, a RA de Ribeirão preto destaca os seguintes ramos: alimentos, têxtil, bebidas, mecânica, laticínios, mobiliário, e química, além dos segmentos de maquinas e equipamentos sucroalcooleiros especializados, e da montagem do complexo industrial para o segmento de artigos e equipamentos médicos e odontológicos, hospitalar e laboratorial.



Figura 19 - Título: Nível de Centralidade - Estado de São Paulo
 Fonte: IBGE - Regiões de Influência das Cidades.

Em função da produção agroindustrial em grande escala principalmente da cana-de-açúcar, houve na RA de Ribeirão Preto um processo de emigração intenso no período 1970 a 2000, resultando num salto significativo do grau de urbanização de 77,1% em 1970 para 96,3% em 2000. (Brandão e Macedo, 2007)

Em 2000, Ribeirão Preto era a única cidade de grande porte (mais de 500 mil habitantes) das regiões nordeste e noroeste do estado. Embora na RA de Ribeirão Preto haja um desequilíbrio entre os municípios devido à inexistência de cidades de porte médio, verificamos numa estruturação regional maior, na constituição da mesorregião com Franca e Barretos, e na relação com as RAs vizinhas do estado, como a Central (Araraquara e São Carlos), São José Rio Preto, e na divisa com o sul de Minas Gerais e parte do Triângulo Mineiro, uma constelação de cidades médias importantes que estabelecem relações comerciais que fortalecem a base econômica macro-regional.

A RA de Ribeirão Preto concentra importante produção agrícola cujo excedente é direcionado para empreendimentos urbanos, apresentando principalmente na cidade pólo forte ação do mercado imobiliário. Com maior diferenciação social apresenta preponderante constituição de classe média com fortalecimento de

seu mercado urbano de consumo com grandes e significativos centros de compras.



Figura 20 - Título: Rede Urbana - Principais Aglomerações e Centros Urbanos - Estado de São Paulo. Fonte: Fundação SEADE (1997)

Ribeirão Preto conforma um dos maiores e mais importantes pólos de agronegócios do país, com a atração de "grandes corporações e plantas produtivas, muitas de propriedade internacional e poderoso suporte infra-estrutural e logístico (aeroporto, EADI, proximidade com a Hidrovia, entroncamento rodo-ferroviário, rede de fibra ótica, gasoduto, etc.)" (Brandão e Macedo, 2007 - pg. 79)

Importante centro de pesquisa e ensino, principalmente na área da saúde, com os campi da USP em Ribeirão Preto e da UNESP em Jaboticabal, além de outras importantes instituições de ensino privadas; associado ao grande dinamismo da agroindústria e significativo nível de renda média, a RA de Ribeirão Preto apresenta um terciário de grande diversificação.

Porem a RA e principalmente a cidade pólo Ribeirão Preto apresentam problemas urbanos decorrentes deste processo de desenvolvimento com necessidades de investimentos em infra-estrutura, transporte e abastecimento, habitação, educação, saúde, segurança pública, entre outros.

1.6 - A rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a região de influência de Uberlândia- MG.

Como vimos na estruturação da rede paulista a partir da malha viária instalada em conexão com a metrópole global, historicamente, a constituição do eixo de desenvolvimento para o Brasil Central, proporcionou à mesorregião do Triângulo Mineiro a expansão agrícola e sua consolidação como pólo industrial.

A expansão cafeeira para o oeste paulista, assim como a estruturação e extensão da rede ferroviária¹⁹ associadas às políticas de ocupação do Brasil central, com a construção de Goiânia e posteriormente Brasília com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e a estruturação da malha viária nacional, contribuíram para destacar esta mesorregião como entroncamento diferenciado de significativas rotas de entrada e saída de mercadorias. (Diniz e Boschi, 2002; Bessa, 2007; Guimarães, 1990)

O período da construção de Brasília é sempre destacado por estes autores e estudiosos desta questão regional evidenciando o impacto na economia regional do Triângulo Mineiro, com a expansão de sua agricultura, no processo de industrialização, e no desenvolvimento do comércio e dos serviços.

Posterior ao primeiro momento de desenvolvimento econômico com a chegada da ferrovia, as ações estruturadoras do desenvolvimento desta região a partir do fator localização foram: a opção rodoviária brasileira, tendo Brasília como "ponto nodal do sistema rodoviário brasileiro" articulando as conexões das várias regiões do país através de eixos rodoviários; a instalação de expressiva infra-estrutura de abastecimento de energia e telecomunicações; e o poder político federal instalado.

A ação governamental também se dará na região com o estabelecimento de diversos programas e de políticas de desenvolvimento agrícola e industrial. A partir dos I e II PND, mais precisamente no final da década 1960 o governo federal implantou os seguintes programas de desenvolvimento:

¹⁹ Sobre a expansão do café paulista e a estruturação da rede ferroviária ver Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas, SP. Unicamp, IE. 5. Ed. 2007.

Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento agro-industrial – PROTERRA; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE (1971); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – PÓLOCENTRO (1974); o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER (1979); o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – PROFIR (1982) (GOODMAN, 1978; GALINDO e SANTOS, 1995 apud Diniz e Boschi, 2002- pg.03).

Programas para o desenvolvimento da agricultura do cerrado alavancaram a produção agropecuária como o PÓLOCENTRO e o PRODECER, tendo como objetivo ocupar o território do cerrado mineiro com médias e grandes propriedades. Ainda segundo Diniz e Boschi (2002) o programa atendia o produtor com créditos atrativos, além de investimentos em ciência e tecnologia via desenvolvimento de pesquisa, (neste sentido o papel importante das universidades ali instaladas, bem como da EMBRAPA e EMATER), implantação de infra-estruturas, produção e comercialização de insumos básicos, e estímulo ao florestamento e reflorestamento. (Diniz e Boschi, 2002)

Segundo Bessa (2007) o governo do estado de Minas Gerais objetivando seu desenvolvimento criou o I e II PMDES (1971-75 e 1975-79) - Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, elegendo a Macrorregião IV - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba como espaço de implantação de suas políticas de desenvolvimento. Um dos principais investimentos determinantes para o desenvolvimento da região foi a criação e implantação dos distritos industriais. Nestes distritos se deu “a instalação de agroindústrias voltadas para as demandas internacionais, retomando a idéia de formação de Centros industriais, por meio da criação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais- CDI-MG em 1971.”²⁰

A rede urbana Mineira apresenta população segundo o IBGE em 2000 de 17.891.494 habitantes representando 10,6% do total da brasileira. Para o período 2000 e 2004 as projeções da Fundação João Pinheiro/IBGE estimam uma taxa de crescimento médio anual de 1,3% perfazendo um total de 18.9 milhões de habitantes. Verificando períodos anteriores 1980, 1991, 2000, respectivamente 1,6%, 1,5% e 1,4% constata-se redução nos ritmos de crescimento populacional.

²⁰ Os CDIs eram apoiados pelo INDI-MG (1970) - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais e pelo BDMG (1963) - Banco de Desenvolvimento Minas Gerais. Sobre o papel do Estado, seu aparato institucional e suas ações ver Diniz (1981), Guimarães (1990) e Bessa (2007)

A Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é constituída pelas Regiões de Planejamento do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, constituídas por 66 cidades distribuídas em 07 Microrregiões, a saber: Uberlândia, Uberaba, Araxá, Ituiutaba, Patrocínio, Patos de Minas, e Frutal. Destaca-se em relação às outras mesorregiões mineiras com forte polarização regional com taxas significativas de crescimento populacional. Apresenta população de 2.072.580 habitantes, com IDH médio 0,80 (PNUD, 2000) e PIB per capita 11.914,49 (IBGE, 2003).

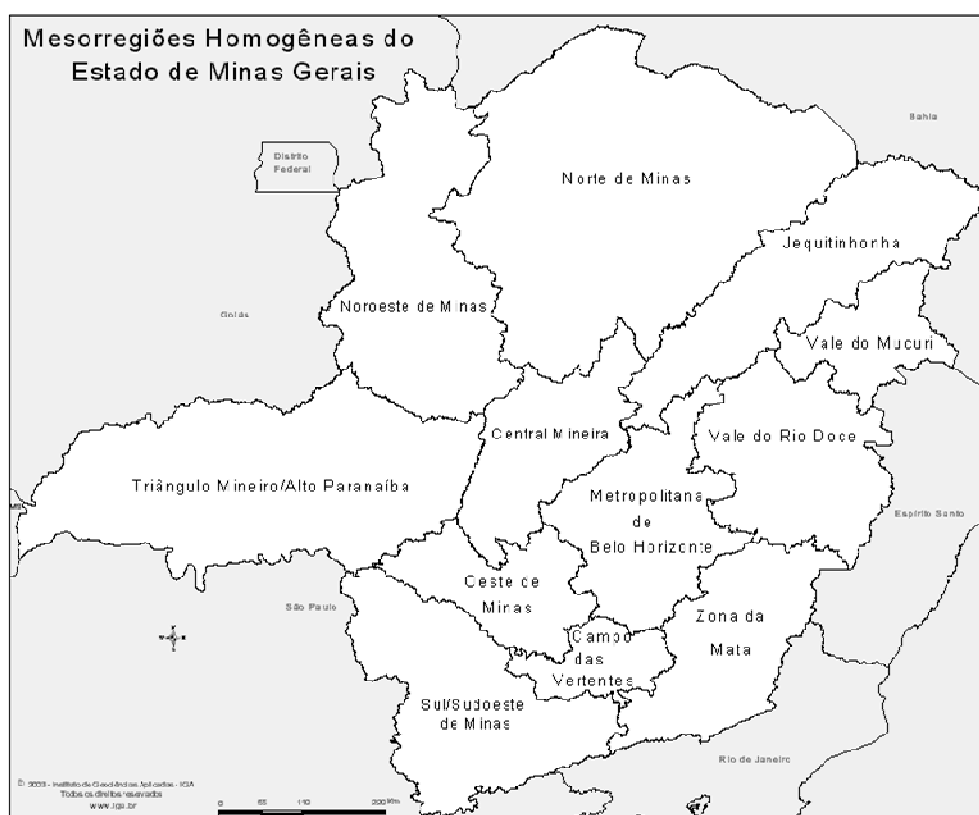


Figura 21 - Título: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais.

Esta mesorregião vem concentrando forte atração de populações de várias regiões do país e de outras regiões do próprio estado devido seu desenvolvimento nas últimas décadas. Segundo Bertolucci (2002) este crescimento vem sendo polarizado principalmente nas microrregiões de Uberlândia e Uberaba. A microrregião de Uberlândia em 1970/80 apresentava taxa de crescimento anual de 4%, já em 1980/91 apresenta um arrefecimento com taxa de 3%, e em 1991/96 2,1 %. A segunda cidade em importância de

centralidade nesta rede de cidades é Uberaba, cujo crescimento populacional decorrente do desenvolvimento da mesorregião exercia praticamente a mesma polarização que Uberlândia até a década de 1970/80, apresentando taxa de 3,5%. Em 1980/91 apresenta um declínio considerável com taxa de 0,46%, em 1991/96 2,1%. Nos períodos posteriores Uberlândia se distanciará consolidando seu crescimento e desenvolvimento como pólo regional sendo a principal cidade desta mesorregião mineira.



Figura 22 - Título: Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais.

Em relação ao Estado de Minas Gerais esta Mesorregião apresenta no período 1981/91 taxa de 18% do total da migração interestadual, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que apresentou taxas de 23% do total de migrantes. (Ribeiro e Carvalho apud Bertolucci, 2002)

Com relação ao grau de urbanização, desde 1970 Uberlândia e Uberaba se destacavam com acentuada concentração de população urbana, apresentando taxa de 70%, em contraste com as outras microrregiões que apresentavam taxas de urbanização mais baixas e maior concentração de população na área rural. Frutal com menos de 40%, Patos de Minas com 40% e Patrocínio com 50%. (Bertolucci, 2002)

Em 1991, o Grau de Urbanização da MTMAP acentua-se - quase 90%, sendo que todas as MC concentram acima de 70% de população no meio urbano, enquanto as MC de Uberlândia e Uberaba superam os 90%. Essa acentuada urbanização foi gerada a partir de três fatores básicos: o crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração intra-regional no sentido rural

urbano e da migração inter-regional de sentido predominantemente urbano, qualquer que tenha sido a origem (rural ou urbana). (Bertolucci, 2002- pg.03)

Em 2000, segundo dados da Fundação João Pinheiro, Uberlândia apresentava taxa de urbanização e de crescimento populacional de 97,5% - 3,5%, e Uberaba 96,8% e 2,1%. Em 1970 a MTMAP apresentava 1.099.934 habitantes, já em 2000 perfaz um total de 1.869.886 habitantes com forte concentração nas cidades pólos.

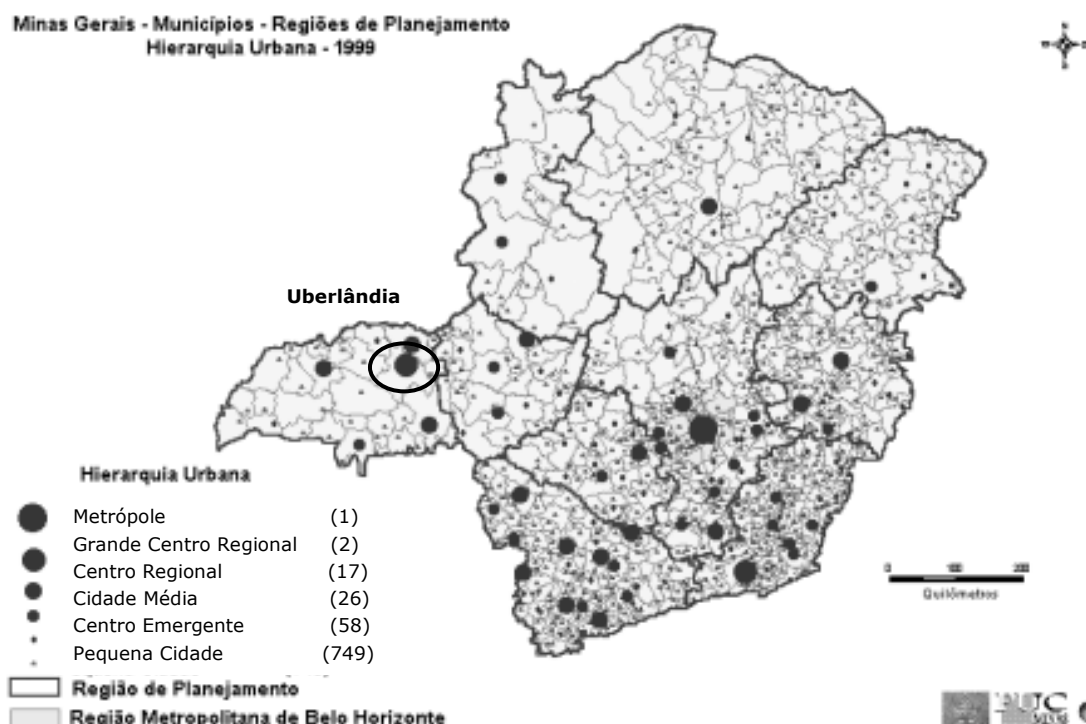


Figura 23 - Título: Hierarquia Urbana Minas Gerais - Regiões de Planejamento
Fonte: Amorim Filho, O. B. e Abreu, J. F. - Base Cartográfica GIS: Lab. GIS - PUCMINAS.

A posição diferenciada da Mesorregião do Triângulo Mineiro Alto Paranaíba no PIB mineiro (em 1999) pode ser confirmada pelo importante e diversificado complexo agro-industrial instalado e formado por inúmeras indústrias produtoras de insumos - adubos, farmácia veterinária, biotecnologia, indústrias de beneficiamento - ração e produtos agrícolas, frigoríficos, indústrias alimentícias, de processamento de bens e consumo - calçados e móveis, entre outras. Podemos destacar algumas destas grandes empresas segundo Diniz e Boschi (2002)

“No setor comercial Martins, Peixoto, Arcon e Grupo ABC Algar. No setor agroindustrial, destaca-se Nestlé, Cica, Agrocere, Gessy Lever, Souza Cruz e Cargil. Já no setor de metalurgia e extração mineral, destaca-se a Cia Mineradora de Minas Gerais, Fértil Fosfatos, Arafértil, Fosfértil, Fertibrás e Ipiranga Fertilizantes.” (Diniz e Boschi, 2002- pg.05)

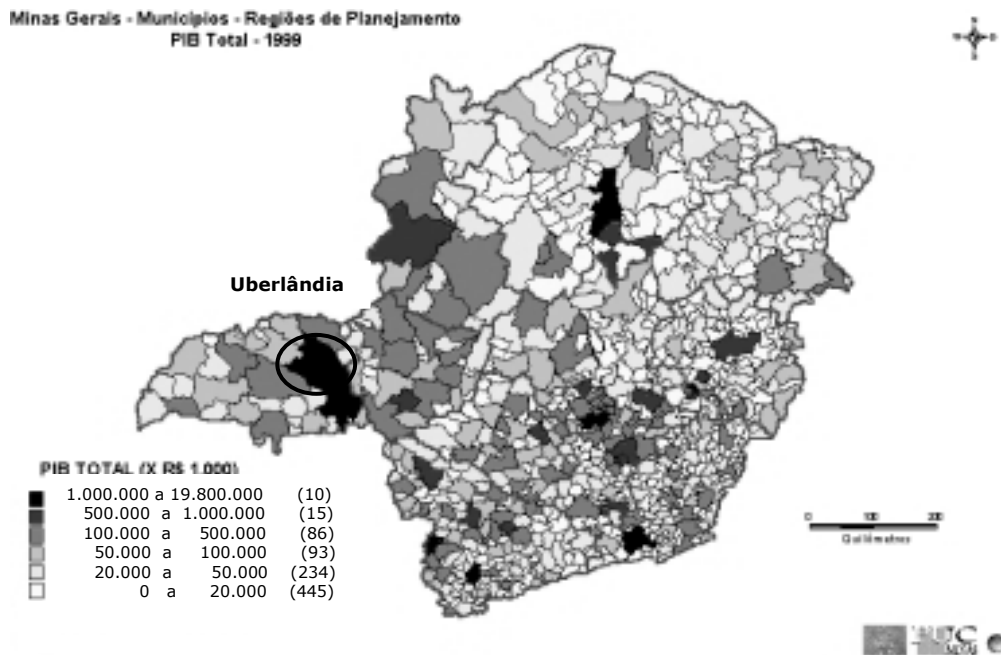


Figura 24 - Título: Participação dos Municípios no PIB TOTAL - MINAS GERAIS, 1999
Fonte: Fundação João Pinheiro - Base Cartográfica GIS: Lab. GIS - PUCMINAS. BDMG, 2005

Cidades dinâmicas da região de planejamento do Alto Paranaíba como Patos de Minas, Patrocínio e Araxá (pólo turístico) apresentam produção significativa de cereais - milho, soja e café. Na região de planejamento do Triângulo Mineiro, uma das mais ricas regiões do Estado, as cidades Uberlândia, Uberaba, Araguari e Ituiutaba apresentam agropecuária entre as mais avançadas do mundo em termos de produtividade. Devido a esse fato as principais indústrias ali instaladas relacionam-se aos setores de processamento de alimentos e de madeira, de açúcar e álcool, fumo e de fertilizantes. (Cadernos BDMG, 2005)

A economia mineira se destaca no cenário econômico nacional. Em 2000 o PIB mineiro era 9,84% do PIB brasileiro. No período decenal 91-2000, a participação de Minas Gerais no PIB brasileiro apresenta índices praticamente constantes, com pequenas variações - aproximadamente 9,53%, variando entre 9,01% (em 1993) e 9,87% (1996 e 1997). (Cadernos BDMG, 2005)

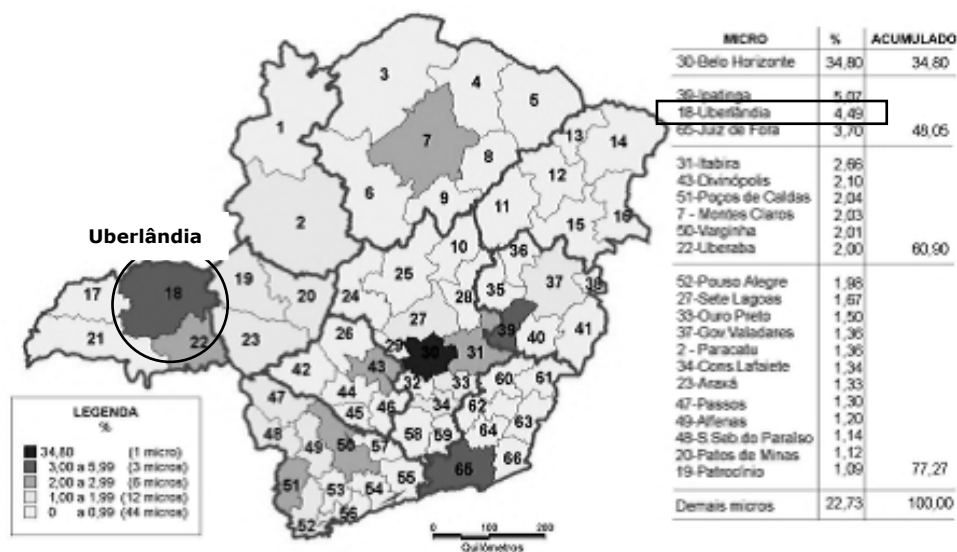


Figura 25 - Título: PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS NO PIB TOTAL - MINAS GERAIS, 1999
 Fonte: Fundação João Pinheiro - Base Cartográfica GIS: Lab. GIS - PUCMINAS. BDMG, 2005

Segundo Prates (2002) apud Sato (2005) analisando o “comportamento setorial no período em análise não ocorreram grandes modificações. As participações dos setores de agropecuária e de serviços tiveram variações menores que 1%.” O autor destaca a perda de participação do setor agropecuário mineiro na formação do PIB agropecuário nacional, em decorrência da “redução nos preços relativos dos produtos agropecuários mineiros, já que Minas Gerais teve um crescimento desse setor no período analisado”. E constata que em 2000 o setor agropecuário mantém a maior participação no PIB nacional com 12,40%, em relação à indústria que apresentou 10,64% e setor de serviços 8,53%.

Com relação à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba verificamos na Figura 25 a importância de sua participação no PIB mineiro com destaque para as Microrregiões de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Araxá, e Patos de Minas que conformam um total de 10,03% do PIB do estado. Podemos ainda ressaltar a importância da Microrregião de Uberlândia que se coloca como o terceiro maior PIB do estado com 4,5%.

Quanto ao PIB por setores da Microrregião do Triângulo Mineiro em relação ao estado (1999), verificamos valores muito significativos como o PIB agropecuário que apresenta índices de 14,56%, destacando a cidade pólo de Uberlândia com 5,9%. Com relação ao PIB industrial a microrregião apresentou índice de 7,3% sendo que Uberlândia contribuiu com 4,5%. No PIB serviços

novamente a microrregião aparece em destaque com índices diferenciados, sendo 7,4% e a cidade pólo 4,3%.

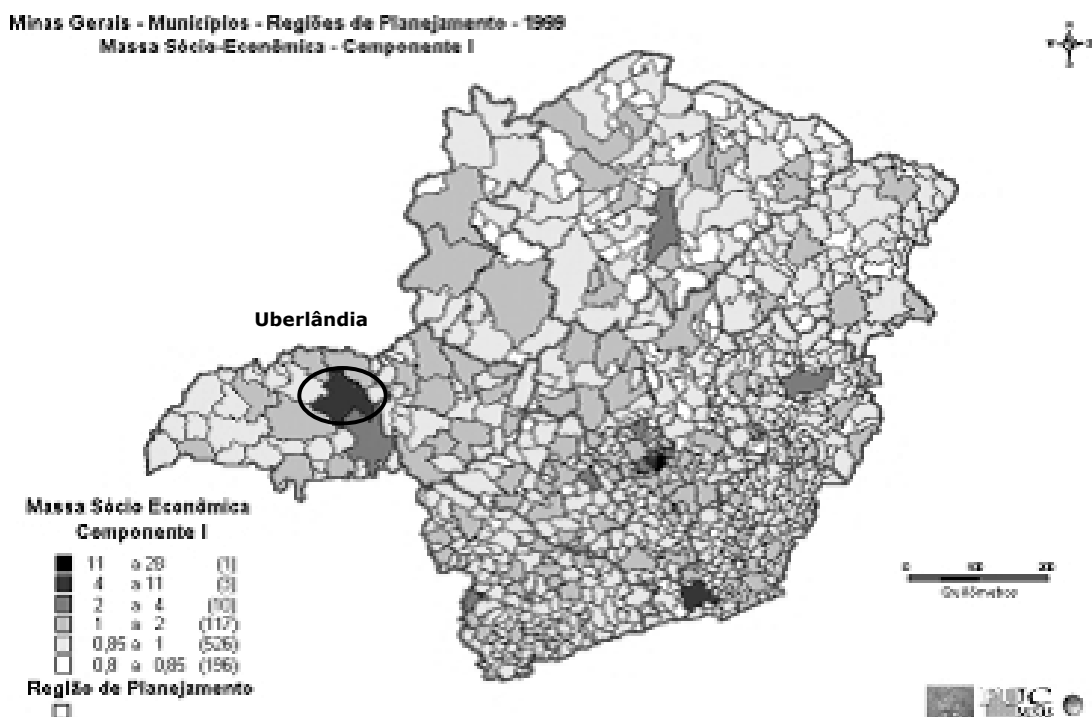


Figura 26 - Título: Massa Sócio-econômica - Minas Gerais, 1999
 Fonte: IPEA - IBGE - Fundação João Pinheiro - Base Cartográfica GIS: Lab. GIS - PUCMINAS. BDMG, 2005

Na Figura acima, podemos constatar através da massa sócio-econômica sintetizada, o nível de desenvolvimento econômico e social dos municípios e regiões onde mais uma vez a polarização da microrregião do Triângulo Mineiro com destaque para as cidades de Uberlândia e Uberaba, assim como outras microrregiões polarizadoras cujas cidades pólo são Monte Carmelo no norte do estado, governador Valadares a leste e Juiz de Fora ao sul, e no centro a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Verificamos que a Mesorregião do Triângulo Mineiro Alto Paranaíba é uma das principais regiões de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, onde a cidade pólo Uberlândia e sua Microrregião - Triângulo Mineiro - apresentam destacados índices que confirmam sua importância regional e conseqüentemente sua polarização.

Uberlândia configura um dos maiores e mais importantes pólos de agronegócios do país, onde se localizam corporações e plantas produtivas multinacionais,

com excepcional suporte infra-estrutural e logístico. Neste sentido podemos destacar a empresa Martins uma das maiores atacadistas do país, dentre outras ali localizadas que constituem principal pólo atacadista-distribuidor brasileiro.

Importante centro de pesquisa e ensino, sediando os campi da UFU em Uberlândia e da UFTM em Uberaba, além de outras importantes instituições de ensino privadas; associado ao grande dinamismo da agroindústria e significativo nível de renda média, a Região de Planejamento do Triângulo apresenta um terciário muito diversificado.

Mas a Região de Planejamento do Triângulo Mineiro, assim como sua cidade pólo Uberlândia apresenta problemas urbanos decorrentes deste rápido processo de desenvolvimento com necessidades de investimentos em infraestrutura, equipamento urbanos e serviços públicos, entre outros.

1.7 - A rede urbana do norte do Paraná e a região de influência de Londrina- PR.

No período pós década de 70 do século XX o Estado do Paraná passou por significativas transformações econômicas decorrentes do processo de desconcentração econômica brasileira e pela modernização da agropecuária. Nesta estruturação econômica sua produção se diversificou, mudando de "uma economia primária exportadora para uma economia baseada na transformação agroindustrial e industrial moderna." (Lima et. al., 2007)

A região norte do Paraná com suas terras férteis, a partir de 1945, iniciou o processo de consolidação de seu desenvolvimento em função da expansão da cafeicultura paulista, fortalecendo o processo de ocupação desta região a partir de 1930 com a ação colonizadora das companhias imobiliárias, a exemplo da CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Com franca expansão do processo de colonização caracterizado por pequenas e médias propriedades atraiu movimento migratório para a região com população oriunda do interior de São Paulo, de Minas Gerais, de outras áreas do Paraná e de vários estados nordestinos. (Fresca, 2004)

A partir de 1960 dois momentos são destacados por Rolim (1997); Diniz e Lemos (1990) apud Lima et al. (2007) sendo o primeiro, a reestruturação do campo com a mecanização das áreas de plantio iniciando um processo contínuo de migração campo cidade, onde a "agricultura paranaense vislumbra uma mudança tecnológica e a utilização de insumos modernos"; e o segundo quando especificamente influenciada pela interiorização da industrialização de São Paulo, e como já se destacava pela produção exportadora de café, o norte paranaense se diversificará com a "expansão da transformação de produtos primários e de industrialização de soja, milho, trigo, carne e etc. crescendo aceleradamente a partir de 1980".

Com a introdução de avançadas tecnologias de cultivo, a produção de *commodities*, e ampliação das áreas de pastagens, mudanças significativas nas relações trabalhistas no campo intensificaram a perda de população rural desencadeando um rápido processo de urbanização originando inúmeros problemas urbanos.

Em 1970 a taxa de urbanização da mesorregião Norte Central era de 40%, em 1980 passa para 65%, e em 2000 já alcançava 88%. As cidades de Londrina e Maringá principais pólos regionais do norte paranaense apresentavam em 2000 taxas de urbanização de 98,4% e 97% respectivamente. (IPARDES: BRDE, 2004)

Assim na segunda metade do século XX o Paraná consolidará seu desenvolvimento com a diversificação do setor industrial, com a dinamização da produção agrícola, e o aumento das exportações. No final da década de 1990 o Paraná havia recebido mais de 14 bilhões de investimentos industriais consolidando além de Curitiba outros pólos industriais no Estado, destacando a cidade de Londrina no norte paranaense com um parque industrial de aproximadamente 1,7 mil indústrias. (Jesus e Ferreira de Lima, 2001 apud Lima et al. 2007)

O desenvolvimento do Norte do Paraná ocorreu concomitantemente com o desenvolvimento do próprio estado do Paraná que até 1960 era grande importador de produtos de São Paulo. Neste sentido forças políticas

paranaenses formularam um projeto de desenvolvimento que buscava a industrialização do estado. Para tal êxito criaram a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná) que executaria tal função com recursos do FDE (Fundo do Desenvolvimento Econômico). Ambos estavam vinculados ao executivo estadual, e direcionavam empréstimos a empreendimentos privados com interesse em se fixar no estado. (Leão, 1989; Augusto, 1978 apud Fresca, 2004)

Como suporte ao processo de industrialização pretendido pelo estado paranaense era necessário a implantação de infra-estruturas para o desenvolvimento, portanto, foram criadas sociedades de economia mista. Segundo Augusto (1978) apud Fresca (2004) foi criada em 1962 a FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná), em 1963 a SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) e a TELEPAR (Companhia de Telecomunicações do Paraná), em 1964 a CELEPAR (Centro Eletrônico de Processamento de Dados), e em 1965 a COHAPAR (Companhia Habitacional do Paraná).

Outro aspecto importante a ressaltar foi o programa de erradicação do café²¹ implantado pelo governo federal no início da década de 1960 com a criação do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) que tinha como objetivo modernizar as plantações cafeeiras especializando esta cultura para exportação e utilizar as áreas de plantio para outras produções alimentares e matérias-primas industriais. (Stolcke, 1986 apud Fresca, 2004)

Importante também ressaltar outras ações estatais em nível federal como em 1965 a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) direcionado especialmente para as grandes propriedades e cultivos de exportação como cana-de-açúcar e soja, entre outros; e os investimentos em pesquisa com a criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. E também os incentivos a criação de cooperativas como agentes de racionalização econômica e produtiva numa articulação entre Estado, agroindústria e produção agrícola. (Coradini, 1982 apud Fresca, 2004)

²¹ Sobre o programa de erradicação do café no Brasil e no Paraná ver Cancian, N.A. Cafeicultura paranaense. 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981. e Stolcke, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

O governo do Paraná seguindo o direcionamento do governo federal no processo de industrialização incentivou através do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.) a implantação de empresas de beneficiamento dos produtos agrícolas como óleo vegetal, açúcar, álcool, derivados do leite, frigoríficos entre outros. Outra ação importante foi o Plano Integrado de Cooperativismo em 1970, com os projetos NORCOOP (Projeto Norte de Cooperativismo), SULCOOP (Projeto Sul de Cooperativismo), PIC (Projeto Iguazu de Cooperativismo); e também a criação do IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná) e as CEASA's - Centrais de abastecimento. (Fresca, 2004)

Toda a estrutura produtiva, montada ao longo das décadas anteriores, resultou ao Paraná, e especialmente ao norte do Paraná, em uma agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas. (Fresca, 2004-pg.215)

A partir de 1990 a indústria paranaense e principalmente o setor industrial instalado no norte do estado em função do processo de reestruturação econômica mundial, incorporou processos de fusões e aquisições, fazendo frente ao mercado aberto com inserção de capital internacional; e inserindo assim, esta rede urbana na nova divisão territorial do trabalho com distinção às cidades e suas interações espaciais em termos de sua funcionalidade.

A rede urbana Paranaense apresentava população segundo o IBGE em 2000 de 9.563.458 habitantes representando 5,6% do total da brasileira. Para o período 2000 e 2004 as projeções do IPARDES/IBGE estimam uma taxa de crescimento médio anual de 1,2% perfazendo um total de 10.271.684 milhões de habitantes. Verificando períodos anteriores 1970, 1980, 1991, 2000, respectivamente 4,97%, 0,97%, 0,96% e 1,4% constata-se brusca redução nos ritmos de crescimento populacional.

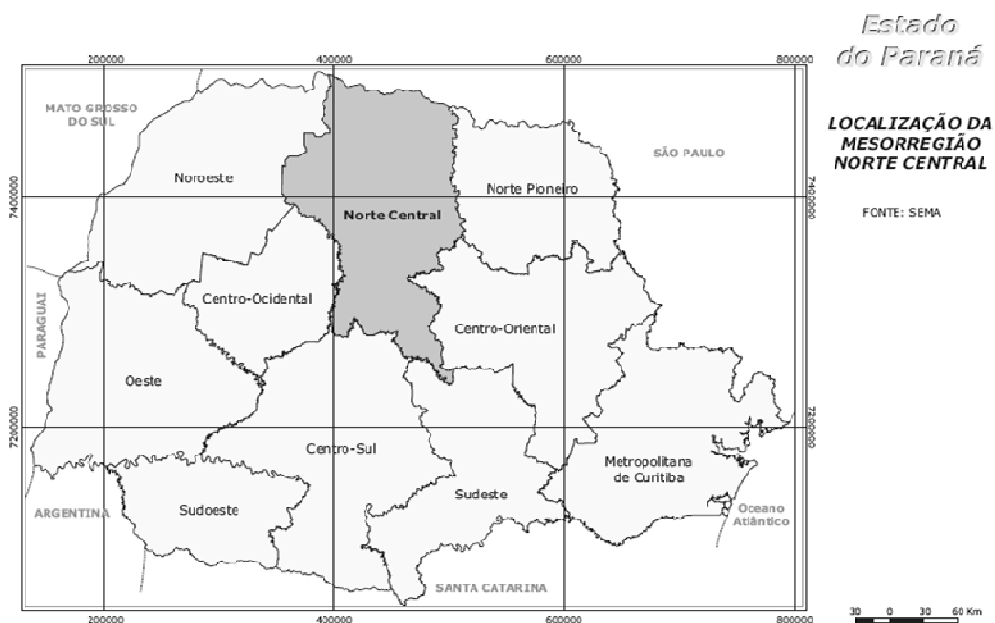


Figura 27 - Título: Localização da Mesorregião Norte Central. Paraná
 Fonte: SEMA - IPARDES (2003)

A Mesorregião do Norte Central é constituída por 79 cidades distribuídas em 08 Microrregiões, a saber: Londrina, Maringá, Apucarana, Faxinal, Astorga, Floráí, Ivaiporã, e Porecatu. Destaca-se em relação às outras mesorregiões paranaenses com forte polarização regional com taxas significativas de crescimento populacional. Apresenta população de 1.969.645 habitantes, com IDH médio 0,79 (PNUD, 2000) e PIB per capita R\$ 8.389,50 (IBGE, 2003).

Destas, duas se constituem Regiões Metropolitanas - a de Londrina e de Maringá. A RM de Londrina apresenta população de 741.928 habitantes, com IDH médio 0,81 (PNUD, 2000) e PIB per capita R\$ 11.858,20 (IBGE, 2005).



Figura 28 - Título: Microrregiões Geográficas do Estado do Paraná
Fonte: IBGE - IPARDES (2003)

A Microrregião de Londrina é composta pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana. Apresenta população de 711.447 habitantes, com IDH médio 0,82 (PNUD, 2000) e PIB per capita R\$ 11.870,72 (IBGE, 2005).

Segundo Deschamps et al. (2007) em estudos sobre o nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana constata dois conjuntos de municípios, os fortemente integrados e geralmente localizados ao redor da cidade pólo, e os municípios integrantes porém à "margem dos processos peculiares do fenômeno urbano do aglomerado". Estes municípios "apresentam níveis baixos e muito baixos de integração à dinâmica da aglomeração" evidenciando que embora do ponto de vista legal façam parte de uma "unidade comum" institucionalizada, a Região Metropolitana, poucos fazem parte da dinâmica desta aglomeração, "para a qual se justificam mecanismos de ação articulada para a gestão de funções públicas de interesse comum".

As RMs de Londrina e Maringá configuram aglomerações com pequeno número de municípios integrados à dinâmica urbana do aglomerado, como demonstra a presença de apenas dois municípios classificados entre os níveis médio e muito alto, em ambas. Salienta-se que, na identificação das RMs

efetivamente metropolitanas, no conjunto brasileiro, essas regiões classificaram-se entre aquelas de natureza não-metropolitana, sendo pertinente distinguir o fato urbano, que as remete à categoria de "aglomerações urbanas", do procedimento institucional que, contrariamente aos fatos, as formaliza como "regiões metropolitanas". (Deschamps et al.,2007 - pg.16)

A Região Metropolitana de Londrina apresenta duas cidades com maior nível de integração Cambé e Ibiporã, respectivamente com nível muito alto e médio, e cinco municípios com nível de integração baixo e muito baixo. Destaca-se o fato de Cambé e Ibiporã já estarem conurbados com a cidade pólo Londrina. Por outro lado Deschamps et al. (2007) evidencia intensas relações com a dinâmica da aglomeração das cidades de Arapongas e de Apucarana, que oficialmente não integram a RM de Londrina.

As principais características dos municípios menos integrados remetem a indicadores de baixa densidade demográfica, reduzido crescimento populacional e pequenos fluxos de trocas para trabalho e ou estudo em município diferente do de residência, assim como proporções mais elevadas de ocupação em atividades rurais. (Deschamps et al.,2007 - pg.16)

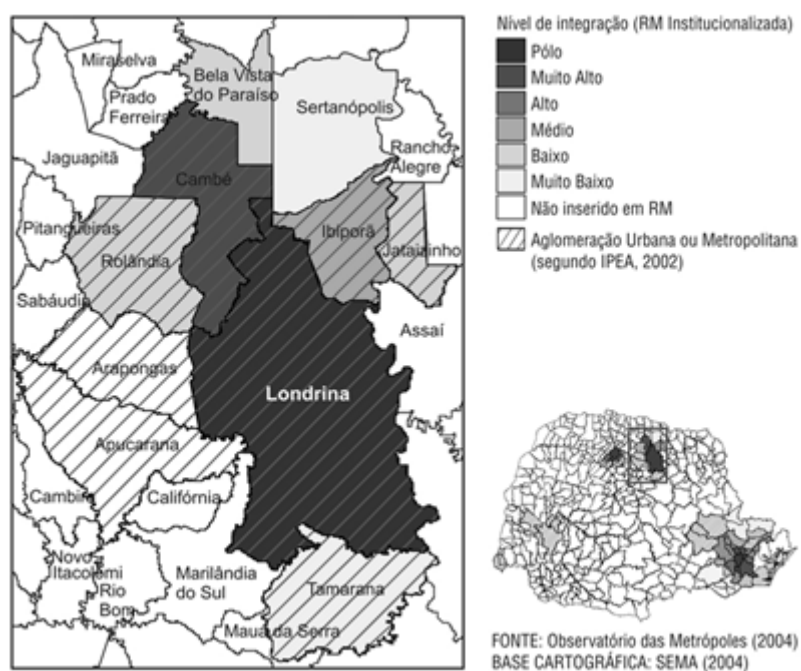


Figura 29 - Título: Municípios segundo nível de integração na dinâmica da aglomeração - RM Londrina - Paraná - 2002.
Fonte: Observatório da Metrópole - IBGE - IPARDES (2004) - Base Cartográfica SEMA (2004)

A área de influência da Mesorregião do norte do Paraná e especificamente da RM de Londrina abrange o interior do estado indo até a região de Dourados no Mato Grosso do Sul e a região de Presidente Prudente e Assis no estado de São

Paulo. Segunda maior população do estado esta mesorregião vem polarizando movimentos migratórios constantes, devido seu desenvolvimento econômico onde se destaca a microrregião de Londrina por oferecer atendimento a demandas de altas e baixas complexidades. (IPARDES, 2004)

As microrregiões de Londrina e Maringá constituem as principais aglomerações urbanas do Paraná depois da capital Curitiba, ambos com alto nível de centralidade e locados na hierarquia da rede urbana brasileira como Centro Regional e Centro Sub-regional I, respectivamente, e configurando um eixo fortemente urbanizado e estruturado ao longo de importante malha rodoviária e ferroviária, estando entre os maiores pólos regionais do estado.

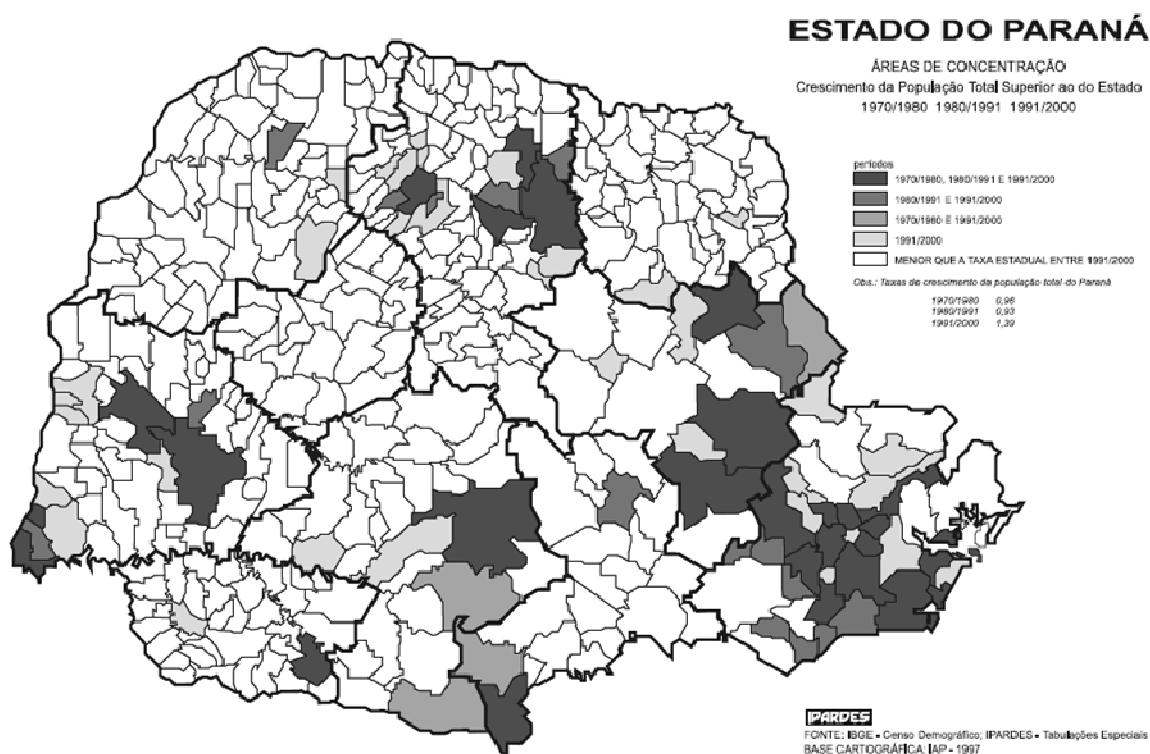


Figura 30 - Título: Áreas de Concentração - Crescimento da população total superior do Estado - Paraná - 1970 a 1980 - 1980 a 1991 - 1991 a 2000.
Fonte: IBGE - IPARDES (2004) - Base Cartográfica SEMA (2004)

A originalidade desta rede de cidades em sua complexidade linear de centros e pequenos núcleos de apoio sofreu intenso crescimento das cidades pólo com significativo adensamento, gerando um desequilíbrio em sua estruturação original resultando em inúmeros problemas urbanos nestes grandes centros e a estagnação e o esvaziamento nos municípios menores. As cidades de Londrina e Maringá, em 2000, concentravam 46% da população total da mesorregião, Londrina em 1970 apresentava contingente populacional de pouco mais de 50

mil habitantes, em 2000, alcançava 447.065 habitantes, representando 26% do contingente populacional da mesorregião norte central.

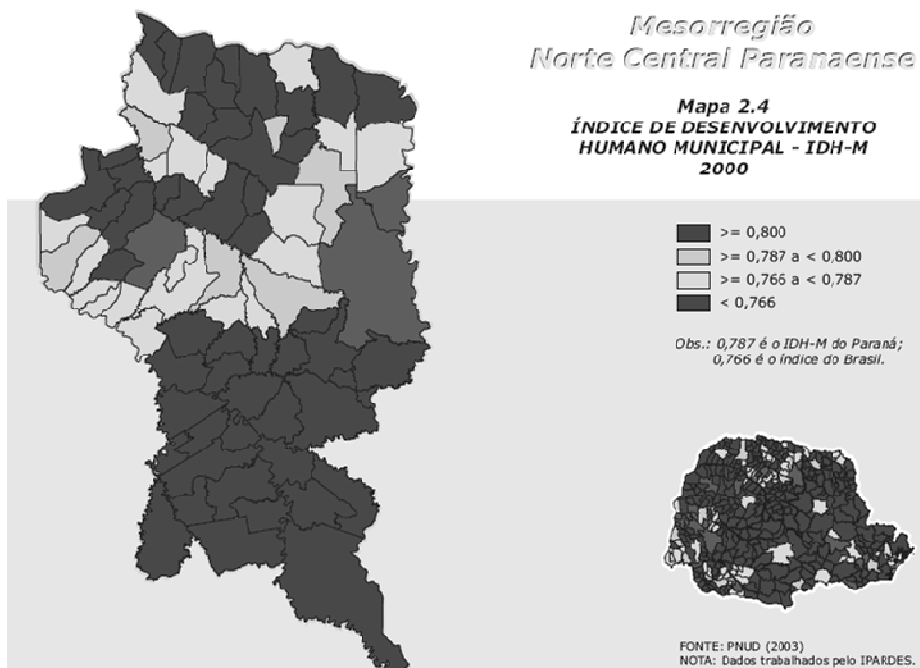


Figura 31 - Título: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - M - 2000.
Fonte: PNUD (2003) - dados trabalhados pelo IPARDES

Com relação ao IDH-M esta mesorregião apresenta significativa desigualdade conforme podemos verificar na Figura 31, sendo que apenas os municípios de Londrina, Ibiporã e Maringá apresentam taxa maior que 0,8, considerada de alto nível de desenvolvimento humano. A grande maioria dos municípios apresenta índice abaixo da média do estado e também da média brasileira. Estes se localizam na porção sul do território da mesorregião, fora do eixo de desenvolvimento, portanto distantes da estruturação viária do norte paranaense. As cidades da microrregião de Londrina se destacam com melhores índices em comparação a microrregião de Maringá.

Detendo 10,48% do VAT estadual em 1999, a mesorregião tem significativa participação das atividades urbanas com o comércio e serviços, onde se localizam duas das principais universidades do estado a UEL - Universidade Estadual de Londrina e a UEM - Universidade Estadual de Maringá, associado a importante produção industrial com estrutura diversificada, principalmente com a agroindústria, a metal-mecânica, e a indústria de alimentos.

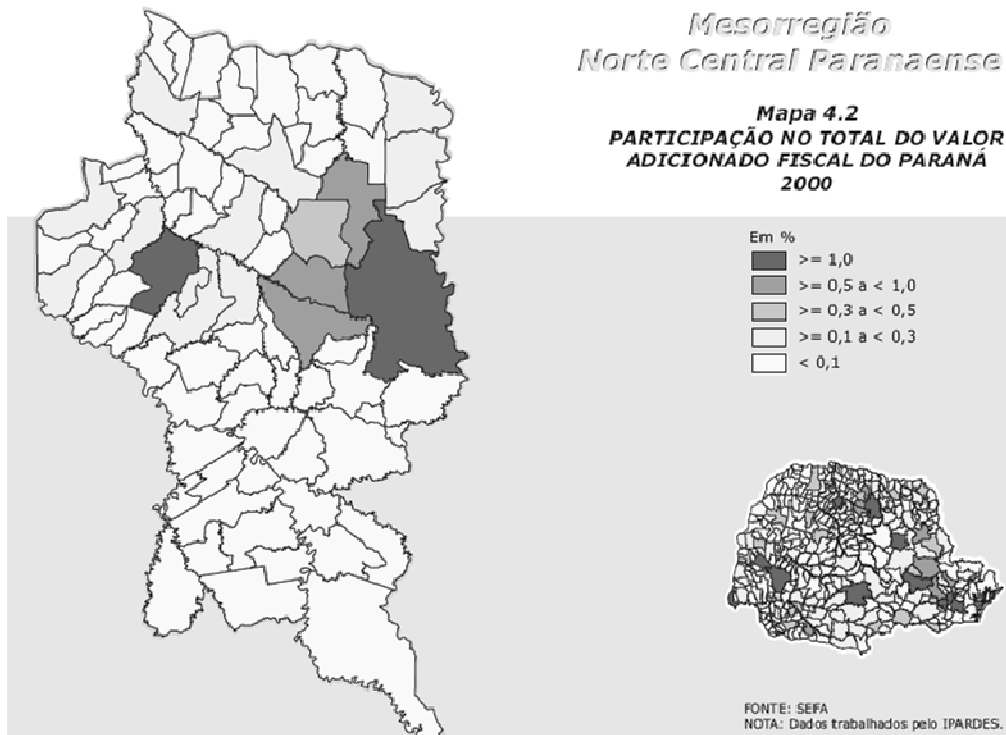


Figura 32 - Título: Participação no Total do Valor Adicionado Fiscal do Paraná - VAF - 2000.
Fonte: SEFA (2003) - dados trabalhados pelo IPARDES

No período de 1975 a 2000 a mesorregião Norte Central em face da grande concentração industrial junto à região metropolitana de Curitiba vem perdendo posição na economia do estado passando a ficar em segundo lugar no VAF do Paraná. No início dos anos 1970 esta mesorregião ocupava o primeiro lugar do estado com 25,2%, declinando para 14,3% em 2000, ficando atrás da região metropolitana de Curitiba que apresentou índices de 45,9% do VAF do estado. A microrregião de Londrina apresenta desempenho melhor dentro da mesorregião, assim como entre os maiores em relação ao estado, destacando-se as participações dos setores do comércio e serviços. O VAF da cidade de Londrina em 2000 foi de 4,5% sendo um dos maiores do estado do Paraná.

A análise comparativa dos municípios da mesorregião revela que **Londrina** foi o município que apresentou **as melhores participações na maioria dos segmentos de Serviços**. Nesse município foi gerada a totalidade do VAF mesorregional do segmento Pesquisa e Desenvolvimento e a quase totalidade de Correio e **Telecomunicações** – decorrente da presença da **Sercomtel** – e de Atividades Imobiliárias e Aluguéis de Móveis e Imóveis. No segmento Serviços Prestados às Empresas observa-se a participação majoritária dos municípios integrados ao **aglomerado de Londrina**: Ibiporã destacou-se com a geração de 20,6% do VAF estadual, seguido por **Londrina**, com 4,5%, e Cambé, com 2,2%.

No segmento **Transportes**, **Londrina** registrou 13,2% do VAF estadual do segmento; Maringá, 4,6%; Rolândia, 1,3%; e Apucarana, 0,8%. Em **Alojamento e Alimentação**, embora a quase totalidade dos municípios

tenha registrado agregação de valor, a maior participação no VAF estadual do segmento também ocorreu nos municípios de **Londrina** (8,6%) e Maringá (4,3%). (IPARDS: BRDE, 2004- grifo nosso)

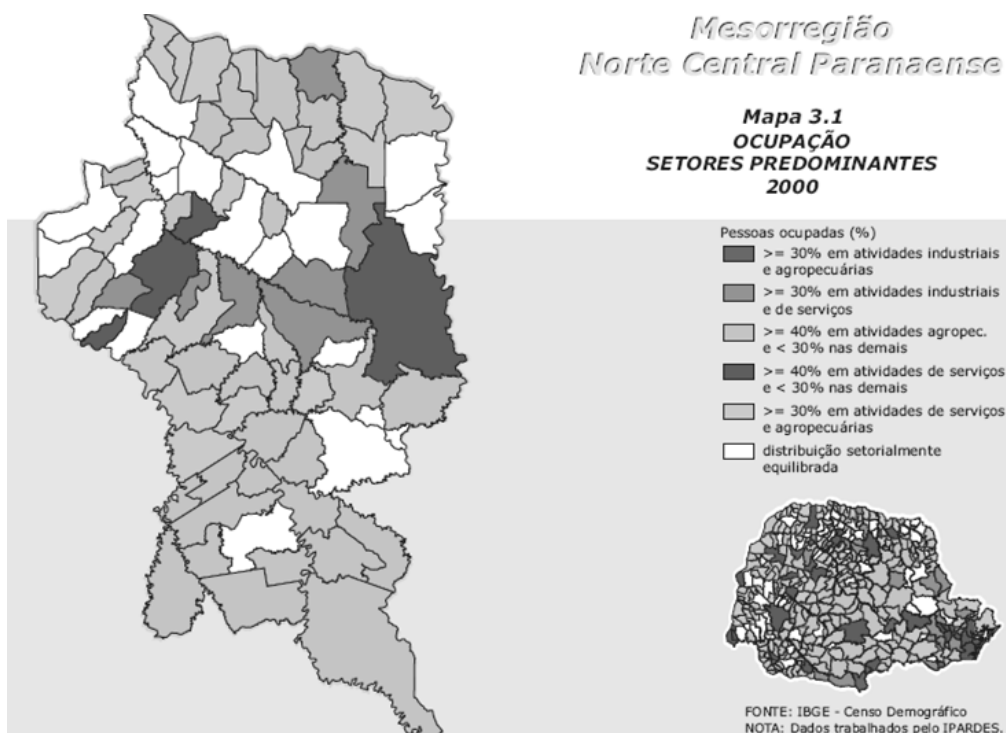


Figura 33 - Título: Ocupação setores predominantes - 2000.
 Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2003) - dados trabalhados pelo IPARDES

Segundo Lima et. al. (2006) o PIB estadual alcançou índices significativos na década de 1990 em decorrência da estruturação proporcionada pelo estado paranaense com a dinamização e diversificação de sua base de exportação atraindo novos investimentos para indústria e agroindústria, com projeção de 6% no período 1995 a 2005. Segundo dados do IBGE (2004) "Londrina (0,24% do PIB do país) tem como principal atividade os serviços, mais especificamente o comércio de mercadorias e atividades imobiliárias, além de ter destaque na construção civil."²²

Verificamos que a Mesorregião Norte Central é uma das principais regiões de desenvolvimento do Estado do Paraná, onde a cidade de Londrina e sua microrregião apresentam destacados índices que confirmam sua importância regional e conseqüentemente sua polarização.

²²Produto Interno Bruto dos municípios 2004 - acesso em 2008 - end. Eletrônico: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=763

Londrina configura um dos maiores e mais importantes pólos de agronegócios do país, onde se localizam corporações e plantas produtivas multinacionais, com excepcional suporte infra-estrutural e logístico, principalmente com escoamento da produção via porto de Paranaguá.

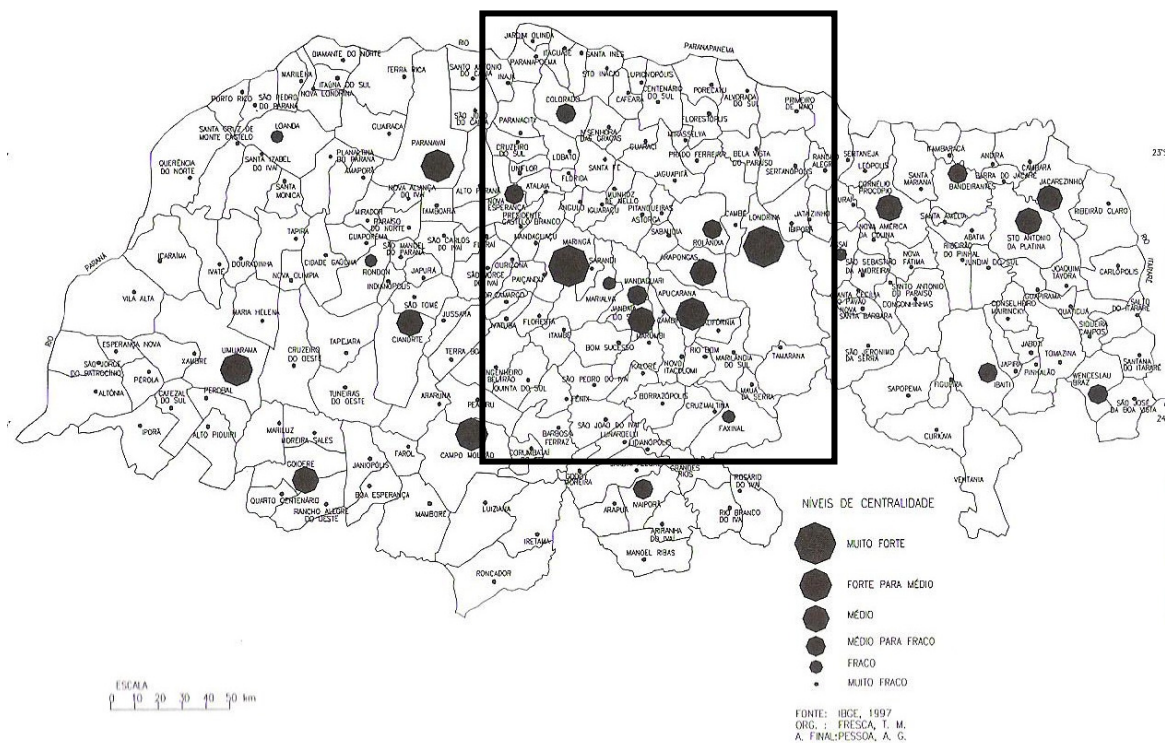


Figura 34 - Título: Níveis de Centralidade - Região Norte Central do Paraná - em destaque - 2000. Fonte: IBGE (1997) - Org. FRESCA. T. M.

Importante centro de pesquisa e ensino, sediando os campi da UEL em Londrina e da UEM em Maringá, além de outras importantes instituições de ensino privadas, e de pesquisas como a EMBRAPA com trabalhos voltados para soja, girassol e trigo; e o IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) associado ao grande dinamismo da agroindústria e significativo nível de renda média, a mesorregião Norte Central apresenta expressivos índices do setor terciário. Importante ressaltar as importantes experiências de incubadores tecnológicas para o desenvolvimento local na área de *software*, informações e serviços de informática.

A Região Norte Central do Paraná, assim como a cidade pólo de Londrina, sua região metropolitana e microrregião de planejamento apresentam problemas urbanos decorrentes deste rápido processo de desenvolvimento com necessidades de investimentos em infra-estrutura, equipamentos urbanos e

serviços públicos, principalmente diante do processo de verticalização e horizontalização de seu espaço urbano resultando na conurbação com as cidades de Cambé e Ibiporã, devendo focar entre outros aspectos para estruturar seu crescimento e desenvolvimento, ações na escala metropolitana.

Capítulo 02:
A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
URBANO E REGIONAL.

Introdução

O presente capítulo tem como objetivo verificar a institucionalização do planejamento urbano e a formulação das políticas públicas urbanas através dos órgãos públicos criados a partir da década de 70 do século XX, com a finalidade de garantir a população brasileira urbana uma cidadania digna, onde prevaleça a melhoria da qualidade de vida urbana, definindo as diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano.

O período determinado para estudo desta legislação inicia-se com a aprovação do Decreto Lei nº 74.156, de 06 de junho de 1974 - que estabelece a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU, com a finalidade de implantar o sistema de regiões metropolitanas e propor diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; sua extinção, e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU através do Decreto Lei nº 83.355, de 20 de abril de 1979 - que tem a finalidade de propor a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, verificando a transformação de sua estrutura administrativa até o Decreto Lei 91.248, de 15 de maio de 1985 - que dispõe sobre a finalidade, estrutura e competência do CNDU dentro do MDU. Dois outros documentos importantes neste período fazem parte deste estudo: o primeiro deles o texto elaborado em 1982 pela Igreja Católica na 20ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - intitulado "Solo urbano e ação pastoral", e o segundo, o Projeto de Lei que "Dispõe sobre os objetivos e a promoção do desenvolvimento urbano e dá outras providências", que data de 1983, conhecido como projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, apresentado pelo Ministro do Interior e Presidente do CNDU - Mário David Andrezza. Estes documentos são a base para a primeira parte do capítulo chegando à aprovação da Constituição Federal de 1988. Na seqüência retomamos com o documento

de criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pelo Decreto nº 91.145 de 15 de março de 1985, e suas posteriores alterações como o decreto nº 95.075 de 22 de outubro de 1987, que mudou a denominação do Ministério Desenvolvimento Urbano Meio Ambiente para MHU - Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; o Decreto 96.634 de 02 de setembro de 1988 muda a denominação do MHU para MBES – Ministério Habitação e Bem-Estar Social; e o Decreto nº 2982 de 04 de março de 1999 que cria a SEDU; a aprovação do Estatuto da Cidade, e a MP nº 2220 de 04 de setembro de 2001 sobre a Concessão de Uso Especial e a criação do CNDU no fim do Governo PSDB. Finalizando o capítulo, depois desta longa caminhada labiríntica da burocracia brasileira quanto aos órgãos competentes para tratar a política urbana chegamos ao Governo PT com a criação do Ministério das Cidades.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, e também não se propondo a analisar as ações pelo território nacional destes órgãos responsáveis pelo desenvolvimento urbano, verificamos através da legislação que constituiu estes organismos, numa construção histórica do desenvolvimento e da evolução no nível nacional, as responsabilidades e competências da União, dos Estados e dos Municípios no desenvolvimento dos municípios brasileiras.

2.1 O período pré-constituição de 1988: a institucionalização do planejamento na década de 1970.

2.1.1 Urbanização e Industrialização

Como a indústria atrai indústria, e como é a indústria que comanda a vida econômica moderna, a partir de 1940, a Região Sudeste passou a ampliar a intensidade de sua força centrípeta e a satelitizar as demais regiões brasileiras, através da criação de uma rede rodoviária e de transportes aéreos que liga os vários pontos do país, através da expansão da rede bancária, da atuação exercida pelo seu mercado consumidor, etc.²³ (ANDRADE, 1976,pag.40)

²³ Andrade, Manuel Correia de. In O Município e o Processo de Desenvolvimento. IBAM – Rio de Janeiro. 1976.

A década de 1970, no Brasil, é caracterizada por forte concentração urbana, onde a migração campo–cidade se acentuou devido ao grande desenvolvimento industrial decorrente do período do milagre econômico brasileiro de 1967 a 1973. Neste momento se consolidam os processos de metropolização das cidades, das principais capitais do país, principalmente das regiões sudeste e sul. A migração rural–urbana se desencadeou em várias escalas urbanas, desde as megalópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, até as cidades médias e os pequenos municípios.

Numa perspectiva histórica da evolução da agenda pública do Brasil moderno podemos verificar a institucionalização e o desenvolvimento das políticas públicas, através da atuação dos governos vigentes no período delimitado. O processo de formação e consolidação da agenda pública brasileira tem claramente definido seus princípios organizadores e suas respectivas ações a serem alcançadas, em momentos específicos do processo de desenvolvimento do país.

Inicialmente a partir da Era Vargas, coube ao Estado incorporar novos atores a cena política de forma institucionalizada, regulamentando e garantindo direitos sociais às massas urbanas, reconhecendo-as e alinhando-as à tradicional sociedade oligárquica brasileira.

Posteriormente outro momento no processo de ação da agenda pública, há uma mudança estrutural na execução das políticas públicas, onde estas serão controladas pelos interesses de um “mercado político”, numa ação explícita de clientelismo político, onde as políticas sociais eram vistas apenas como um instrumento de integração com pouca capacidade de reduzir as desigualdades sociais. (Melo, 1998)

De forma populista o Estado irá se fortalecer a partir da atuação das políticas sociais estabelecidas no âmbito do Ministério do Trabalho “acordadas” e “referendadas” pelos segmentos trabalhistas e de esquerda da época, que associado ao projeto de industrialização do país, irá proporcionar ao Estado ser este “sujeito da acumulação”. (Melo, 1998)

Podemos verificar a ação deste Estado na produção de habitação social, a partir da atuação dos IAP's com a edificação de inúmeros e significativos conjuntos habitacionais com recursos da previdência social. Porém no início da década de 1960 a agenda pública não alcançará resultados distributivos significativos. Assim as reformas de base (agrária, urbana e administrativa) fomentada pelos estruturalistas com base na formulação do economista Prebish (CEPAL), de cunho pré-intervencionistas, darão o tom das políticas públicas no binômio - reformas de base ou estagnação social e econômica. De forma política socialismo ou estagnação.

No período do regime militar com a reestruturação do sistema produtivo gerando um ciclo de grande desenvolvimento do país, a análise se desloca para a questão do desenvolvimento e crescimento econômico e a distribuição de renda. Período marcado pela ausência ou insuficiência das políticas sociais em detrimento à dinâmica de acumulação com a estruturação dos complexos empresariais.

A espontaneidade do crescimento urbano das cidades brasileiras há extensões imensuráveis geraram inúmeros e maiores problemas urbanos e sociais, sendo os recursos disponíveis insuficientes para evitar o aumento da dívida social; o que significou maior demanda por habitações, saúde, educação, serviços básicos como abastecimento de água e coleta de esgotos, transportes entre outros.

Outro agravante que se dá neste momento é a crise do petróleo em 1973, piorando ainda mais a situação da economia brasileira, demandando maior importação do produto e a busca por alternativas de energia.

A dívida externa brasileira se acentua e caem os investimentos públicos e privados no país, acelerando o processo inflacionário exigindo medidas urgentes de contenção dos gastos públicos, gerando mais cortes nos investimentos, evidentemente nas obras de infra-estrutura urbana agravando as condições de vida das populações urbanas.

Segundo Barat (1979), "associado à urbanização e à metropolização ocorreu, ainda, a concentração de atividades industriais por força das oportunidades do mercado e das vantagens de aglomeração oferecidas pelas grandes concentrações metropolitanas". Ainda segundo Barat, a região metropolitana de São Paulo elevou sua "concentração de valor gerado pela transformação industrial de 33% para 43%, no período de 50 a 1970, e a de ocupações na indústria de 23% para 36%". Constata-se que a cidade capitalista cresce com a indústria.

Concentrar capital significa necessariamente maior concentração de mão-de-obra, enquanto força-de-trabalho recebendo o mínimo para suas necessidades, indispensável para movimentação dos equipamentos para produção dos bens de consumo. Assim o domínio do poder econômico prevalece na cidade industrial onde as relações sociais são sempre relegadas em favor do capital e das classes mais abastadas.

A economia rural naquele momento, e hoje não está muito diferente, ainda preconizava formas de produção pré-capitalistas, e rudimentares, que levam o homem do campo a seduzir-se pelas oportunidades assalariadas do emprego na indústria urbana, assim como na economia terciária. Esta atração da economia urbana é resultado de grandes transferências de recursos produtivos do setor primário para os setores secundário e terciário, implicando em transformações estruturais que dinamizaram a indústria, ocasionando profundas repercussões espaciais na organização do território intra-urbano, assim como nas relações entre regiões.

Faz-se necessário lembrar que o desenvolvimento econômico, com a rápida industrialização e complexidade crescente de sua estrutura produtiva, interferem diretamente sobre o setor urbano. É o caso, por exemplo, da indústria automobilística, onde, para o automóvel como bem de consumo de massa circular no espaço urbano, assim como para escoar a produção de bens de consumo, exige-se do poder público investimento em infra-estrutura; geralmente causando modificações no sistema ambiental e deseconomias no processo de desenvolvimento.

Devido ao tratamento inconsistente e casuístico dos fatos urbanos, as condições de vida nas cidades brasileiras revelavam grande fluxo de contingente de migrantes internos, degradação ambiental, formação de bolsões de miséria, ocupações desordenadas do solo, inadequação e insuficiência dos equipamentos coletivos, entre outros fenômenos urbanos, como a produção de espaços ilegais, favelização, verticalização, vazios urbanos e etc.

A administração pública brasileira como consequência do desenvolvimento econômico, atravessava no período estudado, uma etapa de transição em suas características de planejamento e gestão, deixando para trás as estruturas patriarcais do Brasil Império para organizações mais modernas e dinâmicas que inserem o planejamento, em todas as esferas, como atividade fundamental e obrigatória, para alcançar resultados positivos em uma boa administração.

Cristina Leme (1999) relata a estruturação do pensamento regional como um novo tema no pós-guerra emergindo simultaneamente com novos perfis dos profissionais nas áreas do urbanismo, no processo de formação de quadros técnicos específicos para atuação nas prefeituras e órgãos públicos de planejamento urbano e regional. A contratação da SAGMACS (Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais) demonstra o reconhecimento político do Estado quando o então governo de São Paulo sobre o comando de Lucas Nogueira Garcez solicitou estudo sobre desenvolvimento regional junto a Comissão Interestadual da Bacia Paraná/ Uruguai, reunindo 08 Estados Brasileiros.

A partir da década de 50, ao nível federal, vários organismos foram sendo criados com o objetivo de planejar a ação governamental. O Ministério do Planejamento, a SUDENE, SUDAM, o SERFHAU entre outros. Ao nível estadual, praticamente todos os Estados da Federação já possuíam órgãos de planejamento com vários formatos e já com experiência administrativa. No nível municipal, da mesma forma das esferas superiores existiam organismos locais de planejamento, porém de forma diversificada e isolada. Será a partir de 1965, com o SERFHAU (criado em 1964), que no plano institucional os governos estaduais e o federal, irão estimular as administrações municipais a construir seu crescimento elaborando planos de desenvolvimento. Esta lacuna então será preenchida e através destes organismos e da legislação

nacional então criada, o Estado Brasileiro irá planejar e promover o desenvolvimento nacional.²⁴

Segundo Matos (2002), o processo de Planejamento no Brasil desde o Plano Salte até o II PND, apresenta como resultado, a estruturação de sua cadeia produtiva podendo avançar para indústrias de alta tecnologia, porém, “a partir do final da década de 70, esta prática governamental se esgotou diante da crise fiscal do Estado e da descrença na capacidade de planejamento do setor público, dado o relativo insucesso do II PND”, constatando-se assim na crise do planejamento a partir dos anos 80.

Segundo Lamparelli, e Camargo (1980), o estado se vê obrigado a intervir como normatizador e regulador, dado a grave situação dos conflitos e contradições do espaço intra-urbano, muitas vezes atuando como “produtor do próprio espaço urbano”. Por todo o mundo capitalista “no período pós II Grande Guerra, iram proliferar planos de urbanização, leis de zoneamento, obras pontuais e outras manifestações dessa intervenção estatal, numa tentativa de resolver, ou pelo menos minimizar essas contradições”.

Ainda fundamentada no espírito do ‘laissez-faire’, a cidade vista como lugar de atuação de uma multiplicidade de agentes econômicos e unidades produtoras seria o resultado final de um complexo processo produtivo, onde o “planejamento urbano limitar-se-ia os aspectos de regulamentações arquitetônicas e urbanísticas, de provisão de serviços públicos e, eventualmente, aos aspectos de racionalidade da organização do solo intra-urbano”. (Barat, 1979)

Importante ressaltar neste sentido, no processo de urbanização brasileiro, os fenômenos da metropolização e verticalização, verificando as relações entre o Estado, e as forças produtivas no urbano. Neste período com a constituição de inúmeras e constantes modificações legislativas sobre a ocupação do espaço urbano, frente à divisão internacional do trabalho, visavam a construção de uma paisagem vertical como resultante da reprodução do capital no espaço, definindo assim sua identidade. (Souza, 1994)

²⁴ Ver Ferrari, Pereira In Organização Administrativa para o Planejamento Municipal. Cadernos de Administração Pública – 74. F G V – Rio de Janeiro. 1969

Desta forma e por conta de mobilizações populares, e de forças como a igreja, através da atuação das pastorais se manifestaram por políticas urbanas mitigadoras das diferenças sociais, em prol dos menos favorecidos. Segundo o documento divulgado pela Igreja Católica Brasileira em consonância com o Congresso Eclesiástico de Puebla - Solo Urbano e Ação Pastoral:

O Estado não exerce controle efetivo do desenvolvimento urbano, o que proporcionou irregularidades e clandestinidade na construção das cidades. O Estado tolera gigantesca desorganização no tecido urbano, cuja correção exigirá elevadíssimos custos pecuniários e sociais. (SOLO URBANO E AÇÃO PASTORAL, 20ª CNBB, pag.05)

Assim o Estado sente-se forçado a agir pela pressão dos fatos e dos interessados na tentativa de impedir, por um lado a ascensão das forças políticas das classes menos favorecidas, embora faça concessões objetivando aliviar as pressões, porém não colocando em risco a dominação política das classes mais abastadas, e regulando as divergências dos interesses da classe dominante no desenvolvimento urbano.²⁵

O Governo Federal então, frente à problemática urbana, irá estabelecer uma nova estratégia de integração nacional, visando entre as diferentes regiões, elevar, de forma harmônica as condições materiais de vida do povo brasileiro. Dentro de um contexto onde a política urbana esta diretamente ligada à política nacional de desenvolvimento se dará a criação do CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, com a finalidade de implantar o sistema de regiões metropolitanas e propor diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; (no período de transição do I PND para o II PND) e posteriormente sua extinção, e a criação do CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, que tinha a finalidade de propor a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, verificando a transformação de sua estrutura administrativa.

Segundo Farah (1997), será no final da década de 70, que se estabelecerá uma 'agenda de Reforma de ação do Estado na área social', rompendo com o padrão de intervenção do Estado, implementando não apenas mudanças no regime

²⁵ Ver Lamparelli, e Camargo In Política e Planejamento Urbano no Brasil – Marcos histórico-estruturais do período 1950-1977. EESC-USP

político, transição para o regime democrático, mas principalmente no nível mais complexo das políticas públicas urbanas do 'Estado em Ação'.

Neste contexto passaremos a verificar a legislação que constituiu estes organismos de desenvolvimento urbano, institucionalizando o planejamento nas esferas federal, estadual e municipal.

2.1.2 - A Institucionalização da Política Urbana no Brasil - a criação do CNPU e do CNDU.

Pela primeira vez no texto da Constituição Brasileira de 1969 aparece como, de competência da União, a atividade de Planejar e Promover o Desenvolvimento Nacional.

Será no final da década de 60, depois de acalorados debates sobre o planejamento para o desenvolvimento do país, e da necessidade de planejamento das cidades brasileiras, evoluindo para a criação de órgãos de planejamento nas três esferas do poder governamental.

Segundo Piovezane (1981), coube a administração pública como princípio fundamental, o planejamento, desde o Decreto-lei nº 200, de 1967, elaborando e atualizando os "seguintes instrumentos básicos: plano geral de governo; programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; orçamento-programa anual e programação financeira de desembolso". Em decorrência deste decreto cria-se em 1969 o PAC – Plano de Ação Concentrada, onde foram selecionados 457 Municípios de todo o país, priorizados, para elaboração de planos de desenvolvimento.

O planejamento no Brasil, à época, ainda não era reconhecido no Brasil como um 'processo básico de governo'. Nos países de economia mais avançada, a prática do planejamento usada em larga escala, viabilizava ações e intervenções racionais e ordenadas do Estado no domínio econômico, sendo estes de regime político socialista ou capitalista. Não havia ao nível federal, de

forma institucional, órgão algum ou agência nacional responsável pelo planejamento e pesquisa para o desenvolvimento do país.

Há exemplo de outros países como Estados Unidos, Inglaterra e França, que já aplicavam o planejamento de âmbito nacional ou mesmo regional, considerando este, como, do ponto de vista global, e denominado de "comprehensive planning". No Brasil os planos nacionais ou regionais formulados como o Plano Salte e o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, são "esquemas para distribuição de verbas orçamentárias, faltando-lhes a consciência, as características e a amplitude do verdadeiro planejamento, pois neles não se integram os diferentes elementos do "comprehensive planning".²⁶

Na década de 1960 até os primeiros anos da década de 1970, foram criados vários órgãos, institutos, e secretarias, entre outros, visando estruturar setores da administração pública relativos ao desenvolvimento municipal, fomentando e institucionalizando o exercício do planejamento urbano.

Em 1966, foram criados setores de desenvolvimento urbano no âmbito do Ministério do Planejamento e do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (...) em 1967, o Ministério do Interior criou um Setor para Assuntos Municipais. (...) a mais importante de todas estas providências foi à reestruturação do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, vinculado ao BNH – Banco Nacional de Desenvolvimento. (FERRARI E PEREIRA, 1969,pag.78)

O SERFHAU tinha como objetivo promover a implantação do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado, gerindo um fundo de financiamento para os planos locais. Em 1970 o SERFHAU absorveu o SENAM – Serviço Nacional de Municípios e em 1972, na Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral foi criada a SAREM – Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, com funções de prestar assistência técnica e colaborar com os Estados e Municípios.

No âmbito do desenvolvimento nacional os planos nacionais de desenvolvimento serão inaugurados com a Lei nº 5.727, de 04.11.1971, que

²⁶ Modesto, H.; Mello, Diogo L de. In Mentalidade de Planejamento no Brasil – IBAM - 1965

estabelece o I PND - Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, com validade para o período de 1972 a 1974. Para o período de 1975 a 1979 pela Lei nº 6.151, de 04.11.1974, que estabelece o II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, onde este dedica um capítulo especial ao desenvolvimento urbano.

Segundo Piovezane (1981), o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, "reconhece que o Brasil é uma sociedade, cada vez mais, predominantemente urbana. E, assim, o desenvolvimento urbano passa a ter interação cada dia mais profunda com a própria estratégia nacional de desenvolvimento".

2.1.3 - O CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

O processo de desenvolvimento urbano desenfreado gerava crescente preocupação devido sua agilidade e renovação, principalmente no período do milagre econômico, visto pelas inúmeras secretarias, organismos, decretos e leis, criados para institucionalizar o processo de planejamento no país. Esta situação levou a necessidade de criação de um órgão ao nível nacional com a finalidade de comandar todo o processo. Assim através do Decreto nº 74.156, de 6.06.1974 – cria-se o CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana²⁷, estabelecendo:

Art. 1º: Fica criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana com a finalidade de implantar o sistema de regiões metropolitanas e propor diretrizes, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.(DECRETO Nº 74.156, 1974)

A CNPU era integrada inicialmente pelo Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, SEPLAN, na qualidade de Presidente; Secretário-Geral do Ministério do Interior, na qualidade de Vice-Presidente; Presidente do Banco Nacional de Habitação – BNH; representante do Ministério dos Transportes; representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério da Indústria e Comércio; e quatro membros

²⁷ Ver Decreto nº 74.156, In WWW.senado.gov.br – acessado em 2003

escolhidos conjuntamente pela SEPLAN e pelo Ministério do Interior. Desta forma, com esta composição, procurava-se uma melhor integração das ações do governo no campo do desenvolvimento urbano.

Era da competência do CNPU: acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas; propor as diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, formulando a estratégia para a sua implementação e os objetivos a serem atingidos; propor as normas e os instrumentos de ação, necessários ao Desenvolvimento Urbano do país; articular com os Ministérios, Superintendências de Desenvolvimento Regional e demais órgãos governamentais envolvidos com a execução da política nacional de desenvolvimento urbano, de modo a assegurar a implantação compatibilizada dos programas e projetos estabelecidos.

Mas dada à abrangência e importância de suas competências, o CNPU deveria ser um 'órgão interministerial de alto nível', estruturado enquanto conselho, mas com representação no nível de Ministro de Estado, e não como foi criada sendo uma comissão interministerial de segundo escalão. (Barat, 1979)

Em 1974 o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral irá fazer uma avaliação sobre a evolução do planejamento urbano, no estudo de 'Proposições Alternativas', que servirá de base para a nova política que o CNPU pretendia implantar, estabelecida no anteprojeto de Lei, que define os objetivos, fixa as diretrizes de atuação e estabelece os instrumentos para o desenvolvimento urbano nacional. Dedicar um capítulo especial aos instrumentos de atuação, sendo instrumento preferencial o planejamento urbano e como instrumentos complementares estabelece o condicionamento da propriedade à sua função social, a tributação fiscal e extra-fiscal, e os incentivos financeiros. Estabelece o Planejamento Urbano como atividade do poder público com aplicação de recursos humanos, técnicos e financeiros obtendo os objetivos pretendidos pelo desenvolvimento urbano, como: "a distribuição espacial dos contingentes populacionais; a melhoria da qualidade de vida; a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico, paisagístico, etc".

Com relação ao condicionamento da propriedade à sua função social refere-se a dez institutos: desapropriação; servidão administrativa; limitação

administrativa; ocupação temporária; requisição; tombamento; direito de preferência pela aquisição de imóvel; urbanização compulsória; constituição de reserva de terrenos e decretação de áreas de interesse especial. São definidos como instrumentos tributários e financeiros: a tributação sobre o imóvel e o lucro imobiliário; a taxação diferenciada, progressiva ou regressiva; a contribuição de melhoria; os incentivos fiscais e financeiros; os financiamentos e subsídios; e o fundo financeiro para o desenvolvimento urbano.

Fica-nos muito claro o caminho, já neste momento, de algumas prerrogativas que culminarão na Constituição de 1988, principalmente na tributação voltada para o desenvolvimento urbano. Prefeitos como Olavo Setúbal e Figueiredo Ferraz, ambos da cidade de São Paulo, irão se colocar a favor da reforma tributária atingindo basicamente a propriedade imobiliária urbana, reduzindo vantagens oferecidas pela terra como valor de reserva e gerando recursos para as prefeituras.

Ao mesmo tempo em que o Estado institucionaliza o planejamento e a gestão pública, em função da crise econômica que se instalava no país em grande parte em decorrência da produção mundial de petróleo, agravando a dívida externa brasileira; a partir de 1976 o CNPU através do "Programas Gerais de Investimentos Urbanos" implantava estas mudanças institucionais e financeiras, incorporando também a participação das agências multilaterais de crédito e financiamento, como o Banco Mundial, BIRD, e BID. (Schmidt, 1984)

Uma das principais ações foi a criação do "Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio" com previsão de atendimento para 140 cidades, com projetos de instalação de infra-estruturas, entre outros; abrangendo uma população total de aproximadamente 18 milhões de habitantes.²⁸ E a criação do "Projeto Especial de Cidades de Porte Médio" conhecido como "Projeto BIRD", atendendo 11 cidades em 1979, já sobre a coordenação do CNDU. (Schmidt, 1984, Steinberger e Bruna, 2001)

²⁸ Sobre estes programas ver mais em Andrade, Thompson A.; Serra, Rodrigo V. (org.) - Cidades Médias Brasileiras. IPEA. Rio de Janeiro. 2001. As cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina estavam entre as 140 cidades atendidas por projetos de desenvolvimento inseridos nestes programas do CNPU/CNDU. Ribeirão Preto foi incorporado logo na primeira fase e as outras atendidas na segunda fase dos programas. O maior número de cidades compreendidas pelo programa se concentrava nas regiões sudeste e sul, porém várias outras regiões do país foram atendidas.

No período do governo do General João Figueiredo, em 1979, extinguiu-se o CNPU com a criação do CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, cabendo a este as atribuições do anterior.

2.1.4 - O CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

O CNDU criado pelo Decreto nº 83.355, de 20.04.1979 estabelecendo os parâmetros institucionais para a política nacional de desenvolvimento urbano, orientando os municípios, em consonância com os planos nacionais de desenvolvimento:

Art. 1º: Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, com a finalidade de propor a política nacional de desenvolvimento urbano e acompanhar sua execução, de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas nos planos nacionais de desenvolvimento. (decreto nº83.355, 1979)

O CNDU era integrado pelo Ministro de Estado do Interior que o presidia; pelos Secretários-Gerais da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; e dos Ministérios da Fazenda, do Interior, dos Transportes, da Indústria e do Comércio; pelos Presidentes do Banco Nacional de Habitação – BNH e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU; e por três membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 02 anos, prorrogável por igual período. Já nesta composição, além de procurar uma melhor integração das ações do governo no campo do desenvolvimento urbano, como conselho de cunho interministerial, tem como presidente o próprio Ministro do Interior.

Competia ao CNDU: propor diretrizes, estratégias, prioridades e instrumentos da política nacional de desenvolvimento urbano; propor programas anuais e plurianuais de investimentos urbanos e a programação de apoio financeiro oficial ao desenvolvimento urbano; propor a programação anual do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e de outros recursos destinados a programas de desenvolvimento urbano, a serem despendidos diretamente pela União e transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, transporte urbano e administração metropolitana e municipal; propor os instrumentos

fiscais, financeiros e creditícios; propor a legislação básica e complementar; expedir normas e diretrizes.

Para a coordenação e acompanhamento da execução da política nacional de desenvolvimento urbano o Conselho tinha como apoio técnico e administrativo a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano ligada a Secretaria-Geral do Ministério do Interior. A Subsecretaria estava estruturada em quatro Coordenadorias: Coordenadoria de Política e Legislação Urbana; Coordenadoria de Planejamento Setorial; Coordenadoria de Regiões Metropolitanas; Coordenadoria de Cidades de Médio e Pequeno Porte.

O governo brasileiro entendia que promover a organização da rede urbana em um sistema que satisfaça as aspirações dos habitantes das diferentes regiões do país, traria como conseqüências, a reorientação dos fluxos migratórios, através da orientação dos investimentos públicos e privados em sintonia com os objetivos de desenvolvimento regional; e iniciar um processo de descompressão urbana, reorientando investimentos para induzir o crescimento das cidades médias e núcleos interiorizados.

Assim o foco de ação do governo federal através do CNDU era o fenômeno urbano, portanto a decisão de conduzir o desenvolvimento de modo integrado, formulando uma 'política urbana que reflita a estratégia global de crescimento e transformação social'.²⁹

Outra questão importante levantada pela política urbana diz respeito a pobreza que se acumula nas periferias urbanas, devendo ter ação concentrada no campo e na cidade; incentivar o desenvolvimento da agricultura, aumentando os níveis de produção e de produtividade, valorizando a vida rural, enfatizando os pequenos e médios produtores, deveria contribuir para minimizar a migração rural-urbana.

²⁹ Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o período de 1980 a 1985 In MINTER – CNDU – Resoluções 1979/1981.

Segundo Farah (1997), na década 80 se inicia um processo de transformação das políticas sociais onde se deve “(re)definir que política social promover (e que políticas, considerando cada setor em particular), dirigida a que segmentos sociais – o conteúdo das políticas sociais (novas políticas)”. Focalizadas na “descentralização e na participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas”, as políticas sociais caminhavam “sob o impulso das forças democratizantes, para um Estado de Bem estar do tipo institucional-redistributivista, de corte social-democrata, caracterizado pela concepção universalista de direitos sociais”.

O Ministério do Interior através do CNDU apresentou o projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Resolução CNDU nº 018, de 19.02.1983. O projeto apresentava como inovador a criação de um estatuto jurídico próprio, urbano, ajustado às ‘novas’ condições urbanas (à época), decorrentes do desenvolvimento econômico e espacial das cidades. Vigorava até então legislação brasileira que caracterizava a sociedade rural; a expressão formal da função social da propriedade. (preceito constitucional – art. 160, item III); Criação de novos instrumentos urbanos que amparam as administrações municipais sobre o crescimento urbano e a organização do território, como: o Direito de Superfície, Parcelamento, Edificação e utilização compulsória e o Direito de preempção; Institui a participação do cidadão, da associação comunitária e do Ministério Público na fiscalização das normas urbanísticas nas três esferas, federal, estadual e municipal; Define as obrigações das três esferas de governo (União, Estados e Municípios) sobre as cidades; Institui a Transferência do direito de construir, de um terreno para outro, nas cidades, objetivando a preservação do patrimônio urbanístico, arqueológico, artístico e paisagístico, ou para implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Com relação aos objetivos do desenvolvimento urbano, o projeto de lei, definia: melhoria da qualidade de vida nas cidades, alcançada através da adequada distribuição espacial da população e das atividades econômicas; integração e complementação das atividades rurais e urbanas; disponibilidade de equipamentos comunitários.

Definia ainda as seguintes diretrizes para promover o desenvolvimento urbano: ordenação da expansão dos núcleos urbanos; prevenção e correção das distorções do crescimento urbano; contenção da excessiva concentração urbana; adequação da propriedade mobiliária urbana à sua função social; controle do uso do solo; adequação dos investimentos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, especificamente quanto ao sistema viário, transportes, habitação, e saneamento; adequação da política fiscal e financeira aos objetivos do desenvolvimento urbano; recuperação, pelo poder público, dos investimentos que resultem valorização dos imóveis urbanos; incentivo a participação individual e comunitária no processo de desenvolvimento urbano; estímulo a participação da iniciativa privada na urbanização.

Em 1982 a Igreja Católica divulgava o documento aprovado na 20ª Assembléia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, intitulado “Solo Urbano e Ação Pastoral” e que enfocava “o solo urbano e sua apropriação anti-social”. Segundo Castilho (2000), localizava, “na cidade brasileira, dois tipos de solos: os de habitação e os de especulação. Houve, por isso quem visse uma aliança ‘secreta’ entre técnicos do governo e os padres”.

O documento da Igreja Católica segue a metodologia aplicada na América Latina e consagrada em Puebla, pela III Conferência Geral do Episcopado latino-americano. Em 1980, na 19ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, o tema tratado foi “Igreja e problemas da terra”, referindo-se a terra no campo, e posteriormente apresenta como já citamos o documento “Solo urbano e ação pastoral”. Um dos pontos principais abordado pela política nacional de desenvolvimento urbano para a situação de conflito urbano é justamente a migração rural-urbana, e a igreja atesta, nestes dois documentos, a necessidade de se rever a situação do homem no campo.

O documento reivindicava o direito a moradia decente, libertando a população das dependências político-partidárias nos períodos eleitorais, e sugere que “uma reforma urbana que leve a cidade a condição de um espaço de convivência solidária esbarra em diversos obstáculos jurídicos, que oferecem maior ou menor resistência, decorrentes das diversas formas de destinação do solo urbano”. Colocava como obstáculos de natureza sócio-jurídica a

necessidade premente de promulgação de um Estatuto do Solo Urbano, alinhado ao preceito da função social da propriedade, já confirmado na Constituição Federal de 1969.

Colocava como obstáculos de natureza sócio-política, outro ponto fundamental do processo de urbanização, com relação ao "uso e posse do solo urbano provém radicalmente do nível político, ou seja, de uma opção política contrária aos legítimos interesses do povo". (...) "Os recursos existem ou são obtidos: a questão é saber segundo que modelos e que políticas serão aplicados, visando a beneficiar que camadas da população".³⁰ Dentre as reformas necessárias sugeridas, estavam:

"regularização de áreas de ocupação sem ônus ao morador; formas alternativas de urbanização; incentivos a soluções que adotem a autoconstrução ou o mutirão; loteamentos populares dotados de infraestrutura indispensável, onde o povo possa construir suas casas; alterações no código tributário que garantam a destinação social do solo urbano; condicionamento da propriedade a sua função social, de maneira a criar possibilidades concretas de acesso e garantia do direito de morar a todas as camadas da população; repressão ao abuso do poder econômico no mercado imobiliário, de modo a coibir a supervalorização fundiária, especialmente das áreas ocupadas pela população de baixa renda; disciplina permanente do controle do uso do solo, para evitar a ociosidade de terrenos edificáveis e a especulação imobiliária". (SOLO URBANO E AÇÃO PASTORAL, 20ª CNBB-pag.13)

A ação pastoral sempre esteve presente junto a ação dos movimentos sociais, e conseqüentemente sintonizada no movimento de reforma urbana que se desenvolvia à época, e pressionava, questionando, as ações e propostas do governo federal sobre as questões urbanas.

Sobre a proposta da Lei de Desenvolvimento Urbano de 1983 - PL775 e as ações da década de 70, Falkoski reafirma o papel dos movimentos sociais de reivindicação urbana e a mudança paradigmática 'técnico-política' do planejamento urbano.

O papel ativo e dinâmico dos movimentos sociais e populares representam de fato atores importantes na condução da pauta de debate de um novo ideário de reforma urbana e diretrizes para uma prática de planejamento de superação da noção tecnocrática e incorporação da visão técnico-política da

³⁰ In www.catolicenet.com.br - acessado em 2003

questão urbana destacando-se os aspectos: o plano diretor deve ser instrumento de reforma urbana, garantir função social da propriedade; deve ter caráter redistributivo: inversão de prioridades dos investimentos públicos e planejamento descentralizado; deve ser um instrumento de gestão pública da cidade: pacto territorial em torno dos direitos e garantias urbanas de planejamento participativo da sociedade organizada.(FALKOSKI, 2002,p.72)

Em 1985, depois da criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, é promulgado o Decreto nº 91.248, de 15.05.1985, dispondo sobre a finalidade, estrutura e competência do CNDU, que passa a estar vinculado e sob a presidência do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, passando a ser constituído de um Plenário e Comissões Técnicas.

Vale salientar a pluralidade dos representantes que compõem o plenário do CNDU: o Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; representantes dos Ministérios da Justiça, Marinha, Fazenda, Transportes, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Educação, Trabalho, Saúde, Indústria e Comércio, Minas e Energia, Comunicações, Seplan da Presidência da República, Aeronáutica, Interior, Cultura, Previdência e Assistência Social, Ciência e Tecnologia; um representante de cada uma das macro-regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), indicados pelos Governadores dos Estados que as integram; três representantes de cada uma das regiões metropolitanas, indicados pelos respectivos conselhos deliberativos; um representante da Associação Brasileira de Municípios; um de cada uma das seguintes entidades nacionais voltadas para os problemas urbanos e sua solução: Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência – SBPC; Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Federação Nacional dos Engenheiros; ANPUR; IAB; OAB; CNBB; e Sete membros indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.³¹

Verifica-se claramente nesta nova configuração do CNDU uma institucionalização de caráter mais democrático, com ampla participação de diversos setores da sociedade civil organizada, confirmando os caminhos definidos na promulgação da Constituição Federal de 1988, embora muitos anos se passaram até a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001.

³¹ Ver em www.senado.gov.br – acesso em 2005

2.2 - O período pós-constituição de 1988: O *modus operandi*

2.2.1 - O “novo” Estado em ação.

No período pós-constituente verifica-se uma nova mudança na problematização das políticas públicas, direcionada para a redefinição do papel do Estado e da legitimidade deste papel, não mais como interventor, mas como supervisor. Entra em cena o neoliberalismo e o processo de privatização, apresentando o discurso (da época) sobre a “improbidade operacional” dos mecanismos de participação e alcance da Constituição de 1988 e os direitos sociais que agregam altos custos a administração pública gerando a “crise de governabilidade”.

A partir dos governos democráticos verifica-se nas políticas públicas uma visão do “modus operandi” e de seu “caráter burocrático, privatista, centralizador, excludente e ineficaz”.

Constata-se a partir de uma movimentação internacional, uma mudança significativa na agenda social do Estado, onde este necessariamente incorpora mecanismos de e para uma maior eficiência administrativa e visa atender grupos sociais impossibilitados de aquisição de serviços junto à iniciativa privada.

Numa visão claramente liberal, Estado e mercado, regulados pelas proposições das agências multilaterais e do Banco Mundial, adotam ou devem adotar o mecanismo administrativo de Governance com “o bom uso dos recursos humanos e materiais para o desenvolvimento”, claramente articulados ao empreendedorismo.

Assim, apresentamos as mudanças na estrutura das políticas públicas do Brasil moderno de ordem histórica, precisamente quanto aos agentes formuladores e organizadores, demonstrando claramente a ação do Estado Brasileiro aliado à elite econômica do país, agindo de forma a manter os interesses desta em detrimento de um maior equilíbrio social.

2.2.1.1 - A Constituição Brasileira de 1988 e a institucionalização da participação social.

A carta constituinte apresenta no Art. 1.º como segundo fundamento do *Estado Democrático de Direito a cidadania*, e em seu parágrafo único afirma que *todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição*. Quanto ao *Estado de Direito*, por uma de suas interpretações, é a mesma coisa de Estado constitucional, onde o poder é limitado por uma Constituição, como conjunto de leis, escrita e rígida. O termo Democrático aparece mostrando claramente a intenção de que o país seja regido por leis formais que garantam os princípios da democracia. Para José Afonso da Silva in Ferreira (2001), sustenta que o "Estado Democrático de Direito significa na Constituição brasileira Estado em transição para o socialismo".

O princípio democrático é garantido de modo direto e imediato, manifestado na tomada de decisões pelo povo, através da iniciativa popular (art. 61, § 2.º) por referendo ou plebiscito (art. 50, XV etc.). A Constituição brasileira ao se fundamentar na cidadania "quer apontar a indispensabilidade da participação popular na tomada das decisões políticas". A sociedade brasileira deve ser formada por cidadãos "participantes ativos do exercício do poder democrático". (Ferreira, 2001).

Assim segundo Bastos (2002) a Carta Constituinte sobre a Organização do Estado no Capítulo VII – *Da Administração Pública*, conclui que: por um lado, o papel socializador do direito administrativo, no sentido que é através deste que se desenvolvem os princípios constitucionais consagrados dos direitos sociais e econômicos; e de outro lado, a democratização do direito administrativo, na medida em que a participação popular se torna elemento obrigatório nas decisões e no controle da Administração Pública. Portanto configura-se assim o Estado Social e Democrático de Direito, onde a participação popular se dá em vários setores da Administração Pública, em especial na parte referente à ordem social. Não basta assegurar a liberdade individual, deixando o indivíduo à própria sorte; é preciso que haja participação (Estado e Sociedade) supondo um Estado que ajude, reparta, e distribua.

No Capítulo IV – *Dos Municípios*, estabelece que o Município reger-se-á por lei orgânica. Além de ganhar status de membro da Federação o município aumentou sua arrecadação, na recepção de rendas tributárias e na participação alargada no que concerne a Estados e União. A lei orgânica é o documento legislativo maior do município, uma espécie de “mini-constituição municipal” orientada para atuar no interesse local, e devendo respeitar os princípios da Constituição Federal e Estadual.

O inciso XII renumerado pela emenda constitucional n.1 – 1992 – *cooperação das associações representativas no planejamento municipal*; exterioriza, uma vez mais, o caráter participativo dos cidadãos na elaboração da Carta Constituinte. Cabe assim a lei orgânica dos Municípios estabelecer as regras de participação e o critério para aferição do requisito de representatividade. Segundo Ives Gandra Martins compreende, o dispositivo “impõe a cooperação no planejamento municipal, isto é, as associações representativas podem e devem cooperar no planejamento do governo”. Trata-se de um ‘dever-poder’, portanto não devendo a lei e os governos dela prescindir, sobre risco de violarem a Carta Magna da Nação.

Lembramos da Constituição americana em que as comunidades são governadas pelos representantes do povo e pelas próprias associações com presenças nos conselhos locais, onde nada se decide sem que sejam ouvidas as entidades representativas. Esta prática na sociedade americana ocorre desde o movimento City Beautiful, inicialmente ocorrido em Chicago no século XIX.

O inciso XIII renumerado pela emenda constitucional n.1 – 1992 – *iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado*; a iniciativa popular é uma das formas de exercício da soberania popular, sendo viabilizada por apenas 5% do eleitorado municipal se torna mais ágil e efetiva do que o predisposto no art.14 que exige ao nível federal 1% do eleitorado nacional. O Município está ao alcance do eleitor, sendo para este muito mais fácil e possível examinar projetos e emitir opiniões a respeito de matérias de seu interesse, predominando os anseios do maior número, da coletividade. As pessoas estão mais próximas dos problemas locais e conhecendo as

necessidades do conjunto da sociedade como a demanda por escolas públicas, ruas asfaltadas, abastecimento e saúde, entre outros que são pertinentes à legislação municipal.

Com relação aos Direitos Sociais de acordo com a Emenda Institucional n. 26/2000, o Art. 6.º *São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.* Com relação ao direito a moradia, como direito estabelecido, exige-se a necessidade de uma regulamentação constitucional para ter seus contornos definidos, para em conseqüência, poder assumir com eficácia o atendimento a população, definindo como e com que recursos este direito será promovido para a sociedade. Cabe aos gestores municipais tal feito através de recursos captados, por exemplo, a partir da mais valia imobiliária pelo Estado junto ao mercado imobiliário, e agora com a aprovação do Estatuto da Cidade cabe a União em parceria com os governos Estaduais e Municipais, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

O Plano Diretor vem definir diretrizes para o desenvolvimento urbano, cabendo, portanto ao Estado a função de traçar esta política de desenvolvimento, de forma democrática, assegurando a participação de todos os segmentos da sociedade. Deve ser elaborado de forma a superar as tradicionais leis de zoneamento, parcelamento do solo e edificações, garantindo o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, pois o uso do solo urbano e rural, visa segundo o direito urbanístico o desenvolvimento integrado das comunidades, não sendo mais um simples arranjo físico – territorial do espaço urbano; passando assim a ser componente essencial da proteção do meio ambiente, e do desenvolvimento econômico – social, nacional, regional, e especificamente o local.

Com esse objetivo estão escritos os artigos 182 e 183, onde no artigo 182, além da exigência de organizar o Plano Diretor, irá instituir a função social da propriedade no seu parágrafo 2. No parágrafo 3, estabelece sobre as desapropriações de imóveis urbanos com indenizações prévias e justas em

dinheiro; e no parágrafo 4 faculta ao poder público municipal, garantir o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado quando este for subutilizado ou não utilizado, promovendo seu aproveitamento, sob pena, da utilização de instrumentos de parcelamento ou edificação compulsórios; institui o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública. Já no artigo 183, estabelece o direito de posse para áreas de até duzentos e cinquenta metros quadrados à aqueles que permanecerem por no mínimo cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, desde que não sendo proprietário de outro imóvel, ou seja o usucapião urbano.

Ao Estatuto da Cidade³² cabe, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, a execução desta política urbana, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. O Estatuto definiu a competência da União, dos Estados e Municípios nas atribuições de interesse da política urbana, objetivando um maior equilíbrio sócio-espacial, no intuito de dirimir desigualdades urbanas.

Com a recente aprovação do Estatuto da cidade em 2001, que regulamenta o Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da Política Urbana, talvez consigam minimizar as diferenças sócio-espaciais. Verificando o teor desta lei nos seus primeiros artigos, estabelece claramente o caráter participativo da sociedade nos seus destinos, garantindo o direito à cidade.

Apresenta a intenção de uma coalizão de forças para dirimir os problemas urbanos, na tentativa de eliminar a exclusão e a segregação social possibilitando o acesso à moradia e à cidade por toda a sociedade em prol de espaços mais humanizados.

Segundo Carvalho (1998) o processo constituinte marca um momento de inflexão e uma nova fase para os movimentos sociais onde o amplo movimento de "Participação Popular na Constituinte", que elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o país, passa de uma fase anterior

³² Estatuto da Cidade é uma lei federal que tramitou no congresso por 11 anos sendo aprovado em 2001 e apresenta os instrumentos urbanísticos que possibilitam a execução da política urbana do município.

reivindicativa, para ações sistematizadas e traduzidas em propostas políticas mais elaboradas. A conquista do “direito a ter direitos, do direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade”.

2.2.1.2 - Do MDU ao CNDU na administração PSDB

A partir da abertura política do país, o Governo de José Sarney irá criar o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pelo Decreto nº 91.145 de 15 de março de 1985. As justificativas para tal ato são decorrentes da situação caótica das cidades brasileiras, principalmente os grandes centros urbanos, em questões como o saneamento básico para melhorar as condições de saúde e conseqüentemente de vida da população, “aliviando o sofrimento de largas camadas de nossa população urbana e reduzindo o flagelo da mortalidade infantil”.

Considera o “crescimento desorganizado das cidades, pela ultra-valorização dos terrenos edificações, (...) não só o operariado, mas até setores da classe média tiveram virtualmente barrado o seu acesso a moradia própria”. Nesse sentido ainda reconhece a necessidade de uma política habitacional e de desenvolvimento urbano que seja consentânea e na urgência de adoção de novas estratégias para a solução dos problemas. Por fim ainda faz considerações sobre a questão ambiental e suas relações obviamente com as outras considerações que justificam a criação do Ministério.³³

Desta forma define assim as seguintes áreas de competências do novo órgão ministerial: política habitacional; política de saneamento básico; política de desenvolvimento urbano e política de meio ambiente. Passam a fazer parte do novo ministério sendo transferidos os seguintes órgãos e entidades: O BNH – Banco Nacional de Habitação, CNDU – Conselho Nacional Desenvolvimento Urbano, CNMA – Conselho Nacional Meio Ambiente, SEMA – Secretaria Especial Meio Ambiente e DNOS – Departamento Nacional Obras Saneamento.

³³ Decreto nº 91.145 – WWW.camaradosdeputados.gov.br – acesso em 2006

Decorrente de uma nova reestruturação administrativa o Governo Sarney pelo decreto nº 95.075 de 22 de outubro de 1987, irá mudar a denominação do Ministério Desenvolvimento Urbano Meio Ambiente para MHU - Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, e em seu leque de competências será adicionada a política de transportes. Com a falência do BNH e sua extinção em 1986, a Caixa Econômica Federal é transferida para o MHU.

Em nova reestruturação administrativa o Decreto 96.634 de 02 de setembro de 1988 muda a denominação do MHU para MBES – Ministério Habitação e Bem-Estar Social. Nesta mudança o CNDU, o CONAMA e o SEMA são transferidos para o MINTER – Ministério do Interior, e a EBTU- Empresa Brasileira de Transporte para o Ministério dos Transportes. O MBES recebe a SEAC – Secretaria de Ação Comunitária, a CORDE – Coordenadoria de Integração para Pessoa Portadora de Deficiência, a LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência, e a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Importante ressaltar que a coordenação da política de saneamento básico fica sobre responsabilidade do Ministério da Saúde.

Essas reestruturações ou desestruturas foram decisivas, para a inoperância desses Ministérios, órgãos, autarquias e empresas públicas, sem dizer da falta de visão dos problemas e do foco das ações necessárias para combatê-los. No MBES fica clara a noção de habitação e saneamento como assistência social, com a “vinculação da política habitacional com as políticas de ação social,”³⁴

Ainda que a administração predadora do FGTS possa ser constatada em vários momentos de sua história, em nenhum momento ela foi tão grave quanto no governo Collor, que deixou uma herança de mais de 300 mil unidades habitacionais inacabadas ou invadidas, parte delas sob a administração da Empresa Gestora de Ativos, por problemas jurídicos e contábeis, até nossos dias. (CADERNOS MCIDADES - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, pag.10)

O MINTER passa então a ter como competências os seguintes assuntos: desenvolvimento regional e urbano, radiação de populações, ocupação do território e migrações internas, assistência a pessoas atingidas por calamidades públicas, defesa e preservação do meio ambiente, e assistência a populações indígenas. O CNDU e o CONAMA são órgãos colegiados e a SEMA é órgão

³⁴ Cadernos Mcidades Desenvolvimento Urbano – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

autônomo na estrutura administrativa. Fica evidente o distanciamento do foco dos problemas, embora a questão na escala territorial (nacional e regional) seja pertinente a problemática do desenvolvimento urbano. Como alcançar êxito num leque tão grande de problemas que vão do tratamento das questões indígenas ao habitante urbano.

A administração PSDB em 1995, ao assumir o país irá propor em sua estruturação administrativa a Reforma do Estado, face ao contexto econômico mundial e aos princípios neoliberais, ou como quer Bresser Pereira com "o público não estatal"³⁵, com os princípios organizacionais de terceirização ou publicização, descentralização, e a gerência por resultados, que se traduzem aqui rasamente na implantação do programa de privatizações e as políticas macroeconômicas de estabilização do país, e os programas de desenvolvimento nacional. O Ministério responsável pela reforma será o da Administração Federal e Reforma do Estado.

As questões da cidade decorrentes do processo de urbanização, de seu planejamento, e do desenvolvimento municipal agora estavam a cargo do Ministério do Planejamento e Orçamento. O Ministério apresenta entre outras competências: a formulação do planejamento estratégico nacional; coordenação e gestão do sistema de planejamento e orçamento federal; elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento; formulação e coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano. Em sua estrutura organizacional aparece a Secretaria de Política Urbana que adquiriu as competências de tratar do Desenvolvimento Urbano, das Áreas Metropolitanas, de Habitação e de Saneamento.

Mais uma vez verificamos que embora a Secretaria de Políticas Urbanas esteja dentro da estrutura organizacional do planejamento nacional, o foco está longe do local, o município, onde os problemas acontecem. O programa Avança Brasil³⁶ realizado pelo Consórcio Brasileira, indica uma ação importante de retomada do planejamento no país na escala do território nacional, compreendendo a escala regional a partir de eixos viários estruturadores,

³⁵ Ver Bresser Pereira- O público não estatal na reforma do estado.

³⁶ Sobre o Programa de desenvolvimento Avança Brasil do Governo FHC ver Ablas, Luiz. O "Estudo dos Eixos" como instrumento de planejamento regional.

porem sendo controverso, a partir da visão destes eixos de desenvolvimento, com relação ao conceito tradicional de região. Quanto ao município a lógica estava no reflexo na rede de cidades localizada nas imediações das vias de transporte. (Galvão e Brandão, 2003)

Por conta da realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II a SEPURB irá organizar a representação do Brasil neste evento ocorrido em Istambul em 1996. A secretaria então organizou um grupo de trabalho para elencar as melhores práticas em Habitação, serviços públicos e gestão da cidade que seriam representativas das ações brasileiras naquele momento.

A Agenda Habitat da ONU inicialmente foi criada com o objetivo principal de atender situações especiais e críticas decorrentes de calamidades produzidas por fenômenos naturais, guerras, entre outros que levassem a necessidade provisão de abrigos. Com o agravamento dos problemas decorrentes do processo de urbanização desenfreado e veloz de forma globalizada, a Agenda Habitat vai incorporando os problemas das desigualdades sócio-espaciais das cidades.

Rolnik e Saule JR, (1996) afirmam que aos poucos a agenda Habitat da ONU vai deixando seu papel assistencialista na provisão de habitação emergencial para agir em prol do desenvolvimento municipal.

“Habitat aos poucos foi transformando o seu papel de prestador de assistência para os países que apresentam uma situação de emergência em relação à habitação, e constituindo-se em organismo voltado a cooperar com programas e projetos urbanos, de forma geral, e particularmente voltada a promover o fortalecimento da gestão municipal e do desenvolvimento local.” (Rolnik e Saule JR, 1996 - pag.15)

Segundo texto divulgado pela SEPURB, as práticas selecionadas pelo grupo de trabalho eram entendidas como “políticas, ações iniciativas e projetos, no âmbito local, que tenham resultado em melhoria tangível e mensurável das

condições de vida e do habitat da população, contribuindo para a redução de seu custo e a melhoria da qualidade de vida das pessoas”³⁷

Definiu-se como práticas bem-sucedidas às práticas setoriais como habitação, transporte, saneamento, e etc., e à gestão urbana. Os critérios definidos para a escolha deveriam estar então relacionados ao impacto positivo, parcerias articuladas, sustentabilidade, potencial de universalização, e especificamente quanto a gestão das cidades o documento da SEPURB coloca a “integridade da gestão (...), seu desempenho (...), e o caráter integrado das intervenções.”³⁸

Neste momento começa a se delinear uma nova forma de atuação sobre as questões da cidade, nas ações de urbanização e na formulação das políticas urbanas, com os temas focados pela Conferência Habitat II – o papel dos poderes locais como promotor do desenvolvimento local, as parcerias ‘Estado, mercado, sociedade’, a garantia da moradia como direito, e o foco na sustentabilidade com uma agenda “urbano-ambiental” para os planos de ação. (Rolnik e Saule JR, 1996)

No final do governo PSDB, foi criada a SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República que recebe as competências da extinta Secretaria de Política Urbana. Mesmo ligada diretamente a Presidência da República, a SEDU será pouco expressiva e atuante. Caberá a Caixa Econômica Federal, ‘como nau sem rumo, ou com rumo próprio’, estabelecer os caminhos da política urbana financiando projetos habitacionais e urbanos dentro das possibilidades, em função dos recursos do FGTS.

Diante da fragilidade da SEDU e das restrições orçamentárias do governo federal, a Caixa Econômica Federal termina por conduzir, ainda que sem uma orientação formal e explícita, o rumo da política urbana, tendo em vista seu poder como agente operador do FGTS – a maior fonte de recursos para o financiamento público da habitação e do saneamento. (CADERNOS MCIDADES - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004 - pag.11)

³⁷ As práticas selecionadas pelo grupo de trabalho da SEPURB podem ser vistas em Bonduki (1996) Org. Habitat – as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras.

³⁸ Idem

Depois de 13 anos tramitando na Câmara dos Deputados, e dos 18 depois da 'PL 775 - Lei de Desenvolvimento Urbano' foi aprovada a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade. Instrumento que regulamenta os capítulos 182 183 da Constituição Federal e definem as diretrizes gerais da política urbana.

Este instrumento tão aguardado pelas lutas urbanas e forças democratizantes como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, integrado ao Fórum Nacional pela Reforma Urbana, estabelece "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental." Tendo como objetivo o ordenamento territorial com base a função social da cidade e da propriedade e apresenta as diretrizes gerais focadas no: **desenvolvimento sustentável, garantindo** direito a cidade, a moradia, infra-estrutura, saneamento, transporte, serviços públicos, **trabalho**, lazer, para todas as gerações; **gestão democrática** considerando instâncias de participação social; **cooperação** entre governo, iniciativa privada, demais setores da sociedade; **planejamento das cidades** com ação regional e ambiental; oferta de equipamentos urbanos, transporte e serviços públicos; ordenação e **controle** do solo; entre outras diretrizes que demonstram a intenção de controle sobre o espaço urbano, regulamentação das ações sobre ele, de forma mais flexível e justa, numa visão equilíbrio, ambiental e social, estabelecido sobre o consenso da sustentabilidade.

Após a aprovação do Estatuto da Cidade o governo PSDB irá constituir CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano pela medida provisória nº 2220 de 04 de setembro de 2001 – Capítulo II, que passa a ter as competências e atribuições do SEDU, incluindo as "orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano." No Capítulo I este documento trata da "Concessão de Uso Especial" reconhecendo este direito conforme o parágrafo 1º do art. 183 da Constituição Federal, garantindo a posse do imóvel público até 250 m² em área urbana, beneficiando assim parcela significativa dos moradores de áreas irregulares.

Pompeu (2000) nos alerta para a visão reducionista sobre os instrumentos da gestão urbana favorecendo os interesses do capital mundial e estabelecendo condições e exigências cada vez menores de habitabilidade.

Entendemos que a regularização de assentamentos urbanos precários pela implantação ou localização, devido à insustentabilidade de certos geossistemas, não melhora a qualidade de vida das pessoas que os habitam, mas se omitem na necessidade imperiosa de resgatar-lhe a vida urbana digna, ou seja, a cidadania. É o nivelamento por baixo que sempre viabiliza maiores pressões para baixar o nível de vida destas pessoas que se procura proteger e, na verdade, viabiliza a aceleração da acumulação excludente. (POMPEU, 2000, pag.07)

Ribeiro e Cardozo, (1994) sobre o planejamento no Brasil colocam dois padrões para a reforma urbana: a reforma modernizadora e a distributiva. A primeira modernizadora amparada nas discussões e formulações da esquerda brasileira da década de 1960 colocada basicamente a habitação e a cidade como tema das reformas de base onde o "planejamento aparece como forma de privilegiada de enfrentamento dos problemas sociais", caracterizados pela dependência externa do país numa forma de ação do estado de viés "redistributivista". Com relação à reforma redistributivista os autores colocam um padrão de ação que parte da "apropriação dos benefícios da urbanização e da ação do Estado" com foco nas "desigualdades sociais" com a mais valia urbana, processo de exclusão sócio-espacial, num viés de recuperação social na forma de participação da sociedade no processo de produção da cidade.

Neste sentido as conquistas da Constituição Federal na forma da lei, no que tange ao planejamento de desenvolvimento urbano, não foram efetivas. A Reforma do Estado associada à visão ambientalista aparentemente deu novo rumo às discussões com o viés de nova legalidade do mercado. A imagem de resgate da dívida social se esvaiu, e a própria legislação se flexibilizou para os novos parâmetros contemporâneos.

Íamos restaurar a democracia na sua plenitude e tentar resgatar a enorme dívida social deste país. A tônica das mudanças seria a Constituição de 1988, a que, efetivamente, estipulou as normas até hoje mais avançadas de justiça social, que criou novas medidas de desenvolvimento regional e que encaminhou normas mais avançadas de política urbana. Imaginávamos também que os "novos tempos" baniriam a corrupção, os desmandos públicos, o entreguismo, enfim o nefando populismo (no equivocado dizer de muitos sociólogos...). (CANO, 2003,pag.85)

2.2.1.3 - O Ministério das Cidades na administração PT

Depois de quase 20 anos do pouco tempo de vida do MDU em 1985, e do afastamento do ponto de vista institucional das políticas e do planejamento urbano no país, visível pela forma como o Estado localiza em sua estrutura administrativa os órgãos competentes pela elaboração das questões relativas ao processo de urbanização, é criado o Ministério das Cidades no Governo do PT.

Esta ação inicialmente surgiu a partir da proposta do Projeto Moradia em 2000, promovido pelo Instituto Cidadania com a participação de vários setores da sociedade e apresentado na conferência da cidade realizada pela Câmara dos Deputados. O projeto coloca claramente a necessidade de restabelecer uma nova política habitacional, dentro das políticas urbanas, estabelecendo propostas de viabilização financeira e institucional. A partir desta iniciativa quando da ascensão ao poder federal, o governo do PT irá criar em sua estrutura administrativa o Ministério das Cidades que passa a ter as seguintes competências:

- a) política de desenvolvimento urbano;
- b) políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito;
- c) promoção, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, de ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e ambiental, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano;
- d) política de subsídio à habitação popular, saneamento e transporte urbano; planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos
- e) em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito;
- f) participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água, bem assim para a adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e gestão do saneamento; (MP Nº 103 DE 1 DE JANEIRO DE 2003)

Os órgãos específicos do ministério são: o Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, o Conselho das Cidades (com as competências do antigo CNDU - PSDB), o Conselho Nacional de Trânsito, as Secretárias Nacionais de Habitação, Saneamento Ambiental, Mobilidade e Transporte Urbano, e Programas Urbanos; e o Departamento Nacional de Trânsito, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a Empresa de Trens Urbanos de Porto

Alegre SA. Esta estruturação esta articulada para o desenvolvimento das cidades com foco na questão ambiental e na inclusão social, no atendimento às questões mais prementes da problemática urbana, visando garantir o desenvolvimento urbano.

Fica claro o alinhamento do Ministério com a agenda internacional, principalmente a ONU. A Caixa Econômica Federal e o BNDS são os órgãos financeiros que operam as políticas urbanas e setoriais. Várias ações estão sendo realizadas, com programas diversos estabelecidos em cada secretaria. O Conselho das Cidades está estruturado em comitês técnicos de Habitação, Saneamento Ambiental, Mobilidade e transporte, e Planejamento territorial.

Visando a gestão democrática no estabelecimento da política nacional de desenvolvimento urbano o Ministério realizou a Conferência Nacional das Cidades, estruturada a partir das Conferências Municipais e Estaduais.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, os municípios foram obrigados a rever seus planos diretores, com a orientação de serem participativos, para a devida adequação dos instrumentos da política urbana alinhada à nova lei. O prazo para esta ação era outubro de 2006. O Ministério dentro de sua estrutura através da Secretaria de Programas Urbanos estabeleceu programa exaustivo em prol do desenvolvimento de planos diretores participativos e de suas devidas atualizações. Muitos planos foram realizados, "muitos" ainda estão por fazer, o nível de participação e o quanto será executado, o tempo registrará.

2.2.2 - O "modus operandi".

2.2.2.1 - Novas formas "inovadoras" de gestão pública.

Culminaram na Constituição de 1988 e na reestruturação que se seguiu diversas lutas antes pleiteadas por diversos atores sociais³⁹, como a aprovação do SUS – Sistema Único de Saúde, que institui um sistema de co-gestão e

³⁹ Referimo-nos às "Reformas de Base", assim como diversas lutas que tem suas origens na década de 60, na formulação de políticas setoriais como saúde, habitação, reforma agrária, entre outras.

controle social tripartite (Estado, profissionais e usuários) das políticas de saúde, que se articula desde os conselhos gestores de equipamentos básicos de saúde até o Conselho Nacional e regido pela Conferência Nacional de Saúde.

Assim também o movimento de Reforma Urbana consagrando a função social da propriedade e da cidade, com a inclusão de um capítulo inédito sobre a política urbana que prevê o planejamento e a gestão participativa das políticas urbanas, a lei orgânica municipal, com a criação dos Conselhos Municipais de Urbanismo, de Moradia Popular, Meio Ambiente, entre outros, instituindo diversos espaços de co-gestão destas políticas nas esferas estaduais e municipais.

Outras áreas de forte atuação da sociedade organizada são as que envolvem políticas de defesa da criança do adolescente e da assistência social, com a formatação das leis: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Estas políticas redefinidas de modo mais universal e democrático são submetidas ao controle social exercido por movimentos sociais e entidades profissionais. (Carvalho, 1998)

Os Conselhos refletem a entrada de novos atores sociais: movimentos sociais, associações, entidades profissionais, fortalecem a sociedade civil, que passa a ter acesso a informações sobre os diversos setores que são objeto das políticas públicas como também influenciam e participam de suas formulações.

Um dos grandes desafios de construção desta nova institucionalidade democrática, segundo Teixeira (2000), é “criar canais de comunicação permanente e interativos entre cidadãos, o governo e as próprias entidades representativas”; visando inserir nestes mecanismos de representação social o cidadão comum, não organizado, excluído de qualquer participação. Com os Conselhos não se quer substituir o Estado nem retirar-lhe as responsabilidades básicas, mas torná-lo mais permeável e sensível à lógica da sociedade e da cidadania.

Concebidos de forma heterogênea na sua composição os conselhos explicitam interesses diversos legitimados como objeto de disputa, confrontando

beneficiários do processo de exclusão com desejos privatistas e mercantis, com representantes dos segmentos organizados da sociedade que não possuem canais de expressão e são orientados por valores como: solidariedade, equidade, respeito a diferenças, sustentabilidade.

Isto coloca a necessidade de se criar uma retaguarda mais ampla na sociedade civil onde possam construir consensos para equacionar, balizando as posições das entidades que nele tem assento e que são: os fóruns e redes de cidadãos, entre outros; visando a coesão social onde identidades coletivas são criadas destacando valores universais.

O reconhecimento destes espaços se dá com o fortalecimento da sociedade a partir dos resultados dos embates transformando-se em políticas públicas, orientando a ação do Governo e a regulação do Estado, onde estes se legitimam a partir da formulação e discussão de proposições com a representação social.

Para Celso Daniel (2000), a democracia deve ser concebida como um sistema que envolve a relação entre o Estado, o governo e a sociedade, não pode se restringir ao conceito de "poliarquia", pois precisa compreender que a garantia das condições básicas de cidadania passa decisivamente pelas relações estabelecidas dentro da própria sociedade, e pelas relações desta com o Estado. Citando Habermas, Daniel afirma que o peso da mídia sustenta hoje na nossa sociedade o que é mais importante em termos de esfera pública – a "política simbólica", decorrente de forte manipulação da opinião pública, contrapondo a abertura de espaços e criação de condições para o que ele denomina de "persuasão argumentativa". Esta se liga "à relação entre público e privado e à criação de uma esfera pública democrática em cujo interior exista efetivamente espaço para uma discussão de temas que interessam ao conjunto da população, particularmente sob a perspectiva dos direitos de cidadania".

Os Conselhos devem ser aperfeiçoados e fortalecidos, pois são extremamente importantes para a cidadania num país como o Brasil, porque eles significam uma esfera pública que é partilhada entre o governo e a sociedade sem ser

puramente estatal. O tema, a ser tratado dentro deste espaço, por excelência são os direitos de cidadania.

2.2.2.2 - Competição x Solidariedade

Como resposta aos percalços oriundos dos modelos tradicionais de planejamento, gestão e desenvolvimento, no momento contemporâneo, faz-se necessário, segundo Fischer (2002), analisar o período verificando as escalas de poderes espacialmente localizados em cidades, regiões, no âmbito nacional e na relação com o mundo globalizado, gerando outras possibilidades organizacionais do território, concretas ou virtuais, verificados a partir da procura por melhores e mais eficientes formas de gestão do local, tendo a cidade como espaço de conflitos e acordos articulados pela "parceria" entre Estado, mercado e sociedade organizada, objetivando o desenvolvimento local e regional.

Analisar o poder local remete a relação de forças que se estabelece através de alianças e conflitos entre atores sociais, na construção de identidades e ações específicas para a gestão, conformando a necessidade de construir meios "novos" para o desenvolvimento.

Novas formas de organização da sociedade assim como novos instrumentos para a gestão se sobrepõem no espaço urbano, onde se verificam a necessidade de revisão dos instrumentos tradicionais de planejamento das cidades e regiões como os planos diretores de ordenamento do território e desenvolvimento local.

A partir do conceito de participação social as administrações públicas incorporam meios práticos contemporâneos de gestão como o Orçamento Participativo, os Conselhos Ambientais, de Urbanismo e de Habitação, entre outras instancias de participação da sociedade que conformam desenhos organizacionais alternativos para administração pública.

A eficiência dos instrumentos de participação, assim como, a aplicação efetiva dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (Lei federal 10.250 - 2001), com a obrigatoriedade de revisão dos planos diretores municipais até outubro de 2006, determinado, pelo Ministério das Cidades, deve ser verificado e analisado com acompanhamento freqüente para constatar a contribuição efetiva destes instrumentos. Para que possam verdadeiramente induzir a novas formas de pensar a cidade na escala local, regional, e global, visando dirimir desigualdades espaciais com eficiência administrativa e qualidade ambiental. Alcançando através de políticas sociais com projetos e programas em múltiplas escalas que se sobreponham às relações entre os atores sociais envolvidos, e as escalas governamentais e dos parceiros financeiros; numa visão de consenso coletivo e eliminando a alternância de poder, na complexidade da relação entre dominantes e dominados.

Faz-se necessário levantar a origem do conceito de desenvolvimento, numa perspectiva histórica, abordando o caso brasileiro do desenvolvimento a qualquer custo, significando um simples processo de "ocidentalização". A partir dos anos 1970, a convergência do planejamento e desenvolvimento com incorporação técnica e científica, através, entre outras, de análises sócio-econômicas para a formulação de programas e projetos; que associados à experiência e ação dos movimentos sociais e populares (período de 70 e 80 do século passado), e ao surgimento de forte ação das ONGs, definem mudanças significativas na forma de "desenvolver o local", com articulações estratégicas que alcancem o "desenvolvimento durável".

Apresentamos então dois caminhos para o planejamento do desenvolvimento, segundo Fischer (2002), baseados por um lado na "competição" entre cidades e gestões com o conceito de "trama produtiva"; e por outro a perspectiva da alternativa solidária, com o desenvolvimento baseado no "cooperativismo", trabalhando com conceitos de qualidade de vida e cidadania. Ambos incorporam ações estratégicas para o desenvolvimento baseados em mecanismos empresariais estratégicos, alinhados ao conceito de "empresariamento estratégico urbano"⁴⁰, adotando técnicas eficientes para gestão pública.

⁴⁰ Ver Compans, Rose. – Paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. Uma reflexão crítica. Anais do ANPUR. IPPUR – UFRJ. 2000.

Quanto ao modelo de desenvolvimento adotado no país a partir do início do século XX, fica-nos claro que este se consolidou a partir do “desejo” dos países ricos em “auxiliar” o terceiro mundo em seu desenvolvimento, transformando a sociedade tradicional numa sociedade moderna. Este processo de ocidentalização “impositivo”, como não considerou as questões culturais⁴¹ e estando sempre centrado na mão do Estado como protagonista quase exclusivo das mudanças, numa estruturação verticalizada, incorporava a unificação do planejamento e desenvolvimento para o atendimento às questões relativas a saúde, educação, agricultura, comunicação, e etc.; sendo representativa dos períodos dos governos Getulio Vargas, Juscelino Kubistchek e do governo militar.

A partir da década de 1970 com a prerrogativa da UNESCO começa a utilizar o conceito de desenvolvimento integrado alinhado à vocação do local, contestando os modelos tradicionais de desenvolvimento baseados na produção industrial urbana.

A partir da década de 1980, em função da crise econômica, com os ajustes decorrentes do alto endividamento do país, e do processo inflacionário, há uma interrupção do processo de desenvolvimento e o acirramento dos problemas urbanos e sociais, levando a uma revisão dos conceitos e chegando à década de 1990 com uma nova visão integrada do desenvolvimento às questões ambientais e sociais, citadas por Ignacy Sachs (1993) “prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social”.

Segundo Bonduki (1996)⁴² define este momento de mudança do modelo de desenvolvimento de central-desenvolvimentista para o modelo ambiental-participativo, modelos estes alinhados às agendas da ONU e às metas do milênio.

⁴¹ Bernardo Kliksberg desenvolve reflexão sobre o papel da cultura no processo de desenvolvimento social, visto que a cultura é parte central do capital social de uma sociedade. O autor questiona a adoção na América Latina de uma visão reducionista de desenvolvimento baseada na acumulação de capital e na “Teoria do Derrame” em detrimento aos recursos humanos na geração e acumulação do capital social. Ver Kliksberg, Bernardo. - O Desafio da Exclusão. Para uma Gestão Social Eficiente. FUNDAP, SP. 1997.

⁴² Ver Nabil Bonduki – Habitat – as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente, e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo. Studio Nobel. 1996.

Incorpora-se a este movimento a articulação estratégica como conceito chave para o alcance do desenvolvimento local, integrado e sustentável. O planejamento como processo articulado de estratégias de desenvolvimento, estabelecendo visão de cenários futuros com ações concretas de mudanças, num processo "híbrido" de cooperação e competição.

2.2.2.3 - As escalas de atuação da gestão pública: municipal, regional e global.

A Constituição Federal de 1988 assim como o Estatuto da Cidade aprovado em 2001 estabelecem para o planejamento na escala regional maior interação em função de problemas comuns aos vários municípios que conformam uma ou mais micro-regiões ou mesmo meso-regiões, em decorrência do reconhecimento do município como ente federado garantindo maior participação dos recursos tributários da União e evidenciando a importância dos aspectos sócio-econômicos e ambientais no espaço regional, atuando, ou devendo atuar além do território municipal.

Numa ação pró-ativa que beneficie os interesses dos entes federados independente dos limites territoriais, esta abertura possibilitou outros arranjos administrativos como a organização de consórcios intermunicipais, a estrutura de gestão das bacias hidrográficas, entre outros aspectos pertinentes a questão das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento municipal.

Esta mudança foi significativa para a ocorrência de uma estruturação das ações de planejamento na escala regional, de formato horizontal e não mais verticalizada como sempre foram determinadas as ações regionais atreladas às movimentações do âmbito federal. Esta autonomia da ação municipal permitiu ou induziu a necessidade deste, o município, promover seu desenvolvimento buscando ampliar sua teia de relações sócio-econômicas e políticas, ampliando mercados e descobrindo novas vocações a serem desenvolvidas, levando a outras esferas de atuação com inserções supranacionais e globais.

Os governos locais foram na década de 1980 os responsáveis, nos processos de reestruturação do setor público, por articular o desenvolvimento local/regional a partir da descentralização fiscal, influenciados diretamente pelas orientações dos organismos internacionais, como o FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, atuando na América Latina junto aos "novos" governos democráticos.

Segundo Rolnik e Somekh (2003) a descentralização é compreendida como transferência do processo de tomada de decisões para instância municipal e deve ser estabelecida visando uma gestão mais "acessível ao cidadão, aumentando a participação direta da cidadania e o controle e responsabilização social". Porém alertam sobre a necessidade de institucionalizar um espaço de gestão regional na hierarquia administrativa, para que possam ser articuladas ações político-institucionais que garantam o cooperativismo e eliminem visões individualistas do local.

No âmbito da política regional centralizada na esfera federal no período pós-constituente, diferentemente dos planos anteriores, como o Plano de Metas do período Juscelino Kubitschek e posteriormente durante o regime militar, que concentraram o desenvolvimento industrial e a infra-estrutura de transportes para escoamento da produção, principalmente do setor primário visando exportações, na região sudeste e no território paulista. Embora iniciativas para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste tenham sido de enorme importância como a criação da SUDENE e SUDAM, além de inúmeros programas como o PIN - Plano de Integração Nacional, o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e Nordeste, a criação da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, entre outras iniciativas alinhadas nos I e II PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento. O Governo Federal na gestão PSDB irá propor o Projeto Eixos (logísticos) - Programa Avança Brasil, para o desenvolvimento nacional no período inicial do processo de redemocratização do país, visando uma reestruturação espacial da produção brasileira.

Este projeto, grosso modo, se estrutura basicamente na malha de transportes rodoviária e fluvial existente, esta última muito incipiente, associado às regiões

de alto desenvolvimento, os “bolsões de riqueza” e os “corredores de exportação” como definem Galvão e Brandão (2003) visando “potencializar as heterogeneidades estruturais entre e dentro das regiões brasileiras.”

Na visão de Coutinho (2003) o fracasso deste projeto esta na opção pelo governo brasileiro de desmontar a macroestrutura regional existente eliminando as instâncias estatais de governança, e minimizando os investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento, e transferindo para a iniciativa privada a condução do processo de desenvolvimento.

Neste processo diante do programa de estabilização da moeda brasileira em 1994, deflagrou-se um ciclo pequeno de investimentos privados determinados espacialmente em função das grandes concessões fiscais oferecidas pelos Estados e Municípios, como isenção de ICMS, doações de grandes áreas, entre outros benefícios fiscais. Neste sentido a guerra fiscal, assim denominada, estimulou um processo predatório de competitividade regional, principalmente ao nível dos Governos Estaduais. Recorrer a estes mecanismos de isenção de tributos conforme afirmam Neves (2000) e Melo (1996) apud Farah (2003) não tornam os governos supranacionais mais competitivos, pelo contrario quando buscam atrair investimentos a qualquer custo, não obtêm resposta satisfatória de contrapartidas que abarquem maior arrecadação tributária e social como a ampliação de postos de trabalho, repercutindo significativamente no âmbito da cidadania.

Outra questão importante sobre a questão urbano-regional é colocada por Cano (2003) quando nos lembra com Celso Furtado (1972) do processo de expansão da “agricultura itinerante” que afasta para outro lugar a agricultura de subsistência e a pequena propriedade, privilegiando a estrutura latifundiária. Onde o Estado com as políticas de incentivo às exportações vem dando continuidade a esse processo, e favorecendo assim o crescimento da população urbana.

Neste sentido o espaço econômico regional da agroindústria principalmente das *commodities* decorrentes das usinas e destilarias na manufatura da cana de açúcar, do plantio da soja, laranja e do milho; ultrapassa o território municipal

abrangendo mais de uma micro-região muitas vezes transpondo as fronteiras estaduais, expõe claramente a necessidade de regulação da instância regional para maior equilíbrio do desenvolvimento supralocal, e maior eficiência, poder de decisão e controle das ações e implantações das políticas de investimentos definidos horizontalmente ou verticalmente na atuação supranacional.

Assim, no período de redemocratização do país um novo cenário se descortina segundo Farah (2003), onde cabe aos próprios governos locais a responsabilidade pelo desenvolvimento local, conseqüentemente no âmbito urbano e regional com "crescente atribuições no campo das políticas públicas."

Neste sentido os governos municipais em prol do desenvolvimento local vêm desenvolvendo face aos problemas comuns uma gestão compartilhada, num esforço de cooperação mútua, com o envolvimento de diversos atores públicos e privados e com a sociedade organizada, construindo um processo crescente de governança regional.

O exemplo mais claro dessa articulação regional são os consórcios intermunicipais e os convênios de cooperação estabelecidos a partir da aprovação da Emenda Constitucional 19/1998, que autoriza a "gestão associada de serviços públicos", conforme o artigo 241.

"Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos."

Rolnik e Somekh (2003) utilizando do conceito de "neolocalismo" denominado por Melo (2000) a partir de reflexões sobre o localismo americano segundo o conceito de empresariamento urbano de Harvey (1989), atestam a possibilidade de êxito no processo de desenvolvimento local com a "construção de redes cooperativas e solidárias entre cidades", quando citam a experiência do grande ABC como exemplo de gestão inovadora e compartilhada, visando uma nova forma de cooperação entre "Estado, Mercado e Comunidade", num processo de "governança empreendedora, superando ao tradicionais conflitos municipalistas".

Embora o local venha articulando alianças importantes para o seu desenvolvimento numa estrutura horizontalizada é importante que o Estado Brasileiro crie mecanismos numa estrutura verticalizada que garantam igualdade de participação para os governos locais, visando articular como afirma Coutinho (2003) “políticas que exigem o concurso simultâneo de decisões municipais, estaduais, e federais.”

A formulação de uma nova agenda de política regional que fomentem e formem novos arranjos locais de inovação, garantindo na cooperação entre os pares públicos e privados, o fortalecimento da instância regional visando maior e melhor inserção global, e focada no objetivo principal de desenvolvimento e solução dos problemas comuns deve ser a busca dos planejadores e gestores locais.

2.2.2.4 – A institucionalização dos novos padrões de ação e dos processos de negociação na formulação das políticas públicas urbanas.

Nos últimos anos, verificamos transformações significativas na forma de pensar o desenvolvimento municipal com o estabelecimento de um planejamento que incorpora visão mais ampla de ações que vão além do território municipal, onde se estabelecem políticas objetivando relações principalmente econômicas que alcancem várias escalas de atuação, incluindo a escala global.

Esta formatação do planejamento para o desenvolvimento municipal passa a ser incorporado frente às mudanças nas últimas décadas nos meios de produção com a automação dos processos decorrentes da revolução digital.

Neste sentido as cidades passam a adotar mecanismos em sua forma de pensar e agir sobre o território com a mesma lógica de ação da ciência da administração de empresas, buscando alcançar resultados que vão de encontro aos anseios sócio-econômicos locais frente ao processo de globalização.

Caberá ao poder local a incumbência por melhores condições de desenvolvimento para a população, através da sua atuação em três frentes: a inserção na economia global promovida por sua competitividade; maior integração social a partir da perspectiva histórica e cultural; e do fortalecimento de sua representatividade e eficiência na gestão pública. (Borja e Castells, 1997)

Os governos locais introduzem em suas práticas administrativas a utilização de técnicas de planejamento empresarial, atuando como empresas em busca de investimentos e de aumento de competitividade. O sucesso da gestão contemporânea está atrelado, então, a eficiência de suas ações, na ênfase empresarial e nas parcerias entre público e o privado.

Este processo de pensar e agir sobre o território municipal irá gerar uma urbanização contemporânea caracterizada na construção da cidade informacional⁴³, onde nas últimas décadas vem se conformando, através de inovações nas práticas administrativas e nas formas de gestão política das cidades atreladas ao desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, estas ações foram possibilitadas, principalmente a partir da constituição de 88 e da abertura política do país com a ação dos governos democráticos, (embora este processo tenha iniciado no final do governo militar); pelas políticas de desmantelamento do Estado, com o programa de privatizações, visando atender aos organismos internacionais; pela adequação financeira à estrutura da economia globalizada; e pela necessidade de buscar novos meios de atender as necessidades básicas da população e enfrentar a competitividade gerida pelo capital transnacional.

Neste panorama onde os projetos e as ações de planejamento e gestão das localidades são o mote para a inserção no mundo globalizado, verificamos através das principais "inovações" no processo, a institucionalização dos novos padrões de ação, analisando os programas e ações das políticas públicas de

⁴³ Ver Manuel Castells in A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 01. São Paulo . Paz e Terra. 1999.

desenvolvimento urbano das cidades objetivando constatar a “construção” de um modelo de política de desenvolvimento urbano no país.

Este modelo largamente difundido de planejamento e gestão do território municipal, que vem sendo aplicado indiscriminadamente, visando colocar nossas cidades no mapa do mundo globalizado, um custo social que é altamente significativo, face aos benefícios resultantes, considerados compensadores. Para Vainer (2002) este processo será viável se pensarmos nas diferentes escalas de forma “ambiciosa”, porem simultaneamente a objetivos “realistas”, quanto ao necessário estabelecimento de ações que possibilitem a diminuição das distancias sociais; com a “redução das desigualdades e melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras”, o “avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas, culturais, que propiciem a organização e a luta populares”, e o “enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes”, (...) “orientando um projeto de **revolução urbana permanente**”.⁴⁴ (grifo do autor)

Estas ações em sua grande maioria estão articuladas com propostas meramente econômicas, que embora importantes para o desenvolvimento da produção local e regional se distanciam das questões sociais que são prementes para a melhoria de qualidade de vida de nossas populações.

Estas mudanças advêm da flexibilização da produção industrial possibilitadas pela revolução digital, que a partir da telemática permitem que esta nova configuração social denominada sociedade do conhecimento e informação, esteja conectada em tempo real.

Esta nova estrutura produtiva reflete e também reestrutura as relações sócio-econômicas e políticas no âmbito global, fomentando e ao mesmo tempo impondo ações baseadas na espacialização de um território segregado e excludente. Embora a noção de território e de fronteira tenha se alterado face à revolução dos meios de locomoção e do desenvolvimento das telecomunicações, onde a localização e a disposição espacial da cidade já

⁴⁴ Para mais informações sobre o projeto de **reforma urbana permanente** de Vainer, ver As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. IPPUR/UFRJ e DP&A Editora. 2002

romperam as relações cidade-campo e centro-periferia. Segundo Virilio (1993) estas relações foram dissipadas e estabelece-se hoje uma “nebulosa conurbação das franjas urbanas”.

Estas ações estão sendo trabalhadas pelos administradores públicos com resultados aparentemente mais interessantes, quando da inserção no modelo de gestão, de um programa de parcerias com a iniciativa privada, embora estejam primeiramente atendendo às necessidades dos investimentos do capital global, traduzido espacialmente nos espaços para a elite contemporânea, na produção de museus, shopping centers, parques urbanos, centros empresariais, hotéis, aeroportos, entre outros; fomentando ainda mais a ação da especulação imobiliária através da concentração destes equipamentos nas regiões definidas como mais nobres dos espaços da cidade. Estes projetos normalmente são inseridos seguindo a mesma lógica sócio-espacial estabelecida no espaço da cidade, reproduz a desigualdade urbana e fortalece a acumulação privada, principalmente o setor imobiliário como vimos em Ribeirão Preto.⁴⁵

Em prol de um pacto territorial em que haja um equilíbrio maior de forças dos vários segmentos da sociedade, numa forma de compensar a assimetria de poder existente entre Estado e sociedade e no interior da sociedade, deve o governo local exercer um papel determinante na criação de uma esfera pública democrática, que garanta ouvir todos os segmentos sociais. Cabe porém, atualmente, à parcela maior da população a participação nas discussões quanto aos destinos de seus espaços intra-urbanos, às necessidades básicas de atendimento ao bairro, às questões pertinentes à comunidade localizada. Assim a cidade não é vista mais como um espaço de todos, mais de grupos distintos articulados e territorializados.

Neste sentido a intervenção da administração pública no processo de planejamento e gestão para o desenvolvimento municipal tem sido revisitada incorporando novos instrumentos, como instância reguladora com poder de negociação e capacidades de imposição, agindo como articuladora e facilitadora e proporcionando assim novas formas de pensar e agir sobre o território

⁴⁵ Ver em Bezzon as parcerias poder público e iniciativa privada em Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado. EESC-USP - 2002

municipal. Embora os desafios sejam novos para o planejamento e gestão das cidades as questões de fundo do processo de elaboração de planos e formulação de políticas permanecem atreladas às variáveis da dimensão política, técnica e formal do planejamento.

A ineficiência do Estado agravada com a crise econômica mundial gerou a falência do modelo interventor hegemônico de provisão e redistribuição territorial de recursos, que frente à economia de mercado de tendência liberal, fomentaram nova relação entre Estado e Sociedade civil, onde a governabilidade, colocada a prova resultou num modelo de planejamento e gestão que visa equilibrar através do consenso social as forças que agem sobre o território.

Este modelo para a governabilidade estabelece alguns novos conceitos específicos para a institucionalização dos novos padrões de ação e dos processos de negociação, na formulação das políticas públicas urbanas para o planejamento do desenvolvimento municipal. São eles: o conceito de governança definido por formas de governo mais abertas com a participação da sociedade organizada, na busca da promoção da coesão social e da produtividade; a cooperação econômica e cívica, através de parcerias entre os atores públicos e privados visando oportunidades materiais, ou não que beneficiem a coletividade; a reestruturação administrativa municipal com alterações no funcionamento visando maior eficiência nos diferentes níveis administrativos assim como maior intersecção entre os setores, proporcionando uma gestão mais dinâmica e integrada nas diversas escalas; incorporação de novas metodologias para a elaboração de planos, adotando a visão de cenários futuros com o planejamento estratégico; a implantação de infra-estrutura informacional não só como forma de ampliar sua competitividade econômica, mas principalmente ampliar as formas de interação social, através dos sistemas de informatização.

Segundo Castells (1999), esta será a única maneira de resolver os problemas locais, se aliando ao fluxo do capital transnacional, com a constituição de pólos de desenvolvimento. Na era da economia global, os Estados devem entrar na 'arena da concorrência internacional', visando aumentar suas riquezas e poder.

Para tanto tem de direcionar suas políticas visando o aumento da 'competitividade coletiva das empresas sob sua jurisdição, bem como da qualidade dos fatores de produção em seus territórios'. Portanto a estratégia de intervenção do Estado na economia deve ser a união de 'competitividade, produtividade e tecnologia'. "O Estado desenvolvimentista apóia o desenvolvimento tecnológico das indústrias do país e de sua infra-estrutura de produção como forma de promover a produtividade e ajudar 'suas' empresas a competir no mercado mundial".

Para este novo desenho das cidades em todos os direcionamentos do planejamento municipal e da gestão pública, um grande leque de ações e intervenções está sendo determinante, principalmente no tecido urbano, em busca do desenvolvimento local. Estas intervenções contemporâneas no espaço urbano se caracterizam por três tipos de intervenção como vimos nas cidades de Santo André, Curitiba e Porto Alegre, e também como veremos no capítulo três nas cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina. Estas ações estão centradas nas políticas culturais com vigor historicista, numa reconstrução da identidade garantindo maior aproximação com a sociedade local; na implantação de infra-estrutura básica visando minimizar ou mesmo eliminar problemas de saneamento urbano incorporando o conceito de desenvolvimento sustentável, alinhado a aplicação da Agenda 21; e no direcionamento de investimentos em infra-estrutura tecnológica, para a conexão de redes e fluxos, via telemática, estruturando o processo de urbanização virtual, como prerrogativa para o desenvolvimento voltado para a inovação.

Segundo Ribeiro (2000) verificou na vertente considerada 'otimista', dois pólos: o primeiro democrático-redistributivista e o segundo liberal-competitivo. A primeira se baseia "na proposta urbana de reforma social, tendo por diagnóstico a cidade como mecanismo de concentração de renda e de riqueza". Na segunda esta "inspirada na literatura internacional ancorada no planejamento estratégico e sobre a influência das consultorias internacionais".

A década de 90 é marcada assim, pelo modelo de desenvolvimento sustentável, onde as cidades buscam reestruturar seu espaço tendo como ações pontuais de desenho urbano a requalificação de seus espaços tradicionais degradados e das

áreas geradas pela fragmentação do tecido urbano, dilacerado pelo processo predatório de exploração dos recursos naturais e urbanos ou sociais, assim como da exacerbação da renda fundiária.

Devido à falência do paradigma do plano e a 'ineficiência' de sua implantação associadas às transformações decorrentes da reestruturação do capitalismo contemporâneo, com a diminuição do Estado e uma maior ação privada na produção da cidade, temos que ressaltar, o início do processo de politização do planejamento urbano com a organização da sociedade, numa efetiva participação no processo decisório das ações sobre a cidade. Esta conscientização dos problemas urbanos, pela população advém de sua luta diária por melhores condições de habitabilidade, adquiridas nos movimentos sociais. No Brasil, a partir da promulgação da constituinte de 88, protagonizada pela reforma urbana, instrumentos legais foram criados para coibir uma espacialização estratificada, como por exemplo, o Plano Diretor Municipal e a Lei do Estatuto da Cidade, além de outras leis que regulamentam econômica e espacialmente a cidade. Porém apesar de extenso debate sobre o tema, e mesmo com o esforço do Ministério da cidade criado a partir de 2003, as ações sobre o urbano continuam reforçando, ou melhor, evidenciando a forma perpetuada no urbano do modelo de exclusão sócio-espacial de nossas cidades. Isto mostra a necessidade de ampliar as instâncias de participação da sociedade no processo de planejamento e gestão de forma efetiva e não somente como discurso político generalizado.

Segundo Villaça (1999) várias cidades importantes debateram com a participação da população, desde sua elaboração, seus planos diretores, indo muito além das audiências públicas obrigatórias. E alerta com base no processo de elaboração do último PDE paulistano que esta população "são classes sociais ou setores ou grupos da população. A classe dominante sempre participou embora raramente de forma ostensiva. (...) quem nunca participou foram - e continuam sendo - as classes dominadas, ou seja, a maioria."

O Ministério das Cidades tem divulgado nos últimos anos dados relativos a campanha realizada pró-revisão e para elaboração dos planos diretores em função da aprovação do Estatuto da Cidade. Parece-nos mais uma ação

burocratizada pela exigência de lei, tanto por parte do MCidades como pelas prefeituras em cumprir a obrigação, embora os prazos para a realização dos trabalhos já tenham sido alargados. Questiona-se a participação social como vimos com Villaça, a participação nas conferências das cidades exigidas pelo Ministério são baixas, mas não vemos uma campanha de conscientização da população para formar participantes. O legalismo do processo versus o discurso de construção de processo social.⁴⁶

Para Rolnik (1997), passamos por um momento de ruptura. Estamos passando do projeto nacional centralizador e tecnocrático para o estabelecimento de um pacto territorial, considerando a diversidade, os interesses e, portanto os conflitos dos produtores da cidade, no âmbito sócio-econômico e político. Também uma ruptura com os paradigmas urbanísticos modernos considerando a heterogeneidade do espaço urbano, na concepção de uma cidade múltipla, onde não se aplica a disseminação de um único modelo.

Evidencia-se a nítida hibridização e contradições decorrentes das dinâmicas do capitalismo ocidental onde estão inseridas estas proposições, sendo importante ressaltar como afirma Fischer que "a cooperação não exclui a competição, e que a competição pressupõe articulações, alianças e pactos". (Fischer, 2002)

Para Borja (1996) e Forn, (1993) as cidades devem trabalhar os conceitos de cidade-empresa e cidade-mercadoria, inserindo-se assim na nova geografia urbana da estruturação das cidades de economia global, com investimentos do poder municipal e da iniciativa privada. Sendo competitiva a partir da ampliação da infra-estrutura de suporte às atividades econômicas, conexão a redes internacionais, formação profissional e qualificação dos serviços públicos. Devendo também promover sua imagem no exterior atraindo investidores, facilitando suas exportações de bens, serviços e profissionais.

Os conceitos de cidade-empresa e cidade-mercadoria atribuem ao poder local o papel de capitalista coletivo, onde vender a cidade converteu-se em uma das

⁴⁶ Segundo Villaça com relação à obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor pela Constituição federal afirma "São cortina de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante em resolver os problemas urbanos. Os planos são uma clara manifestação da força da ideologia da tecnocracia que ainda perdura entre nós." (Villaça, 2005,p.21)

funções básicas dos governos locais e dos principais campos de negociação público-privado.

Para Mitchell (2002), dentro das posturas necessárias, aqui apresentadas, para o planejamento urbano contemporâneo, e sobre suas perspectivas de acesso a revolução digital, afirma que duas posturas ideológicas se apresentam neste momento: a "direita governamentalista e a esquerda legalista". A primeira num viés positivo com relação ao poder tecnológico para melhorar as questões sócio-espaciais e ambientais, desde que prevaleçam as prerrogativas do mercado; e a segunda evidenciando a necessária ação do Estado para garantir acesso as novas tecnologias às parcelas menos favorecidas, evitando a criação de um "abismo digital intransponível entre os que têm e os que não têm".

Porem qual o interesse do mercado, como alerta Mitchell, para as comunidades de baixa renda, sendo que estas poucas possibilidades têm de consumo, portanto devem atrair poucos investimentos em infra-estruturas de telecomunicações digitais, o que deve acirrar ainda mais a segregação espacial e a exclusão social, principalmente em países ditos emergentes, como é o nosso; formando o que autor chama de "buracos negros", áreas desabastecidas e negligenciadas das classes menos favorecidas. É o caso da região do Vale do Silício, citado pelo autor:

Hoje, por exemplo, os altos executivos de Silicon Valley podem, dentro de seus carros com ar-condicionado, ir dos portões de condomínios fechados a locais de trabalho com guardas na entrada, sem perceber que estão passando por áreas marginalizadas como Est Palo Alto. E, quando chegam a perceber, provavelmente trancam as portas dos carros. (MITCHELL,2002 - pag.131)

Como também nos advertem, Castells (1998) com a cidade dual, e Ermínia Maricato (1996) com a cidade legal e ilegal; fazendo-se necessário, não mais só as infra-estruturas básicas, mas fundamentalmente a inclusão das infra-estruturas digitais, potencializando vários espaços urbanos, provendo-os para gerar desenvolvimento local, dirimindo a polarização de grupos sociais e a degradação espacial da cidade.

Fischer (2002) define duas vertentes de atuação: a orientação do desenvolvimento para a competição e a orientação para a cooperação ou

solidariedade. A vertente voltada à competição acentua as estratégias econômicas e está baseado no conceito da "trama produtiva", na relação entre agentes produtivos com relação contínua numa inter-organização orientada para a competitividade do local. Com relação à vertente de desenvolvimento solidário, esta impulsionada na prática da cidadania e na melhoria da qualidade de vida para as populações locais, com maior distribuição dos resultados.

Interessante verificar os novos instrumentos de planejamento que as cidades estão utilizando para alcançar os objetivos dentro deste conceito, como o plano estratégico ou plano de ações estratégicas, com marketing urbano, ente outros, como verificamos nas ações das cidades de Santo André, Curitiba, Porto Alegre, assim como nos planos das cidades de Ribeirão Preto, Londrina e Uberlândia, entre outras, que estão alinhados a este conceito objetivando tornar a cidade competitiva para atração de capital externo. Por outro lado, incorporam o desenvolvimento econômico, mas privilegiam a produção local com o incentivo do desenvolvimento a partir de associações para a produção em conjunto com a sociedade local, estabelecendo parcerias e ações entre o governo, ONGs, movimentos sociais, com visão de sustentabilidade dos processos e mecanismos de crédito solidário.

Salienta-se a importância do papel do Governo como ator central ou periférico agindo de forma sinérgica, regulatória e altamente desejável, desde que esteja atrelado aos conceitos de democracia participativa e governança (ver Milani, Arturi, Solinís), e à retomada da esfera pública (ver Habermas) através das várias instâncias de participação como os fóruns de desenvolvimento local.

Com estas ações, associadas a ações coletivas com a participação dos vários segmentos sociais é que o governo, como meio, conseguirá articular os interesses em busca de soluções para estes problemas prementes das comunidades locais na dualidade local X global.

A questão está no imperativo da competitividade, "na dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada 'nova ordem mundial', onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômicas, com o papel hoje onímodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. (SANTOS, 1997,pag.128)

Como resultante do nosso processo de urbanização, a fragmentação do espaço urbano agrega e realimenta, uma maior incidência dos problemas urbanos atuais como as drogas, violência, miserabilidade, falta de moradias, dificuldades de locomoção, e etc. Porém desta ordem caótica pode-se delinear ações de políticas públicas urbanas que visam dirimir as distâncias sociais, e configuram ou podem configurar, a partir de suas experiências locais com a aplicação destes conceitos do planejamento contemporâneo, um novo *modus operandi* para a política de desenvolvimento urbano.

Tornam-se cada vez mais necessárias proposições e contradições para a construção de um desenvolvimento urbano, alinhado mais à vertente do desenvolvimento solidário e cooperativo, reforçando a necessidade de aplicação do conceito de democracia participativa e do instrumento de governança como poder compartilhado ou ação coletiva gerenciada, associado à visão de compreensão das especificidades do local, e partindo assim para um modelo de desenvolvimento alinhado às questões culturais do local e à participação comunitária.

Fica clara a visão da gestão como processo de mediação articulando vários níveis de poder, e a carga potencial dos conflitos de interesse pelos atores envolvidos nas várias escalas de poder e a difícil tarefa do consenso social.

Observa-se que a gestão do desenvolvimento urbano deve ser eficiente administrativamente, com o mapeamento de necessidades, desenvolvimento de planos, gerindo conflitos, e conseguindo identidade da organização garantindo legitimidade; desde que considere as relações sociais e redes estabelecidas, em seus contextos culturais.

2.2.2.4.1 – Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico de Cidades surge neste contexto de complexidade da nova economia mundial, onde o mercado é o grande regulador das atividades produtivas associado à política das privatizações, e o Estado vem diminuindo sua ação no cenário econômico e a iniciativa privada aumentando

sua participação na execução e administração de serviços públicos; elaborando, assim, novas estratégias de desenvolvimento para as cidades onde a problemática central é a competitividade urbana. (Borja e Castells,1998) e (Forn, 1997)

A partir da década de 60, e principalmente nos anos 70 do século XX, a técnica de formulação de cenários com a conseqüente elaboração de estratégias de alcance (do cenário proposto) começa a ser utilizada e desenvolvida por empresas multinacionais e nas grandes corporações mundiais, tendo com a globalização se difundida não só para empresas assim como para governos nacionais em várias partes do mundo, como Europa, América Latina, entre outros.

No Brasil a elaboração de cenários e estratégias é uma atividade relativamente recente, com exceção de algumas referências isoladas e acadêmicas, será efetivamente utilizada na segunda metade da década de 1980 pelas empresas estatais que operam em segmentos de longo prazo de maturação, portanto, que precisam tomar decisões de longo prazo. Trabalhos com conteúdo teórico e metodológico sobre a prospecção de futuros surgem já no final da década de 70, embora tenham sido muito pouco utilizados, na medida em que não existia, no mundo empresarial e governamental, uma percepção da importância da ferramenta (Buarque, 2003)

Um dos grandes mentores do planejamento estratégico no Brasil foi o chileno, Carlos Matus ex-ministro do Governo Allende (1973) e consultor do ILPES/CEPAL, tendo vindo ao Brasil primeiramente a convite da CUT e posteriormente ministrando vários cursos nos anos noventa (Escolas Sindicais, IPEA, Ministérios, FUNDAP, Governos Estaduais e Municípios). O PES - Planejamento Estratégico Situacional – criado por Matus foi introduzido em nosso país após a Constituição de 1988, tendo sido disseminado e utilizado principalmente pelo setor público.

Segundo Jackson de Toni (2004) o Planejamento Estratégico Situacional foi criado especialmente para a gestão governamental, a arte de governar em qualquer esfera, seja nacional, estadual ou municipal.

Quando nos perguntamos se estamos caminhando para onde queremos, se fazemos o necessário para atingir nossos objetivos, estamos começando a debater o problema do planejamento. A grande questão consiste em saber se somos arrastados pelo ritmo dos acontecimentos do dia-a-dia, como a força da correnteza de um rio, ou se sabemos onde chegar e concentramos nossas forças em uma direção definida. O planejamento, visto estrategicamente, não é outra coisa senão a ciência e a arte de construir maior governabilidade aos nossos destinos, enquanto pessoas, organizações ou países. (TONI, 2004,pag.01)

O processo de planejamento, diz respeito a um conjunto de princípios teóricos, procedimentos metodológicos e técnicos de grupo que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo, que persegue uma mudança situacional futura. O planejamento não trata apenas das decisões sobre o futuro, mas questiona principalmente qual é o futuro de nossas decisões. (Matus (1996), Buarque (2003), Toni (2004))

Para Guell (2000) o planejamento estratégico de cidades é um processo criativo e sistematizado, que assegura mudanças que garantem e criam um futuro melhor para a cidade. Estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões com desempenho integrado e prazo determinado, comportando os riscos, indicando cursos de ação específicos, e formulando indicadores para alcance dos resultados, com o envolvimento de agentes sociais e econômicos locais durante todo o processo.

A experiência européia mais conhecida de planejamento estratégico aplicado a cidades é a de Barcelona, vindo dos EUA via empresa de consultoria multinacional, e realizada em função dos Jogos Olímpicos de 1992. Nos EUA, a cidade de São Francisco foi a primeira a desenvolver um plano estratégico em 1982, seguido por Nova York, Dallas, Miami, entre outras. Estes primeiros planos tiveram foco fortemente desenvolvimentista com atração de recursos exógenos e constituíram um banco de experiências de ferramentas de análise estratégicas. Posteriormente uma nova reflexão estratégica se coloca na preocupação com os problemas internos do município e simultaneamente com seu potencial de competitividade frente a economia local e o potencial de desenvolvimento dos recursos endógenos locais e regionais. (Guell, 2000)

A experiência espanhola irá exportar para a América Latina o conceito de planejamento estratégico de cidades e constituirá em 1993 o CIDEU - Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano, com a finalidade de articular colaboração técnica e teórica, com a participação de organizações locais e espanholas. Portanto antes da reunião de Istambul da Agenda Habitat - ONU com a recomendação das agências multilaterais e consultores internacionais como Borja e Castells em 1996/97.

Embora como vimos o país já incorporava desde a década de 1980 através das empresas multinacionais e dos governos a visão de construção de cenários futuros com estratégias de desenvolvimento. Segundo Guell (2000) o CIDEU desenvolveu vários planos para as cidades Latino-americanas como Rio de Janeiro, Montevidéu, Bogotá, Londrina, entre outras.

O CIDEU é constituído por uma rede de cidades Ibero-americanas vinculadas pelo planejamento estratégico urbano. Estas cidades buscam alcançar modelo urbano onde os habitantes possam desfrutar de uma qualidade de vida suficiente, compartilhada e antecipada. Para obter a qualidade desejada o CIDEU defende que é preciso pensar a cidade que queremos com a participação de todos os atores e a liderança municipal, planejar e controlar os projetos estratégicos urbanos. Ao fazê-lo, cada cidade gera o conhecimento e as experiências que são convenientes compartilhar, enriquecer e controlar na rede. ⁴⁷ (Dossier Presentación - Abril 2007)

O plano estratégico não é um recipiente técnico das opiniões ou normas. Planejar o desenvolvimento local vincula também a gestão deste processo. De tal forma que o planejamento e a gestão territorial são concebidos de forma integrada dentro da estrutura de relações comunidade-território-governo local, num conjunto de processos político-técnicos complexos que permitem a concretização das políticas e dos programas concebidos e sua execução através dos projetos. (DOSSIER PRESENTACION, 2007- pag. 02)

Em estudo realizado sobre os planos estratégicos do Rio de Janeiro e Porto Alegre, Teodózio (2003) considera que o plano-processo de Porto Alegre com suas práticas políticas de participação democráticas leva a uma gestão urbana social, podendo gerar planos de ação e projetos urbanos que alcancem maior

⁴⁷ Sobre CIDEU ver www.cideu.org - acessado em 2007.

equilíbrio sócio-espacial. E a proposta do Rio de Janeiro, ao contrário, segue o modelo neoliberal estando alinhada aos interesses do mercado mantendo a despolitização no processo de construção urbana focada na competitividade.

2.2.2.4.2 – Mecanismos da Gestão Administrativa eficiente: PPP – Parceria Pública e Privada, Governança e Accountability.

Os Mecanismos da Gestão Administrativa Eficiente vão entrar na pauta de discussão da gestão pública a partir da necessidade fundamental de tornar o Estado mais eficiente em suas ações e procedimentos. Esse era o objetivo principal da Reforma da Gestão pública de 1995 a 1998 e partindo do pressuposto de que o Estado Brasileiro era democrático.

O principal mentor e articulador do Plano Diretor da Reforma do Estado⁴⁸ Brasileiro foi o então Ministro de Estado Luis Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, na primeira gestão FHC, sendo plano aprovado pela Câmara de Reforma do estado em 1995.

A principal justificativa da reforma se dá na razão do modelo de desenvolvimento adotado no país pelo Estado brasileiro, levando a uma atuação econômica forte com grande ênfase na esfera produtiva, distanciando-se das suas funções primeiras constitucionais que deriva seu poder de legislar e de tributar a população, da legitimidade que lhe outorga a cidadania, via processo eleitoral, atendendo aos anseios e demandas da sociedade, garantindo assim os direitos universais.

Com o crescente desenvolvimento tecnológico e a globalização econômica o antagonismo entre países se acirra dificultando as relações econômicas, principalmente em relação aos países periféricos, sendo premente a revisão da estrutura estatal para minimizar os impactos socioeconômicos e políticos da economia mundial. Nos anos 1980 a crise do Estado se coloca como: uma crise fiscal pela perda de crédito, o fim do Estado provedor, e a mudança na forma burocrática de administrar.

⁴⁸ Sobre o Plano Diretor da Reforma do Estado ver http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/plano_diretor/portugues.htm

Na perspectiva de inserção na economia mundial e conseqüentemente de organizar a economia interna para o crescimento, a reforma ou reconstrução do Estado vem recuperar sua autonomia financeira e seu papel de formulador e executor de políticas públicas. Para tanto a reforma propunha a realização das seguintes medidas necessárias: ajuste fiscal, economia orientada para o mercado com desenvolvimento de política industrial e tecnológica, reforma da previdência social, inovações na política social com mais qualidade dos serviços sociais, reforma do aparelho estatal visando aumentar sua governança para implementação eficiente de políticas públicas.

Esta reestruturação esta definida por dois princípios de organização e um de administração do Estado brasileiro:

O primeiro princípio organizacional é a terceirização, ou 'publicização' das atividades exclusivas do Estado: terceirizar para empresas privadas os serviços auxiliares do Estado (como obras públicas, limpeza, serviços de alimentação, digitação etc.) e publicizar os serviços sociais, contratando organizações públicas não-estatais para realizá-las mediante contratos de gestão. O segundo princípio organizacional é de, no caso das atividades exclusivas do Estado, tornar mais descentralizadas as agências executivas e reguladoras, garantindo maior autonomia para seus gestores e exigindo deles maior responsabilização pública (accountability). O novo princípio de gestão é a substituição parcial dos controles burocráticos clássicos (supervisão, regulamentação detalhada e auditoria) pelos controles ou sistemas de responsabilização gerenciais: o controle por resultados, a competição administrativa por excelência e o controle social por organizações da sociedade civil e pela mídia. (BRESSER PEREIRA, 2005,pag.14)

A ação e procedimento de accountability⁴⁹ são aplicados necessariamente quando associada à necessidade de prestação de contas no novo modelo de gerenciamento responsável socialmente, através de políticas de transparência⁵⁰, que explicitam os resultados alcançados dos investimentos

⁴⁹ Segundo Jardim (2001) é um mecanismo experimentado no mundo anglo-saxão e escandinavo. "O termo não encontra tradução em português. Em espanhol, eventualmente é traduzido por "rendición de cuentas". A este respeito ver: CAMPOS, Anna M. Accountability: quando devemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 24, n.2, fev./abr. 1990."

⁵⁰ Existem três pólos das realizações para as políticas de transparência permitindo acesso às informações governamentais que são: **o direito de acesso a documentos administrativos**: o cidadão tem o direito de acesso aos documentos produzidos pela administração pública, os quais não sendo propriedade desta, devem estar à disposição daqueles; **o direito de acesso à motivação dos atos administrativos**: os cidadãos têm direito não somente a conhecer os documentos administrativos, mas também as razões das decisões administrativas e o processo que lhes corresponde; **o direito de participação**: trata-se da possibilidade de o cidadão participar no processo decisório. (DEBASCH, 1999p. apud JARDIM,2001pag.21)

realizados nas atividades programadas, na visão de uma cidadania participante, “numa estrutura de autoridade e de poder com controle social das ações e satisfação das expectativas de informação”, entre outros. (DÁvila, 2002 e Fischer, 1997)

O governo accountable permite aos munícipes verificar se os gestores estão agindo em prol da sociedade local indo de encontro aos anseios, desejos e interesses da maioria, e esta com possibilidade de fiscalização, aprovam os resultados legitimando as ações governamentais. Para tanto se verifica a necessidade de mecanismos de acesso a informação sobre os atos governamentais, sem os quais os procedimentos de prestação de contas não legitimam o processo democrático participativo.

Para Rezende (2005) esse processo de mudança para a gestão pública orienta para uma maior qualificação da administração, ressaltando a capacidade administrativa, pois tende a reduzir a interferência política, pois a torna mais transparente, democrática e profissional. Porém afirma que para alcançar este patamar superior de administração e gestão “mais voltada para atingir objetivos e resultados sociais passou a ser um longo e tortuoso caminho, em que obstáculos, tensões e paradoxos marcaram a implementação dessas reformas no mundo real.”

Rezende afirma ainda, que dada à diversidade e heterogeneidade das agências da administração pública, fica difícil determinar modelos de análise de desempenho, e as “experiências nacionais e subnacionais” mostram que as “reformas encontram dificuldades para transformar a burocracia e o seu *modus operandi*.”

As Parcerias Públicas, Privadas e Sociais não devem se estabelecer associadas à visão restrita de terceirização dos serviços públicos e das competências do Estado e da Gestão pública, transferindo os serviços auxiliares do Estado para a iniciativa privada e os serviços sociais para o terceiro setor. As parcerias devem ser estabelecidas com a visão do processo cooperativista, para que se alcance o equilíbrio de ação neste novo arranjo, entre as forças produtivas.

Para Franco (2005) "É preciso ver que as parcerias são estratégias não apenas porque aumentam a eficiência dos programas e das ações que poderiam ser realizadas por um ator individual – governamental, empresarial ou social." As relações de parceria estão atreladas ao conceito de cooperação, onde sem esta visão não haverá sinergia entre estas "esferas da realidade social". Estado, Mercado e a nova sociedade civil ou Terceiro Setor, isoladamente, não serão capazes de promover o desenvolvimento da sociedade. Ainda para Franco a parceria intersetorial agrega valor ao que é 'produzido' – sejam produtos, sejam idéias ou relações – e aumenta a capacidade de desenvolvimento dos parceiros.

As Parcerias entre Poder Público e Iniciativa Privada estão regulamentadas no Brasil através da Lei nº 11.079/04 com a função primeira de atrair investimentos privados para obras de infra-estrutura estratégica ao Estado no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, como marco regulatório legal da relação Estado e Iniciativa Privada, com a redução da participação do Estado na economia, ampliando as possibilidades de atuação da iniciativa privada no setor público.

São nesse sentido segundo Bresser Pereira (2005) "uma forma entusiástica a PPP (parceria público-privada) – uma estratégia de terceirização combinada com uma de financiamento de obras e serviços públicos."

A introdução de parcerias favorece a gestão por estabelecimento de programas com maior abertura na compreensão da origem e natureza dos recursos referentes à execução das metas administrativas. A articulação necessária e decorrente deste procedimento proporciona ações de diversos agentes públicos ou privados ampliando as possibilidades de diferentes recursos além dos financeiros como: conhecimento, capital social e capital humano e capacidade de gestão de recursos materiais, na conquista pelo êxito almejado. (Pares e Silveira, 2005)

O conceito de Governança esta associado à estruturação governamental capacitada para articular garantindo direitos universalistas, nas negociações e acordos sociais, políticos, e econômicos, estabelecendo a cooperação com

mecanismos para maior articulação social com ampliação das instâncias de participação da sociedade através dos conselhos, e de outros meios de socialização. (Melo,1996 in Levy, 2002)

Marini e Martins (2005) desenvolvem a idéia de *governo matricial* como um *modelo de governança social baseado em redes* numa visão interna e externa das relações governamentais.

O governo matricial é um modelo de gestão governamental voltado para resultados de desenvolvimento que se baseia na definição e no gerenciamento intensivo de pontos nodais entre programas (desdobrados de um projeto de desenvolvimento) e organizações (ou parte delas), necessárias à sua implementação. (MARINI E MARTINS,2005,pag.242)

Objetivando uma nova organização que contraponha as estruturas verticalizadas e hierarquizadas tradicionais da administração pública, as redes apresentam condições ideais para a inovação, flexibilidade e mudança necessárias a situação contemporânea.

Os desafios segundo Saraiva (2002) apud Marini e Martins (2005) dos processos organizacionais em rede são os princípios de “confiança, coordenação, negociação, conectividade, construção de relações e equilíbrio entre controle e liberdade”.

O PNUD - Brasil (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) desenvolve projetos em quatro linhas básicas de atuação: governança, meio ambiente, energia, pobreza e desigualdade. Com a reforma do Estado e sua conseqüente modernização, e o país alinhado aos objetivos do milênio tem desenvolvido vários projetos junto a Estados e municípios incorporando o conceito e prática de governança.

A definição apresentada pelo programa da ONU deixa claro o estabelecimento do viés democrático a partir da articulação dos atores diversos em prol de um resultado consensual sobre os assuntos objeto de debate, aparando os interesses e diferenças existentes⁵¹.

⁵¹ O governo de Porto Alegre em sua estrutura administrativa criou uma Secretária especial para a Governança solidária local. Segundo Bussato (2005) É preciso considerar, inicialmente, que a concepção

Exercício de autoridade política, econômica e administrativa na administração dos assuntos de um país a todos os níveis. Inclui os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e os grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos legais, cumprem suas obrigações e resolvem suas diferenças".(PNUD-ONU,2004 apud BUSATTO,2005,pag.02)

A articulação da governança predispõe a incorporação no processo administrativo e da gestão pública da democracia participativa indo, portanto além da democracia representativa, pois estabelece o confronto entre as forças produtivas em qualquer escala territorial, local, regional, nacional ou global. Governança portanto não é o governo em si mas um mecanismo para a governabilidade, que garante mais transparência nos processos decisórios, numa aliança ou pacto estabelecido entre os atores - o governo, o setor privado e a sociedade civil.

Estabelecer uma aliança ou pacto sobre as decisões e caminhos mais corretos frente à diversidade de interesses e o desequilíbrio das forças produtivas locais demonstram a complexidade do processo, e evidencia a necessidade não só de abertura de mais espaços para a exposição dos conflitos, mas sobretudo a formação social para a participação, principalmente fora dos grandes centros metropolitanos.

Para Celso Daniel (2001) não existe um único conceito de *Governance*. É incerto afirmar uma posição universalista, existindo vertente conservadora que direciona para processo de privatização, desregulamentação, com tendência de ênfase ao setor privado no processo de desenvolvimento local; e vertente mais socializada considerando os vários e diversos atores e agentes locais para juntos realizarem o desenvolvimento local.

de Governança Solidária se inscreve no âmbito da democratização do poder Local, com o objetivo de promover o empoderamento das comunidades e redes sociais locais e desenvolver novas arquiteturas públicas de co-gestão entre sociedade e governo, para atender aos desafios da inclusão social e da sustentabilidade. Ou seja, quando se propõe a Governança Solidária Local estamos tratando de aprofundar o processo de democracia participativa, ir mais além da democratização dos recursos públicos do orçamento, para alcançar o processo decisório de governo local, compartilhando-o com a comunidade local, que passa a assumir protagonismo quanto aos rumos e destino do desenvolvimento da sociedade local.

Diante da complexidade do conceito de governança e de seus meandros Dror (1999) estabelece um 'protomodelo de governância adequada' contextualizado a partir de um plano básico que propicie melhorias na capacidade de governar para enfrentar as transformações nas escalas local, regional e global. Numa visão realista, das capacidades dos governos e da governabilidade neste momento contemporâneo de intensas e velozes mudanças, o 'adequado', embora ainda exigente e ambicioso, se coloca como um nível necessário de governança a ser alcançado e superior ao que se tem como atuação dos governos.

O 'protomodelo de governância adequado' então se coloca sobre nove características como apresenta em sua conceituação: "a governância deveria ser **moral**, voltar-se para o **futuro**, basear-se no **consenso**, ser **dinâmica** mas seletiva, ter pensamento **profundo**, ser **holística**, ser capaz de aprender mas **criativa**, ser **pluralística** e **resoluta**." (DROR, 1999, p.170, grifo nosso)

Neste sentido do 'adequado' a governância deve buscar novos desenhos além das posturas tradicionais de liberdade e democracia, mas se inserir na prática democrática e dos direitos humanos, onde as necessidades e desejos humanos devem ser promovidos, representando o consenso social estabelecido e considerando valores culturais e sociais, mas sobrepostos pelos valores universais. Ético em seus procedimentos e dos membros envolvidos para alcançar legitimidade e adquirir condições de realizar as ações necessárias e transformadoras.

Deve-se ter a preocupação em atender as necessidades e solucionar os problemas atuais, mas gerar esforços para a construção e solidificação de cenários futuros que satisfaçam e atendam as gerações por vir. O estabelecimento do Estado mínimo associado à abertura de atuação do mercado, sendo que este em função de sua predisposição direta em busca da lucratividade, não tem condições de atender os anseios sociais, faz com que a institucionalização da governância tenha um papel pró-ativo, indutor e intenso, mas sem que se coloque como único meio condutor, devendo, portanto ser seletiva.

Conduzido por um plano básico de raciocínio lógico e sistematizado, deve buscar sinergia entre as várias problemáticas principais colocadas e explorar as capacidades intelectuais frente à acessibilidade da informação. Favorecendo assim, o raciocínio político com maior compreensão e amplitude para atuação desejável, e sendo necessariamente constante e permanente, uma visão crítica decorrente do processo de aprendizado criativo, para proposições novas e opções acertadas.

A possibilidade de ampliação das escalas de atuação da governância deve ser observada frente aos pressupostos anteriores ampliando os atores e grupos de ação social adicionando ao processo novos níveis de governos, estendendo e intensificando territorialmente para ações regionais, nacionais e globais.

2.2.2.4.3 – Infra-estrutura informacional: Rede, portal, site, interação, democratização eletrônica, navegabilidade.

Com a informatização do território e a Cidade on line, o desenvolvimento tecnológico cria novas relações espaço-tempo permitindo novas formas de interação Estado-Sociedade no processo de planejamento e gestão das cidades.

Esse 'desafio aos paradigmas espaciais' afeta toda cadeia de eventos relacionados à análise e gestão de aspectos espaciais, econômicos, políticos, sociais e culturais da vida urbana contemporânea, constituindo, talvez, a maior tarefa na consideração das relações entre as cidades e as TICs." (FIRMINO, 2006,p.03)

O desenvolvimento tecnológico possibilita a ampliação das relações sociais através do meio virtual com significativo grau de interatividade onde a reciprocidade do dispositivo comunicacional, e a convergência tecnológica, favorece uma estruturação horizontal da rede de informações, sendo fator de inclusão social e direito a comunicação como um direito humano.

Neste sentido o termo cibercultura é apresentado como uma nova manifestação social colaborativa, desterritorializada ou sobreposta ao espaço físico, que permite a troca de informação numa nova esfera, a esfera pública virtual. O acesso a essa esfera pública virtual para ter o alcance democrático esperado deve ser disseminado para todos os extratos sociais. Cabe ao Estado favorecer

o acesso as TIC's, através de programas de inclusão digital, criando condições de disseminar a informação e o conhecimento.

Cibercultura é a expressão de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos a colaboração. (LEVY,2000,p.130)

A administração pública em função da Reforma do Estado incorporando os mecanismos de gestão eficiente desenvolveu programas de informatização dos setores públicos objetivando disponibilizar informações e serviços públicos como meio de agilizar os procedimentos governamentais e minimizar a burocracia estatal. Será também um meio acessível para os mecanismos de prestação de contas para o novo formato de governo accountable.

Para Agune e Carlos (2005) Governo Eletrônico é mais que a utilização das TIC's⁵² pelo poder público. Deve ser entendido como a transição da forma de governar estruturada, verticalizada, fragmentada, hierarquizada e burocratizada, para uma nova estrutura horizontalizada, flexibilizada, e inovadora, decorrente da transformação dos meios de produção referendados pela sociedade do conhecimento e informação.

O governo eletrônico nesta estrutura horizontalizada propicia acesso à informação e aos serviços governamentais com maior qualidade e agilidade através de portais interativos que desburocratizam os procedimentos administrativos ao munícipe. Podemos constatar quatro aspectos positivos que ampliam a eficiência da gestão pública destacados por Jardim:

"(...) será mais fácil para a sociedade ter suas perspectivas consideradas pelos governos na (re)definição de políticas públicas; a sociedade poderá obter melhores serviços das organizações governamentais, por exemplo, através de atividades desenvolvidas on-line; a sociedade contará com serviços mais integrados porque as diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si; a sociedade será melhor informada porque poderá obter informação atualizada e compreensível sobre o governo, leis, regulamentos, políticas e serviços" (JARDIM,2001,p.36)

⁵² TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação.

O Estado de São Paulo na Gestão Mario Covas em 1995 introduzirá o Governo eletrônico numa situação de crise financeira difícil associada à desestruturação da máquina em função de uma gestão mais eficiente, sendo uma estratégia pertinente a informatização da gestão pública, visando “recuperar a combalida máquina pública e, do prisma político, estreitar a relação entre Estado e cidadão.” O principal resultado deste processo inicial foi a concretização do “Poupatempo, unidade que concentra 300 tipos de serviços públicos e consagrou o início de um novo padrão de qualidade no atendimento ao cidadão.” (AGUNE e CARLOS, 2005,p.308)

Em 2000 realizou-se em Brasília durante o 2º Fórum Global o seminário ‘Estado Democrático e governança no Século 21’ onde foram discutidos os conceitos e as práticas de governo eletrônico⁵³, evidenciando a necessária incorporação pelos órgãos governamentais da cultura de participação democrática com ampliação dos mecanismos de transparência das ações de governo para maior interação junto aos cidadãos.

Verifica-se também a necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura telemática de suporte ao governo eletrônico para modernização da máquina administrativa favorecendo a governança eletrônica, permitindo “maior diálogo permanente com a sociedade civil e o aprofundamento da noção de cidadania.” (JARDIM,2001)

Em 2000 o governo FHC aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal,⁵⁴ iniciando o processo da política de transparência. O governo brasileiro disponibilizou a partir de 2001 os endereços eletrônicos Brasil Transparente e Comprasnet - Portal de compras do governo federal, vinculados ao Ministério do Planejamento

⁵³ As agências governamentais brasileiras têm sites na Internet desde 1993, no entanto é só a partir do 2º Fórum Global e da elaboração de um documento que ficou conhecido como Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, em setembro de 2000, é que se estabelece uma série de diretrizes que vão orientar a política de e-governo no país. Criou-se por decreto presidencial um Grupo de Trabalho Interministerial de Tecnologia da Informação (GTI) responsável por três das sete linhas de ação do programa: universalização de serviços, governo ao alcance de todos e infraestrutura avançada, que foi inserido na política do governo brasileiro de “lançar as bases para a criação de uma nova sociedade digital” (ibid.), que contava também com o Grupo da Sociedade da Informação (SocInfo) do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Comitê Executivo do Governo Eletrônico (Cege). (COELHO,2007,p.09)

⁵⁴ Lei de Responsabilidade Fiscal - aprovada em 2000 - é um código de conduta para os administradores públicos que passaram a obedecer as normas e limites para administrar as finanças, prestando contas sobre quanto e como gastam os recursos da sociedade. Representa um importante instrumento de cidadania para o povo brasileiro, pois todos os cidadãos terão acesso às contas públicas, podendo manifestar e garantir sua boa gestão. Regula o art. 163 da Constituição. Programa Governo Eletrônico, do Avança Brasil. Ministério do Planejamento.

para consultas públicas informando sobre ações governamentais relativas as emendas constitucionais e leis complementares que dizem respeito a aplicação de recursos do orçamento federal, e oferecendo acesso as licitações disponibilizando informações para fornecedores.

Recente pesquisa intitulada Portais Municipais na Internet⁵⁵ realizada por Coelho (2007) analisando o estágio atual dos portais de 54 cidades médias paulistas constatou que 89% apresentavam portal da internet. Com relação aos eixos de acesso e-governo e a e-democracia, a pesquisa demonstrou que os portais possibilitam baixo grau de interação no acesso da população à governança eletrônica e conseqüentemente às políticas públicas num processo ainda distante de alcance da esfera pública virtual. A disponibilização de serviços aos munícipes ainda é restrita o que dificulta uma relação recíproca entre governo e cidadão, permanecendo a utilização do portal pelo governo municipal mais como uma mídia publicitária de informação de suas ações.

Como avaliação geral, podemos dizer que mesmo os Portais com as qualidades mais desenvolvidas, apresentam ainda um conjunto muito grande de limitações. Todos os Portais de Nível 4 de desenvolvimento de e-GOV, por exemplo, apresentam apenas algumas poucas características que o colocam nesta classificação, não sendo, portanto, um modelo Nível 4 exemplar, mas apenas primário ou inicial. Outro ponto importante a se destacar diz respeito ao Nível de Democracia Eletrônica, um dos eixos analíticos para a construção do gráfico de análise quantitativa das qualidades do Portal. Nenhum Portal alcançou o nível 3 de e-democracia (correspondente a nota 5), ou seja, o nível em que o cidadão/usuário do Portal participa da construção de políticas públicas ou nos processos decisórios, usando o Portal como plataforma. (COELHO,2007,p.26)

Neste sentido a possibilidade de ampliação da comunicação Estado/sociedade deve ir além da prestação de serviços numa relação de comunicação um-todos, mas buscar interação todos-todos, sendo fator estruturante da democracia participativa onde o meio da informação não é apenas um instrumento da comunicação, mas a retomada da esfera pública, da consolidação do debate. Como afirma Castells (2003) sobre o acesso a Internet colocando "as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças"

⁵⁵ O trabalho analisou os portais utilizando três modelos analíticos: 1) nível de desenvolvimento de e-GOV, 2) modelos de relações e transações predominantes, e, 3) análise quantitativa das qualidades do Portal dividida em quatro eixos: informações disponibilizadas, serviços disponibilizados, nível de e-democracia e navegabilidade.

A cidade contemporânea com seu espaço de fluxos como atesta Castells (1999), tem na tecnologia seu aporte espacial e físico, para a conexão de redes e fluxos, estruturando assim a urbanização virtual. A telemática permite e favorece a descentralização espacial, pois não há mais a necessidade de aproximação física-espacial das atividades urbanas concentradas, empresariais, financeiras e econômicas.

As TIC's vêm de encontro ao desenho disperso e fragmentado da cidade contemporânea na ampliação das relações sócio-econômicas e políticas, com as redes de comunicação maximizadas em todas as dimensões, e diminuindo a importância da descontinuidade territorial intra-urbana.

2.2.2.4.4 – Espaço ambiental: Edge City, gentrificação, periferização da elite, segregação e pobreza, âncoras multifuncionais.

As ações espaço ambientais que verificamos na cidade contemporânea estão diretamente relacionadas às intervenções de caráter cultural, de mobilidade, de inserção tecnológica via temática e de sustentabilidade ambiental.

O crescente processo de horizontalização das cidades, com grandes distancias, gerou o fenômeno da periferização geográfica e social. Este desenho resulta neste momento na construção de uma cidade ainda mais dispersa, ou à margem, em direção a definição do conceito de Edge City.

O conceito de Edge City⁵⁶ é fortemente verificado nas cidades americanas, partindo do processo de descentralização do tecido urbano, num primeiro momento com a constituição dos subúrbios jardins, onde a população busca maior qualidade de vida em morar fora das áreas mais adensadas. E com a associação de outros usos do solo como os espaços de serviços, na incorporação de complexos empresariais com torres de escritórios e outros espaços para o setor terciário. A associação de serviços, comércio e habitação,

⁵⁶ Sobre o conceito de Edge City ver Castells, M. A Sociedade em Rede. São Paulo. Paz e Terra. 1999.

em meio a generosas áreas verdes, indo de encontro ao equilíbrio ambiental e de fácil acessibilidade com meios de transporte rápidos e eficientes.

Os investimentos em infra-estrutura para mobilidade, saneamento ambiental e informacional via telemática, se tornaram indispensáveis para o desenvolvimento local e determinante para o desenho e a ocupação do solo urbano. As questões ambientais colocadas hoje, em função da revisão dos processos predatórios de urbanização ocorridos ao longo do século XX, são condicionantes do desenho da cidade contemporânea. São dados do projeto urbano. Determinações das agências multilaterais com a formulação de documentos como a Agenda 21⁵⁷ da ONU fomentaram novas legislações urbanas ambientais e o reconhecimento da importância em considerar os recursos naturais, sua escassez, com definição das formas de aproveitá-los permitindo sua sustentabilidade.

Obras em infra-estrutura viária e de transportes se fazem necessárias para garantir o deslocamento mais ágil no espaço, vencendo grandes distâncias em função desta urbanização dispersa, tanto direcionada para as áreas mais elitizadas com pistas bem estruturadas para a circulação de veículos particulares e de transporte coletivo, como para as áreas da periferia geográfica social, onde se localizam as classes menos abastadas, principalmente para o deslocamento em função dos locais de trabalho. É preciso lembrar que os espaços onde se localizam o comércio elitizado e a prestação de serviços na cidade contemporânea, hoje as maiores oportunidades de emprego, se concentram em áreas específicas e valorizadas pelo mercado imobiliário, estando direcionados para a ocupação das classes sociais mais abastadas. Para ações além do espaço intra-urbano, nas relações em escalas regionais e globais as infra-estruturas de transporte se estruturam com equipamentos urbanos como terminais metropolitanos e rodoviários, e fundamentalmente os aeroportos internacionais de passageiros e de carga. Considerando a integração destes diversos modais de transporte.

Nesta estruturação urbana, novos equipamentos urbanos contemporâneos têm papel fundamental na transformação e consolidação do espaço intra-urbano

⁵⁷ Sobre a Agenda 21 - ONU e Agenda 21 Brasileira e Carta da Terra. Ver www.mma.gov.br acesso 2007.

como âncoras de desenvolvimento local. A conjunção de usos nos complexos imobiliários, como Shoppings Centers associados a espaços para pessoas em trânsito, decorrentes do turismo de negócios com as edificações de Flats e Hotéis, os home offices; os espaços empresariais com Torres de Escritórios e Centros de Convenções; os espaços de lazer e esportivos como Parques Aquáticos e Campos de Golfe, entre outros; associados ou isolados, impactam o tecido e geram novas ocupações permitindo e favorecendo um ciclo cada vez mais veloz de ação especulativa sobre a cidade. Todos estão voltados diretamente a produção e ao consumo, com uma nova dinâmica de valorização, e direcionados às elites urbanas.

Neste sentido as áreas tradicionais já consolidadas da cidade como os espaços centrais necessitam de ações de recuperação para manter sua vitalidade urbana. A preocupação historicista orientada internacionalmente direcionará para as ações de preservação do patrimônio edificado, sendo assim a cultura valorizada no espaço urbano. Com a recuperação de edificações históricas que registram e identificam o local e o qualificam como lugar, e no uso cultural com a implantação de novos equipamentos urbanos como Centros Culturais, Teatros, Museus entre outros.

Para Vargas e Castilho (2006) o que fica evidente das experiências de recuperação de áreas centrais realizadas no Brasil nas últimas décadas, é a “reinvenção de uma imagem urbana” com ênfase no embelezamento dos espaços públicos, numa construção de cenário para o consumo, onde “o Estado e o capital de diversas origens aliam-se, agora, em uma escala e modelo globalizados.”

As ações de recuperação destes tecidos colocadas de forma a retomar a valorização destes espaços para favorecer o mercado imobiliário, numa visão de mola propulsora para re-dinamizar o local, tem levado ao processo de gentrificação espacial, por desconsiderar as questões sociais do entorno. As áreas centrais têm uma complexidade diferenciada, pois trazem em seu espaço camadas sobrepostas da história urbana. E por esta densidade histórica percebida na configuração urbana com inúmeros edifícios, monumentos, e etc., associada aos usos existentes (habitacional, de serviços, e comercial),

possibilita maior diversidade social, através do encontro, da troca, da oportunidade de socializar-se. Ao não considerar o entorno social, o espaço higienizado socialmente virá cenário desqualificando o lugar, se tornando mais um espaço para as elites urbanas.

Segundo Lucini (1996) o problema central com relação aos moradores menos abastados das áreas requalificadas dos espaços centrais das cidades é quase impossível de ser solucionado devido à visão de incompatibilidade econômica, onde as intervenções buscam sujeitos economicamente novos.

Desta forma as cidades que desejam alcançar ou manter satisfatoriamente seu desenvolvimento socioeconômico e conseqüentemente a diminuição dos problemas urbanos, segundo este "modelo" em construção de planejamento e gestão contemporânea, devem incorporar estes instrumentos, com suas variáveis e indicadores, em seu planejamento e gestão municipal.

Acredita-se que esta talvez seja a única forma neste momento, para alcance do êxito esperado. A necessidade de coalizão de forças da cidade será o foco da administração pública como articuladora e facilitadora na execução do processo de planejamento e gestão municipal e em sua implantação.

Capítulo 03

O PLANEJAMENTO E A GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA EM TRÊS CIDADES "GLOCAIS" BRASILEIRAS.

Introdução

Este capítulo apresenta os estudos de caso das cidades de Ribeirão Preto-SP, Uberlândia-MG e Londrina-PR, cidades glocais localizadas nos vetores viários de expansão da cidade de São Paulo, metrópole global. Partimos da apresentação analítica geopolítica e econômica realizada no capítulo 01, justificando a escolha destes tecidos para o estudo de seus processos de planejamento e gestão no período determinado, tendo já constatado os índices muito positivos destas cidades com relação ao desenvolvimento local e regional, decorrentes de políticas verticalizadas e articulações horizontais.

Historiamos, então, o processo recente de planejamento e gestão com a verificação da estruturação de planos e da legislação urbanística para o ordenamento territorial, e a aplicação dos instrumentos analíticos. Verificamos quais destes instrumentos detectados foram definidos e /ou aplicados no processo de planejamento e gestão destas cidades, objetivando demonstrar a conformação do "modelo" (em construção) contemporâneo de planejamento e gestão municipal baseado nos preceitos empresariais e na participação da sociedade organizada, garantindo maior governabilidade e conseqüentemente melhores condições de habitabilidade.

Neste capítulo, portanto, verificamos como o "modelo" em construção do planejamento e gestão contemporâneos vem sendo incorporado pelas administrações das cidades de Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia. Partimos de uma aproximação destas cidades objeto de análise apresentando uma breve contextualização dos tecidos estudados, e das ações de planejamento e gestão que nos permitiram verificar as hipóteses deste trabalho, numa correlação dos aspectos de planejamento, desenho e gestão destes espaços.

Podemos constatar durante a pesquisa junto aos órgãos públicos destes municípios por um lado, ações de planejamento centradas no atendimento às exigências legais do governo federal, e por outro um forte direcionamento, principalmente das esferas econômicas institucionais na incorporação dos novos instrumentos de planejamento e gestão contemporânea visando o desenvolvimento local.

Os dados foram levantados junto aos órgãos de planejamento dos municípios de acordo com a estrutura administrativa local, focando nas secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, e meio ambiente, a partir de entrevistas com secretários, diretores e técnicos, da análise de material oficial fornecido por estes órgãos, e de levantamento bibliográfico complementar.

Importante registrar sobre os procedimentos administrativos a pouca articulação entre os órgãos competentes da administração pública para ações conjuntas, numa visão claramente individual dos setores governamentais agravado pela pouca qualificação dos funcionários e a forte ação burocrática.

A análise foi realizada a partir dos projetos, programas e ações mais representativos, planejadas e/ou implantadas, e incorporadas pelas gestões locais, demonstrando a aplicação do "modelo" em construção de planejamento e gestão para o desenvolvimento local. Neste sentido das variáveis elencadas nem sempre foram encontradas para todas, ações diretamente relacionadas, o que a nosso ver não impedem a verificação das hipóteses do presente trabalho.

3.1 - A ação político-institucional das cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina no período pós-constituição de 1988.

Apresentaremos a seguir, de forma descritiva e analítica as cidades de Ribeirão Preto-SP, Uberlândia-MG, e Londrina-PR através das ações político-institucionais, destacando as formas de governo e/ou governabilidade. Do ponto de vista das ações urbanísticas, destacamos os planos e projetos pensados, realizados ou não. O estudo destas cidades não se constitui em uma verificação exaustiva, característica dos estudos de caso, mas tem a intenção de explorar as manifestações mais significantes das práticas do planejamento e gestão para o desenvolvimento local.



Figura 35 - Título: Parque Luis Roberto Jábali
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (2008)

3.1.1 - RIBEIRÃO PRETO-SP

Em 1856 surge a Vila de São Sebastião dando início à ocupação urbana da futura cidade de Ribeirão Preto, numa “operação imobiliária” com a Igreja Católica a partir da doação de terras, que registradas como patrimônio eclesiástico garantiam a posse das áreas. Como diz Lages (1996) “Sacrossanta aliança entre o céu o e latifúndio”.

Posteriormente denominado de Entre Rios o núcleo inicial se estrutura entre os fundos de vale do Ribeirão Preto e do Retiro Saudoso espacializando uma malha ortogonal em grelha quadrada. Este espaço hoje conhecido como quadrilátero central, cercado por quatro eixos viários arteriais, centro histórico concentra o poder público e os principais edificações culturais e representativas desta sociedade, e alvo de inúmeras intervenções.

A partir destes eixos viários que circundam o centro a cidade irá se expandir com o mesmo desenho sendo interrompida quando defrontada por limites naturais do sítio. Com a queda do Ciclo do Café, em 1930 a cidade além de expandir horizontalmente inicia o processo de verticalização da área central, seguindo o modelo paulistano.⁵⁸

⁵⁸ Sobre o processo de verticalização da cidade de Ribeirão preto ver Bezzon, José. C. F.- Política e planejamento do desenvolvimento da cidade de Ribeirão Preto no período de 1983 a 2002. Análise e crítica do modelo de verticalização periférica ancorada e informatizada. – Dissertação de Mestrado – EESC-USP.

Segundo Faria (2001) a Comissão Especial do Plano da Cidade de Ribeirão Preto convida em 1955 o Engenheiro José de Oliveira Reis, elaborador do Plano Diretor de Ribeirão Preto de 1945, para uma avaliação do pouco que haviam implantado nos dez anos subseqüentes e para uma palestra sobre "Urbanismo e sua influência no Município".

Faria (2001) afirma que "esse plano se estrutura basicamente em propostas de zoneamento, de um sistema viário constituído por vias radiais e perimetrais e de áreas verdes com as parkways dos rios da cidade."

Segundo Bezzon (2002) data de abril de 1960 a aprovação do Plano Diretor do Município de Ribeirão Preto, aprovado junto a Câmara Municipal através da Lei n.º 914, em convênio com o Governo do Estado na administração do Prefeito Alfredo Condeixa Filho, "com finalidade urbanística e visando a extensão, sistematização e embelezamento de suas sedes."

Na mesma década Welson Gasparini, Prefeito Municipal cria o Conselho Municipal de Urbanismo e Habitação, em 1965, tendo como objetivo pensar a cidade técnica e cientificamente para elaborar o Plano diretor de Urbanização. Em 1966 será apresentada a cidade o Plano Diretor Local com o slogan "Ribeirão Preto do Futuro"⁵⁹.

Alinhado ao momento de desenvolvimento do país dos "50 anos em cinco" do Plano de Metas de Kubitschek, o plano local será implantado parcialmente. O Diretor do Departamento de Urbanismo da prefeitura em 1969 em entrevista aos jornais locais afirma que o plano estava sendo implantado dentro dos prazos, e com modernas técnicas urbanísticas. Com conceitos modernizadores próprio da época a principal preocupação era o sistema viário, aberturas das grandes avenidas e o alargamento das ruas, o espaço do automóvel.

Dez anos depois será a aprovação da Lei Municipal n.º 3274/77, ampliando a área de verticalização do quadrilátero central, principalmente onde se localizavam os grandes casarões da elite ribeirão-pretana, que neste momento

⁵⁹ Através da Portaria Municipal n.º 85 de 1965 foi criado o CMUH.

já começa a se deslocar para os novos bairros jardins, Ribeirânia, City ribeirão e Canadá. E posteriormente voltará ao centro nos amplos apartamentos de um andar dos novos edifícios.

No mesmo ano será aprovada a Lei Municipal 3346/77 que trata do parcelamento do solo no município. Está lei foi revista pela Lei Complementar nº 2157/07, recentemente aprovada, fazendo parte do conjunto de leis do Plano Diretor.

A administração Antonio Palocci Filho aprovará a Lei Complementar nº 501 de 31 de outubro de 1995 - Plano Diretor de Ribeirão Preto, documento esperado com anseio por parte da população, visto que seu antecessor o Prefeito Welson Gasparini não realizou o plano diante da obrigatoriedade exigida pela Constituição Federal de 1988. A Gestão Palocci, elaborou um plano estratégico para o município denominado Ribeirão Preto 2001 – ações estratégicas para o desenvolvimento.

Conforme apresenta o Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento à época, o médico Dr. Isaac Jorge Filho, o primeiro plano diretor da história da cidade é um instrumento com “embasamento técnico-científico, legitimidade democrática, e operacionalidade administrativa”.

Dr. Isaac indaga sobre a importância do plano diante dos inúmeros interesses e conflitos existentes no espaço urbano e afirma a necessidade deste documento como ordenador do espaço e do desenvolvimento, em consonância com a Constituição Federal de 1988, e diz:

Por outro lado, a enorme competição econômica globalizada aponta para investimentos em cidades seguras, onde se possa saber com antecedência o que se quer para o futuro. (...) Uma família, com sacrifício, adquiri um terreno em um grande loteamento pensando em construir sua moradia. Mais tarde soube que não foram previstos corretamente espaços para escolas, creches e áreas de lazer. (...) Como é possível conviver com tanta insegurança quanto ao futuro? (PLANO DIRETOR DE RIBEIRÃO PRETO, PREFEITURA MUNICIPAL, 1995 - pag. 02)

O plano diretor foi aprovado, mas o conjunto das leis complementares composto pela Lei do Plano Viário, Código do Meio Ambiente, Lei de Parcelamento, uso e Ocupação do Solo, Plano de Saneamento Básico, Código

de obras, Lei do Mobiliário Urbano, ficou na Câmara Municipal por aprovar. Algumas delas foram aprovadas recentemente no início de 2007 e outras ainda estão por aprovar. O Projeto Ribeirão Preto 2001 – Ações estratégicas para o desenvolvimento, apresentado por Antônio Palocci Filho – PT, será colocado parcialmente em prática em sua segunda gestão.

A administração Palocci (1993 a 1996) estruturou a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, colocando-a como peça fundamental da administração para pensar a cidade encarregada de elaborar a proposta do Plano Diretor Municipal (cumprindo a exigência da Constituição Federal) e também elaborando o plano de ações estratégicas para implantar as primeiras, grandes e visíveis intervenções espaciais.

Estes planos foram assim estruturados em consonância com o ideário deste modelo em construção de planejamento e gestão contemporânea para sua devida inserção no mercado global em face de sua vocação de centro polar inteligente⁶⁰. Posteriormente Palocci volta à prefeitura de Ribeirão Preto para sua segunda gestão (2001 a 2004), interrompida em 2002 quando assume o Ministério da Fazenda.

Embora a força do mercado imobiliário de Ribeirão Preto tenha dificultado a aprovação das leis complementares ao plano diretor do município, a cidade cresce, se estendendo horizontalmente através do estabelecimento de edificações âncoras que dinamizam o entorno gerando desenvolvimento. Esta estratégia pode se verificada nas ações do IPPUC de Curitiba sendo adotado por Ribeirão Preto pela gestão Palocci e por outras administrações subseqüentes, e reforçadas pelo uso do instrumento do zoneamento, se tornando cada vez mais excludente em sua estruturação sócio-espacial, conforme verificamos em nossa dissertação de mestrado com estudo sobre esta cidade.

O governo Palocci utilizou do mecanismo da parceria público e privada para a construção de obras importantes e de responsabilidade do poder público municipal. As obras mais importantes foram destacas por Barbosa:

⁶⁰ Bezzon, José C. F. Política e Planejamento do desenvolvimento urbano da cidade de Ribeirão Preto no período de 1983 a 2002: análise e crítica do modelo de verticalização periférica ancorada e informatizada. 2002 - 208 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – EESC-USP - São Carlos.

(...) a restauração do tradicional Teatro Pedro II e o projeto de tratamento integral do esgoto da cidade. No que se refere ao planejamento urbano necessário ao crescimento da metrópole, desenvolveu o projeto Ribeirão 2001 – Ação Estratégica para o Desenvolvimento (...). Apesar dessa notável preocupação com a modernização da cidade, a gestão Palocci teve como prioridade a questão social. (WALKER e BARBOSA, 2000 - pag. 201)

Do ponto de vista espacial, discordamos de Barbosa, pois a cidade na gestão Palocci manteve a lógica sócio-espacial baseada na segregação social estendendo a cidade horizontalmente mantendo o processo de periferização geográfica e social.⁶¹



Figura 37 - Título: Restauração do Quatirão Paulista em 1997.
Fonte: o Autor



Figura 38 - Título: Parque Pref. Luís Roberto Jábali
Fonte: Fabrício Dantas.



Figura 39 - Título: Revitalização Av. Jerônimo Gonçalves em 2000
Fonte: Carlos Natal

⁶¹ Idem

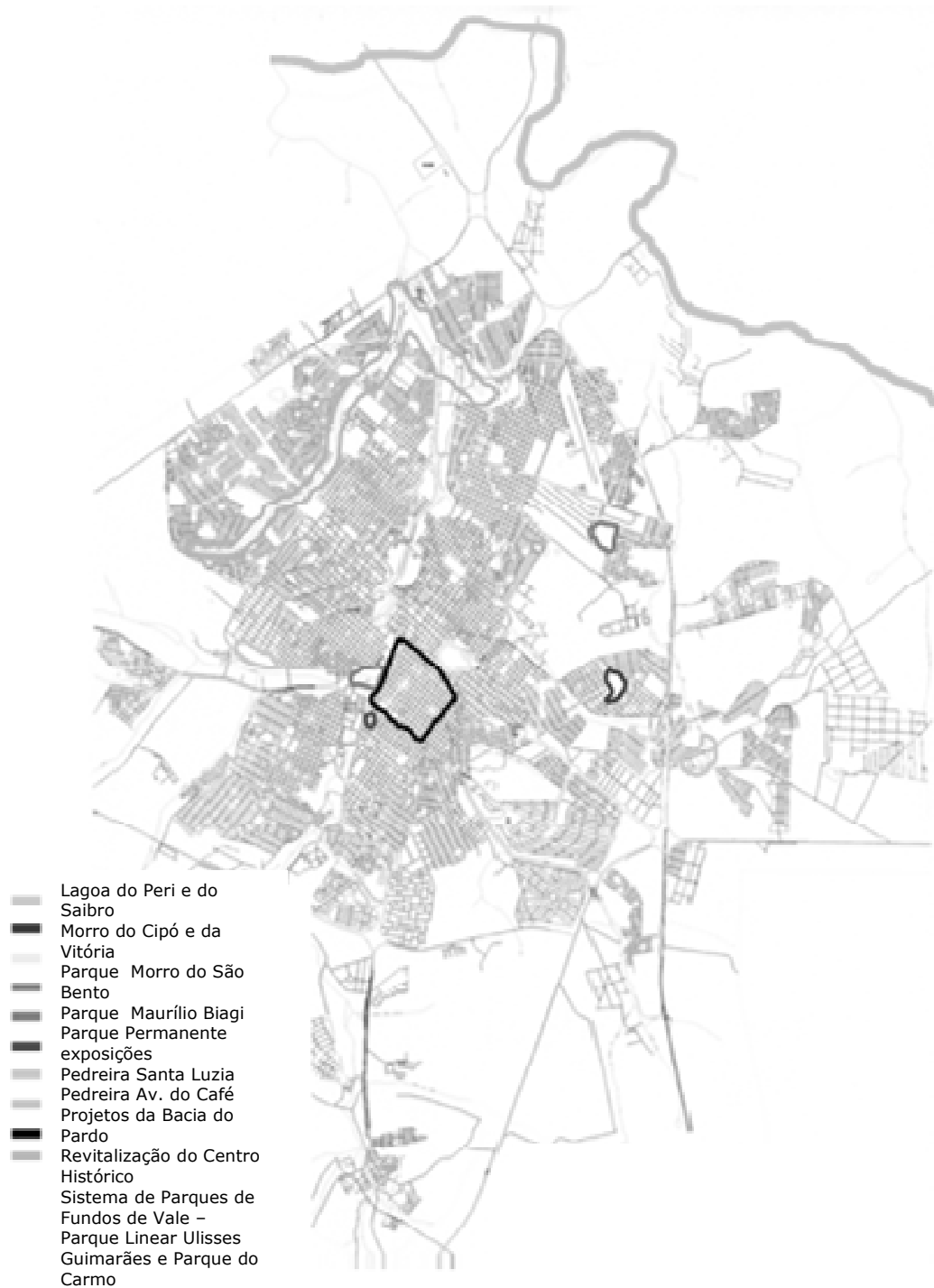


Figura 36 - Título: Áreas de intervenção do Programa de Dinamização Urbana (Plano Diretor de Ribeirão Preto)

Fonte: Adaptação e Organização a partir da Carta Gráfica da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

3.1.1.1 - Projeto Ribeirão 2001

Este plano apresentava entre as ações estratégicas para o desenvolvimento local, seu crescimento e representação com ideal de metrópole, uma análise econômica e espacial precisa e contextualizada com as mudanças globais. Evidenciando os pontos fortes do município e gerando o planejamento e projetos de um novo distrito industrial; transformação do aeroporto para escala internacional e de carga; implantação de terminal intermodal; centro de convenções; e estruturação da malha urbana predispondo um sistema viário integrado e hierarquizado com maior dinamismo para a circulação e transportes.

Em nossa dissertação de mestrado verificamos que a gestão Palocci incorporou inovações na gestão pública municipal em vários aspectos: inovações na área fiscal e financeira, na participação popular, no desenvolvimento social e econômico, e no Planejamento e Gestão administrativa, de acordo com as prerrogativas da constituição federal e alinhada as transformações mundiais, embora nas ações espaciais a cidade tenha mantido seu modelo excludente de ocupação.

A instituição das parcerias com o setor privado e com o terceiro setor, organizações não governamentais e sem fins lucrativos, realizadas na gestão Palocci permitiram otimizar a aplicação dos recursos sempre escassos diante dos inúmeros problemas urbanos a serem atendidos, e possibilitaram investimentos importantes na área financeira e de desenvolvimento econômico. Para Palocci (1998), a parceria pode ser uma opção eficaz para expandir os serviços sociais.

Acreditamos que a parceria seja interessante para o desenvolvimento local no estabelecimento de projetos que articulados pela ação pública fomentem o desenvolvimento sócio-econômico de amplas parcelas da população local e não apenas favoreçam os segmentos envolvidos. A parceria nos serviços sociais como indica o ex-prefeito Palocci, via-de-regra tende a terceirização dos serviços, como o "empresariamento" da medicina social.

O discurso do prefeito Palocci à época na apresentação do Projeto Ribeirão 2001 - ações estratégicas para o desenvolvimento, afirma a importância do planejamento da cidade como instrumento para o desenvolvimento inserido no contexto contemporâneo da economia global.⁶²

O projeto Ribeirão Preto 2001 está estruturado em quatro ações de intervenção: 1- política de administração descentralizada e democrática, 2- política indutora de crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental, 3- política de investimentos sócio-culturais, 4- programa de reurbanização. Estas ações visam garantir a retomada do processo de planejamento dinâmico e ordenado redefinindo o espaço urbano, recuperando a qualidade de vida para a população.

Segundo o Plano a política de desenvolvimento estruturava a industrialização voltada para a exploração da localização do município visando o comércio exterior. Seis áreas de atuação deveriam ser implantadas para o desenvolvimento da cidade e região: Pólo de Alta Tecnologia – POLTEC, Zona de Processamento de Exportação – ZPE, Pólo Industrial, Terminal Intermodal de Cargas, Implantação de Consórcio de Municípios, Centro Municipal de Convenções. Desta estruturação inicial nada aconteceu, as gestões seguintes não deram seqüência a este planejamento, e desta articulação doze anos depois, em 2006, o Prefeito Gasparini inaugurou o Distrito Industrial, único projeto que saiu do papel iniciado pela gestão Palocci em 1994.

Segundo o ex-Secretário de Planejamento e Gestão Ambiental Wilson Laguna, a gestão do Distrito Industrial, que funcionará como condomínio, deverá ser compartilhada entre a CODERP (Cia. de Desenvolvimento Urbano de Ribeirão Preto), a ACIRP (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto) e a ADDERI (Associação do Desenvolvimento do Distrito Empresarial de Ribeirão Preto). Esta associação foi criada em 2004 para a integração dos empresários locados no Distrito Industrial. (Jornal A Cidade, 2006)

⁶² (...) retomar o curso de um planejamento organizado, crescer sem expandir, resgatar elementos em todos os níveis, que poderão coexistir com a modernidade e enriquecê-lo. Ribeirão poderá recuperar a sua **identidade** inicial, resgatando sua **história** e continuar participando de todas as vantagens da **tecnologia, ciência e economia contemporâneas**, sem dar chances ao imobilismo histórico que fomenta a marginalização, a exploração e a violência. - Projeto Ribeirão Preto 2001 – Ações estratégicas para o desenvolvimento. (Documento elaborado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto). (grifo nosso).

Segundo a ADTP (Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná) o novo distrito, localizado junto ao Anel Viário Contorno Norte e a Rodovia Anhanguera, com área de 1,48 milhões de metros quadrados, sendo 880 mil m² já loteados e urbanizados, e 600 mil m² para expansão, possui a infra-estrutura básica para a instalação de indústrias: energia, asfalto para carga pesada, transporte coletivo, esgoto, água e comunicação por fibra ótica. E também área de seis mil m² para instalação de creche e transportes como vans, mototáxi, serviços bancários e de segurança.

Dentre os projetos apresentados à época, já na segunda gestão do Prefeito Palocci (em 2001) destaca-se a proposta de requalificação urbana do centro histórico da cidade, desenhada pelo arquiteto João Filgueiras Lima e pelo antropólogo Roberto Pinho.

Na verdade faziam parte da proposta de renovação urbana, três grandes projetos. O Projeto Vale dos Rios como foi intitulado era composto pela Estação Central do Vale, terminal urbano de transporte coletivo; pela Reurbanização do Parque Maurílio Biagi; e pela idealização de um Centro de Cultura e Lazer, a ser implantado no prédio da atual rodoviária. Uma nova rodoviária seria construída nas imediações do quadrilátero central.

A justificativa da proposta e também pelo discurso oficial do então prefeito Palocci, fica claramente evidenciado as políticas estruturadoras do Projeto Ribeirão Preto 2001. A proposta apresenta como justificativa primeira a questão histórica do local, destacando seu valor cultural e de identidade social, desde a formação do núcleo inicial da cidade denominado de Entre Rios, pela posição geográfica de encontro dos principais córregos da cidade, originando assim o nome do projeto *Vale dos Rios*. A segunda prerrogativa do projeto se coloca do ponto de vista urbanístico, na construção da paisagem urbana como marco referencial no espaço, favorecido pelo entorno do Parque Maurílio Biagi garantindo maior visibilidade urbana, e pela acessibilidade do local devido à permeabilidade do sistema viário conectando vários eixos estruturados de circulação da cidade. Economicamente daria novo fôlego ao mercado imobiliário para tornar a agir na região central, induzindo assim novos investimentos pela

valorização fundiária, revigorando o comércio e centralizando novos empreendimentos em função dos equipamentos urbanos instalados.

Verificamos em Bezzon (2002) o discurso oficial do Prefeito Palocci à época sobre as propostas de intervenção urbanas que marcariam sua segunda gestão.⁶³

Nosso programa se apóia numa visão integradora: ao mesmo tempo em que traz renovação urbanística, arrojo arquitetônico e inovação tecnológica, ele está plenamente afinado com as raízes culturais e históricas de Ribeirão. Na medida em que traz obras de forte conteúdo social, elas são, igualmente, vetores de desenvolvimento econômico. E o mais importante: são projetos que irão beneficiar todos os segmentos sociais, indistintamente. Ou seja, é um programa de intervenção urbana moderno, humano, inovador, participativo e democrático. (PALOCCI, Notícias do Dia - Pref. Munic., 2001)

O projeto não foi implantado primeiro porque perdeu seu principal articulador e líder o ex-prefeito Antonio Palocci, que rumou para Brasília para assumir o Ministério da Fazenda no Governo Lula. Segundo porque seu sucessor o ex-vice-prefeito Gilberto Magionni desarticulado politicamente não conseguiu dar seqüência na proposta. Parte da área foi desapropriada e se transformou em um jardim público. A gestão atual do Prefeito Gasparini projetou para a área um centro de saúde anunciado a mais de um ano, e que aguarda verbas para o início das obras.

Na verdade não houve por parte da Secretaria de Planejamento na segunda gestão Palocci uma estruturação consistente que contemplasse uma retomada precisa e fundamental do planejamento da cidade frente a recuperar o hiato existente entre as duas gestões Palocci. Assim mais uma vez a cidade volta a sua forma tradicional de desenvolvimento e crescimento nas mãos do mercado imobiliário à própria sorte.

Podemos verificar que o discurso do projeto está alinhado ao planejamento da primeira gestão Palocci, se colocando claramente alicerçado nas premissas do planejamento estratégico de cidades. O modelo está inspirado no planejamento da cidade de Atlanta – EUA, conforme o próprio documento do plano de ações informa, associado a novos mecanismos de eficiência da gestão pública

⁶³Prefeito Antônio Palocci lança três projetos de grande importância para o desenvolvimento urbano e a melhoria de qualidade de vida em Ribeirão Preto. In Notícias do Dia – Prefeitura Municipal – www.ribeiraopreto.sp.gov.br acesso em 2001.

democrática, de ações compartilhadas com os vários setores da sociedade e ao discurso social do planejamento urbano brasileiro decorrente da Constituição Brasileira de 1988.

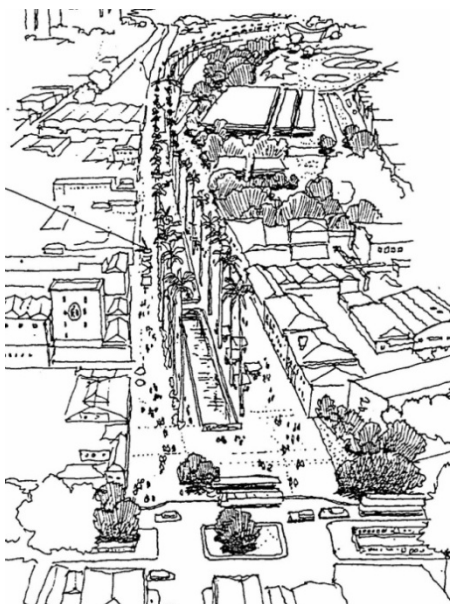


Figura 40 - Título: Proposta reurbanização Av. Jerônimo Gonçalves
Fonte: Projeto Ribeirão Preto 2001

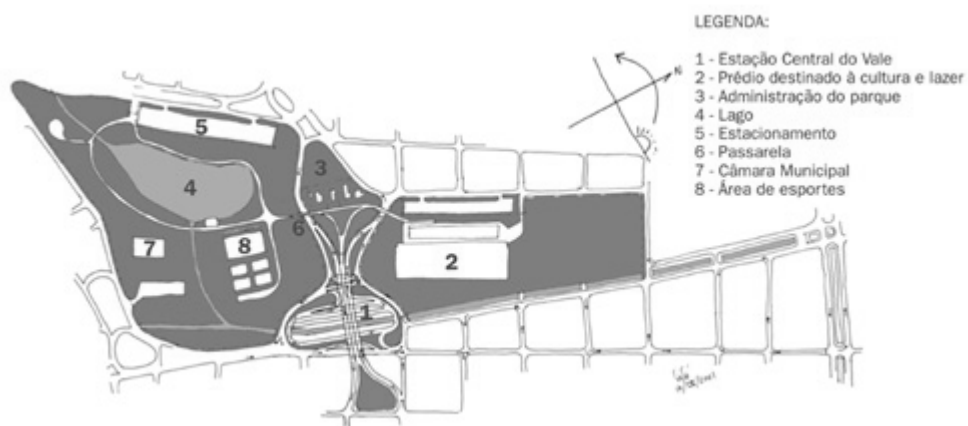


Figura 41 - Título: Projeto Vale dos Rios- implantação
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. 2001.



Figura 42 - Título: Projeto Vale dos Rios
Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. 2001.

3.1.1.2 - Jardim Fazenda Olhos D'água

Nas mãos do mercado imobiliário a cidade vem se expandindo largamente nos eixos sul e leste, com uma infindável proliferação de condomínios fechados horizontais e novos eixos verticalizados. Com a forte dinamização destas áreas, a cidade vem se estendendo horizontalmente numa urbanização dispersa principalmente da zona sul, pois a zona leste em função de ser área de recarga do aquífero guarani, o código ambiental local vem conseguindo "controlar" de certa forma sua ocupação, isto se até o final deste trabalho o código não for alterado.

Já na zona sul principal alvo de investimentos do mercado imobiliário, além das empresas locais, inúmeras empresas incorporadoras e construtoras de São Paulo chegaram à cidade, isoladamente ou como parceiras das empresas locais. Trisul, Camargo Correa, Cosil, Lopes, Kabin Segall, entre outras, lançaram novos empreendimentos nos últimos anos. Além da grife Alphaville que adquiriu gleba para implantação de novo empreendimento na região, sendo que o último acontecimento imobiliário é a chegada do Shopping Iguatemi que também adquiriu área para construção na zona sul.

Na verdade serão duas novas âncoras que gerarão novas centralidades. O novo empreendimento na região sul da empresa Iguatemi que será implantado em uma área de 100 mil m² anexa ao Condomínio Residencial Vila do Golfe e próxima ao Jardim Fazenda Olhos D'água, com 200 lojas em 32 mil m² de área para locação, e investimento estimado da ordem de R\$ 123 milhões. O outro empreendimento localiza-se na zona norte, voltado para as classes C e D, construído pela construtora Vitor Darkoubi será o Shopping Planalto Verde no bairro de mesmo nome. Serão 75 lojas em 10 mil m² de área para locação em terreno de 20 mil m².

Das propostas elaboradas no projeto Ribeirão Preto 2001, de 1996, e do Plano Diretor de 1995, pouco saiu do papel. Recentemente, em 2007, o jornal local "A Cidade" em parceria com a FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo) organizou um debate sobre a necessária "revitalização" do centro da cidade. Lembramos que o Plano Diretor de 1995

estabelece diretriz para recuperação do centro histórico, assim como o “Ribeirão Preto 2001 – Ações estratégicas para o desenvolvimento” também estabelece ações estratégicas para a requalificação da área central e define proposições projetuais específicas – desenha “novos” espaços urbanos.

Doze anos depois estávamos discutindo o assunto novamente, o que mostra claramente a dimensão política do planejamento. É preciso entender o planejamento como processo, e neste processo a retroalimentação. E para o consenso é necessário a participação da sociedade como fundamental elemento propulsor e fiscalizador para garantir a continuidade de ações pelas gestões e conseqüentemente algum sucesso.

O processo de deterioração da área central e conseqüentemente de outras regiões da cidade é decorrente dos seguintes aspectos: a política exclusiva de dinamização do quadrante sudeste; novas centralidades como o Ribeirão shopping e o Novo shopping; o processo de verticalização e a nova moda de morar fechado; e a falta de políticas específicas para a área central e de visão de conjunto para as ações no território municipal.

Dentro deste processo a ação do COMUR (Conselho Municipal de Urbanismo) como conselho consultivo é meramente de avaliar as proposições urbanísticas da Prefeitura Municipal. O conselho é plural, mas freqüentado com regularidade pelos promotores privados urbanos, que acabam, pela ausência de outros segmentos da sociedade local orientando o executivo municipal de acordo com seus interesses.

Ficando assim a mercê do mercado imobiliário a cidade “ganhou” um novo bairro - o Jardim Fazenda Olhos D’água - a ocupação de uma nova área de 933 mil m² com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, sendo aproximadamente 100 milhões na fase de loteamento e 900 milhões na construção dos edifícios e residências nos condomínios fechados.

Segundo Paulo Tadeu Rivalta de Barros o projeto foi apresentado ao prefeito Welson Gasparini e aos secretários Wilson Laguna (Planejamento) e Nicanor Lopes (Assistência Social) em audiência no Palácio Rio Branco, para o prefeito

conhecer o projeto e celebrar seu apoio. Interessante registrar o que disse o empresário.

“Viemos trazer para o prefeito conhecer” – explicou Paulo Tadeu Rivalta de Barros – “e contar com sua determinação política para agilizar sua tramitação. Tudo foi feito além do que a legislação exige porque se trata de uma área muito nobre, um lugar muito bonito e não temos o direito de errar”. (Informativo Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 2007 - pag. 01)

Atendendo aos requisitos ambientais o projeto prevê um parque com projeto paisagístico do escritório Burle Marx e todas as praças serão entregues para a prefeitura iluminadas, como ressalta o empresário porta-voz do grupo empreendedor: “(...) apesar da legislação não pedir isso”.

O grupo gestor e idealizador é formado pelo empresário Sérgio Cardoso de Almeida Filho, projetado pelo arquiteto Sílvio Contart sendo executado pela GDU (Grupo de Desenvolvimento Urbano), o mesmo que executou o projeto da avenida João Fiusa.

Interessante registrar a “satisfação” do prefeito Welson Gasparini salientando a importância do empreendimento para a cidade, destacando sua qualidade e os recursos investidos.

“Recebemos” – afirmou Gasparini – “com grande satisfação essa visita e o anúncio deste investimento tão importante. Os órgãos técnicos da Prefeitura vão examinar com a cautela necessária mas com toda a rapidez para que esse investimento seja iniciado o mais breve possível. É um empreendimento, afinal, que exigirá **recursos da ordem de R\$ 1 bilhão**, trazendo **crescimento** para a cidade e, ao mesmo tempo, **valorizando ao máximo as áreas verdes, o sistema viário** e tudo o mais. A gente fica impressionado com o **carinho e a capacidade técnica** reveladas por esse projeto. Tenho certeza de que ele se enquadrará dentro das leis municipais e ambientais, podendo assim ser concretizado dentro do menor prazo possível. Fico satisfeito **em sentir que essa expansão da cidade é feita de maneira profundamente humana, garantindo a qualidade de vida da nossa cidade.**” (Informativo Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 2007 - pag. 01 - **grifo nosso**)

Vale lembrar que este empreendimento na região sul compreendendo 432 casas em condomínios fechados e 26 torres residenciais está localizado na extensão da Avenida João Fiusa depois do anel viário sul, cujo m² (metro quadrado) nas áreas verticalizadas custa aproximadamente R\$ 2.600,00.

3.1.1.3 - Parque Tecnológico de Ribeirão Preto

A FIPASE (Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde) entregou em 2006 a prefeitura municipal projetos referentes à implantação do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto. Foram entregues o projeto do parque e os documentos relatórios do perfil de atividades empresariais do setor de equipamentos médicos, o perfil de atividades tecnológicas e científicas do Campus da USP, e o relatório de chamamentos de terrenos.

O projeto do Parque Tecnológico faz parte das proposições para o desenvolvimento local como uma das ações estratégicas do Projeto Ribeirão Preto 2001 desenvolvido pela primeira gestão Palocci, apresentado em 1996. Algumas tentativas de viabilizar esta ação, à época, foram tomadas mas nenhuma apresentou resultados.

Nesta retomada do processo o atual prefeito assinou protocolo de intenções junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde, e a reitoria da USP.

A coordenadora geral do projeto do Parque Tecnológico Geciane Silveira Porto e o gestor João Paulo de Oliveira informaram que nas próximas etapas de trabalho serão desprendidos esforços para a consolidação definitiva do parque, com a estruturação do empreendimento, e a instalação das empresas. O Parque Tecnológico de Ribeirão Preto é visto como um "agente propulsor da atividade econômica regional." (Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 2006)

Instalado dentro do Campus da USP-RP (Universidade de São Paulo) o Parque Tecnológico será voltado para a consolidação do pólo de saúde, numa parceria entre o desenvolvimento científico nas áreas de saúde e biotecnologia, a iniciativa privada com empresas de base tecnológica, e o poder público municipal, com soluções inovadoras e competitivas, visando o desenvolvimento econômico local.

Em 2007 divulgaram-se esforços desprendidos pelo prefeito municipal com apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado junto a “uma empresa norte-americana” na área farmacológica para implantação de uma indústria na cidade, em função da implantação do Parque Tecnológico. Importante registrar a fala do prefeito municipal à época, sobre o resultado positivo do encontro em São Paulo.

(...)“porque tivemos oportunidade de demonstrar o potencial da nossa região e também as condições excepcionais a serem oferecidas pelo **nosso futuro** Parque Tecnológico. Mostramos, igualmente, o interesse da Prefeitura em apoiar uma iniciativa que deverá gerar, num primeiro momento, 500 novos empregos de alta qualificação e, na seqüência, cerca de 1000”.(Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2007- pag.02 - **grifo nosso**)

As ações propostas nas últimas gestões da cidade, pouco resultado tem conseguido apresentar que impulse o desenvolvimento local. O planejamento e a gestão local mostram-se desarticulados com justificativas sempre colocadas em função de recursos escassos.

A inconstância e a falta de ação das várias gestões públicas, e a descontinuidade no processo de pensar a cidade, demonstram imobilidade e inércia. Cabe ao poder público como gestor a articulação do processo de pensar a cidade em consonância com os anseios da sociedade. Cabe a gestão apresentar propostas e projetos, discuti-los e construí-los com a sociedade. Cabe a gestão pública ampliar recursos através de parcerias, buscarem recursos com a união, entre outros, e agir de forma exógena.

A gestão tem que estar à frente dos problemas. E o planejamento é o instrumento. Estabelecer políticas públicas urbanas claras, eficientes que dinamizem e flexibilizem as possibilidades de ação, devendo ser articulador e facilitador dos processos, aparando as arestas para o consenso.

Diante da inoperância da gestão local, a cidade fica nas mãos da iniciativa privada que só tem interesse em implementar investimentos na zona sul, perpetuando o processo de exclusão social e de concentração de equipamentos que dinamizam áreas nobres da cidade gerando conseqüentemente o agravamento do processo de degradação espacial das outras áreas do tecido urbano.

Ribeirão Preto desenvolveu um planejamento em consonância com as diretrizes federais e um plano de ações que proporcionaria se implantado, a possibilidade de maior desenvolvimento local com resultados sociais significativos para a sociedade local com menores índices de desigualdade social. Porém as forças produtivas locais politicamente lideram as instâncias de planejamento e gestão impondo seu ritmo de construção da cidade. Ribeirão Preto perdeu o bonde da história.



Figura 43 - Título: Projeto Jardim Fazenda Olhos D'Água
Fonte: Encarte promocional - 2007.



Figura 44 - Título: Projeto - Jardim Fazenda olhos D'água – Perspectiva eixo verticalização
Fonte: Encarte promocional - 2007.



Figura 45 - Título: Vista aérea do Centro de Uberlândia
Fonte: www.uberlandia.mg.gov.br

3.1.2 - UBERLÂNDIA-MG

A estruturação espacial do território do Triângulo Mineiro data da época do Primeiro Império estabelecendo vínculo com São Paulo quando o Sertão da Farinha Podre⁶⁴ era entreposto comercial para as Bandeiras Paulistas. Mas o marco de desenvolvimento inicial da cidade de Uberlândia será a chegada da Companhia Estrada de Ferro Mogiana em 1895, no Segundo Império, a partir das sucessivas expansões do ramal inicial de Campinas, seguindo para Ribeirão Preto, Uberaba, Uberlândia e Araguari.

Podemos verificamos o vínculo do desenvolvimento desta região mineira com a expansão da agricultura cafeeira de São Paulo na rota de entrada das bandeiras paulistas com a afirmação de Mesquita.

Após um período de ocupação, as bases do desenvolvimento do Triângulo Mineiro foram ditadas pelo fortalecimento da produção de café em São Paulo, que levou à possibilidade da prática de outras atividades produtivas da região, e pela implantação e expansão da rede ferroviária. Esse cenário alavancou o desenvolvimento da região e fez mudar os padrões de ocupação do território até então vigentes. (MESQUITA, 2006, p. 26)

⁶⁴ Lourenço, Luis A. B. – A Oeste das Minas: Triângulo Mineiro (1750-1861) Ed. Universidade Federal de Uberlândia – 2002.

De traçado espontâneo e irregular o núcleo inicial denominado de Fundinho surge entre o Rio Uberabinha e seus afluentes os córregos Cajubá e São Pedro. A chegada da Ferrovia impulsiona a primeira expansão, agora numa malha racional ortogonal em grelha conectando o núcleo, hoje histórico, com a Estação Ferroviária. A partir deste momento a grelha não para de crescer transpondo a linha férrea no sentido norte e leste numa ação claramente especulativa e sem indícios de planejamento. A cidade já estava nas mãos do mercado imobiliário. O desenho em grelha ininterrupto e desvinculado do solo natural favorece a ação imobiliária na promoção da renda fundiária.

Mesquita (2006) relata e confirma a opção por este desenho, em seu estudo sobre o sistema de transporte e circulação viária e a evolução do tecido urbano da cidade de Uberlândia.

É possível notar que a predominância do sistema ortogonal parece ter-se tornado quase a única forma de se projetar arruamento na cidade, pois os projetistas não consideraram muitas vezes no projeto a existência de grandes corredores de infra-estrutura, cursos d'água, topografia, entre outros condicionantes, limitando-se a simplesmente quadricular as glebas. (MESQUITA, 2006,p.75)

Em 1940 a Empresa Uberlandense de Imóveis de propriedade de Tubal Vilela da Silva produziu cerca de 30.000 lotes e aproximadamente 1.000 edificações residenciais. Com a valorização do solo pela produção privada inicia-se o processo de estratificação social no espaço urbano dando indícios do processo de periferização. (Histórico do Plano Diretor de Uberlândia de 1991)

O Plano de Urbanização da Cidade de Uberlândia de 1954, produzido por Oswaldo Roscoe por solicitação da Administração Tubal Vilela da Silva, irá estabelecer instrumentos de controle sobre o solo porem, reforçando segundo "o pensamento ufanista das classes dominantes." (Mesquita, 2006)

Nas décadas seguintes a cidade vai se estendendo horizontalmente e se verticalizando confirmando o processo de periferização na tentativa, sempre presente e em vão, dos planos diretores de ordenarem o espaço urbano.

A empresa Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda. sediada em São Paulo, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em 1978, para realizar o Plano Diretor do Sistema Viário para a Cidade de Uberlândia e o Anteprojeto de Lei de Zoneamento e de Loteamento para a Cidade de Uberlândia. Estes documentos precisos tecnicamente vão estruturar a cidade na tentativa de organizar seu crescimento e ocupação desenfreada, amarrando: Sistema Viário, Transporte, e Uso e Ocupação do Solo. O sistema viário está organizado em vias radiais e perimetrais, e os fundos de vale devem reservar faixas lindeiras de 50m de cada lado. O plano previa três estágios para a implantação das medidas estabelecidas, imediatas, com previsão para 1985, e posteriormente para 1995.

Este modelo induz a expansão da cidade em função da hierarquia principal de circulação e define a zona sul para as classes dominantes e a zona norte para a população de baixa renda reforçando a espacialização existente, abrindo caminho para a verticalização porém controlada, fomentando o centro de negócios. Parte deste planejamento pode ser visualizada no espaço da cidade, embora a cidade tenha seguido ao sabor do mercado imobiliário.

O "Plano Diretor da Cidade de Uberlândia – 1991 a 2006 – Ontem, Hoje e Amanhã – Desenvolvimento com Qualidade de Vida", contratado pela Prefeitura Municipal na administração Virgílio Galassi, foi desenvolvido pela equipe local da administração com assessoria do Escritório Jaime Lerner Planejamento Urbano.

As cidades brasileiras com obrigatoriedade de executarem seus planos diretores de desenvolvimento urbano, a partir dos estabelecimentos e preceitos da Constituição de 1988, deveriam fazê-lo até o ano de 1992. Este plano de 1991 se insere neste cenário quando o planejamento volta à pauta de discussões com um viés fortemente social. Porém o plano de Uberlândia se distancia da discussão social, embora levante a importância da função social da cidade, não apresenta instrumentos jurídicos além dos obrigatórios, e deixa claro que foi uma construção feita apenas por técnicos.

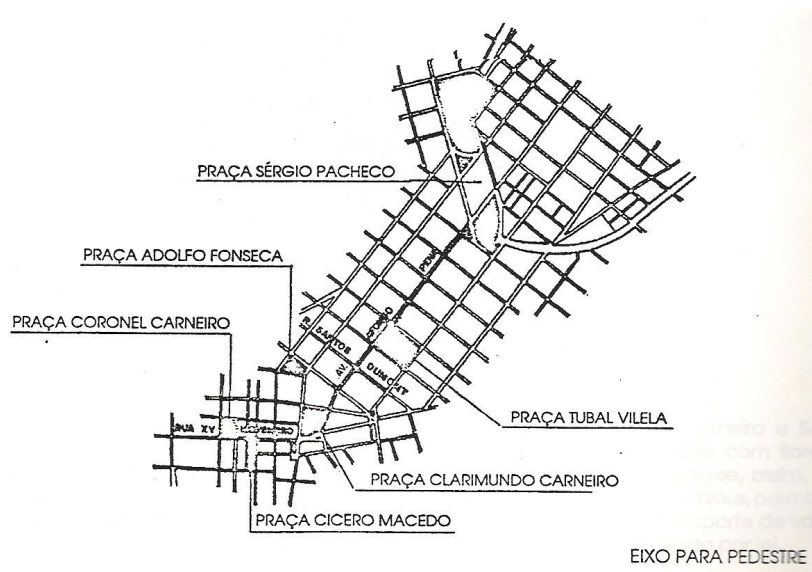


Figura 46 - Título: - Proposta Reestruturação área central - Eixo de pedestres
 Fonte: Plano Diretor Cidade de Uberlândia - 1991 - 2006

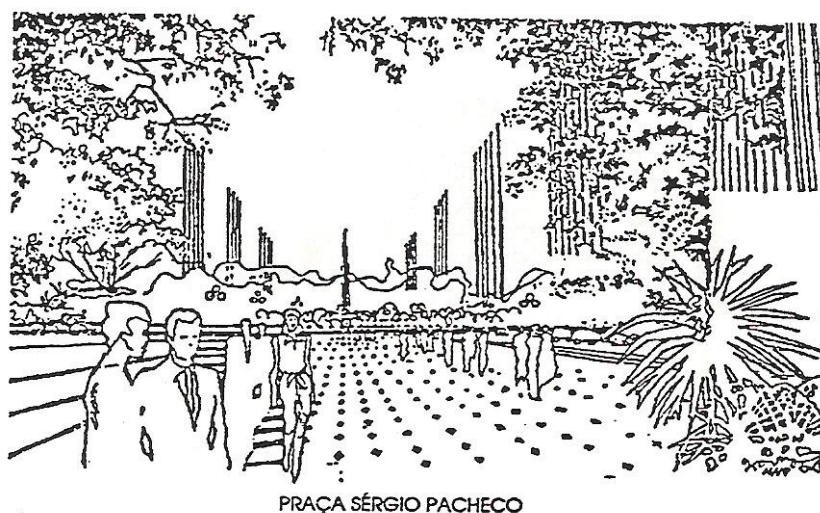


Figura 47 - Título: - Proposta Reestruturação área central - Centro de Negócios
 Fonte: Plano Diretor Cidade de Uberlândia - 1991 - 2006

O plano tem foco no desenvolvimento regional colocando a cidade como líder natural do pólo de desenvolvimento, e define quatro eixos estruturadores para o crescimento e desenvolvimento da cidade, amarrados no sistema viário, no transporte urbano, e no uso do solo. Tendo a área central como ponto de dinamização, faz proposições espaciais ilustradas com a implantação de vias de pedestres e centro de negócios e um Parque Linear junto ao Rio Uberabinha.

Uberlândia é mais uma cidade brasileira onde o capital age com liberdade, o planejamento urbano está sempre presente, porém ineficiente em sua implantação, vindo a reboque das ações privadas sobre o solo.

O Plano Diretor de 1991/2006 apresenta uma aproximação significativa com o modelo Curitibano, não só pelo seu mentor, mas pela forma de agir espacialmente sobre o tecido com projetos pontuais agindo como âncoras de dinamização do espaço local. Evidencia claramente a estratégia de construção de uma paisagem produto a ser consumida novamente pelo capital.

Esta sucessiva sobreposição de planos, não é decorrente da busca por modernização, mas a forma ou fórmula de se manter as coisas como estão. Das propostas e diretrizes estabelecidas no plano foi implantado o SIT (Sistema Integrado de Transportes em julho de 1997, com a construção dos Terminais Urbanos Central, Santa Luzia, Umuarama, Planalto e Industrial, interligados por linhas troncais, interbairros, alimentadoras e distritais. O sistema permite o deslocamento para qualquer local do município, com o pagamento de apenas uma tarifa e transbordos livres nos terminais. A prefeitura realizou as seguintes adaptações: implantação de "canaletas" exclusivas para ônibus; faixas preferenciais; sinalização vertical e horizontal, privilegiando o deslocamento do transporte coletivo; e os semáforos especiais.



Figura 48 - Título: Estações do Corredor Estrutural da Av. João Naves de Ávila
Fonte: o Autor (2008)

O sistema não foi implantado na totalidade, sendo que só em 2006 foram realizadas novas intervenções no transporte público, com a implantação do Corredor Estrutural ao longo da Av. João Naves de Ávila com as Estações a cada 500m entre os Terminais, Central e Santa Luzia.



Figura 49 - Título: Estações do Corredor Estrutural da Av. João Naves de Ávila
 Fonte: o Autor (2008)

Uberlândia, em 2006, aprovou a revisão do Plano Diretor em decorrência da obrigatoriedade imposta pelo Ministério das Cidades, devido à aprovação do Estatuto da Cidade em 2001. O novo plano diretor alinhado às prerrogativas da cartilha federal incorpora os instrumentos da política urbana definidos no Estatuto da Cidade, agindo em consonância com a Constituição Federal de 1988 fazendo valer do ponto de vista legal, a função social da propriedade.

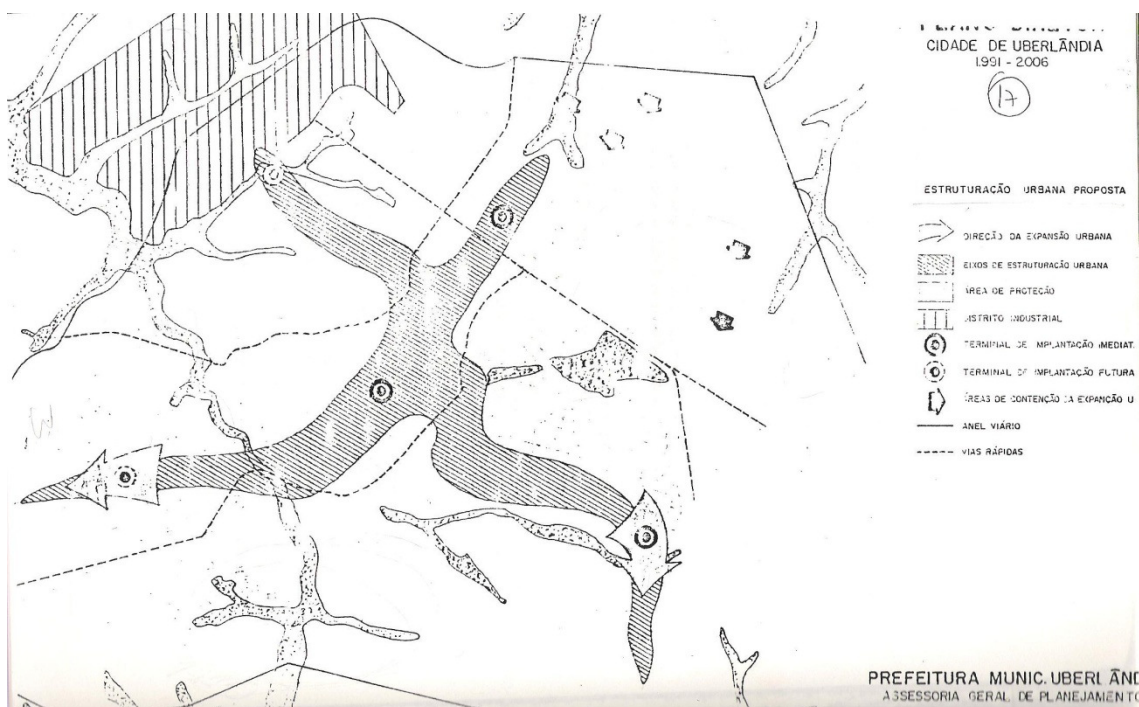


Figura 50 - Título: Proposta Estruturação Urbana
 Fonte: Plano Diretor Cidade de Uberlândia - 1991 - 2006

Interessante ressaltar que o Plano estabelece que a Lei de Zoneamento possa autorizar a aplicação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir em toda a área urbana, o que nos predispõe concluir que “pagando” pode-se alterar os índices urbanísticos, como o coeficiente de aproveitamento e também a alteração de usos do solo.

O instrumento da Operação Urbana Consorciada é também evidenciado como meio de articular o processo de parcerias públicas e privadas para intervenções urbanísticas estruturais desde que qualifiquem a cidade nos aspectos sociais e ambientais. Estabelece também o conceito de plano participativo, incorporando o conceito de gestão democrática da cidade e cria o Conselho Municipal do Plano Diretor, órgão consultivo e fiscalizador, sendo que este poderá instituir comitês técnicos de assessoramento.

Segundo Rubens Kazuchi Yoshimoto, assessor para o meio ambiente da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente a criação do Conselho do Plano Diretor organizado com a participação da sociedade civil e a estruturação dos comitês técnicos de assessoramento (planejamento urbano, ambiental, entre outros) possibilitam a continuidade do processo de planejamento, sua implantação, revisão, correção de direção e retroalimentação; podendo chegar num futuro próximo a perpetuação e consolidação dos procedimentos de pensar a cidade com a constituição de um órgão administrativo específico, aos moldes do IPPUC de Curitiba. Este é um anseio do corpo técnico da secretaria de planejamento.

3.1.2.1 - Requalificação da Área Central e Fundinho

As áreas centrais são sempre objeto de intervenção, mesmo que seja apenas no nível das proposições, pelos políticos que dirigem nossas cidades. Uberlândia está elaborando uma proposta de ação para esta região da cidade com perspectiva de conclusão ainda na gestão Odelmo Leão. Segundo Dilson Dalpiaz Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a proposta irá além de um programa de reforma da área central, “com a criação de uma estrutura urbana que contemple a interligação dos bairros com a região central da cidade, com segurança e melhor transporte de massa.” (Informativo da Prefeitura Municipal, 2008)

Segundo o Prefeito Odelmo Leão “o projeto vem ao encontro de uma antiga aspiração da cidade”, devendo garantir a humanização da área central e do bairro Fundinho, e também estar integrada aos outros bairros do município. Foi criada a COMAC (Comissão do Projeto de Requalificação da Área Central e

Fundinho) liderada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo para o acompanhamento dos trabalhos, desde a licitação até a execução das obras. A comissão é composta pelo CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), SRU (Sindicato Rural de Uberlândia), Fundação Maçônica, entre outras representações. Sua criação tem como objetivo garantir, segundo a prefeitura municipal, “que todos os setores da comunidade possam acompanhar e contribuir com a elaboração do projeto.”

O objetivo do projeto é imprimir nova dinâmica na vida cotidiana da região, priorizando a humanização e a requalificação dos seus espaços, proporcionando qualidade de vida aos cidadãos e identidade à paisagem urbana. A concepção do projeto visa dinamizar a área central, integrando-a aos bairros, explorando ao máximo suas potencialidades, proporcionando qualidade de vida aos usuários. A proposta visa também preservar e valorizar o patrimônio edificado e o tombado, dentro do perímetro de abrangência. (Informativo da Prefeitura Municipal, 2008 - pag. 02)

A Secretaria de Planejamento Urbanos e Meio Ambiente realizou licitação para o projeto de requalificação da área central e do bairro Fundinho, tendo contratado a empresa de Belo Horizonte, TECISAN (Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda.) com orçamento aprovado no valor de R\$ 924.550,90 em janeiro de 2008, que realizará os projetos urbanísticos, complementares e de infra-estrutura, destinados a Requalificação da Área Central e Fundinho integrados ao contexto urbano dos bairros. Os trabalhos foram iniciados em fevereiro do corrente ano (2008) tendo sido realizada a primeira etapa da leitura analítica.

O projeto abrange uma área de aproximadamente 1,4 km² e será realizado em três etapas, sendo a primeira de diagnósticos e análises, com o “Levantamento de Dados”, a segunda de apresentação dos projetos urbanísticos com “Propostas do Projeto e Projeto Básico de Requalificação”, e a terceira com a apresentação dos projetos urbanísticos aprovados anteriormente, as “Diretrizes Finais”.

Na segunda etapa serão propostos projetos urbanísticos com nova concepção viária, compatibilizando os fluxos de pedestres, veículos e transporte coletivo, visando a acessibilidade e a apropriação do espaço público de ambulantes e camelôs. Estão previstos ainda anteprojetos de arborização e paisagismo, de

mobiliário urbano, de comunicação visual, iluminação urbana e de infraestrutura. A etapa final do projeto consistirá na apresentação dos projetos aprovados na segunda etapa. (Informativo da Prefeitura Municipal, 2008 - pag. 02)

Segundo Rubens Kazuchi Yoshimoto, o processo de Requalificação da Área Central e Fundinho, após a fase de levantamento de dados com a leitura analítica, serão realizadas “consultas públicas” para ouvir a comunidade sobre as propostas, garantindo a participação da sociedade. Afirma que o projeto será estruturado sobre três aspectos: a locomoção (mobilidade urbana), o comércio local, e o potencial urbanístico.

A constituição do COMAC demonstra o envolvimento da sociedade organizada nas decisões do planejamento e nas ações efetivas que contribuirão para o alcance das melhorias no local. Importante ressaltar a influência dos setores produtivos envolvidos no processo e a liderança da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, assim como a aparente “ausência” da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, embora seja esta responsável pela intermediação dos projetos, assim como pelas licitações e contratações.

Segundo Frederico Prudente, assessor do secretário Dilson Dalpiaz (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo) o Projeto de Requalificação da área Central e Fundinho é um importante projeto urbano para a cidade principalmente para o Turismo de Negócios, pois a cidade conta com o CONTUR (Conselho Municipal de Turismo) e o CONVENTION & VISITORS BUREAU. A Secretaria tem como um dos focos para o desenvolvimento local, ações voltadas para a captação de eventos, fomentando o Turismo de Negócios, numa ação conjunta da ACIUB, das Universidades, e do poder público.

3.1.2.2 - Projeto Cluster Logístico

A ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia) desde 2006 desenvolve o projeto do Núcleo Integrado de Logística conhecido como Cluster Logístico, que tem como objetivo desenvolver a vocação de pólo distribuidor nacional, com a implantação no município de um entreposto da Zona Franca de Manaus. Em 2007 os Governadores de Minas Gerais e do Amazonas, Aécio Neves e Eduardo Braga, respectivamente, e o Prefeito de Uberlândia Odelmo

Leão, assinaram um protocolo de intenções para viabilizar a implantação do projeto. O projeto Cluster Logístico, será um centro de distribuição dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus locado na região sudeste, numa posição geográfica privilegiada no centro do país, e aproveitando o potencial do setor atacadista da cidade, que totaliza mais de 4 (quatro) bilhões de faturamento ano.

Comemorando, o prefeito Odelmo Leão, em 2007, afirmou que “este é o resultado de um trabalho em conjunto entre a ACIUB, a força dos empresários, e a ligação política que temos com o governador Aécio Neves e com apoio do deputado Luiz Humberto Carneiro”. (Informativo da Prefeitura Municipal Uberlândia, 2008)

Em maio de 2008, com a confirmação pelo governo de Minas Gerais da instalação do empreendimento na cidade, a presidente da ACIUB Rosalina Vilela, atribuiu como decisivo para o sucesso do projeto a união entre empresários e políticos, e a localização estratégica de Uberlândia, distando 600 km dos maiores centros do país. (ACIUB Notícias, 2008)

O projeto do Núcleo de Logística Integrado visa fomentar novos arranjos produtivos do setor logístico, fortalecendo os negócios, as aplicações e os empreendimentos desta cadeia produtiva. As ações do Núcleo que contribuem para a estruturação logística são: ser um ponto de convergência, buscar a aproximação do setor, propagar a cultura logística na escala regional, ampliar os transportes, estreitar relações públicas e privadas, gerar investimentos e negócios, desenvolvimento de pesquisas, investimentos em infra-estrutura, e capacitação profissional.

A localização geográfica de Uberlândia é um diferencial significativo para seu desenvolvimento, alcançando grande e importante área do território nacional e também alguns países da América do Sul, abrangendo num raio de 600 km, dentro do território nacional, uma população de aproximadamente 70 milhões de habitantes.

A cidade conta com o Porto Seco do Cerrado localizado no Distrito Industrial, com terminal férreo e rodoviário para transporte de cargas. O aeroporto da cidade dispõe da possibilidade, devido à situação geográfica da cidade, de transformar-se num HUB Aéreo (terminal de conexões aéreas) tanto para cargas como para passageiros. O que completaria, assim, os modais necessários para consolidar o Cluster Logístico.

O Porto Seco é uma infra-estrutura direcionada para o comércio exterior, atendendo às necessidades de importadores e exportadores, com agilidade no transporte dos produtos e redução dos custos nos recolhimentos fiscais. Para os importadores os recolhimentos são realizados no momento da retirada da mercadoria no Porto Seco. O importador pode também usar do benefício do Entrepósito Aduaneiro, nacionalizando as mercadorias conforme o consumo. Quanto aos exportadores é possível acompanhar o desembaraço das cargas estando próximo de suas instalações sendo desnecessária a contratação de serviços de despachantes no porto. O exportador pode utilizar o Regime DAC - Depósito Alfandegado Certificado, possibilitando antecipação e recebimento do numerário. (Perfil Econômico - Secretaria Desenvolvimento Econômico e Turismo - Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2008)

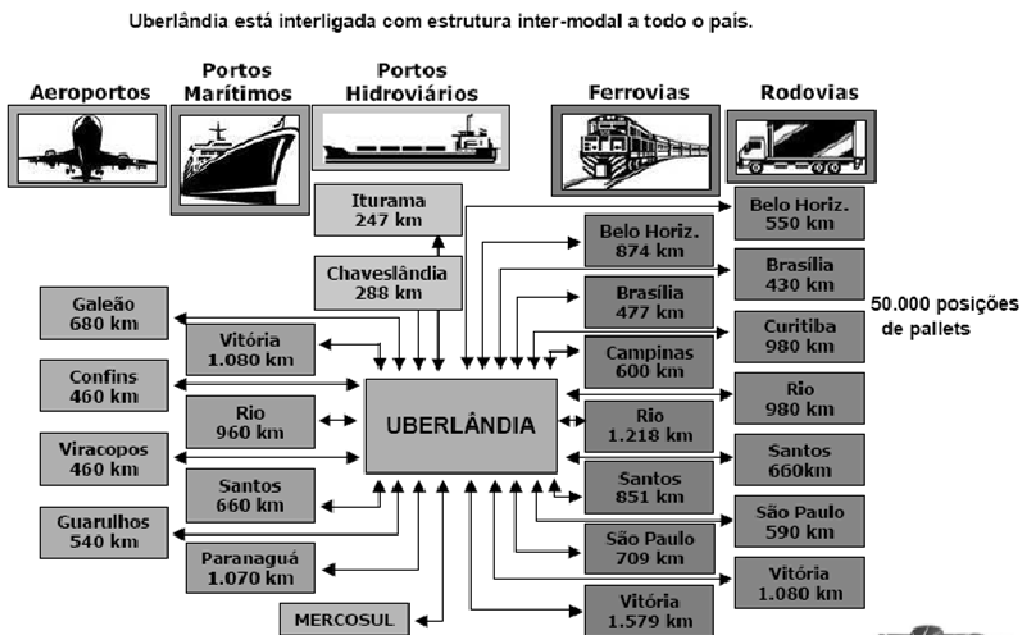


Figura 51 - Título: Infra-estrutura e Logística de Uberlândia em relação aos principais Portos e Sistema Intermodal de Transportes.
 Fonte: Porto Seco do Cerrado/ DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes).

O Porto Seco permite através do DTA (Declaração de Trânsito Aduaneiro) que os produtos provenientes dos portos de Santos e Vila Velha (Vitória) sejam nacionalizados em Uberlândia. Assim concentra todos os serviços aduaneiros com completa infra-estrutura para os mais diversos produtos em uma área de 50.000 m². (Perfil Econômico - Secretaria Desenvolvimento Econômico e Turismo - Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2008)

A implantação do Cluster Logístico implica na formação de uma teia de ações e de investimentos para a cidade, com o desenvolvimento de negócios voltados ao Comércio Exterior, Consultorias, Tributaristas, Operadores Logísticos, Operadores de Armazéns, Operadores de EADI (Estação Aduaneira Interior), e Poder Público. A necessidade de qualificação da mão de obra com investimentos em capacitação, com cursos profissionalizantes, envolvimento de Instituições de Ensino Superior, Fundações, e o Poder Público. E investimentos em infra-estrutura com os Modais: Aéreo, Dutoviário, Hidroviário, Rodoviário, Ferroviário, as TIC's e serviços, e HUB Aéreo.

Segundo Rosalina Vilela, da ACIUB, os setores mais impactados, direta e indiretamente, são: Pesquisa e Desenvolvimento, Infra-estrutura de Acessibilidade, Serviços Logísticos, Serviços de Apoio Logístico Indireto, Atratividade Industrial, Movimentação de Vendas do varejo, Valorização Imobiliária, Mão de Obra Especializada, Mão de Obra Indireta, Educação Técnica Logística, Construção Civil, Telecomunicações, Turismo de Negócios. (Jornal ACIUB)

Para Frederico Prudente, o Cluster Logístico trará significativos investimentos para a cidade, principalmente com a atratividade industrial associado a já consolidada vocação de pólo atacadista-distribuidor onde estão instalados os CD's (Centros de Distribuição) dos maiores atacadistas do Brasil, como os Grupos Martins, Arcom, e Peixoto, entre outras empresas que tem na cidade pontos de distribuição de seus produtos para várias regiões do país.⁶⁵

⁶⁵ De acordo com a ABAD (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores) 58% dos produtos consumidos no país são decorrentes da atuação deste setor. As maiores empresas em numero de clientes e funcionários desse segmento são o Makro, o Martins e a Arcom. O pólo atacadista-distribuidor de Uberlândia conta com as seguintes empresas locais: Martins, Arcom, Peixoto, União e Aliança Atacadista. Estas empresas são expressivas econômica e politicamente na cidade, muito hábeis e influentes, para defender e alcançar os interesses do setor. Sobre mais informações deste pólo atacadista-distribuidor ver Bessa (2007).

Segundo Afonso Lobo Moraes, secretário-executivo da Fazenda do Amazonas os produtos chegarão a Uberlândia com suspensão tributária ficando armazenados, sendo que os tributos serão pagos na comercialização das mercadorias. A opção por Uberlândia e não por Anápolis, cidade que estava competindo pela implantação do entreposto, se deu pela demanda de mercado devido à proximidade com São Paulo. (Jornal Correio de Uberlândia, 2008)

Independente do desenrolar dos fatos, o importante a ressaltar desta ação para o desenvolvimento de Uberlândia é a articulação municipal com a atuação dos atores locais, os empresários do setor atacadista-distribuidor, junto ao governo municipal e ao governo dos estados de Minas Gerais e Amazonas, numa clara ação estratégica de análise interna do potencial local com análise externa na busca de oportunidades. Interesses do empresariado local e da gestão pública que beneficiarão a comunidade local com o desenvolvimento de novos postos de trabalho, tributos, entre outros benefícios.

3.1.2.3 - A ação imobiliária na expansão da zona sul, e os novos investimentos em Uberlândia.

A cidade de Uberlândia pode ser compreendida espacialmente por três áreas de ocupação, a zona Norte com a localização dos conjuntos habitacionais tendo como "limite" a noroeste o Distrito Industrial; o Centro histórico, já verticalizado; e a zona Sul lugar das classes abastadas com a proliferação dos espaços fechados, empreendimentos privados, educacionais e comerciais diferenciados. A forte ação imobiliária na região sul da cidade pode ser vista pela imagem abaixo demonstrando os inúmeros empreendimentos fechados em construção.

Principal área de atuação do mercado imobiliário este vetor de expansão da cidade vêm recebendo importantes investimentos públicos que beneficiam a população e o setor da construção civil. Algumas dessas ações resultam de parcerias entre estes atores e promotores do espaço urbano, o governo municipal e mercado imobiliário, como o Parque da Gávea previsto para o primeiro semestre de 2008. Este parque fica junto ao córrego dos Bicudos e ao Loteamento Gávea Parque estando previsto a implantação de ciclovias e

alambrados para fechamento. A Secretaria de Meio Ambiente implantará, numa segunda etapa, um orquidário.

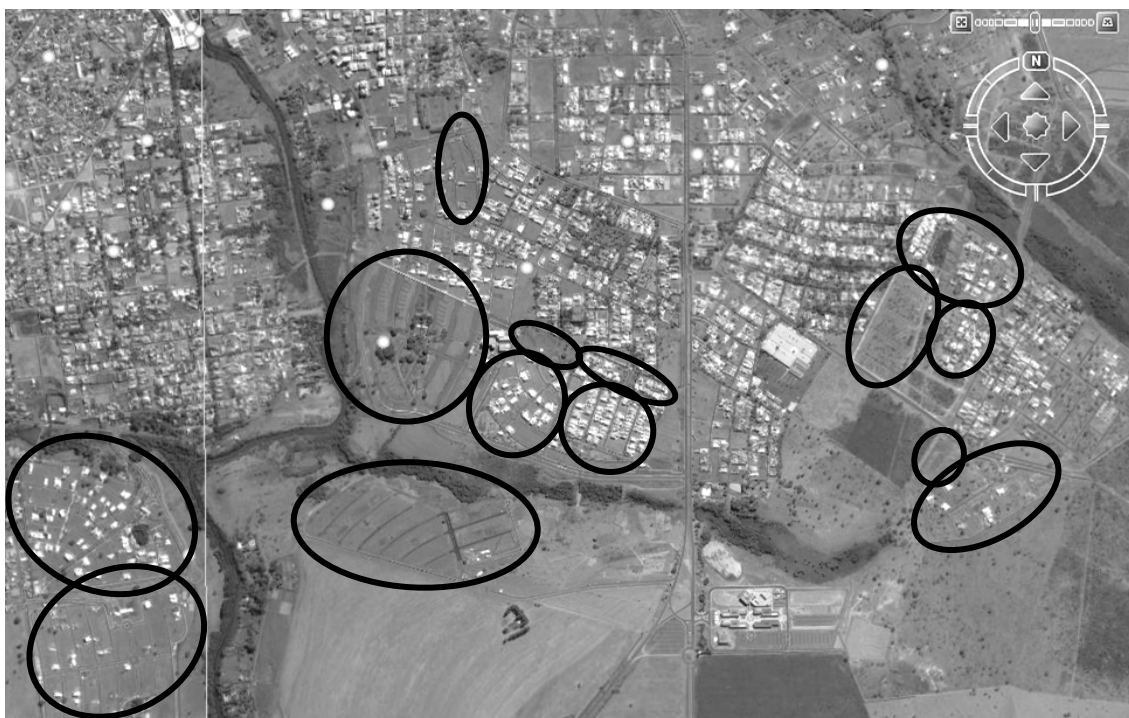


Figura 52 - Título: Localização Condomínios Fechados na Zona Sul de Uberlândia, sobre imagem Google Earth, 2008.
Fonte: Autor

Outras ações importantes do governo municipal são a nova ponte sobre o Rio Uberabinha - Ponte Cidade Jardim - desafogando as outras pontes da Av. Rondon Pacheco, e interligando a Zona Oeste à região universitária e a Zona Sul, melhorando assim o acesso a esta região da cidade.

Com investimentos do governo federal a ampliação da pista do Aeroporto em 150 metros, a construção do terminal de cargas, e a previsão de uma segunda etapa de ampliação da pista com mais 500 metros. Estas obras têm como contrapartida do município a desapropriação das áreas necessárias para implantação. Outras ações importantes são as duplicações das rodovias BR-050 no trecho entre Uberaba e Uberlândia (finalizada em 2007), da BR-365 e BR-452 que cortam a cidade na Zona Norte, com obras de arte adequadas nos entroncamentos de acesso à área urbana do município.

Com recursos do Governo Estadual e Municipal, junto ao Parque do Sabiá e ao Estádio Municipal João Havelange, destaca-se a construção da recém-

inaugurada Arena Tancredo Neves, o Sabiazinho, equipamento esportivo com o importante objetivo segundo Frederico Prudente, de propiciar o desenvolvimento do Turismo, com a atração de eventos regionais, nacionais e internacionais.



Figura 53 - Título: Vista aérea centro-sul de Uberlândia
Fonte: www.uberlandia.mg.gov.br



Figura 54 - Título: Vista do Lago do Parque do Sabiá com Estádio ao Fundo
Fonte: o Autor.



Figura 55 - Título: Mapa base da cidade de Uberlândia - Pref. Municipal de Uberlândia
Fonte: www.uberlandia.mg.gov.br



Figura 56 - Título: Vista da Zona Sul, com o Lago Igapó, para o Centro da cidade de Londrina.
Fonte: CODAL - Prefeitura Municipal de Londrina (2008)

3.1.3 - LONDRINA-PR

A Companhia de Terras Norte do Paraná subsidiária brasileira da Paraná Plantation Company, sediada em Londres, inicia em 1929 um empreendimento de colonização a partir da aquisição de terras próximas a divisa com São Paulo, loteando a área em pequenas glebas e criando nesta data a cidade de Londrina num espigão por onde passaria a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. (Januzzi, 2005)

A ocupação do Norte do Paraná foi estruturada com a construção de uma rede de cidades planejadas, especializadas numa hierarquia que definia a distancia de 100 km para as cidades habitacionais como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, as quatro principais cidades implantadas. E entre elas distando de 10 a 15 km os entrepostos comerciais, patrimônios e abastecedores intermediários. (CMNP, 1975 apud Rego, 2005)

Sobre o êxito do desenvolvimento de Londrina, podemos verificar com Januzzi a afirmação da boa estratégia de ocupação do território pelo planejamento realizado em pequenas glebas pela CMNP - Companhia de Terras Norte do Paraná.

Mas não há dúvida de que o planejamento dado ao desenvolvimento da região, com o parcelamento do solo em pequenas propriedades e a fundação de pequenos núcleos urbanos próximos uns aos outros facilitou a circulação e o escoamento da produção, e a localização estratégica de Londrina reforçou sua condição de centro regional de compras e serviços. (Januzzi, 2005, pag.04)

A História de Londrina relatada pela Prefeitura Municipal afirma a importância das ações espaciais da CMNP para a colonização ordenada da região com sua produção cafeeira, e de sua precisa visão de parcelamento do solo rural, predominando 50% das áreas parceladas entre 5 e 20 alqueires.

O grande dinamismo dessa expansão cafeeira, acompanhado da intensa formação de cidades, foi o principal fator que contribuiu para a rápida colonização da região. Mas, se não houvesse o planejamento feito pela **Companhia Melhoramentos**, dificilmente tudo teria ocorrido tão pacificamente. No Norte do Paraná, como comentam hoje os velhos moradores da região, se fez a verdadeira reforma agrária. Tanto assim, que, das 96 mil propriedades cafeeiras existentes antes das últimas geadas, apenas duas mil tinham acima de 100 alqueires e 42 mil tinham de 10 a 20 alqueires; 10 mil propriedades tinham de 5 a 10 alqueires (...) (PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 2005/2006, pag.10)

Com uma malha inicial quadriculada ortogonal de base quadrada, projetada por Alexandre Razgulaeff, a cidade surge em meio à floresta prevista para 30.000 habitantes. Em 1950 já contava com 71.412 habitantes e em 1970 apresentava 228.101 habitantes, e em 2000 contava com 447.065 habitantes. Em 70 anos a cidade cresceu vertiginosamente e se transformou na sede da Região Metropolitana de Londrina criada em 1998. (Januzzi, 2005)

Da malha ortogonal com cinturão verde de chácaras e sítios, a cidade se expande com formação periférica e em 1951 com criação de Prestes Maia a prefeitura aprova a Lei 133 regulamentando o parcelamento do solo e determinado responsabilidades de infra-estrutura aos loteadores. (Faraco, 1988)

Neste período se estendeu horizontalmente e se verticalizou direcionando o eixo norte para a população de baixa renda com produção de habitação social, e no sentido contrário, o eixo sul para os equipamentos culturais, educacionais e comerciais com os novos espaços para as faixas sociais mais abastadas.

A administração municipal de Londrina apresenta estrutura voltada para o desenvolvimento com vários setores agindo sinergicamente para o alcance deste objetivo. Conta com o IPPUL – Instituto de Planejamento e Pesquisa de Londrina, CODEL – Instituto de Desenvolvimento de Londrina, Secretaria Municipal de Planejamento, e Secretaria Municipal de Gestão pública.

A Gestão atual está implantando o PEEAV – Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária. A estruturação da ocupação urbana através do sistema viário aproveitando seu dinamismo para a organização do espaço intra-urbano. O discurso oficial ainda mostra grande sintonia com os estabelecimentos da Constituição Federal quanto à política urbana estando alinhado às políticas do Ministério das Cidades.

Para Januzzi (2005) os fatores determinantes do desenvolvimento de Londrina foram o “planejamento, marketing, fertilidade do solo, localização privilegiada, comércio diversificado, pela concentração de diversas instituições de ensino, entre outros fatores.”

Podemos verificar que Londrina nasce planejada porém seu crescimento e desenvolvimento não acompanhou as premissas estabelecidas no primeiro desenho da cidade. Se por um lado o parcelamento do solo na região, com a rede de cidades, em pequenas glebas favoreceu o desenvolvimento local, por outro nos parece que também facilitou a expansão desenfreada sobre o cinturão verde. Isto já demonstra um período de ineficiência do planejamento, a década de 1970 e início de 80, exatamente o momento da institucionalização do planejamento no país.

Posteriormente a retomada do planejamento alinhada aos preceitos da constituinte de 1988 e associados aos novos instrumentos do modelo em construção de planejamento e gestão contemporâneos, demonstram a possibilidade de hibridização no processo, e sua aproximação com o modelo Curitibano.

A cidade de Londrina localizada na mesorregião Norte Central do Estado do Paraná, como vimos, apresenta significativos índices de desenvolvimento local.

Pólo de atração regional contou com importantes ações políticas verticalizadas para o seu desenvolvimento, fomentando a agropecuária local, a industrialização e o setor de serviços.

Com rápido e vertiginoso desenvolvimento, em 70 anos, Londrina se destaca nos cenários, nacional e supranacional, devido também às ações horizontalizadas implantadas nas últimas gestões.

Porem este processo de desenvolvimento gerou inúmeros problemas urbanos que apresentam ainda seqüelas significativas a serem eliminadas. Por exemplo, com relação à infra-estrutura de abastecimentos, a cidade apresenta índices significativos atendendo com 100% de abastecimento de água a comunidade, e com coleta de esgotos de apenas 70%, segundo dados de 2006 da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná). Sendo planejado para o período 2008 a 2010 alcançar o índice 97% de população servida.

Segundo Amarildo Geraldo Tardem, Diretor de Desenvolvimento da CODEL (Instituto de Desenvolvimento de Londrina) recente pesquisa realizada pela revista Exame (anúário 2006-07), a cidade "está entre os 20 maiores municípios brasileiros que mais investem e recebem investimentos em infra-estrutura. Em sete anos, foram R\$ 460 milhões." Sendo R\$ 15 milhões em Parques Industriais, 150 milhões em pavimentação e obras viárias, 130 milhões em saneamento, 130 milhões em habitação, e 35 milhões em saúde e educação.

Estes investimentos vêm de encontro às políticas implantadas pelo Ministério das Cidades visando melhorias nas condições de habitabilidade e conseqüentemente no desenvolvimento dos municípios. A obrigatoriedade de revisão dos planos diretores em adequação ao Estatuto da Cidade ampliou o debate com a exigência do plano participativo e a cidade esta realizando este processo de revisão do plano diretor de 1998. Informações recém divulgadas (2008) explicitam os procedimentos e as instâncias de participação composto pelo Relatório da Leitura Comunitária (PDPML Adulto e PDPML Jovem) e pelo Estudo Técnico do PDPML (Plano Diretor Participativo Município de Londrina) realizado pela empresa Ferma Construções e Serviços Ltda.

Além da empresa Ferma Construções e Serviços Ltda. que realizou o diagnóstico do município elencando problemas e soluções, com custos para o erário municipal de R\$ 125 mil reais, foi contratada também a empresa RZS Consultoria e Planejamento em Arquitetura e Engenharia Ltda. para a elaboração da legislação do Plano Diretor, ao custo de R\$ 124.525,50 reais.

Segundo Celina arquiteta e urbanista da Secretaria de Planejamento o Plano Diretor traz como diretriz principal o conceito de desenvolvimento sustentável, onde todas as ações espaciais no território londrinense estão sendo definidas a partir das bacias hidrográficas, e o principal instrumento de política urbana é a operação urbana consorciada.

Para João Baptista Bortolotti, presidente do IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina), sua gestão além de priorizar o processo de revisão do Plano Diretor, a cidade deve implementar o "Plano Macro-viário" e o "Anel do Emprego", ou PEEAV (Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária) que já está com dotação de verba. Outro projeto importante já concluído e de abrangência regional, citado por Bortolotti é o "Arco Norte", que para sair do papel necessita da adesão do governo do Estado. Estes projetos são importantes para o desenvolvimento municipal e regional e articulam várias instâncias governamentais, além de diversos setores da iniciativa privada.

Já Amarildo destaca além destes projetos considerados importantes para o desenvolvimento municipal, a continuidade dos significativos investimentos municipais nos parques industriais, os denominados Cilos industriais. Afirmo que desde a década de 70 do século passado a cidade implantou sua política de desenvolvimento industrial com aquisição de áreas para a locação de parques industriais. A partir de 1993 com a criação da Lei de incentivo às indústrias, a cidade unificou a legislação sobre a política industrial do município. Vale lembrar que em 1973 foi criada a CODEL (Instituto de Desenvolvimento de Londrina), uma autarquia municipal responsável pelo desenvolvimento sócio-econômico da cidade atuando na atração de indústrias para o desenvolvimento local.

A companhia desenvolve programas, projetos e ações que visam incentivar a implantação de novas indústrias na cidade, como por exemplo, a implantação

do Parque Tecnológico Francisco Sciarra, hoje uma realidade com empresas instaladas como a Embrapa Soja, Tecnocentro, entre outras.

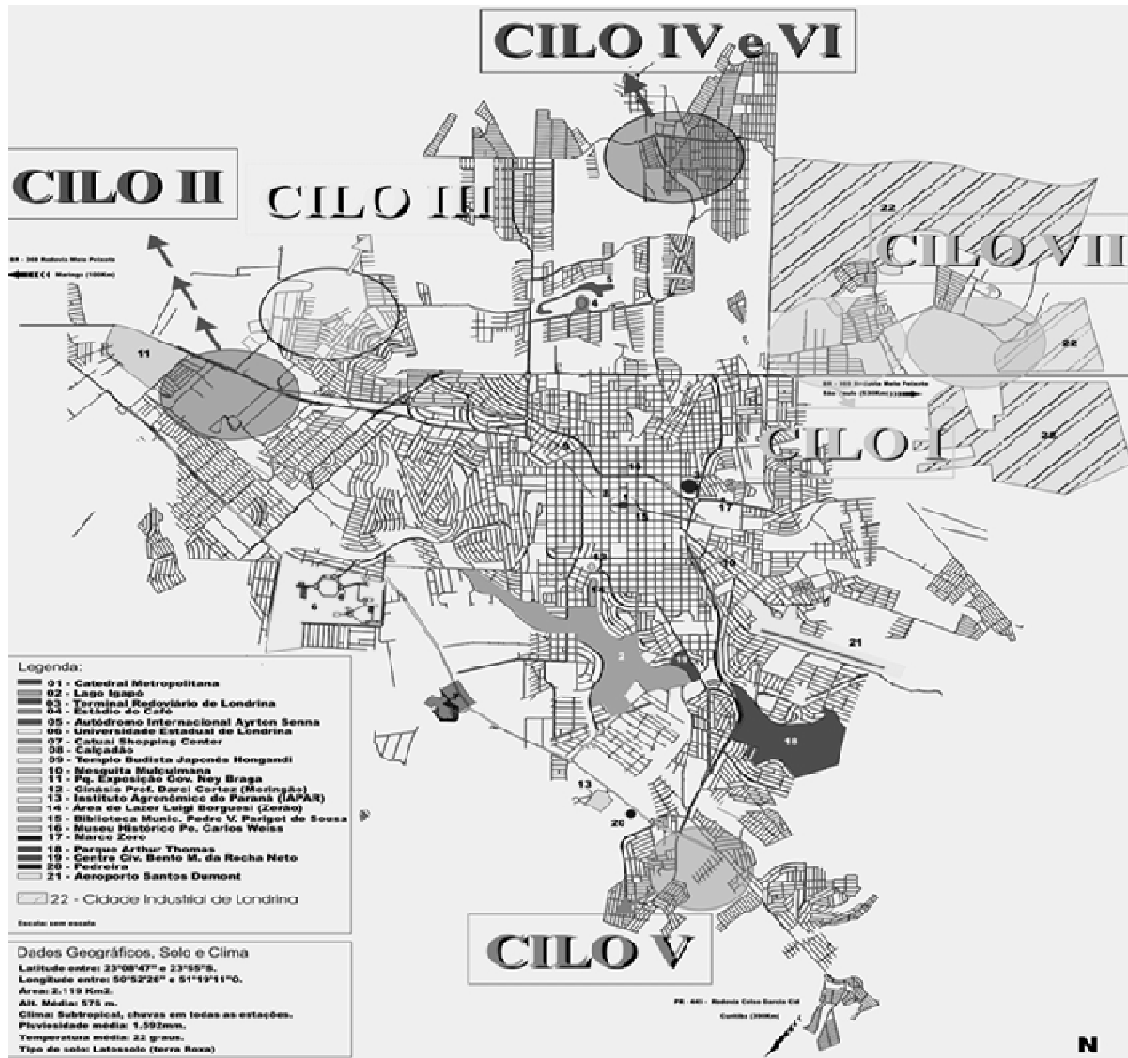


Figura 57 - Título: Localização dos Cilos Industriais
 Fonte: CODEL, 2007

Outras ações importantes estão sendo planejadas, gestadas e implantados, como o conceito de Condomínios Industriais c/ controle ambiental - empreendimentos imobiliários privados para a implantação de indústrias limpas; os programas de captação de investimentos; de qualificação e treinamento profissional, fomento ao Turismo de Negócios, e projetos de divulgação dos pontos fortes e das oportunidades de investimentos existentes na cidade de Londrina.

3.1.3.1 - O APL-TI de Londrina

Um dos principais projetos desenvolvidos e apoiado pela CODEL e Prefeitura Municipal de Londrina, que está sendo implantado, onde o município vem desempenhando esforços para sua consolidação e desenvolvimento é o APL-TI (Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação) de Londrina, que conta hoje com 19 empresas participantes e atuantes desta APL. Londrina e região contam com 112 empresas de Tecnologia de Informação. As entidades de apoio desta APL são a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), Caixa Econômica Federal, CODEL (Instituto de Desenvolvimento de Londrina) e Prefeitura Municipal de Londrina, FIEP (Federação das Indústrias do Paraná), SEBRAE, SENAI, a ADETEC (Programa Londrina Tecnópolis - Núcleo SOFTEX Norte do Paraná), e as instituições de ensino: PUC-PR Campus Londrina, UEL (Universidade de Londrina), UNIFIL (Centro Universitário Filadélfia), UNOPAR (Universidade Norte do Paraná). Esta APL foi estruturada em 2006, sendo reconhecida pela Rede APL Paraná, e tem como objetivo fomentar ações de articulação e integração de empresas para o desenvolvimento de inovações tecnológicas ampliando e conquistando novos mercados.

Em 1993 foi criada a ADETEC (Associação para o Desenvolvimento Tecnológico de Londrina) uma entidade civil sem fins lucrativos que tem como "missão" articular parcerias entre "poder público, setor empresarial e instituições de ensino e pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, contribuindo para a criação de riqueza e qualidade de vida em Londrina e Região Norte do Paraná". Destaca sua ação nas seguintes potencialidades: indústria de software, cadeia produtiva do agronegócio, telecomunicações, serviços de saúde, educação e cultura. A partir de 1994 foi reconhecida como de utilidade pública pelo município de Londrina através da lei 5.827 e no mesmo ano pelo estado do Paraná pela lei 11.889, e em 2001, pela União através da portaria 735 do Ministério da Justiça.

Em 1996 foi criado em Londrina o Núcleo SOFTEX Norte do Paraná como um dos grupos de desenvolvimento da indústria de software do Programa SOFTEX

2000⁶⁶, sendo gestado pela ADETEC, objetivando o desenvolvimento das micro e pequenas empresas de software locais, apoiando a implantação de novos projetos e sua capacitação, assim como sua inserção em outras escalas de mercado deste segmento produtivo.

A indústria de software de Londrina frente à diversidade e dimensão do setor industrial local é um segmento pequeno porém significativo no âmbito estadual ficando apenas atrás de Curitiba, e associado aos segmentos eletrônico e de telecomunicações conformam o setor das TIC's (Tecnologias da Informação e da Comunicação), contribuindo para o desenvolvimento em âmbito geral da indústria de transformação, com grande potencial de inovação fornecendo gama significativa de produtos tecnológicos. (IPARDES, 2006)

A CODEL, SEBRAE (Londrina) e a ADETEC desenvolvem ações na área de treinamento da PLATIN (Plataforma Londrina de Tecnologia da Informação) tendo "modesta interação com o setor de telecomunicações, via Sercomtel⁶⁷ (telefonia fixa, celular e internet e Call Center)." Estas ações fazem parte do Programa Londrina Tecnópolis estruturando a cidade como pólo de atração deste segmento de base tecnológica e inovação visando consolidar a cidade e região como uma das mais importantes Tecnópolis brasileiras, aos moldes das experiências francesa, espanhola e canadense. (IPARDES, 2006)

"Buscar um novo posicionamento estratégico da região de Londrina no contexto da Globalização e da Economia do Conhecimento, visando a **ampliação da atratividade para empreendimentos nacionais e internacionais** de base tecnológica e consolidando-a como uma das principais Tecnópolis do Brasil até 2010." (ADETEC, 2007)(grifo nosso)

Segundo o Prefeito de Londrina Nedson Micheleti, gestão (2005-08), a APL-TI de Londrina contribui para o alcance de novos mercados pelas empresas locais,

⁶⁶ Em 1991 foi aprovada a Lei nº 8.248/91 - Lei de Informática e neste momento no contexto das mudanças políticas visando abertura de mercado, foi criado em 1992 o Programa SOFTEX 2000 (Programa Nacional de Software para Exportação) com objetivo de estimular o desenvolvimento da indústria de software no Brasil promovendo e apoiando a exportação de software brasileiro, buscando estar entre os grandes produtores mundiais. Estruturada a partir de núcleos regionais com apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) contava com a participação da iniciativa privada e dos governos municipais e estaduais. Hoje é coordenada por uma sociedade privada sem fins lucrativos.

⁶⁷ Sercomtel (Serviço de Comunicação Telefônica de Londrina) era uma estatal municipal criada em 1964 para suprir a cidade deste serviço frente à demora na extensão da rede de telefonia no norte paranaense. Em 1966 foi transformada em Autarquia Municipal. Em 1998, a Prefeitura vendeu 45% do capital para a COPEL (Companhia Paranaense de Energia).

assim como para a atração de novos investimentos de corporações do segmento de tecnologia de informação, construindo assim Londrina “um pólo moderno de indústria limpa e integrada ao ambiente global”, fundamental para sua expansão como centro gerador de tecnologia.

“Londrina está se consolidando como pólo tecnológico do Brasil, fortalecida por uma grande riqueza que é o capital humano formado pelas universidades, instituições de pesquisas e empresas de ponta instaladas na cidade. A qualificação profissional, a capacidade empreendedora e a visão de futuro do londrinense garantem uma posição de destaque para Londrina no cenário nacional. O município é considerado um dos 15 principais centros de desenvolvimento de tecnologia do País, de acordo com avaliação do IPEA, órgão do Ministério do Planejamento. O mercado de software também já reconhece Londrina como importante núcleo de produção de tecnologia da informação, a ponto da Associação Brasileira de Tecnologia da Informação, Software e Internet (ASSESPRO) ter reconhecido a cidade como um dos 20 pólos do setor.” (Nedson Micheleti - PML - APL-TI - Portfólio de Empresas, 2007-pg. 02)

A CODEL e a Prefeitura Municipal de Londrina como parceiros desenvolvem atividades e estabelecem convênios com a ADETEC com recursos para projetos e eventos. Segundo a ADETEC (2005), o apoio às empresas associadas esta entre outras ações na capacitação para o planejamento de novos negócios, na formação de capital intelectual com a participação em eventos no Brasil e no exterior, visando à “inserção de empresas nos mercados nacional e internacional, mediante apoio do CNPq e parceiros.” Os parceiros internacionais são o Agro-pólo de Quebec, o Democenter, a IBI (Internacional Business Incubator), o IC2, o Parque Tecnológico - Espanha, e a Universite Des Sciences Et Technologies de Lille.

3.1.3.2 - Projeto Arco Norte

O projeto Consórcio Intermunicipal Arco Norte é um consórcio público amparado na Lei Federal 11.107 de 06/04/2005 proposto pela prefeitura da cidade de Londrina através da ADETEC, IPPUL, CODEL, junto aos municípios do primeiro anel regional de influência de Londrina - Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cambé, Ibiporã, para a elaboração e implantação, entre outras ações, do projeto do Parque Industrial Regional Multimodal. Considerando um raio de 200 km o projeto alcança as cidades de Maringá, Mandaguari, Jandaia, Marialva, Paiçandu, Cambira, Sarandi, localizadas na mesorregião, além de

outros municípios importantes com significativa população de aproximadamente 4 milhões de habitantes.

O Consórcio prevê a elaboração de uma sistemática de planejamento na escala regional visando o desenvolvimento integrado da rede de cidades polarizadas por Londrina. Através de um Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável Regional como proposição, com o apoio do governo do Estado do Paraná, associando os potenciais locais como: recursos humanos, infra-estruturas locais, condicionantes físico-ambientais, o “meio técnico - científico informacional,” visando à construção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de implantação de um “Sistema Logístico de Produção, Industrialização, Armazenamento, Transporte, Soluções para os Resíduos Sólidos e Manejo das Bacias Hidrográficas”, tendo como premissa o Zoneamento Ecológico Econômico, consolidados num Plano Diretor Intermunicipal. (IPPUL, 2006)

O Consórcio Arco Norte foi organizado pelo IPPUL no início da gestão Nedson Micheletti, quando era Presidente Aloysio Crescentini de Freitas. Posteriormente assume o comando do instituto Luis Figueira de Melo como Presidente, e o arquiteto e urbanista Gilson Jacob Bergoc, a recém criada Diretoria de Planejamento, visto que na gestão anterior o instituto fora renegado, tendo seus quadros significativamente alterados.

A revisão do Plano Diretor de Londrina foi a principal tarefa assumida pela Diretoria de Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) assim que assumiu em 2005. Com a participação do recém-empossado Diretor de Planejamento Urbano na 1ª Conferência das Cidades, em Brasília, em 2003, e verificando a importância que a adequação do Plano Diretor passou a ter no âmbito das lutas sociais pela melhoria da qualidade de vida, a proposta de organizar o processo de forma ampla e participativa foi adotada como norteadora das ações do Instituto. A indicação de um Presidente e um Diretor de Planejamento sinalizou, naquele momento, o fortalecimento do planejamento urbano no Município, uma vez que o órgão havia sido esvaziado 3 anos antes. (Bergoc, Faváro, 2007-pag.01)

A cidade pensada através do IPPUL deflagra o processo de planejamento incorporando as orientações federais do pensar de forma coletiva com ampla participação da sociedade na revisão do plano diretor, e simultaneamente

estrutura os projetos estratégicos para o desenvolvimento local, o PEEAV (Macro viário- Anel do Emprego) e o projeto Arco Norte.

A Associação Regional de Cooperação Operacional (ARCO) criada para a governança do consórcio é formada pelos municípios que o compõem sendo, Londrina, Ibiporã, Arapongas, Apucarana, Cambé e Rolândia, que terão com o projeto "Arco Norte de Desenvolvimento Integrado" ações coordenadas entre os municípios, sendo desenvolvido com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) do Estado do Paraná.

Segundo o Prefeito de Londrina Nedson Micheletti, quando da assinatura do consórcio junto aos prefeitos dos municípios participantes e o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, afirmou sobre o empenho do estado: "A oficialização do consórcio hoje demonstra a seriedade com que o governo está tratando a região Norte do Paraná" (AENOTICIAS - Agencia Estado de Noticias, 2006)

Os objetivos do consórcio Arco Norte apresentados pelo IPPUI constataam a importância dos instrumentos da gestão e do planejamento contemporâneos quando estabelecem a necessidade de parcerias nas ações sobre o território municipal, verticalmente e horizontalmente, e na instituição da governança garantindo uma gestão mais eficiente e transparente, estando assim definidos:

- **Combinar ações de instituições públicas e privadas** visando objetivos econômicos e sociais;
- **Integrar as políticas públicas municipais, estadual e federal** objetivando o desenvolvimento sustentável;
- Criar **um novo impulso que priorize o desenvolvimento inteligente**, baseado em **soluções inovadoras com visão integral e de futuro**, minimizando os **impactos ambientais**;
- Favorecer novas atividades econômicas geradoras de empregos, trabalho e riquezas, promovendo a inserção social e melhor distribuição da riqueza produzida;
- Incentivar a cultura e a modernidade cultural para promoção de uma comunidade cidadã, educada, criativa e inovadora;
- Respeitar a diversidade cultural e étnica para geração de riquezas;
- Facilitar a permanência de profissionais qualificados nas instituições de ensino e pesquisa da região;
- **Desenvolver uma comunidade conectada, articulada, informada, qualificada, capaz de captar recursos, produzir e interferir em idéias e tendências mundiais.**

- Integrar os cidadãos numa comunidade aberta, atraente e cosmopolita. (IPPUL, 2006 - Grifo Nosso)

Para o Fórum Permanente de Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Estratégico de Londrina, estas ações estratégicas visam alcançar o seguinte "cenário futuro" para Londrina e região:

"Londrina 2034: uma comunidade ativa e articulada, construindo uma cidade humana, segura e saudável, tecnologicamente avançada, integrada com a região Norte do Paraná e globalmente conectada, com uma economia diversificada e dinâmica, promovendo o equilíbrio social, cultural e ambiental." (IPPUL, 2006)

Numa visão de desenvolvimento regional, afirmou o prefeito de Londrina, que a Associação Regional de Cooperação Operacional (ARCO) articulará "arranjos institucionais e produtivos, além de criar meios e infra-estrutura que possibilitem a captação de recursos e investimentos públicos e privados." (AENOTICIAS - Agencia Estado de Noticias, 2006)

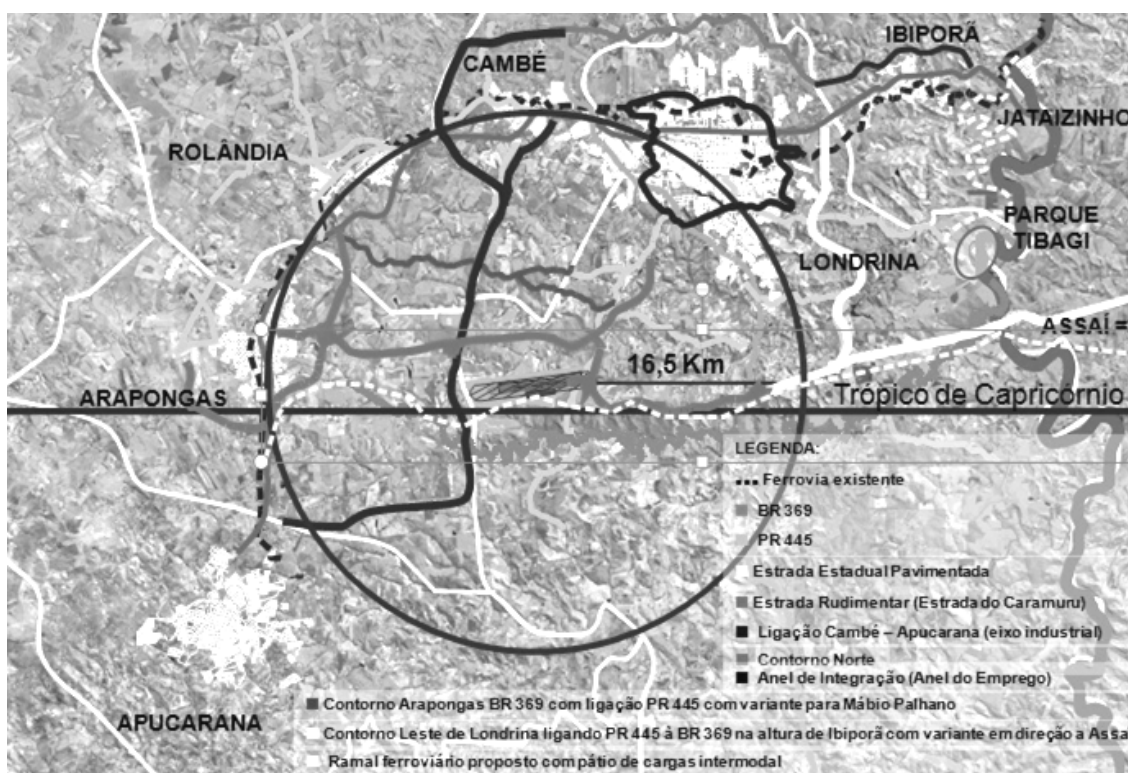


Figura 58 - Título: Localização Projeto ARCO NORTE.
Fonte: Bergoc, Gilson J. - IPPUL (2006)

O projeto Arco Norte conformará espacialmente um Distrito industrial intermodal, com a somatória de vários modais de transporte voltados para potencializar as atividades econômicas de exportação e importação de produtos

do Norte do Paraná. Compreende a associação dos meios de transporte (rodoviário, ferroviário, e aeroviário) com a realização de obras estruturantes do espaço regional de Londrina, como: a necessidade de ampliação e criação de malha rodoviária intermunicipal, conexão de ramal ferroviário com pátio de cargas, e o aeroporto internacional de cargas; proporcionando integração logística com acesso às principais rotas logísticas do país.

Referência brasileira deste sistema de transportes de carga ao qual se assemelha o projeto de Londrina e Uberlândia, e que está sendo implantado em Anápolis no Estado de Goiás é a "Plataforma Logística Multimodal de Goiás", arrojado projeto estruturado no conceito de "central de inteligência logística" que associa multimodalidade, telemática e otimização de fretes.

O projeto Arco Norte tem sido objeto de intensa ação política local e regional, junto ao estado e ao nível federal, com grande movimentação de políticos (deputados, secretários de governos), agências e institutos de desenvolvimento, e das próprias prefeituras envolvidas, nos três últimos anos, na tentativa de alavancar as obras iniciais necessárias para sua implantação que cujo montante é de aproximadamente R\$ 80 milhões.

3.1.3.3 - ANEL DO EMPREGO

O Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária foi aprovado através da Lei 9.165/03, definindo um sistema de estruturação macro-viária em malha com módulos de aproximadamente 4 km de extensão para toda a área urbana e de expansão urbana.

Com esta estruturação identificou-se um anel viário perimetral que integra a periferia de Londrina perfazendo uma costura do tecido urbano conectando várias regiões com uma avenida estrutural com infraestrutura instalada potencializando o solo para atividades produtivas visando novos empreendimentos.

Assim o Projeto Anel do Emprego é resultado da associação de mobilidade, com uso e ocupação do solo, como política de desenvolvimento local para geração de emprego e renda, conseqüentemente visando melhorar os índices socioeconômicos do município, frente aos problemas urbanos que se agravaram diante do intenso processo de urbanização que a cidade sofreu na década de 1990.

A cidade de Londrina com vertiginoso crescimento urbano não conseguiu equacionar e conter os fenômenos urbanos decorrentes do processo de migração populacional, agravado pela visão de exploração do solo como mercadoria. Londrina não foge a regra, portanto sofre com problemas de favelização, impactos da verticalização, ocupação de fundos de vale, saneamento, transportes, entre outras questões urbanas prementes de serem solucionadas.

Segundo o IPPUL (2004) a cidade de Londrina revendo seu processo de planejamento, com "um novo formato de poder público na produção da cidade", incorporou novas formas de ação sobre o urbano em função das dinâmicas econômicas adotando novos paradigmas na forma de pensar o município, mas com uma proposição mais democrática e participativa como estabelece as políticas da cartilha federal.

"Este novo comportamento tende a desmistificar o papel da normatização como instrumento único de controle da ocupação do território urbano. O Plano Diretor com suas leis de uso e ocupação do solo estabelece uma cidade imaginária, que não se relaciona com as condições dinâmicas do mercado, criando duas cidades, a legal e a ilegal. A legislação perde parte de suas forças, não acompanhando a dinâmica urbana, os modelos ideais engessam o desenvolvimento. Estes paradigmas que devem ser trocados uma visão estratégica e sustentável, em uma concepção da cidade que incorporasse as oportunidades de investimentos privados, as parcerias e as operações consorciadas." (IPPUL, 2004- pag.06)

Fica claro a atuação do poder público como articulador do processo de pensar e construir a cidade como gestor de políticas públicas de desenvolvimento local, gerenciando o uso e a ocupação do solo, e os conflitos de interesses da comunidade em sua totalidade, e não mais agindo como mero promotor de legislações de controle do solo beneficiando os interesses de parcela específica da população.

O Projeto Anel do Emprego como parte integrante do plano setorial de estruturação viária PEEAV tem como objetivo ordenamento espacial fomentando os usos comerciais, industriais e de prestação de serviços para a geração de emprego e renda. A proposta foi desenvolvida com base em estudos ambientais partindo de análises da sensibilização de áreas das bacias hidrográficas locais e dos estudos de impacto de vizinhança, para a definição dos índices urbanísticos e dos parâmetros de ocupação.

Neste sentido estudo prévio foi desenvolvido sobre a área "delimitada para a aplicação das novas regras de flexibilização de uso e ocupação do solo urbano e de impactos ambientais, bem como as restrições urbanísticas e construtivas inerentes às áreas de sensibilidades ambientais." A construção de uma nova paisagem urbana em consonância com os aspectos econômicos, ambientais e sociais qualificando o ambiente urbano, melhorado as condições de habitabilidade local e mercadológica dos produtos ali produzidos. (IPPUL, 2004)

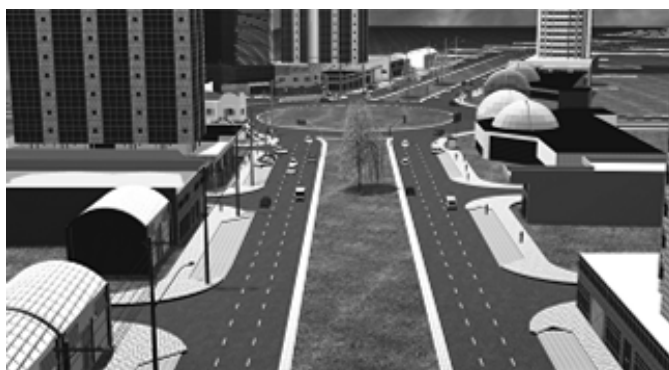


Figura 59 - Título: Perspectiva Anel do Emprego
Fonte: IPPUL (2004)

Utilizando do conceito de sustentabilidade ambiental urbana e as determinações do Estatuto da Cidade, o projeto abarca além das questões ambientais, a questão habitacional com a ocupação irregular dos fundos de vale degradados colocando a necessária adequação destes espaços com qualidade de uso para a população de Londrina aos moldes do Parque do Lago Igapó. E prevê a necessidade de investimentos em habitação social com moradia adequada para todos; o desenvolvimento econômico social, o saneamento, o transporte, a equidade e a justiça social.



Figura 60 - Título: Ocupação Irregular- Ribeirão Lindóia
Fonte: IPPUL (2004)

Para viabilizar as ações o instrumento urbanístico que mais se adequou foi a “operação urbana consorciada” que possibilita recursos de mais valia, podendo ser utilizados para realização de obras públicas complementares, desapropriações, entre outras aplicações, sempre nas áreas objeto de intervenção. Esses recursos são adquiridos através da emissão dos CEPAC (Certificados de Potencial adicional Construtivo).

Este instrumento de intervenção urbanística permite a combinação de investimentos públicos e privados para determinada área onde proprietários, usuários permanentes, investidores e poder público se tornam parceiros para atingir o objetivo do projeto. As alterações das características de uso, ocupação e parcelamento, permitidos nesta operação serão acompanhadas pelo órgão gestor e com exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) dependendo da atividade a ser implantada obedecendo também aos parâmetros ambientais estabelecidos no projeto. (IPPUL, 2004 - pag. 16)

Cabem ao município como ente federado a execução e a coordenação das operações por ser responsável pela política urbana, mas o controle será realizado com representantes da sociedade civil numa governança compartilhada.

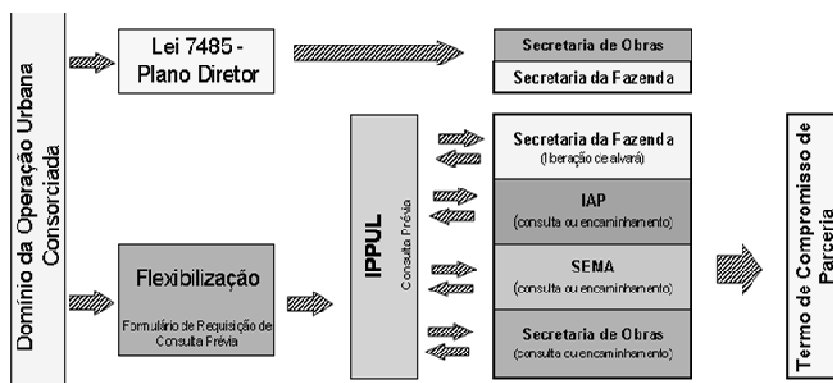


Figura 61 - Título: Fluxograma do sistema da Operação Urbana Consorciada
Fonte: IPPUL (2004)

O Projeto Anel do Emprego foi cuidadosamente elaborado devido ao impacto transformador na paisagem da cidade. Composto de uma via estrutural de pistas duplas de 40 m de largura em média e 42 km de extensão, com tráfego de caminhões, ônibus, e automóveis; associado aos usos do solo permitidos geradores de emprego e renda, analisados frente aos aspectos antrópicos na sensibilização das bacias hidrográficas; obteve significativa aceitação com expectativa positiva por parte da população nas apresentações do projeto, nos debates, nas audiências públicas, e nos esclarecimentos prestados pelos membros da equipe técnica.



Figura 62 - Título: Reunião de discussão do projeto na região norte
Fonte: IPPUL (2004)



Figura 63 - Título: Reunião de discussão do projeto na região leste
Fonte: IPPUL (2004)

Para o atual Presidente do IPPUL, João Baptista Bortolotti o Anel do Emprego será implantado ao longo das próximas décadas “depende das demandas, que são as exigências advindas do maior ou menor desenvolvimento sócio-econômico”. Afirma ainda a importância do projeto e a existência de partes já concluídas, e a necessária participação da iniciativa privada. Quanto ao tempo atesta que Londrina vem sendo planejada há 50 anos, embora muitos digam que a cidade cresceu e se desenvolveu sem planejamento, considerando que o próprio projeto Anel do Emprego incorporou momentos anteriores do planejamento viário da cidade, como o Plano de Sistema de Transporte de 1974. Enfatiza, citando momentos anteriores do planejamento da cidade como a Avenida Juscelino Kubitschek construída entre 1960 e 1970, planejada em 1951, quando do Plano de Prestes de Maia para a cidade, e a Via Expressa - Dez de Dezembro, projetada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano concebido em 1968.



Figura 64 - Título: Faixa de domínio do Projeto Anel do Emprego.
Fonte: IPPUL (2004).

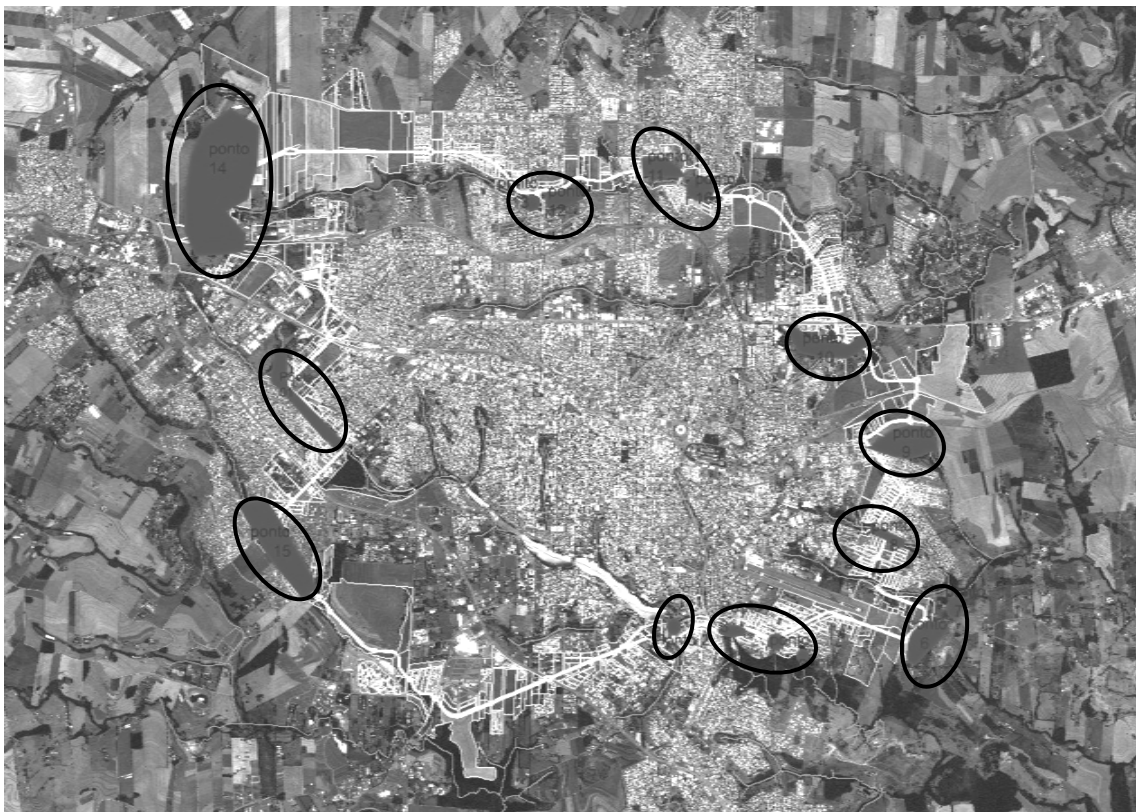


Figura 65 - Título: Principais áreas com restrições ligadas ao solo.
Fonte: IPPUL (2004)

É compreensível a posição do presidente do IPPUL, porém faz-se necessário para a implantação do projeto que o poder público mantenha esforços para estabelecer as parcerias verticais e horizontais necessárias para o êxito do projeto e o alcance do desenvolvimento local. Bortolotti ainda afirma sobre “certa dificuldade de aceitação” por parte do mercado imobiliário quando da perda de área das glebas objeto de parcelamento, destinadas a implantação do sistema viário de 40 m de largura.

3.1.3.4 - Os Novos Investimentos Imobiliários

Londrina pode ser compreendida espacialmente com três grandes núcleos, o centro histórico com desenho da colonizadora CTNP (Companhia Terras Norte Paraná), que ao longo do desenvolvimento da cidade expandiu o setor de serviços e comércio para o eixo norte e posteriormente noroeste. A partir da década de 1980 acentua-se o processo de verticalização da área central, e das Vilas Ipiranga e Brasil.

Ao norte a ocupação da classe operária com grande massa de conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-LD junto aos Cilos Industriais gerando um crescimento desordenado; e ao sul transpondo o Lago Igapó o espaço das classes mais abastadas, hoje vetor de crescimento com expansão da verticalização, principalmente ao redor do Lago Igapó com localização de comércio sofisticado.

Duas âncoras geraram novas centralidades dinamizando esta região da cidade. O campus da UEL implantado na década de 1970 (Universidade Estadual de Londrina) e o Shopping Catuaí, este atualmente em sua terceira fase de expansão. A partir da década de 1990 após a instalação do shopping novos empreendimentos imobiliários fechados surgiram estendendo a cidade para sudoeste, como os condomínios Royal Golf, Royal Park, Royal Tennis, Royal Forest, entre outros. Ao redor da UEL a localização de empreendimentos voltados para o público universitário.

Para os próximos anos estão previstas as inaugurações de mais dois grandes empreendimentos comerciais, o Londrina Norte Shopping do Grupo Catuaí localizado na zona norte com área construída de 30 mil m² e investimentos da ordem de R\$ 150 milhões e 183 lojas. Lançado recentemente, em março de 2008, com previsão de entrega da obra para o final de 2009.

O outro investimento é o Shopping "Marco Zero" com inauguração prevista para 2010, pelo Grupo Sonae com 35,5 mil m², 180 lojas satélites, e recursos da ordem de R\$135 milhões. Este empreendimento em Londrina é o 11º grande shopping do grupo em todo o Brasil. O Grupo Sonae possui vários Shoppings Centers em países como Portugal, Espanha, Itália, entre outros.

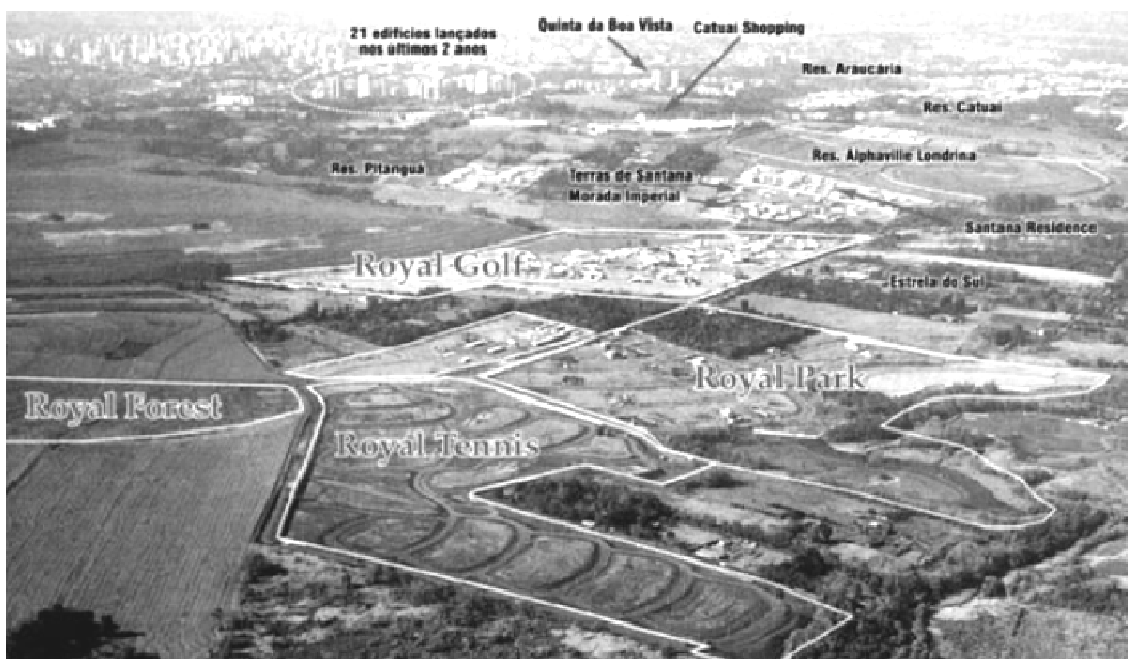


Figura 66 - Título: Vista aérea da zona sul - ocupação dos Condomínios Fechados
Fonte: Teixeira & Holzmann, 2004

O Complexo Marco Zero localizado próximo ao terminal Rodoviário de Londrina na zona leste é uma parceria entre a Prefeitura municipal e a iniciativa privada, para a construção do empreendimento composto, pelo futuro Teatro Municipal de Londrina, do shopping, de um hotel, uma área de restaurantes externos, um condomínio residencial, e um *boulevard* com 700 metros de extensão e 26 metros de largura. Segundo o gestor do grupo Marco Zero, Raul Fulgêncio, agradecendo "a parceria da Prefeitura de Londrina na construção do futuro teatro e na agilização dos projetos para o complexo Marco Zero e afirmou que o

empreendimento será o novo cartão postal de Londrina.” (Informativo da Prefeitura Municipal de Londrina, 2008)

As importantes propostas, projetos e planos desenvolvidos pelo poder público de Londrina demonstram a importância de órgãos propositivos na gestão pública diante da complexidade das questões urbanas atuais frente às transformações que a sociedade contemporânea vem incorporando, em especial com relação às distâncias sociais características das cidades pólos regionais, aqui consideradas “glocais”.

Se por um lado vimos várias iniciativas do poder público, por outro podemos notar a morosidade na implantação de tais processos e procedimentos em parte devido à “novidade” e aprendizado destas novas formas de planejamento e gestão, mas também pela burocracia da ação política no processo de gestão. Há também o envolvimento dos setores privados que só agem sobre a perspectiva de lucratividade, investindo em áreas da cidade com retorno financeiro garantido.



Figura 67 - Título: Parque Tecnológico de Londrina - (divulgação)
Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina



Figura 68 - Título: Plano Estrat. de Expansão e Adequação Viária - Eixo de integração 04
Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2007

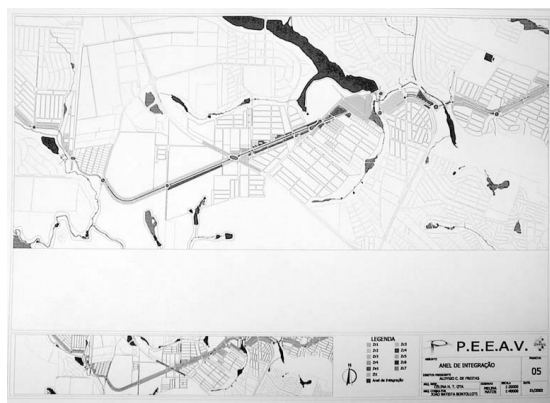


Figura 69 - Título: Plano Estrat. de Expansão e Adequação Viária - Eixo de integração 05
Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2007

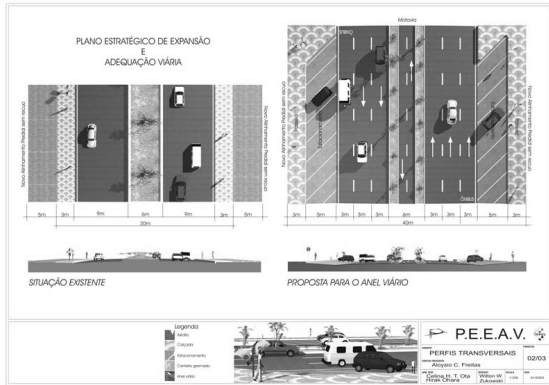


Figura 70 - Título: Plano Estrat. de Expansão e Adequação Viária - Perfis Transversais
 Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2007



Figura 71 - Título: Vista do Lago Igapó I
 Fonte: o Autor. (2008)



Figura 72 - Título: Verticalização margem do Lago Igapó I. (2008)
 Fonte: o Autor. (2008)



Figura 73 - Título: Vista do Lago Igapó II
 Fonte: o Autor. (2008)



Figura 74 - Título: Verticalização margem do Lago Igapó II. (2008)
 Fonte: o Autor. (2008)



Figura 75 - Título: Calçada na área central
Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2006



Figura 76 - Título: Catedral de Londrina
Fonte: o Autor. (2008)

3.2 - As cidades de Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina e o modelo em construção de planejamento e gestão contemporânea para o desenvolvimento local.

Ao nos aproximarmos destas três cidades, primeiro na escala regional e posteriormente aos limites territoriais específicos de cada município, verificando as ações de planejamento do território e seus projetos de desenvolvimento local, constatamos que os resultados alcançados e que garantem os significativos índices socioeconômicos apresentados são decorrentes das políticas públicas verticalizadas implantadas pelo governo federal numa articulação com os Estados, Municípios e a iniciativa privada ainda no período dos Governos Militares a partir da década de 1970.

A implantação destas políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento destas regiões gerou junto ao local, articulações horizontais que conformaram uma teia de ações envolvendo o Estado promotor e a iniciativa privada encarregada de gerar o desenvolvimento. Neste sentido coube ao local papel importante a ser desenvolvido para garantir e consolidar o processo de

crescimento socioeconômico. As forças produtivas locais e regionais, embora tenham sempre defendido seus interesses, souberam nas regiões estudadas realizar articulações amplificando as possibilidades de desenvolvimento assim como dos benefícios alcançados.

Os desequilíbrios existentes são decorrentes do modelo adotado que fomentou ações concentrando esforços na região sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. E posteriormente pelas mudanças estruturais ocasionadas pelas transformações socioeconômicas mundiais impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Primeiramente entre 1960 até a segunda metade da década de 1970, nos governos militares, estas regiões consolidaram o processo de desenvolvimento em consonância com as políticas implantadas pelo Estado Brasileiro caracterizadas pelo monopólio estatal na prestação de vários serviços públicos de infra-estrutura. A partir da década de 1980 a reestruturação econômica e tecnológica refletiu diretamente nestes espaços numa nova visão de desenvolvimento local, onde as articulações horizontais iniciavam as ações para o desenvolvimento sendo apoiadas pelas instancias governamentais.

Na verdade estas articulações entre o Estado e a iniciativa privada sempre se fizeram presente no processo de planejamento para o desenvolvimento urbano e regional. Os conflitos decorrentes do processo foram sempre suprimidos, minimizados, ou descartados, pelas posturas populistas das administrações locais.

A partir do final da década de 1970, sendo mais evidenciado depois de 1988 no período pós-constituente, descortina-se uma "nova" forma de articulação do planejamento e da gestão pública considerando novos atores envolvidos no processo, ampliando a complexidade das ações. Ora expondo os interesses, ora escamoteando os conflitos, sendo característico de um processo de transição política e de transição entre modelos, denotando uma forma híbrida ou dual de ação sobre o planejamento do território, assim como uma forma de aprendizado pelo próprio processo.

Neste sentido verificamos projetos com ações que se estruturam verticalmente e horizontalmente, considerando direta e/ou indiretamente os atores envolvidos. Algumas mais amplamente democráticas, outras mais fechadas nos interesses dos atores diretamente envolvidos.

Retomando Matus (2004b), na visão situacional, o autor coloca a necessidade de avaliação da situação "a partir da *perspectiva diferenciada* de cada um dos atores relevantes". A importância de conhecer o outro no processo de avaliação situacional, e de valorizar seus recursos, reconhecendo assim em grande parte a realidade. Caminharemos assim, segundo o autor, para o processo onde os valores e a ética se colocam em primeiro plano, e onde o progresso do processo de planejamento e gestão estará "subordinado ao consenso, à cooperação e aos meios pacíficos."

O planejamento e a gestão municipal, nas cidades estudadas, enfrentam os problemas característicos do processo de pensar a cidade neste momento contemporâneo caminhando para um processo mais flexível de gestão da cidade. Dos planos e projetos apresentados nas três cidades constatamos ainda significativa dificuldade na implantação das propostas, independentemente das questões econômicas e dos volumes de investimentos envolvidos, demonstrando os obstáculos existentes nos processos de participação, em suas várias escalas. Desde o envolvimento direto dos empresários, em função de suas perspectivas de lucratividade, ao cidadão comum alheio ao processo de construção coletiva, participando como mero espectador do processo. Mesmo quando incorporadas metodologias de participação em atenção às exigências legais do Ministério das Cidades e resultando num processo participativo, as etapas posteriores de implantação do planejamento ainda não são efetivadas, não se concretizam.

As ações estratégicas do Projeto Ribeirão Preto 2001, assim como os projetos urbanísticos decorrentes deste planejamento não foram implantados, mas as idéias de fundo, na visão de futuro estão sempre presentes nas "novas" propostas de ações das gestões posteriores no poder. Porém a construção da paisagem nas ocupações planejadas em parceria com os empresários do

mercado imobiliário, nos vetores de crescimento, seguem constituindo a cidade em consonância com as proposições dos planos.

Da mesma forma os planos e projetos das cidades de Londrina e Uberlândia, constroem seus espaços associadas ao mercado imobiliário articulando parcerias que beneficiam setores mais nobres da cidade, como a zona sul, expandindo esta região com âncoras de atração de novos investimentos.

As prerrogativas ambientais incorporadas nos planos diretores e nas ações estratégicas destas cidades foram adotadas pelos produtores do espaço urbano, que compreenderam a qualificação espacial alcançada quando se incorpora o desenho ambiental no processo de planejamento, mesmo que minimamente para atender aos requisitos legislativos.

Assim estas cidades têm ampliado seus espaços verdes decorrentes destas parcerias, sendo estes espaços entregues ao poder público, já urbanizados. Nos novos parcelamentos do solo, os fundos de vale anteriormente desprestigiados e sem valor de mercado, mas por serem APP's (Áreas de Preservação Permanente) vem se transformando em parques lineares qualificando o espaço urbano e melhorando as condições de habitabilidade das cidades.

É preciso compreender que o conceito atrelado ao estabelecimento das parcerias público e privadas é da cooperação entre os atores, e neste sentido as ações vêm crescendo com experiências importantes como o APL-TI (Arranjos Produtivos Locais de Tecnologia da Informação) de Londrina e o Cluster Logístico de Uberlândia onde as articulações verticais e horizontais estão conseguindo consolidar estes projetos de desenvolvimento.

Assim como também os projetos, Arco Norte que implica na articulação regional e o projeto Anel do Emprego, ambos de Londrina. Estas propostas de ações estratégicas de desenvolvimento devem estar articuladas num amplo processo de cooperação para alcançar o êxito esperado, dependendo efetivamente da participação da sociedade organizada, num processo de governança que envolva os conselhos municipais entre outras instancias locais de participação, e na escala regional a articulação através dos consórcios municipais.

Como vimos estas articulações estão acontecendo, mas demandam um trabalho contínuo de envolvimento dos atores locais, públicos, privados, da sociedade civil, numa união de esforços que superem os procedimentos burocráticos, os vícios da máquina administrativa, e os interesses específicos dos atores. Como um modelo em construção aprende-se com o próprio desenvolvimento do processo, sendo necessárias revisões constantes dos procedimentos, das ações estabelecidas, das etapas cumpridas, numa ação de governança efetiva que mantenha a retroalimentação do processo.

Este é um dos nós principais a ser desatado para garantia de sucesso dos planos e projetos de desenvolvimento verificados. Compreender com os conceitos de cooperação, consenso e flexibilidade, que o processo requer o reconhecimento do outro, que os interesses do outro são tão legítimos quanto os meus, que face aos conflitos de interesses devemos rever valores e ideologias, e que é preciso conquistar o outro. A atuação cooperativa expõe opções e escolhas que sejam capazes de benefício recíproco num ambiente de confiança, como afirma Matus (2004b).

A APL-TI de Londrina é um exemplo importante de organização horizontal e vertical, onde os parceiros através de uma governança fortalecida, comprometida e focada em ações estratégicas vêm alcançando resultados positivos que qualificam cada vez mais suas ações e seus produtos no mercado. O sucesso deste arranjo é decorrente da credibilidade dos atores envolvidos como as Universidades locais, o SEBRAE, o poder público local e estadual, os empresários, entre outros; formatando uma rede de cooperação comprometida, numa construção de relações de confiança.

Interessante ressaltar o dinamismo a agilidade e ressonância das ações das Secretarias e órgãos públicos de Desenvolvimento Econômico, com "total" autonomia de decisão sobre o desenvolvimento municipal, agindo quase que isoladamente, com pouco diálogo com os outros setores da gestão pública; frente à morosidade e desarticulação que caracterizam "via de regra" os setores públicos de Desenvolvimento Urbano. Estas ações distintas refletem diretamente de forma perniciosa no processo de planejamento e gestão municipal.

As propostas da gestão Palocci em Ribeirão Preto, assim como as propostas dos projetos Anel do Emprego e Arco Norte de Londrina, deixam clara a visão de desenvolvimento compreendendo a necessária articulação entre os setores econômicos e urbanos. As propostas contemplam as instâncias econômicas e urbanas sem dissociá-las, espacializadas no território e atendendo aos requisitos físico-ambientais das atividades econômicas propostas. A ação conjunta destes setores da administração é fundamental para o sucesso das propostas de desenvolvimento local, principalmente nos tecidos estudados, por serem cidades pólos regionais com inserção global, estando sujeitas a fortes interferências externas.

Como atesta Feldman (2003) quanto à necessidade de verificação das atribuições e articulações das várias instâncias de participação e decisão da gestão pública, destaca que "uma forte tendência é a gestão do desenvolvimento econômico e a gestão do desenvolvimento físico - intrinsecamente indissociáveis - tratados em campos separados". A autora coloca ainda sobre as ações de planejamento das cidades não metropolitanas que "a atuação dos governos peca pela desarticulação setorial, com o agravante de que essas cidades, dada a fragilidade dos órgãos de planejamento instituídos, carecem, em sua maioria, de quadros técnicos estáveis e qualificados."

Com relação às cidades estudadas se por um lado os projetos verificados compreendem a visão horizontalizada do planejamento nas instâncias públicas e privadas, por outro verificamos também ações isoladas em decorrência das afirmações de Feldman.

As propostas de Uberlândia, o Cluster Logístico e mesmo a Revitalização do Centro Histórico e Fundinho são amplamente divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, porém pouco aparece a participação da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Ficou evidente nas entrevistas junto a estes setores da administração pública, embora afirmem o contrário, a pouca articulação entre as secretarias e os institutos de desenvolvimento e planejamento. Outro fator importante é a

alteração dos quadros técnicos, principalmente dos cargos de direção, “via de regra” por questões políticas.

O IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina) recentemente sofreu novamente um esvaziamento de seus quadros técnicos, principalmente com a saída do Presidente e do Diretor de Planejamento, desarticulando as propostas em andamento. Segundo Ângela Bento funcionária da COHAB-LD (Companhia Habitacional de Londrina), mas atuando no IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina) no processo de revisão do Plano Diretor Participativo, o instituto conta com 09 (nove) funcionários contratados e outros 09 (nove) emprestados de outras áreas da administração. Desta forma e com estas desestruturações o instituto é o “filho feio” da administração pública, criado em 1993 não conseguiu ainda “criar raízes efetivas” no processo de gestão da cidade.

Em Ribeirão Preto na atual gestão do Prefeito Gasparini (2005 a 2008), candidato a reeleição, a atual Secretaria de Planejamento e Gestão Pública, trocou de secretário por três vezes nesta gestão. Passaram pelo cargo o Advogado Rogelio Genari em 2005, o Engenheiro Civil Wilson Laguna no período 2006 a 2007, sendo atualmente (2008) secretário o Engenheiro Civil e empresário do setor imobiliário Marcos Augusto Spínola de Castro.

Vimos em Buarque (2003) que a dimensão política e a dimensão técnica do planejamento estabelecem soluções e decisões por opções negociadas diante dos interesses dos atores envolvidos apoiados na orientação técnica de escolhas para ação. A desarticulação e a fragilidade das instâncias de planejamento municipal, lembradas por Feldman, são um dos pontos nodais importantes que dificultam o alcance do êxito esperado dos novos mecanismos de planejamento e gestão. Fica-nos evidente e claramente necessária uma reestruturação urgente da estrutura verticalizada das administrações locais, incorporando articulações horizontais objetivando arejar as instâncias governamentais, flexibilizando procedimentos para alcançar as mudanças necessárias.

A implantação das novas tecnologias de informação e comunicação nos três tecidos estudados demonstra mais uma vez a confirmação do modelo em construção de planejamento e gestão a partir das articulações verticais e horizontais que estruturaram estas regiões a partir da década de 1970.

Num primeiro momento as forças produtivas nos locais estudados impulsionaram seu desenvolvimento com articulações importantes como, por exemplo, no caso das telecomunicações. As três cidades, Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina constituíram empresas públicas locais de telefonia, respectivamente as operadoras municipais, CETERP-RP (Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto); a CTBC (Companhia Telefônica do Brasil Central); e SERCOMTEL (Serviços de Comunicação Telefônica de Londrina).

A SERCOMTEL criada em 1964, como estatal municipal foi transformada em Autarquia Municipal em 1966, e posteriormente em 1998 foram vendidos 45% da SERCOMTEL para a COPEL (Companhia Paranaense de Energia), tornando-se uma sociedade de economia mista e capital aberto. A CETERP também foi comercializada em 50% na Gestão Palocci (1993 a 1996) e posteriormente vendida para a Telefônica em 2000 na Gestão Jábali. A CTBC, empresa do Grupo ABC, permanece com capital privado brasileiro desde sua fundação em 1954, tendo sido transformado no início dos anos 1990 no Holding ALGAR. (Bezzon, 2002; Fresca, 2004; Bessa, 2007)

Estas três prestadoras de serviços de comunicação, mais a CRT (Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações) eram as únicas empresas independentes de telefonia do país, quando integradas ao sistema de telecomunicações nacional, não pertencendo ao Estado brasileiro, que com a criação da TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras) em 1972, "foi responsável pela incorporação e controle de toda a rede". (Bessa, 2007)

Sabemos que os serviços de telecomunicações são parte da infra-estrutura locacional necessária para o desenvolvimento socioeconômico tornando-se foco principal do eixo de modernização, transformando os fluxos de produção. Do Telégrafo a Internet, a necessidade de velocidade e suporte logístico gerou uma

nova reestruturação espacial decorrente desta nova divisão social do trabalho agregando maior poder a estes territórios.

A infra-estrutura informacional destas cidades se destaca nas ações de planejamento com a atuação dos governos federal e local, e também pela articulação das atividades produtivas. O Ministério das Comunicações criado em 1965 e a Telebrás selecionaram a CTBC em 1984 para industrializar a fibra óptica. Com tecnologia de ponta estas empresas detinham significativo poder econômico e influência nos níveis governamentais. A venda da CETERP e a abertura de capital da SERCOMTEL foram justificadas em função do alto custo necessário de investimentos para acompanhar o desenvolvimento do setor. A CTBC de gestão privada do holding Algar em 2005 atingiu faturamento líquido de 1,7 milhões de reais.

O Plano Diretor de Ribeirão Preto de 1995 realizado na gestão Palocci assim como o Projeto Ribeirão Preto 2001 - Ações estratégicas para o desenvolvimento estabelecem a necessidade de investimentos em telemática como recurso necessário para promover o crescimento com a atração de empresas, frente às transformações econômicas mundiais e a incorporação dos fluxos globais.

Da mesma forma o pólo atacadista-distribuidor de Uberlândia articulador junto ao poder público do Cluster Logístico, assim como o APL-TI (Arranjo Produtivo Local - Tecnologia de Informação) de Londrina, e a estruturação do Pólo Tecnológico de Londrina e de Ribeirão Preto, são ações concretas para o desenvolvimento local e regional que dependem significativamente da expansão dos modernos sistemas de circulação de informações e telecomunicações com a implantação das novas tecnologias de informação e comunicação.

O uso dos sistemas informacionais incorporados pelas gestões públicas possibilitam significativa interação com os municípios com a divulgação de ações e procedimentos administrativos. As cidades estudadas utilizam de seus portais na Internet disponibilizando inúmeros serviços públicos a sociedade, além de apresentar a estrutura administrativa da gestão pública democratizando o acesso aos responsáveis pela cidade. Os links das diversas secretarias,

autarquias, empresas públicas, entre outros setores da administração pública permitem ao usuário significativa interação com informações sobre o município, inclusive com manifestações junto aos gestores municipais.

Porem se faz necessário ampliar as possibilidades de acesso dos munícipes aos sistemas informacionais, disponibilizando, por exemplo, pontos digitais com a instalação de terminais em equipamentos públicos. Neste sentido se faz necessário ampliar as políticas de inclusão digital, formando cidadãos capacitados a interagir com estes meios de comunicação e informação. Lembrando que os processos de navegabilidade devem ser extremamente amigáveis, ágeis e facilitados, garantindo assim o alcance à informação.

O acesso a informação é um direito do cidadão, e especificamente o acesso a informação das ações governamentais possibilita maior controle social dos atos do governo. Para Vaz (2002) como direito básico de cidadania, o acesso a informação tem o "caráter de promotora de uma '*alavancagem*' de outros direitos."

Neste sentido a contribuição das novas tecnologias de informação e comunicação é significativa para consolidar o processo participativo, como mais um meio de conscientização da população. Possibilitando também maior interação entre os atores nos arranjos locais, e fortalecendo a gestão democrática da cidade.

A estrutura administrativa municipal incorpora a instância de participação social através dos conselhos municipais para a constituição da gestão democrática cumprindo as prerrogativas legais da constituição de 1988, num claro processo de "inovação institucional das políticas públicas no Brasil", como afirma Abramovay (2001). Porem a realização de estudos com mais ênfase sobre a efetiva contribuição e constituição destas instâncias de co-gestão dos municípios brasileiros são necessárias frente à aparente "inoperância" e "apatia" destas novas organizações.

Devem constituir um canal de comunicação entre governo e sociedade para a implantação de políticas públicas nas diversas áreas como saúde, educação,

urbanismo, cultura, habitação, transportes, patrimônio, entre outras. O simples fato da existência dos conselhos municipais abre a possibilidade de ampliar o círculo social de discussões sobre as políticas setoriais e a aplicação dos recursos disponíveis para o atendimento ao cidadão. Segundo Abramovay (2001) utilizando dados do IBGE em 1999 existiam no país aproximadamente 27mil conselhos municipais, sendo que 99% dos municípios tinham conselhos de saúde, 91% de educação e de assistência e ação social e 71% de crianças e adolescentes.

Estudo recente de Fuks, Perissinoto e Souza (2004) sobre os conselhos municipais em cidades do Paraná demonstram situações interessantes sobre a atuação destas instâncias de participação, como a criação de nichos setoriais políticos clientelistas de articulação entre o executivo, o legislativo, e a sociedade civil. É comum a indicação de pessoas ligadas aos partidos políticos, assim como a representatividade em vários conselhos pelo mesmo membro político. Sem dizer do nível dos representantes, ora na grande maioria formado por uma concentração de técnicos, ora formada por uma pluralidade de difícil articulação devido à falta de capacidade dos conselheiros.

Alem do difícil compartilhamento do poder com o governo, frente a sua recusa em descentralizar as ações, onde na grande maioria os conselhos são de caráter técnico e consultivo. Nas cidades estudadas os conselhos apresentam, a priori, estas mesmas dinâmicas descritas de estruturação e funcionamento.

A cidade de Londrina em análise realizada quando da elaboração do plano diretor participativo com equipe multidisciplinar verificou as dificuldades encontradas quanto à participação e representatividade, relatadas pela: participação pouco ativa e baixo comprometimento, baixa frequência nas reuniões, pouca renovação da representatividade, alta rotatividade de representantes, fragilidade da representatividade (poder de decisão e de influência), representatividade sem relação com a base. E na análise das dificuldades quanto à gestão: desarticulação/pouca articulação entre Conselho e Poder Executivo Municipal, capacitação dos conselheiros, ausência de um órgão ou instância administrativa gestora da política, dificuldade de operacionalizar políticas transversais, ausência de mecanismos de captação de

recursos para fundo municipal, inexistência de fundo municipal, ausência de integração entre secretarias municipais, pouca divulgação dos trabalhos dos conselhos. (IPPUL, 2004)

Para a geógrafa Ângela Bento atuando no IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina) junto à equipe para revisão do plano diretor participativo, não há dúvida sobre a importância dos conselhos como instância de participação, mas afirma sobre a manipulação política dos conselhos pela administração pública, mesmo com a existência na atual gestão da cidade, do Núcleo de Participação Popular junto ao gabinete do prefeito que tem por objetivo fomentar o relacionamento entre o Governo Municipal e os segmentos organizados da Sociedade Civil, propiciando interações e a construção de parcerias entre os atores sociais do município e os organismos governamentais.

Ângela Bento destacou a importância, no processo de revisão do plano diretor em Londrina com a elaboração paralela do Plano Diretor Participativo Jovem, como uma forma produtiva de discussão da cidadania junto aos alunos das escolas de primeiro e segundo graus. Contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com as questões da cidade.

Talvez, uma forma de superar parte destas dificuldades e entraves sobre a organização e atuação dos conselhos municipais seja proporcionar condições efetivas de trabalho, equipando os conselhos com material de trabalho adequado, meios de comunicação, com lugar físico adequado, fixando-os espacialmente na cidade, para que esta instância do governo possa ser acessível à comunidade, e possibilitando aos conselheiros melhores possibilidades de atuação, desde que não vire um balcão de reclamações.

Assim, com recursos adequados as tecnologias de informação e comunicação podem tornar mais visíveis sua atuação, amplificando os canais de comunicação com a sociedade, aproximando ações integradas com outros conselhos, debates por dinâmicas de ação mais eficientes, entre outros benefícios; contribuindo para maior eficiência de suas ações.

O portal da prefeitura de Londrina (WWW.londrina.pr.gov.br) disponibiliza informações sobre todos os conselhos municipais existentes na cidade, com os nomes e emails de seus presidentes. A prefeitura de Ribeirão Preto disponibiliza em seu portal (WWW.ribeiraopreto.sp.gov.br) estas informações e mais os horários de reunião dos respectivos conselhos existentes nos links das secretarias do governo onde estão locados. No portal da prefeitura de Uberlândia (WWW.uberlandia.mg.gov.br) não foi localizada informação sobre os conselhos municipais existentes.

Os novos meios de comunicação e informação são explorados também com o foco no marketing municipal expondo os potenciais locais de desenvolvimento, os índices de qualidade de vida, os pontos fortes da cidade e da região, com fomento ao turismo de negócios e a atração de investidores.

O portal de Londrina disponibiliza ao usuário visitante um vídeo promocional da cidade, divulgando as qualidades ambientais e físico-espaciais, o potencial econômico e social, e a infra-estrutura instalada, deixando claro, as possibilidades de investimentos e desenvolvimento do local.

Outro aspecto importante é a disponibilização de leis municipais para consulta e aplicação, e da apresentação da prestação das contas públicas, com a divulgação das despesas e dos ativos municipais, informando ao munícipe como são aplicados os recursos do município.

No título "Gestão Transparente" do portal de Ribeirão Preto o município através da Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta Relatórios anuais, trimestrais e bimestrais, Orçamento e Pagamentos em tempo real, e Relatórios de Programação Orçamentária - PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Há também a possibilidade de verificar os repasses federais ao município. Os portais das cidades de Londrina e Uberlândia também disponibilizam estas informações. O que demonstra não só o atendimento a legislação federal, mas uma nova forma de gestão transparente e compartilhada propiciando com estes mecanismos de prestação de contas, a garantia do processo democrático participativo.

O portal de Uberlândia explora através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo no link INVISTA, o potencial de desenvolvimento local apresentando “10 motivos para investir em Uberlândia”, e também disponibiliza informações sobre a infra-estrutura instalada para a vinda de novas empresas. Pode-se assistir também através de vídeo ao depoimento de empresários justificando a escolha da cidade para investimentos recentes de suas empresas.

As tecnologias de informação e comunicação são grandes aliadas no processo de planejamento e gestão pública possibilitando maiores facilidades de acesso ao governo, ampliando sua permeabilidade junto à sociedade, e alcançado várias escalas dentro de sua atuação, do local ao global. Contribuem também para a descentralização da gestão abrindo novos caminhos para a participação popular. Investigações devem ser realizadas quanto aos resultados alcançados sobre a consulta destes dados, o interesse da sociedade sobre eles, dos investidores, quem são os usuários, para que se possa mensurar a permeabilidade de fato e ampliar suas possibilidades.

Outra atuação importante que vem sendo desenvolvida nos últimos anos em vários municípios é o estabelecendo de articulações horizontais no processo de governança, integrando os conselhos municipais às ONGs (organizações não governamentais). A cidade de Uberlândia desenvolveu esta experiência de apoio às ONGs desde a década de 1990 num programa de parceria entre a prefeitura e as ONGs de atendimento ao idoso, a criança e ao adolescente, e portadores de deficiência, entre outras.

O objetivo desta parceria era assessorar as ONGs através de reuniões sistemáticas nas áreas contábil, pedagógica, de planejamento e administrativa. As organizações recebem apoio financeiro além da assessoria em troca de atendimentos de assistência social aos menos favorecidos.

Para as ONGs estas parcerias são produtivas, pois ampliam seus recursos, e através das assessorias equalizam suas gestões, e principalmente estreitam relações com as determinações principais dos conselhos municipais envolvidos. Para o governo municipal é confortável, pois passa a supervisionar a prestação

de serviços à população carente, com acompanhamento sistemático para garantir a qualidade dos atendimentos.

Entendemos que estas ações horizontalizadas estabelecidas através das parcerias para o atendimento e prestação dos serviços públicos são extremamente produtivas, porém podem ser perversas frente à dimensão política dos processos de gestão pública, podendo virar um processo de terceirização dos serviços sociais retirando a responsabilidade o Estado de suas obrigações sociais. Estas parcerias nas áreas sociais devem contribuir para ampliar o papel social do Estado e não substituí-lo.

Lembramos das ações horizontais estabelecidas nos programas habitacionais desenvolvidos a partir da década de 1980 com os processos de cooperação na produção de habitação social, com os mutirões, urbanizações de favelas, que estabeleciam parcerias entre diversos atores para a construção de moradias. Mas com o ganho significativo e fundamental de estruturação da sociedade resultando na construção de capital social⁶⁸.

Desta forma através destes instrumentos de planejamento e gestão contemporâneos estas cidades por um lado, ao incorporarem estes mecanismos, possibilitam a construção do processo democrático participativo, mas por outro, quando verificamos a espacialização das ações deste “modelo” em construção de planejamento e gestão constatamos a continuidade do modelo de exclusão sócio-espacial característico dos períodos anteriores do planejamento municipal brasileiro, onde as cidades continuam a produzir espaços específicos para ricos e pobres.

Nestas três cidades este desenho excludente é perfeitamente visível principalmente a partir da década de 1970 com a constituição dos conjuntos habitacionais, conformando grandes manchas de habitação social para as classes operárias e menos abastadas na zona norte, em direção aos distritos industriais; e ao sul as áreas destinadas aos mais abastados, à elite local, constituindo hoje espaços fechados cada vez mais distantes das áreas mais

⁶⁸ Estas experiências foram amplamente divulgadas e podem ser vistas, por exemplo, na cidade de São Paulo em Bonduki, Nabil. (org.) Habitat, 1996.

adensadas num claro processo que constitui a cidade polinucleada. Com uma urbanização cada vez mais dispersa caminhando para a espacialização da Edge City.

Como vimos, a produção imobiliária vem expandindo horizontalmente estas cidades no sentido sul com novos empreendimentos fechados horizontais e verticais, junto às ancoras multifuncionais, os espaços fechados para a prestação de serviços e o comércio, como os shopping centers, as universidades, os centros empresariais.

Nas cidades de Ribeirão Preto e Londrina este processo é mais evidente que em Uberlândia, embora os procedimentos nesta cidade caminhem na mesma direção. Onde o setor imobiliário age com mais força na produção de espaços privados para consumo que associados às âncoras, tanto internamente aos condomínios fechados como externamente por entre estes espaços fechados, estão conectados por novos sistemas hierarquizados para a circulação em maior velocidade, conformando uma nova escala na percepção da paisagem urbana. Gerando um afastamento cada vez maior dos processos de urbanização tradicionais onde se constituíam espaços públicos para a socialização, onde os edifícios eram determinantes na delimitação do espaço, permitindo maior domínio do espaço público.

Nesta “nova” cidade, este “novo” urbanismo resultante do “modelo” de planejamento e gestão contemporânea exacerba o processo de exclusão sócio-espacial, dividindo a cidade em espaços homogêneos e higiênicos fechados para usuários iguais.

Como vimos nas três cidades, as parcerias do setor público com o setor privado acontecem com significativa força na produção de investimentos imobiliários que se espacializam nestes tecidos, com impacto transformador do entorno gerando novas centralidades com a implantação de âncoras de dinamização urbana. Os espaços comerciais fechados - os shopping centers - são os grandes “equipamentos” dinamizadores do espaço urbano sendo que não mais se concentram apenas nas áreas elitizadas, descentralizando sua ação, também se dirigem para as áreas periféricas na zona norte para atender o público C e D.

Como também a constituição de parques urbanos, em decorrência da incorporação do conceito de sustentabilidade ambiental, como vimos, preservando os recursos naturais existentes disponibilizando assim novas áreas públicas para a população. Por um lado a cidade ganha novas e importantes áreas verdes, por outro, estes espaços no tecido fragmentado se entremeiam aos espaços privados fechados, perdendo seu potencial de agregar a população urbana e gerar maior socialização.

Ao mesmo tempo em que estas cidades se estendem horizontalmente também desenvolvem um processo de verticalização ancorada, onde os empreendimentos verticalizados, na grande maioria de uso residencial, se localizam junto às âncoras de dinamização, como no caso de Londrina nas margens do Lago Igapó I e II, próximo das universidades, do comércio elitizado, entre outros. Ou como em Ribeirão Preto onde surgem no planejamento do parcelamento com lugar definido para as tipologias verticalizadas, já delimitadas ao longo dos espaços públicos principais, por exemplo, no Jardim Olhos d'água estando as torres localizadas junto ao parque urbano projetado.

Para Caldeira (2000) os espaços públicos criados em decorrência deste urbanismo fragmentado, resultantes dos espaços fechados justificados pela necessidade de segurança, alimentam "a reprodução de desigualdades, isolamento e fragmentação." A autora nos questiona sobre o resultado deste novo desenho urbano, se estamos criando um novo tipo de espaço público ou estamos destruindo o ideal de espaço público moderno.

Não há dúvida que este "modelo" de planejamento e gestão contemporânea é extremamente paradoxal quando verificamos sua espacialização no território, onde as desigualdades sociais são claramente determinantes na construção do espaço urbano. A dicotomia existente entre pensar a cidade com os conceitos de cooperação, consenso, e flexibilidade, frente à estratificação social do território. Não há dúvida que esta espacialidade seja resultante do modelo político e econômico neoliberal adotado no país no final dos anos 1970, e estruturado ao longo das décadas de 1980 e 1990 nos governos democráticos, alinhados às transformações econômicas e tecnológicas globais.

Nas cidades estudadas verificamos que este modelo socialmente excludente e disperso espacializado no território ainda estabelece certa relação com os espaços centrais destes tecidos. As áreas centrais exercem ainda uma significativa polarização em função de sua estruturação espacial com a localização de equipamentos territoriais importantes, como os espaços administrativos do poder público local, dos edifícios culturais, entre outros. Este reconhecimento das áreas históricas centrais é verificado nos sempre presentes projetos de intervenção nesta área das cidades, denominados por revitalização, requalificação, ou qualquer outro "re", demonstrando certa sensibilização às questões de preservação do patrimônio histórico e da história urbana. Embora seja importante lembrar o expressivo valor econômico-financeiro, do comércio e dos serviços instalados nas áreas centrais, mote das Associações Comerciais e Industriais locais na mobilização por novos investimentos públicos nestas regiões.

Desta forma estas cidades vão se expandindo horizontal e verticalmente num processo crescente de periferização geográfica e social com desenho disperso definido pelas desigualdades sociais, "propondo" uma nova relação com o urbano. Faz-se necessário criar mecanismos que sobreponham este modelo morfológico da cidade contemporânea, permitindo maior interação social.

Cabe-nos questionar sobre as condições necessárias para o exercício da democracia, sobre como ampliar e fortalecer os procedimentos e as instâncias de participação da sociedade no processo de planejamento e gestão, refletindo sobre os destinos da cidade. Sobre os arranjos sociais de grupos homogêneos de ricos e pobres que fragmentados socialmente dificultam o processo participativo favorecendo a constituição dos espaços segregados privados em detrimento do público.

Mas com toda estruturação da participação social, com todos os instrumentos disponibilizados para a incorporação dos processos cooperativos, viabilizados pela visão de descentralização do Estado Brasileiro, onde este aliviando sua carga, conforme afirma Nogueira (2005), incentivaria o envolvimento local e regional na implementação de políticas públicas, agilizando decisões, sustentabilidade e controle social; o que vimos é que há uma significativa

dificuldade na implantação de determinadas políticas e projetos de desenvolvimento.

Parece-nos haver um estabelecimento na prática da gestão pública, de uma pasteurização no processo de construção social tendo a sociedade organizada como uma forma de legitimar decisões e ações fundamentais, e não tendo estabelecido ainda uma postura concreta de incorporação de uma sociedade civil autônoma, forte, combativa, que estabeleça o debate na busca do consenso de forma verdadeiramente democrática e participativa.

O "modelo" em construção de planejamento e gestão contemporânea apresenta, portanto posições contraditórias quando demonstra certa desarticulação na implantação das políticas e dos projetos estabelecidos. Isto a nosso ver é decorrente também da hibridização do modelo, inclusive na dificuldade de compreensão do processo para incorporar efetivamente a ação participativa.

Assim, compreendemos que por conta deste momento de "transição" ao qual nos encontramos do ponto de vista político, econômico, e tecnológico, o planejamento e a gestão pública contemporânea devem perpassar por um realinhamento de sua estrutura administrativa que favoreça essas novas práticas alinhadas à democracia participativa.

Como vimos as Tic's - (Tecnologias de Informação e Comunicação) são fundamentais para o desenvolvimento municipal e regional e estão incorporadas nos processos de planejamento e gestão, sendo estrutura diferencial para a atuação da administração pública, atendendo ao munícipe, com eficiência e abrangência das informações necessárias, e podendo contribuir para democratizar o acesso e ampliar os mecanismos de participação da sociedade.

CONCLUSÃO

Ao verificarmos este período da história resente das políticas e do planejamento para o desenvolvimento local, constatamos a importância e a necessidade de novas pesquisas em novos estudos para a compreensão deste importante momento de estruturação socioeconômica e política, no âmbito urbano e regional do país.

A pesquisa mostrou que a institucionalização do planejamento no país a partir da década de 1970 com a criação de inúmeros órgãos públicos e de vasta formulação de legislação, programas e projetos para regiões e cidades, reconheciam a necessidade de descentralização do desenvolvimento frente à grande polarização concentrada no Estado de São Paulo.

No âmbito regional, portanto, as áreas de influência das cidades estudadas receberam significativos investimentos que propiciaram a estruturação do crescimento econômico e o alcance de diferenciados índices sociais positivos. O processo de desenvolvimento destas regiões está associado à estruturação dos eixos de circulação nacional, com os modais de transporte ferroviário e rodoviário, alinhado ao planejamento para desconcentração industrial.

Num primeiro momento de expansão e crescimento, com a instalação a infraestrutura ferroviária, onde a base econômica estava no campo, e posteriormente no período estudado, com estas localidades integradas à malha rodoviária nacional, e incorporando em sua economia urbana o processo de industrialização e o setor de serviços.

As cidades estudadas, portanto em função de sua localização geográfica, entre outras condicionantes, foram beneficiadas por esta estruturação espacial do processo de descentralização da economia industrial do país. Ribeirão Preto, Uberlândia e Londrina se fortaleceram com as ações verticais planejadas pelos órgãos estaduais e federais, mas também souberam estabelecer relações horizontais que consolidaram suas perspectivas de expansão e desenvolvimento.

O processo de planejamento urbano e regional no período estudado demonstra claramente a incorporação, para o desenvolvimento destas cidades, das

transformações tecnológicas originárias da revolução digital, com a incorporação das Tecnologias de informação e comunicação. A incorporação das novas tecnologias foi fundamental para o desenvolvimento local assim como para as ações da gestão pública municipal, favorecendo as relações horizontais.

Como “modelo”, em construção, de planejamento e gestão contemporânea podemos verificar no delinear das ações de estruturação do planejamento institucionalizado no país, tanto nas ações do período pré-constitucional, assim como no período pós-constituição de 1988, uma forte ação legalista do planejamento ao nível municipal, com ainda pouco reflexo espacial na implantação de projetos e programas.

As ações verticalizadas foram importantes para estruturar o desenvolvimento destas cidades e regiões, principalmente com investimentos em infra-estrutura possibilitando a localização do capital privado local e externo. Esta associação possibilitou a geração de articulações importantes que consolidaram o processo de polarização nestas cidades, expandindo assim seu poder de atração econômica, favorecendo a exportação via *commodities*, da produção da agroindústria, como também os serviços no espaço intra-urbano, com direcionamento para o terciário avançado.

O trabalho indica que os ganhos computados por estes espaços tanto na escala regional como nos tecidos urbanos estudados são resultado desta estruturação iniciada na década de 1970, sendo impulsionada pela iniciativa privada, favorecendo a relação entre o poder público e o poder privado. E no período pós-constituente, fomentada pelos novos mecanismos da gestão contemporânea, o Estado vem tentando incorporar as transformações administrativas da gestão privada, embora este processo tenha iniciado na segunda metade da década de 1970.

A incorporação destes mecanismos do planejamento e da gestão contemporânea que conformam o “modelo” (em construção) está se concretizando junto aos governos municipais porém, como processo recente indicam a necessidade de amadurecimento e conscientização dos atores sobre o alcance destes procedimentos transformadores da gestão democrática.

Inicialmente obrigados a esta incorporação por diversas razões, e principalmente em alguns casos pela carta constituinte, os discursos das administrações em suas ações de planejamentos, projetos e programas são uníssonos quanto à participação social, a transparência da gestão, e o alcance social, mas na realidade espacialmente estas cidade continuam perpetuando o modelo de exclusão sócio-espacial, estendendo horizontalmente e verticalizando novas áreas num processo contínuo de ocupação do solo urbano totalmente deslocado do discurso oficial.

Mas também é necessário precisar qual o discurso verdadeiramente local, isentando destas cidades pólos o discurso que virou lei referente à realidade das metrópoles e dos grandes centros. Estas cidades apresentam índices muito significativos de qualidade de vida, embora existam inúmeros problemas urbanos, nos setores educacionais, de saúde, de abastecimento, ambiental, entre outros; mas que não são tão expressivos como em outras localidades, o que pode de certa forma dificultar o processo participativo.

Neste sentido a pesquisa indica pelos projetos e programas verificados uma forma de articulação vertical e horizontal que não é nova, mas que se renova demonstrando-se mais "transparente", evidenciada e explícita, quando se trata das relações público-privadas, exaltando a articulação local sobre a ação, e vislumbrando os benefícios sociais que virão.

Mas podemos constatar também que na articulação horizontal as dificuldades ainda são significativas pela burocracia governamental, pela falta de quadros técnicos, e pela falta de qualificação dos profissionais da gestão pública. E principalmente pela necessária modernização dos procedimentos.

De forma híbrida o planejamento e a gestão municipal vêm construindo um novo formato de ação pública vertical e horizontal, com a perspectiva clara da possibilidade de maior cooperação nos processos de decisão, podendo estabelecer junto a gama dos interesses conflitivos, o equilíbrio necessário para uma resposta de base distributiva. Como afirma Ali Kazancigil sobre as formas de regulação social e governança democrática, estabelecendo uma forma de

ação relativamente horizontal que considere todos os investidores participantes não dissociando economia e política.

Importante constatar com relação aos procedimentos metodológicos a dificuldade no levantamento das informações necessárias quanto às propostas, planos e projetos realizados, aplicados ou não, pelos governos locais estudados, decorrentes de alguns aspectos como a fragilidade das instâncias municipais de planejamento, por exemplo, os institutos, as secretarias de desenvolvimento urbano, e de gestão pública, e em parte também por serem estes projetos e programas, experiências recentes.

Importante ressaltar também a dificuldade de articulação horizontal dos setores administrativos, principalmente os responsáveis pelo planejamento municipal e a preponderância dos setores de desenvolvimento econômico, embora muitas vezes a desarticulação aconteça entre os próprios setores da mesma secretaria.

Podemos vislumbrar a possibilidade e muitas vezes o necessário aprofundamento de alguns aspectos da pesquisa, que poderão ser realizados posteriormente, pois não foram necessários para constatar as hipóteses deste trabalho.

Por exemplo, com relação aos instrumentos para a gestão eficiente, verificando profundamente o grau de participação e decisão, analisando os beneficiários, se foram todos os investidores (a sociedade organizada) ou alguns setores específicos.

Outro estudo interessante seria uma análise específica e aprofundada sobre os Arranjos Produtivos Locais, como o APL-TI de Londrina, ou mesmo as articulações verticais e horizontais do Cluster logístico de Uberlândia. Projetos importantes para o desenvolvimento urbano e regional que envolvem várias instâncias governamentais e a sociedade local, verificando os meandros das articulações políticas e econômicas.

Mas estas são possibilidades para novos desdobramentos da pesquisa que poderão ser desenvolvidas em um novo programa de pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, Luis. **O "estudo dos eixos" como instrumento de planejamento regional.** In: Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp:Anpur. 2003
- ABRAMOVAY, Ricardo. - **Conselhos alem dos limites.** Desenvolvimento Rural. Revista Estudos Avançados.Vol, 15 nº.43. São Paulo. 2001. <http://www.scielo.br/scielo> acesso em 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. - **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Revista Economia aplicada. Nº. 02. Vol. IV, 379-397, 2000.
- ADETEC. Associação para o desenvolvimento tecnológico de Londrina. **APL Software de Londrina e região.** Londrina, 2005.
- AENOTICIAS - **Projeto Arco Norte vai beneficiar cidades no Norte do Paraná** - Agencia Estado de Noticias, <http://www.aenoticias.pr.gov.br>. 2006.
- AGUNE, R.M.; Carlos, J.A. **Governo eletrônico e novos processos de trabalho.** In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil.2005. p.302-315.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Município e o Processo de Desenvolvimento.** IBAM – Rio de Janeiro. 1976.
- ANDRADE, Thompson A.; Serra, Rodrigo V. (org.) - Cidades Médias Brasileiras. IPEA. Rio de Janeiro. 2001. www.ipea.gov.br
- ARANTES, Otília; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis. RJ. Vozes. 2000
- AVRITZER, Leonardo; Anastasia, Fatima (org.) **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte. Ed UFMG/PNUD. 2006.
- AZEVEDO, Eurico de Andrade. – **Avaliação do Planejamento Municipal no Estado de São Paulo.** EESC-USP. FAPESP. 1976.
- BAKVIS, Herman; Juliet, Luc. **O desafio horizontal:** Ministérios Setoriais, Órgãos Centrais e Liderança. In Cadernos ENAP, nº 27. Brasília. 2004.
- BARAT, Josef. - **O Estado brasileiro como refém das políticas de curto prazo.** Cadernos FUNDAP n.º 22. Pág. 62- 68. S.P. 2001
- BARAT, Josef. – **Introdução aos problemas urbanos brasileiros:** Teoria, análise e formulação de política. Campus. R. J. 1979.
- BASTOS, Celso Ribeiro. – Comentários a constituição do Brasil: (promulgada em 05 de outubro de 1988), 3.º Volume, Tomo 2, Arts. 24 a 36/ Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins. S. P. Saraiva. 2002.
- BERGOC, Gilson J.; Faváro, Patrícia C. C. - **A Construção Coletiva da Cidade.** Seminário ABEA. 2007.
- BERTOLUCCI, Luiz. - **Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a Microrregião de Uberlândia:** Trocas Migratórias nos Quinquênios 1975/80 e 1986/91. CEPES/IE/UFU. 2002. www.cedeplar.ufmg.br
- BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** Convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Composer Editora. Uberlândia. 2007.
- BEZZON, José C. F. **Política e planejamento do desenvolvimento urbano da cidade de Ribeirão Preto no período de 1993 a 2002:** análise e crítica do modelo de verticalização periférica ancorada e informatizada. 2002. 208p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos.

- BICCA, Briane P. **O centro histórico de Porto alegre e o Projeto Monumenta**: a estratégia dos eixos. In. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Vargas, H.C.; Castilho, A.L.H. Barueri, SP. Manole. 2006.
- BOBBIO, Norberto - **A teoria das formas de governo**. Ed. UNB. Brasília. 1997
- BOBBIO, Norberto. - **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política**. Paz e Terra. R. J. 1987.
- BONDUKI, Nabil. **Habitat** – As práticas bem - sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo. Studio Nobel. 1996.
- BORJA, Jordi. **A participação cidadina**. In: **Espaço & Debates** Ano III-1988-nº 24. 104p.
- BORJA, Jordi.; **Forn**, Manuel de. **Políticas da Europa e dos Estados para as cidades**. In: **Espaço & Debates** Ano XVI-1996-nº 39. 128p.
- BRANDÃO, Carlos A.; Macedo Fernando C. - **Demografia e urbanização**. In Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Cano, Wilson (et al) Campinas. Ed. Alínea. 2007.
- BRASIL, Constituição(1988). - **Constituição: 1988** - Texto Constitucional de 05 de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n.º 1/92ª 13/96 e Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 1996.
- BRESSER PEREIRA, L.C. **Reforma da gestão e avanço social em ma economia semi-estagnada**. In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil.2005. p.11-28.
- BRUNA, Gilda Collet. - **Questões de Organização do Espaço Regional**. S. P. Nobel/Edusp. 1983.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. In: Textos para discussão. IPEA. Brasília. 1999. www.ipea.gov.br
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. In: Textos para discussão. IPEA. Brasília. 2003. www.ipea.gov.br
- BUSSATO, César. **Governança solidária local**. Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2005.
- CACCIA-BAVA, Silvio; Paulics, Verônica; Spink, Peter. (org.) **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo. Pólis. 2002.
- CADERNOS BDMG - **n.11** (out) 2005. Belo Horizonte. BDMG, 1968- v.: II Semestral. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Departamento de Planejamento, Programas e Estudos Econômicos. ISSN: 1806-3187
- CADERNO MCIDADES - **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**, Ministério das cidades, 2004.
- CALDEIRA, Tereza P. R. - **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Oliveria, Frank de; Monteiro, Henrique (trad.) São Paulo. Ed.34/Edusp. 2000.
- CAMARGO, A. R. **Políticas Urbanas Telemáticas para Desenvolvimento de Cidades Virtuais**: Formas de Regulação – Gestão, Instituições – Legislação, Meios de Produção – Agentes, Infra-estruturas – Tecnologias. Projeto 2005/2008, CNPq/EESC-USP, São Carlos 2004.
- CANCIAN, N.A. Cafeicultura paranaense. 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

- CANO, Wilson. - **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. Ed. Campinas, SP. Unicamp. IE. 2007.
- CANO, Wilson. - **Da Crise ao Caos**. In Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003
- CARLOS, Ana F. A. - **Dinâmicas do desenvolvimento socioeconômico de São Paulo: bases para análise**. In Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp:Anpur. 2003.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. - **Participação Social no Brasil Hoje**. S.P. Polis. 1998.
- CARVALHO, Pompeu F. - **Instrumentos Legais de Gestão Urbana: Referências ao Estatuto da cidade e ao Zoneamento**. In BRAGA, R; CARVALHO, P. F. (orgs.) Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Rio Claro: LPM-IGCE-UNESP, 2000. pag. 41-59.
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- CASTELLS, M. **Space of Flows, Space of Places: Materials for a Theory of Urbanism in the Information Age**. In GRAHAM, S. The Cybercities Reader. Routledge, London, 2004.
- CASTILHO, José R F. - **Algumas Observações sobre o Estatuto da Cidade**. In Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Roberto Braga; Pompeu F de Carvalho. UNESP – IGCE. Rio Claro, 2000
- CASTILHO, José R F. - **Algumas Observações sobre o Estatuto da Cidade**. In Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Roberto Bragas; Pompeu F de Carvalho. UNESP – IGCE. Rio Claro, 2000
- CIDEU - Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano. **Dossier Presentación 2007**. www.cideu.org
- CHAIN, A. [et al.] **E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo, Prentice Hall.2004.
- CNBB - **Solo Urbano e Ação Pastoral** - www.catolicenet.com.br
- COELHO, Rodrigo A. **Portais Municipais na Internet**. Estrutura e tipologia dos portais da cidades médias do Estado de São Paulo.Relatório de Pesquisa. Fapesp. Grupo E-urb. EESC-USP. São Carlos. 2007.
- CODEL - APL-TI - **Tecnologia da Informação: Londrina e região - Portfólio de Empresas**, 2007.
- COMPANS, Rose. **Paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local**. Uma reflexão crítica. Anais do ANPUR. IPPUR – UFRJ. 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. - **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas, S. P. 1999.
- COUTINHO, Luciano. **O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação**. In Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003

- CROCCO, Marco; Ruiz, Ricardo M.; Cavalcante, Anderson. **Redes e polarização urbana e financeira: uma exploração inicial para o Brasil**. CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2008. www.cedeplar.ufmg.br
- DANIEL, Celso. - **Conselhos, Esfera Pública e Co-gestão** - Entrevista com Celso Daniel. In Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Claudia C. Teixeira. (organizadores). S.P. Polis. 2000.
- DANIEL, Celso. - **Governo Local e Reforma Urbana num Quadro de Crise Estrutural**. In Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Luis César de Queiroz Ribeiro e Orlando A Santos Júnior (organizadores). R.J. - Civilização Brasileira, 1994
- DANIEL, Celso. **As administrações populares e democráticas em questão**. In: **Espaço & Debates** Ano X-1990-nº 30. 104p.
- DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil Urbano**. In: **Espaço & Debates** Ano III-1988-nº 24. 104p.
- DESCHAMPS, Marley (et al) - **Nível de Integração dos Municípios à Dinâmica Metropolitana**. IPARDES, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba. 2007.
- DE TONI, Jackson. **O que é o Planejamento Estratégico Situacional?** In: Revista Espaço acadêmico. Nº 32. Mensal. 2004. www.espaçoacademico.com.br/032/32octoni.htm.
- DINIZ, C. C. - **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**. In: Revista Nova Economia. V. 3, n. 1, Belo Horizonte, 1993.
- DINIZ, Bernardo P. C.; Boschi, Rodrigo F. - **O Desenvolvimento Econômico e Humano diferenciado das Regiões do Triângulo, Alto Paraíba e Noroeste de Minas Gerais**. CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2002. www.cedeplar.ufmg.br
- DOWBOR, Ladislav. - **A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local**. In Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. Silvio Caccia Bava, Verônica Paulics, Peter Spink. (organizadores). S. P. Polis, Programa gestão pública e cidadania/ FVG - EAESP - 2002.
- DOWBOR, Ladislav. - **Projeto: Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**. Instituto Cidadania. 2007
- DROR, Yehezkel. **A capacidade para governar: informe ao Clube de Roma**. Trad. Carolina Andrade. Fundap. São Paulo. 1999
- DUARTE, Fábio. **Global e local no mundo contemporâneo: integração e conflito em escala global**. São Paulo. Moderna. 1998.
- EGLER, Cláudio A. G. - Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Configuração e dinâmica da rede urbana. Petrópolis. 2001. <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf> acesso em 2007.
- ESPAÇO & DEBATES. São Paulo: NERU. Ano IV-1984-nº 13. 132p.
- ESPAÇO & DEBATES. São Paulo: NERU. Ano XVI-1996-nº 39. 128p.
- ESPAÇO & DEBATES. São Paulo: NERU. Ano XVII-2001-nº 41. 112p.
- FALCOSKI, Luis A. N. - **Estatuto da Cidade e do Urbanismo: Espaço e Processo Social**. In Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Roberto Bragas; Pompeu F de Carvalho. - UNESP - IGCE. Rio Claro, 2000
- FARACO, José L. **Adensamento central e dispersão periférica: levantamento e sistematização de indicadores que permitam qualificar os desequilíbrios de Londrina: a Experiência de Curitiba**. 1988. Dissertação

- (Mestrado em Engenharia) Departamento de Engenharia. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos.
- FARACO, José L. **Planejamento Urbano no Paraná: a Experiência de Curitiba**. 2002. 367p. Tese (Estruturas Ambientais Urbanas) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- FARAH, Marta F Santos. – **Governo Local e Novas Formas de Provisão e Gestão de Serviços Públicos no Brasil**. FGV. São Paulo. 1997.
- FARAH, Marta F Santos. – **Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional**. In In Gonçalves, Maria F. (org.); Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. - Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003
- FARIA, Rodrigo S. de. **Urbanismo e sua influência no município: palestra de José de Oliveira Reis em Ribeirão preto em agosto de 1955**. In Espaço & Debates. São Paulo: NERU. Ano XVII-2001-nº 41. 112p.
- FEDOZZI, Luciano e Silva, Marcelo Kunrath da.. **Mapa do Associativismo, Mapa da democracia participativa local e perfil do público participante do Orçamento Participativo de Porto Alegre** – Projeto Técnico de Pesquisa, PPG Sociologia, UFRGS, 2006.
- FELDMAN, Sarah. – **Avanços e Limites na Historiografia da Legislação Urbanística no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. A3, n.4. ANPUR. 2001
- FELDMAN, Sarah. – **Política Urbana e Regional em Cidades não-metropolitanas**. In Gonçalves, Maria F. (org.); Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. - Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003
- FELICISSIMO, J.R. [et al.] **Sociedade e Estado Superando Fronteiras**. Textos apresentados pelos conferencistas no Seminário Internacional "Sociedade e Estado Superando Fronteiras", São Paulo. Fundap. 1998.
- FERNANDES, Edésio (organizador). – **Direito Urbanístico**. Del Rey. B.H. 1998
- FERREIRA, Manuel Gonçalves. – **Comentários a constituição do Brasil: (promulgada em 05 de outubro de 1988), 5.º Volume, Tomo 1, S. P. Saraiva**. 2001.
- FISCHER, Tânia (Org.) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos teóricos e avaliação**. Casa da Qualidade. Salvador. 2002.
- FIRMINO, Rodrigo. **A cidade ampliada e o planejamento local no Brasil: a construção social do desenvolvimento urbano-tecnológico no interior de São Paulo**. Relatório de Pesquisa. Fapesp. Grupo E-urb. EESC-USP. São Carlos. 2007.
- FRANCO, Augusto. **A nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento**. In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil. 2005. p.97-163.
- FRESCA, Tânia M. - **A Rede Urbana do Norte do Paraná**. Londrina. Eduel. 2004.
- FRESCA, Tânia M. (et al) **Dimensões do Espaço Paranaense**. Londrina. Eduel. 2004.
- FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato Monseff & SOUZA, Nelson Rosário (Orgs.) **Democracia e participação : os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba. UFPR. 2004.
- GALVÃO, Antonio C. F.; Brandão, Carlos A. - **Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento"**. In Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão,

- Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003
- GEIGER, Pedro P. - **Evolução da rede urbana brasileira**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro. 1963.
- GOHN, Maria da Glória. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**
In: Repensando a Experiência Urbana na América Latina: questões, conceitos e valores ed. Buenos Aires : CLACSO, 2000.
- GONÇALVES, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional**. São Paulo. Unesp:Anpur. 2003.
- GONÇALVES, Jose S.; (et al) **Agropecuária Paulista: Transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004**. In Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Cano, Wilson (et al) Campinas. Ed. Alínea. 2007.
- GUELL, J. M. F. **Planificación Estratégica de Ciudades**. Barcelona. Gustavo Gili. 2000.
- GUIMARÃES, E. N. **Infra- estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter- regional do trabalho**. Tese de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG: Belo Horizonte, 1990.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Ed. Tempo Universitário. R. J. 1984.
- HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. In: **Espaço & Debates** Ano XVI-1996-nº 39. 128p.
- HUERTAS, Franco. **O método PES**. Entrevista com Matus. Sauvier, Giselda B. (trad.) São Paulo. Fundap. 2004.
- IBAM – **Articulação com os Municípios – Simpósio Nacional**. R. J. 1976.
- IBAM – **O Município e o Processo de Desenvolvimento – Papel do Planejamento Local**. R. J. 1976.
- IPARDES - **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. IPARDES: BRDE. Curitiba. 2004.
- IPARDES - **Arranjo produtivo local de software de Londrina: estudo de caso**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, UEL. Curitiba. 2006.
- IPARDES - **Nível de Integração dos Municípios à Dinâmica Metropolitana**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba. 2007.
- IPPUL - **Projeto Implantação do Anel do Emprego**. Documento de apresentação do projeto Anel do Emprego. Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. Prefeitura municipal de Londrina. 2004.
- IPPUL - **Consórcio Inter-municipal Arco Norte**. Documento de apresentação do projeto Arco Norte. Instituto Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. 2005
- JACOBI, Pedro. **Descentralização da gestão municipal: a inovação em debate**. In: **Espaço & Debates** Ano X-1990-nº 30. 104p.
- JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. FGV. R. J. 2000.

- JANUZZI, Denise. **O desenvolvimento de Londrina e as transformações nos espaços públicos da região central**. Semina: Ciências Sociais e Humanas. Vol. 26. P.87-94. 2005.
- JARDIM, José M. **Arquivos, transparência do Estado e capacidade governativa , na sociedade da informação**. Oficina de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos. 2001.
- JORNAL **A cidade**. Parque Industrial de Ribeirão Preto. 26 junho de 2006.
- JORNAL da **ACIUB**. **Projeto Cluster Logístico, da ACIUB, será colocado em prática**. Notícias, 31 de maio de 2007.
- JORNAL da **ACIUB**. **Cluster Logístico**. Notícias, 2008.
- JORNAL **Correio de Uberlândia**. **Secretário-executivo Fazenda do Amazonas garante base da Zona Franca na cidade**. 22 de maio de 2008.
- KAZANCIGIL, Ali. **A regulação social e a governança democrática mundial**. In Milani, Carlos; Arturi, Carlos; Solinís, Germán (Org.s) Democracia e governança mundial. Que regulações para o século XXI? Porto Alegre. Ed. UFRGS/UNESCO, 2002
- KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da Exclusão**: para uma gestão social eficiente. Sauvier, Giselda B.G.A. (coord.). Mogueira, Marco A. (trad.) Aggio, Alberto (trad.) Equipe RAP. São Paulo. Fundap. 1997.
- LAGES, José A. - **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**- povoamento por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto, VGA Editora. 1996.
- LAMPARELLI, Celso M., Camargo, Azael R. - **Política e Planejamento Urbano no Brasil. Marcos histórico-estruturais do período 1950-1977**. EESC-USP. 1980.
- LEME, Maria C. S. - (Coord.) **Urbanismo no Brasil - 1895 a 1965**. São Paulo. SP. Studio Nobel - FAUUSP - Fupam. 1999.
- LEVY, E.; **Drago, P.A.(org.) Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo. Fundap: Casa Civil. 2005. 448p.
- LEVY, Evelyn. **Ganhar e ganhar**: estratégias de negociação bem sucedidas entre os municípios, os estados e a União. In Caccia-Bava, Silvio; Paulics, Verônica; Spink, Peter. (org.) Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo. Pólis. 2002.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos I. Costa. Rio de Janeiro. Ed. 34. 1999.
- LIMA, Jandir F. de. (et al) **Notas sobre a Formação Industrial do Norte do Paraná - 1920 A 2000**. UEPG. Ponta Grossa. 2007. www.uepg.br
- LOURENÇO, Luis A. B. - **A Oeste das Minas: Triângulo Mineiro (1750-1861)** Uberlândia. Ed. Universidade Federal de Uberlândia - 2002.
- MARICATO, Ermínia. - **Metrópole na periferia do capitalismo - Ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec. . 1996.
- MARINI, C.; Martins, H.F. **Um governo matricial: estruturas em rede para gerar resultados de desenvolvimento**. In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil.2005. p.235-274.
- MARTINS, Humberto F. **Administração para o desenvolvimento: a relevância em busca da disciplina**. In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil.2005. p.40-56.
- MASSOLO, Alejandra. **Em direção às bases: descentralização e município**. In: **Espaço & Debates** Ano III-1988-nº 24. 104p.

- MATOS, Patrícia de Oliveira. – **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND.** Dissertação de Mestrado. ESALQ-USP. 2002
- MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente:** governantes governados. Riego, Luís F. R. Del (trad.) São Paulo. Fundap. 2004.
- MATUS, Carlos. **Teoria do Jogo Social.** Riego, Luís F. R. Del (trad.) São Paulo. Fundap. 2005.
- MATUS, Carlos. **Estratégias políticas:** Chipanzé, Maquiavel e Gandhi. Sauveur, Giselda B. (trad.). São Paulo. Fundap. 2004b.
- MELO, Marcus André. **As sete vidas da Agenda Pública Brasileira.** In Rico, Elizabeth Melo. Avaliação de Políticas sociais: uma questão em debate. Cortez: Instituto de Estudos Especiais. S. P. 1998.
- MESQUITA, Adailson P. **As linhas do tecido urbano:** o sistema de transportes e a evolução urbana de Uberlândia-MG. Uberlândia. Roma. 2006.
- MILANI, Carlos; Arturi, Carlos; Solinis, Germán (Org.) **Democracia e governança mundial.** Que regulações para o século XXI? Porto Alegre. UFRGS/UNESCO. 2002.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - **Plano Nacional Desenvolvimento Regional,** 2003. www.integracao.gov.br
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – CNDU – **Resoluções do CNDU: 1979/1981.** Brasília, 1982.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – CNDU – **Resoluções do CNDU: 1979/1981.** Brasília, 1982.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – CNDU. – **Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano. Mensagem nº 155, do Presidente da República ao Congresso Nacional.** Brasília. 1983
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – CNDU. – **Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano. Mensagem nº 155, do Presidente da República ao Congresso Nacional.** Brasília. 1983
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Plano Diretor da Reforma do Estado.** http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/plano_diretor/portugues.htm.
- MITCHELL, William. **E-topia: a vida urbana-** mas não como a conhecemos. Guimarães, Ana C. M. (trad.) São Paulo. Ed. Senac. 2002.
- MODESTO, Hélio; Melo Diogo L de. – **Mentalidade de Planejamento no Brasil.** In Leituras de Planejamento e Urbanismo. IBAM. 1965
- MOURA, Souza. **A construção de redes públicas na gestão local:** algumas tendências recentes. RAC. Vol. 02. Nº01. Jan/Abr. 1998. p.67-85
- NOGUEIRA, Marco A. - **Um Estado para a Sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. Ed. São Paulo. Cortez. 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. - **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** In Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. Silvio Caccia Bava, Verônica Paulics, Peter Spink. (organizadores). S. P. Polis, Programa gestão pública e cidadania/ FVG – EAESP – 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. - **Crítica a razão dualista – o ornitorrinco.** Boitempo Editorial. S. P. 2003
- OSBORNE, David. – **Reinventando o governo:** como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília. MH Comunicação. 1998.

- PALOCCI FILHO, Antonio. **A Reforma do Estado e os Municípios: A Experiência de Ribeirão Preto**, S.P. Makron Books. 1998.
- PARES, Ariel; Silveira, José P. - **Gestão pública orientada para resultados no Brasil**. In Levy, E.; Drago, P.A.(org.) Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo. Fundap: Casa Civil. 2005. 448p
- PASSADOR, João Luiz. **Política Metrológica nos anos 90**: Um estudo das novas relações entre o setor público e o setor privado. 2000. 179 p. Tese (Doutorado Administração Pública) Pós-Graduação da EAESP. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.
- PAULILLO, Luiz F. **Redes de Poder & Territórios Produtivos**. São Carlos. Edufscar/Rima. 2000.
- PEREIRA, Rubens de Mattos; Ferrari, Celso. - **Organização Administrativa para o Planejamento Municipal**. FGV. R.J. 1969.
- PEREIRA, Fabiano M. ; Lemos, Mauro B. - **Políticas de desenvolvimento para cidades médias mineiras**. Cadernos BDMG - Nº09. 2004.
- PIOVEZANI, Pedro de Milanelo. - **Elementos de Direito Urbanístico**. Revista dos Tribunais. S.P. 1981.
- PORTA, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João. **Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades**. Fund. Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Parque Tecnológico de Londrina**. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina. www.codel.londrina.pr.gov.br/.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Plano Diretor de Londrina**. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina. www.londrina.pr.gov.br/ippul.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Plano Estratégico Expansão e adequação Viária**. Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina. www.londrina.pr.gov.br/ippul.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Perfil do Município de Londrina – 2005/2006**. www.londrina.pr.gov.br
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Grupo Sonae investe R\$135 mi no Shopping Marco Zero**. Informativo Prefeitura Municipal de Londrina. 06 de março de 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **Shopping na região norte vai gerar 1.500 empregos**. Informativo Prefeitura Municipal de Londrina. 06 de março de 2008. 10 de março de 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - **Plano Diretor Desenvolvimento Urbano Ambiental - 2003**. www.portoalegre.rs.gov.br
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Plano Diretor de Ribeirão Preto**. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Prefeito Palocci lança três projetos de grande importância para o desenvolvimento urbano e a melhoria de qualidade de vida em Ribeirão Preto**. Notícias do Dia. 2001. www.ribeiraopreto.sp.gov.br
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Projeto do “Jardim Fazenda Olhos D’ Água” é apresentado a Gasparini**. Informativo Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 31 de maio de 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Gasparini recebe projetos referentes à implantação do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto**. Informativo Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 29 de agosto de 2006.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Gasparini busca investidores para o Parque Tecnológico**. Informativo Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 269 de julho de 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. **Informativo Livre Mercado** - impresso divulgação do projeto Eixo Tamanduateí - Santo André Cidade Futuro - 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Informativo Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Prefeito assina contrato para requalificação do centro**. 14 de fevereiro de 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Diretor de Uberlândia 1991-2006**. Assessoria Geral de Planejamento. Uberlândia. 1991
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Revisão do Plano Diretor de Uberlândia 2006**. Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental. Uberlândia. 2006. www.uberlandia.mg.gov.br
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Perfil Econômico** - Documento elaborado pela Secretaria Desenvolvimento Econômico e Turismo - 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Diretor do Sistema Viário para a cidade de Uberlândia**. Relatório da 3º Fase Vol. I e II. Hidroservice Eng. De Projetos Ltda. 1978.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Diretor do Sistema Viário para a cidade de Uberlândia**. Relatório da 2º Fase. Hidroservice Eng. De Projetos Ltda. 1978.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Diretor do Sistema Viário para a cidade de Uberlândia**. Relatório da 1º. Hidroservice Eng. De Projetos Ltda. 1978.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.079**. 30 de dezembro de 2004. www.camardosdeputados.gov.br
- RIBEIRO, Luis C. Q. - (Org.) Globalização fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000
- REGO, Renato L. [et al.] **Reconstruindo a forma urbana**: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. Acta Scientiarum Technology. Vol. 26. Nº 02. 141-150p. Maringá. 2004.
- Rezende, Flávio C. Tendências da gestão pública**. In: Levy, E.; Drago, P.A.(org.) São Paulo. Fundap: Casa Civil. 2005. p.29-39.
- ROLNIK, Rachel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Studio Nobel/Fapesp. 1997.
- ROLNIK, Rachel; Someck, Nádia. **Governar as metrópoles**: dilemas da recentralização. In Gonçalves, Maria F.; Brandão, Carlos A.; Galvão, Antonio C. (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional. São Paulo. Unesp. Anpur. 2003.
- ROLNIK, Rachel; Saule, Jr. In Bonduki, Nabil. Habitat - As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo. Studio Nobel. 1996.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Lopes, Magda (trad.) São Paulo. Studio Nobel. FUNDAP, 1993.
- SAKATA, Margarida. N. **Projeto Eixo Tamanduateí**: uma nova forma de intervenção urbana em Santo André? 2006. 291p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo.

- SÁNCHEZ, Fernanda. **Cidade espetáculo:** política, planejamento e *city marketing*. Curitiba. Palavra. 1997.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada do século:** Agentes, Estratégias e Escalas de ação política. In Revista de Sociologia Política. Curitiba. 16. Pag. 31 a 49. Junho 2001.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço tempo-** Globalização e meio técnico-científico Informacional – São Paulo. Hucitec. 1997.
- SANTORO, Paula. **Relação entre políticas territoriais e reestruturação econômica:** a Operação Urbana Eixo Tamanduateí, Santo André – São Paulo. São Paulo. Instituto Pólis. 2005. www.polis.org.br acesso em 2007
- SARAIVA, Enrique. **Redes, organizações em rede e organizações virtuais.** In: Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. Abril/junho. 2002.
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** Moura, Carlos Eugênio M.de (trad.) São Paulo. Studio Nobel. 1998.
- SATO, Juliana. Análise do impacto setorial e regional das exportações mineiras. In Cadernos BDMG n.11 (out). Belo Horizonte. BDMG. 2005.
- SCHMIDT, Benício V. – **O Estado e a política urbana no Brasil.** Ed. UFRGS/L&PM. 1983.
- SCHMIDT, Benício V. – **A presença do Estado nas grandes cidades.** In: Espaço & Debates. São Paulo: NERU. Ano IV-1984-nº 13. 132p.
- SCOTT, Alen J. [et al.] **Cidades-Regiões Globais.** Wilderode, Daniel J. V. (trad.) In: Espaço & Debates Ano XVII-2001-nº 41. 112p.
- SENADO FEDERAL. - **Decreto nº 74.156.** www.senado.gov.br acesso em 2004
- SENADO FEDERAL. - **Decreto nº 83.355.** www.senado.gov.br acesso em 2004
- SENADO FEDERAL. - **Decreto nº 91.248.** www.senado.gov.br acesso em 2004
- SILVA, José Afonso da. – **Direito Urbanístico Brasileiro.** Ed. Malheiros São Paulo. 1995
- SILVA, José Afonso da. – **Direito Urbanístico Brasileiro.** Ed. Malheiros São Paulo. 1995
- SIMÃO, Rosyler C. S. - **Aspectos da rede urbana do Estado de São Paulo.** ABEP
www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_399.pdf
acesso em 2007.
- SOUZA, Maria A. A. de. - A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1994
- STEINBERGER, Marília; Bruna, Gilda C. - **Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado.** In Andrade, Thompson A.; Serra, Rodrigo V. (org.) - Cidades Médias Brasileiras. IPEA. Rio de Janeiro. 2001.
www.ipea.gov.br acesso em 2007
- STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-q980). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. – **Conselhos de Políticas Públicas:** Efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Claudia C. Teixeira. (organizadores). S.P. Polis. 2000.
- TEODÓZIO, Delcimar M. **Planejamento Estratégico e estratégias de gestão do planejamento: princípios e limites.** 2003. 212p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Parecer sobre versão preliminar do plano diretor e do código de urbanismo do município**

de Uberlândia. Elaborado pela comissão designada pelo MM Reitor Prof. Antonio Martins da Silva. Jr.1991.

VAINER, Carlos B. **As escalas de poder e o poder das escalas:** o que pode o poder local? In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR.** Ano XV, nº2, Ago/Dez. 2001 / Ano XVI, nº1, Jan/Jul. 2002.

VARGAS, H.C.; **Castilho, A.L.H.** (org) **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. Barueri,SP. Manole. 2006.

VAZ, José C. - **Desafios para a incorporação da transparência em um modelo de gestão municipal.** In Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. Silvio Caccia Bava, Verônica Paulics, Peter Spink. (organizadores). S. P. Polis, Programa gestão pública e cidadania/ FVG – EAESP – 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In Deák, Csaba; Schiffer, Sueli R. (Org.) - O processo de urbanização no Brasil. São Paulo. Edusp. 1999.

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor.** Disponibilizado em <http://www.flaviovillaca.arq.br/livros01.html> - acesso em 2006

VIRILIO, Paul. **O Espaço crítico.** Pires, Paulo R. (trad.) 1. ed. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

WALKER, Thomas; **Barbosa, Agnaldo S.** - Dos coronéis à metrópole, fios e ramos da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto, SP. Palavra Mágica, 2000.

Entrevistas

YOSHIMOTO, Rubens Kazuchi; Assessor para o meio ambiente do Secretário Cláudio Guedes de Oliveira - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Uberlândia.

PRUDENTE, Frederico; Assessor do Secretário Dilson Dalpiaz - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Prefeitura Municipal de Uberlândia.

TARDEM, Amarildo Geraldo; Diretor de Desenvolvimento da CODEL - Instituto de Desenvolvimento de Londrina. Prefeitura Municipal de Londrina.

OTA, Celina Hiromi Tamaki; Arquiteta e urbanista da Secretaria de Planejamento Urbano. Prefeitura Municipal de Londrina.

BORTOLOTTI, João Baptista; Presidente do IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina. Prefeitura Municipal de Londrina.

BENTO, Ângela; Geógrafa, funcionária da COHAB-LD - Companhia Habitacional de Londrina, mas atuando no IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento de Londrina. Prefeitura Municipal de Londrina.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)